

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho
Márcio José Pereira
Marcos Eduardo Meinerz
(organizadores)

Vidas Deslocadas

Populações diaspóricas na sociedade
contemporânea



VIDAS DESLOCADAS
POPULAÇÕES DIASPÓRICAS NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Av. Colombo, 5790 - Bloco H-12, sala 16
Maringá/PR - CEP: 87020-900

CONSELHO EDITORIAL

Angelo Priori (UEM – Coordenador Editorial)

Alexandre Fortes (UFFRJ)

Cláudia Viscardi (UFJF)

Carlos Alberto Sampaio Barbosa (UNESP)

Carlos Gregório Lopes Bernal (Universidad de El Salvador)

Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP)

Gilmar Arruda (UEL)

Luiz Felipe Viel Moreira (UEM)

João Fábio Bertonha (UEM)

José Luiz Ruiz-Peinado Alonso (Universitat Barcelona, Espanha)

Peter Johann Mainka (Universität Würzburg, Alemanha)

Ronny Viales Hurtado (Universidad de Costa Rica)

Solange Ramos de Andrade (UEM)

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho

Márcio José Pereira

Marcos Eduardo Meinerz

(Organizadores)

VIDAS DESLOCADAS
POPULAÇÕES DIASPÓRICAS NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA



Maringá
Edições Diálogos
2024

EQUIPE TÉCNICA

Revisão textual e gramatical:
Os autores.

Normalização textual e de referências:
Os autores.

Projeto gráfico/diagramação e Capa:
Jeferson Lima

Todas as informações contidas nos artigos dessa coletânea são de inteira responsabilidade de seus autores e autoras.

Todas as imagens utilizadas são de domínio público.

Publicação online:
www.amazon.com e [Biblioteca Temática Cidadania, Violência e Direitos Humanos - https://acervo-digital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/58399](https://acervo-digital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/58399)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V649	<p>Carvalho, Joselene Ieda dos Santos Lopes; Pereira, Márcio José; Meinerz, Marcos Eduardo[organizadores]. Vidas deslocadas: populações diaspóricas na sociedade contemporânea. -- Maringá, PR : Edições Diálogos, 2024. 288 p. Il. PDF.</p> <p>Vários autores. Bibliografia. ISBN: 978-65-01-06161-0</p> <p>1. Direitos Humanos. 2.História contemporânea. 3. Imigração. 4. Populações diaspóricas. I. Carvalho, Joselene Ieda dos Santos Lopes. II. Pereira, Márcio José. III. Meinerz, Marcos Eduardo. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 321.8 323</p>
------	---

Copyright © 2024 para os organizadores.

Todos os direitos reservados. Autorizada a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., com a obrigação de citar a fonte.



EDIÇÕES DIÁLOGOS
Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790 – Bloco H-12, sala 16
CEP: 87020-900 – Maringá/PR

Sumário

Apresentação	9
Explorando ideias para ensinar, experimentar e persistir	13
O “novo ensino médio” como um instrumento de atentado à democracia e violação de Direitos Humanos	15
Hannah Arendt e a busca por reconciliação com o mundo.....	27
A exposição “juventudes e participação” e sua reflexão sobre as violações aos Direitos Humanos ocorridas durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985)	41
Tornar a violência invisível, visível: apoio da CPT aos desapropriados e herdeiros de Papanduva-SC (1987).....	49
“E daí?": a intensificação do acesso à morte no Brasil	57
O terricídio como categoria útil de análise histórica: reflexões sobre os exílios	65
Por uma história “sem ideologias”: uma análise de materiais didáticos produzidos para a prática de Homeschooling por famílias católicas neoconservadoras	77
Vivências marcadas por autoritarismo, repressão e censura	87
Nos porões da ditadura: o internamento de presos políticos em manicômios judiciários no Brasil (1964-1979).....	89
As relações entre o Museu Paranaense e a Ditadura Militar brasileira: política institucional e aquisição de acervo	101
Censura e “guerra psicológica”: a atuação do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) e o campo da cultura na Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1972)	113
Os irmãos maçons sob vigilância: uma análise dos documentos do SNI produzidos durante o governo Figueiredo (1979-1985).....	127
Ações persecutórias tardias em Santa Catarina registradas nos arquivos do SNI (1979-1985)	135

O Movimento Estudantil sob a ótica da Dops/Pr: processos de resistência e memória	143
Cassações de mandatos de políticos paranaenses na Ditadura Militar: uma análise do Ato Institucional nº1 e do Ato Institucional nº5.....	153
Existências em deslocamento, desamparo e transgressões aos Direitos Humanos	167
A práxis das trabalhadoras e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) enquanto mecanismo de garantia / violação de Direitos Humanos	169
Mulheres que migram: o caso das haitianas no Brasil	179
Violência contra mulheres durante a Ditadura Militar.....	187
As mulheres e a Comissão Nacional da Verdade	197
Os refugiados palestinos e a memória diaspórica da Nakba.....	209
Violências coletivas e deslocamentos forçados: a perspectiva dos Direitos Humanos no pós Segunda Guerra Mundial a partir do caso ucraniano....	219
Formas de rememorar, resistir e testemunhar	225
Testemunhos militantes e lugares de memória em Curitiba.....	231
Resistência do clero joinvilense contra as violações de Direitos Humanos cometidas durante a Ditadura Militar (1975-1985).....	243
O papel da TFP na cruzada anticomunista de Washington: análises dos documentos desclassificados da comunidade de inteligência dos EUA....	253
A interpretação do SNI em relação às associações religiosas empenhadas na luta indígena.....	265
Como podemos entender o luto quando o evento ainda tem que terminar? Trauma e luto através da African Blood Brotherhood (1919-1924).....	277
Sobre os Autores	287

Apresentação

Ainda não há um consenso consolidado sobre o que exatamente engloba o termo “segurança humana” e quais são as implicações desse suposto paradigma para o estudo e prática das relações internacionais. Por um lado, a amplitude do conceito de segurança humana permite abordar uma variedade de dilemas por meio de estratégias de ação diversificadas, como a criação do Tribunal Penal Internacional, o combate às minas terrestres, as discussões em torno da assinatura do Protocolo de Kyoto, e os programas voltados para mulheres e crianças envolvidas em conflitos armados.

No entanto, aqueles que se preocupam com tais questões também recorrem ao conceito de segurança humana para lidar com esses dilemas. As normas e instrumentos internacionais que invocam a segurança humana estão diretamente relacionados à proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, inclusive diante da potencial ameaça dos Estados. Essas normas estão refletidas em instrumentos como a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e convenções que tratam de crimes como genocídio, bem como dos direitos de grupos específicos, como crianças, mulheres, refugiados e minorias.

Segundo a Agência das Nações Unidas para Refugiados, até meados de 2020, 80 milhões de pessoas foram deslocadas à força em todo o mundo. Desse total, 26 milhões eram refugiadas, ou seja, indivíduos que foram obrigados a deixar seus países para escapar de guerras, perseguições ou desastres naturais. Os refugiados são aqueles que se encontram fora de seu país de origem devido a temores fundamentados de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. Também são considerados refugiados aqueles que foram forçados a deixar seus países devido a conflitos armados, violência generalizada e graves violações dos direitos humanos.

Nos últimos anos, os deslocamentos forçados atingiram níveis sem precedentes. Estatísticas recentes mostram que mais de 68 milhões de pessoas no mundo deixaram seus lares devido a conflitos, perseguições e graves violações de direitos humanos. Dentre elas, mais de 25 milhões atravessaram fronteiras internacionais em busca de proteção e foram reconhecidas como refugiadas.

Estima-se que cerca de 10 milhões de pessoas sejam apátridas, sem vínculo formal com nenhum país. Os refugiados devem receber os mesmos direitos garantidos aos imigrantes regulares no país de acolhimento, incluindo direitos civis básicos, como liberdade de pensamento e movimento, propriedade e proteção contra tratamentos degradantes, além de direitos econômicos e sociais, como acesso à saúde, trabalho e educação. Além disso, as pessoas refugiadas têm obrigações, incluindo a observância das leis e costumes do país onde se encontram.

Este livro é resultado das comunicações apresentadas no III Colóquio Internacional de Direitos Humanos e Políticas de Memória, entre os dias 11 e 13 de abril de 2023, na Universidade Federal do Paraná em Curitiba. Este evento foi organizado pelo Grupo de Pesquisa Interinstitucional “Direitos Humanos e Políticas de Memória” (DIHPOM) e teve como tema central “Vidas deslocadas: populações diaspóricas na sociedade contemporânea” que por tradição nomeia o livro.

Nesta obra, os artigos mergulham em profundas reflexões sobre os deslocamentos populacionais contemporâneos, explorando não apenas as causas e consequências desses movimentos, mas também as complexidades e nuances que permeiam as experiências dos indivíduos afetados. Além disso, os autores conduzem uma análise minuciosa da luta e resistência enfrentadas diante dos desafios dos Direitos Humanos, abordando de forma abrangente as diversas formas de exclusão e violação desses direitos, especialmente aquelas geradas por regimes autoritários. Por meio de uma variedade de perspectivas e casos de estudo, esta obra busca não apenas elucidar os fenômenos em questão, mas também inspirar ações e mudanças que promovam a justiça, a igualdade e o respeito pelos Direitos Humanos em todo o mundo.

A coletânea foi dividida em quatro partes para oferecer uma melhor experiência de leitura. Na primeira parte, **“Explorando ideias para ensinar, experimentar e persistir”**, os autores e autoras se dedicaram em refletir acerca dos ataques e resistências aos Direitos Humanos, em espaços formais e informais de ensino, elencando períodos distintos, desde a ditadura militar no Brasil de 1964, até aspectos da história do tempo presente, como a consolidação do novo ensino médio.

Na segunda parte, **“Vivências marcadas por autoritarismo, repressão e censura”**, os textos elaboram o mesmo recorte de tempo – a ditadura militar

no Brasil – mas possuem sujeitos e fontes diversas, de modo a interpretar as várias faces da violência do autoritarismo representadas neste contexto histórico.

Na terceira parte, “**Experiências em deslocamento, desamparo e transgressões aos Direitos Humanos**”, os imigrantes, refugiados e apátridas, tornam-se objeto de pesquisas que intercalam em conceitos interseccionais, como gênero, elaborando perspectivas para a historiografia contemporânea.

Na quarta e última parte, “**Formas de lembrar, resistir e testemunhar**”, destaca as estratégias de rememoração, resistência e testemunho adotadas por essas populações diaspóricas, que buscam preservar suas histórias, lutar por justiça e manter viva a chama da esperança em meio às adversidades.

Neste livro, os artigos convergem em um objetivo comum: oferecer uma análise aprofundada e multifacetada dos deslocamentos populacionais contemporâneos e da luta contínua frente aos desafios impostos pelos regimes autoritários. Ao reunir perspectivas diversas e vozes diversas, esperamos contribuir para um entendimento mais amplo e empático das complexidades enfrentadas por essas comunidades e, assim, inspirar ações que promovam a justiça, a dignidade e os Direitos Humanos para todos.

Desejamos que essas leituras não apenas inspirem, mas também capacitem os leitores, tornando-os conscientes da importância vital das políticas afirmativas em prol dos povos refugiados. Além disso, esperamos que essas leituras os levem a reconhecer a crescente relevância dos Direitos Humanos em nosso mundo contemporâneo. Em um contexto global onde os deslocamentos forçados e as violações dos direitos fundamentais estão em ascensão, é fundamental que cada indivíduo compreenda a necessidade urgente de proteger e promover os direitos e a dignidade de todos os seres humanos, independentemente de sua origem ou status socioeconômico. Que estas leituras sirvam como um chamado à ação, incentivando os leitores a se engajarem ativamente na defesa dos Direitos Humanos e na construção de um mundo mais justo, inclusivo e compassivo para todos.

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho

Márcio José Pereira

Marcos Eduardo Meinerz

(Organizadores)



**Explorando ideias para ensinar,
experimentar e persistir**





O “novo ensino médio” como um instrumento de atentado à democracia e violação de Direitos Humanos

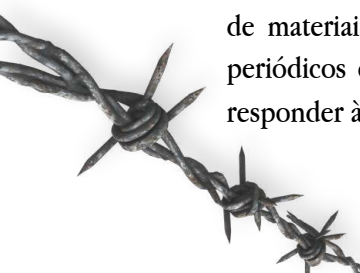
*Aline do Rocio Neves
Jean Carlo de Carvalho*

O presente estudo propõe elucidar os principais aspectos do “O Novo Ensino Médio”. Justifica-se pela eminência da consolidação de uma desmonte da Educação Básica, tal como Darcy Ribeiro alertou em 1980: “A crise na educação não é uma crise, mas, um projeto”. A temática tem sido amplamente discutida na última década.

O foco desse estudo consiste em elucidar como a retirada das disciplinas de Sociologia e Filosofia, bem como, a inserção dos “itinerários formativos” em perspectiva tecnicista impacta a qualidade da educação pública, e consequentemente a qualidade do Regime Democrático, uma vez que a ausência de uma educação integral, crítica, e libertadora, fazem da “Reforma do Ensino Médio” (MP 746) um instrumento de violação de Direitos Humanos, fortalecendo uma cultura política alienante em meio a adoção de políticas neoliberais. Este artigo está subdividido em sessões 1) Método; 2) “Novo Ensino Médio” um projeto de desmonte da Educação Básica, 3) Os reflexos do autoritarismo e a fragilidade do Regime Democrático, 4) Neoliberalismo: Educação como mercadoria, 5) Considerações finais.

Método

A pesquisa teve caráter documental -análise do teor da “Reforma do Ensino Médio” enquanto MP746- e bibliográfica, pois, foi realizada a partir de materiais já publicados, constituídos principalmente de livros, artigos de periódicos científicos. No Quadro 1 demonstramos as etapas do estudo para responder à questão norteadora:



Quadro 1 – Procedimentos metodológicos

Problema de pesquisa: De que maneira a Reforma do Ensino Médio, suas prerrogativas legais que viabilizam a privatização do ensino, e a inserção de “itinerários formativos” -educação técnica-, poderá significar a consolidação de um abismo gigante entre a educação pública e privada, intensificando as desigualdades socioeconômicas em nosso país?

Para responder, vamos percorrer as etapas seguintes:

Etapas 1	Análise documental do teor da Reforma do Ensino Médio;
Etapas 2	Análise descritiva dos aspectos constituintes do Regime Democrático Brasileiro;
Etapas 3	Contextualização da Educação enquanto direito constitucional e humano;
Etapas 4	Conclusão a partir da discussão.

Fonte: Os autores (2023).

“Novo Ensino Médio”: Afinal, Educação é mercadoria?

A fim de iniciar os procedimentos metodológicos, como ponto inicial para discutir-se esta questão: “Afinal, Educação é mercadoria?”, há necessidade de se entender o que é o neoliberalismo, abordando-o de uma maneira generalizada, para que seja possível explicitar não apenas o “novo ensino médio” como um atendo a democracia e aos direitos humanos no Brasil, mas, como a própria doutrina neoliberal, que com a sua lógica econômica visando servir ao capital, aniquila direitos em diversos âmbitos da sociedade. David Harvey (2014), geógrafo e um dos principais críticos a esta doutrina, nos aponta que o neoliberalismo é:

[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas (HARVEY, 2014, p. 2).

Para além das descrições acima, o neoliberalismo é descrito como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1995, p. 1), que nasce após a segunda guerra mundial, na

Europa e na América do norte, locais em que o capitalismo imperava. Contudo, historicamente, a primeira grande experiência neoliberal ocorre no Chile, como indica Anderson (1995), sob a ditadura de Augusto Pinochet. De maneira rígida, Pinochet começou seus programas de “desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos” (ANDERSON, 1995, p.9).

A experimentação chilena, inspirada teoricamente em Milton Friedman (1944), interessou de maneira demasiada os conselheiros britânicos de Margareth Thatcher, culminando na “subsequente adoção do neoliberalismo na Grã-Bretanha” (HARVEY, 2014, p.19). E posteriormente, nos Estados Unidos, sob o comando de Ronald Reagan. Não sendo esta a primeira vez que uma experiência brutal ocorrida na periferia do capitalismo serviria de modelo para elaboração de políticas no centro, como reitera Harvey (2014). Entende-se então, que a doutrina neoliberal, tem como objetivo principal desmontar o estado de bem estar social, acabar com as intervenções estatais na economia, colocar o estado a seu serviço e transferir a responsabilidade do estado para o indivíduo, que a partir da implementação de tal doutrina passa a ser “empreendedor de si mesmo”.

Consequentemente, para falar-se em neoliberalismo no âmbito educacional, há necessidade de se entender que a educação é um campo de intensa disputa de narrativas, interesses e principalmente, um campo de disputa entre grupos políticos, estando à reforma do ensino médio, no centro destas disputas. O chamado “novo ensino médio” faz parte de um grupo de políticas neoliberais na educação que estão presentes no mundo todo, como descrito por Laval (2019), obrigando todos os indivíduos que querem refletir sobre o que o autor chama de “neoliberalismo escolar” a se perguntarem – a que projeto de sociedade a escola serve?

Usurpada pela lógica capitalista, a escola acaba sendo submetida à dialética econômica, ou seja, se torna um bem privado (ROCHA; LIMA; e PINHEIRO, 2020). Logo, para atender as exigências do mercado, a escola passa a adotar o modelo da empresa privada, que é este modelo que “produz uma escola pautada em produtividade, competitividade e eficiência, visando maximizar indivíduos concebidos como ‘microempresas’” (MORDENTE, 2021, p.240) que capitalizariam a si mesmos para se tornarem atrativos no mercado de trabalho.

Desta maneira, o “trabalhador autônomo” passa a ser “a nova referência do ideal pedagógico: o próprio indivíduo deve incrementar seus recursos ao longo da vida com vistas a alcançar melhor renda e posição social” (ROCHA, LIMA e PINHEIRO, 2020, p.5). O que justificaria a transformação das escolas em empresas, dos alunos em consumidores e a redução dos professores a meros prestadores de serviço. Como consequência, a educação neste sistema é entendida como um produto, que será consumido por pessoas que tem poderes aquisitivos distintos, que terão acesso a educações distintas e, sobretudo, formarão sujeitos distintos.

Isto implica no aprofundamento de um cenário de desigualdades sociais, já que a escola, como descreve Laval (2019), é transformada num aparato que objetiva formar pessoas capacitadas que tem seu valor social definido na oferta e na demanda produzida pelo capital. Um sistema totalmente pautado na privatização e na meritocracia, que deixa de lado a multiplicidade de fatores sociais, históricos, políticos, geográficos e culturais que estão envolvidos no processo educativo. “Por ‘neoliberalismo escolar’, portanto, devemos compreender a migração de determinados valores econômicos do campo da economia para o da educação, movimento pelo qual tais valores ganham forte poder normativo” (ROCHA; LIMA; PINHEIRO, 2020, p. 5).

Olhando-se para trás, percebe-se que o Brasil, desde fins do século XX já passava por reformas neoliberais ao “ajustar sua política econômica e de gestão do Estado sob orientação dos organismos internacionais tais como o FMI e o Banco Mundial” (DUARTE; DERISSO, 2017, p. 2), por conta de sua dependência para com estes órgãos e em função do elevado endividamento externo, apontando-se como desfechos destes “ajustes”, as medidas de austeridade e a abertura do mercado através de eliminação de subsídios e diminuição das tarifas protecionistas. Duarte e Derisso (2017) declaram que estes acontecimentos se apresentam para a sociedade como uma modernização imprescindível para que o país se ajuste aos novos tempos e tenha chance de concorrer no mercado global. Assim, atribuiu-se a escola pública a:

Tarefa de remodelar-se para atender às mudanças no mundo do trabalho e ao seu caráter competitivo e globalizado, impondo uma formação escolar que tenha por base o desenvolvimento de habilidades e competências ao invés do acesso ao conhecimento socialmente produzido (DUARTE; DERISSO, 2017, p.2).

Constatando-se que não é recente o interesse dos neoliberais pelo setor educacional brasileiro, uma vez que a escola desde a Lei 5692/71 tem procurado formar jovens para concorrer entre si no mercado de trabalho, atendendo-se, como aponta Mordente (2020), aos interesses das classes empresariais, devendo-se enfatizar:

O fato de que a atual Reforma do Ensino Médio anuncia textualmente seu alinhamento com as premissas dos organismos internacionais, consequentemente com a orientação ideológica dos mesmos, ao passo que na Lei 5692/71 a orientação teórico-metodológica e ideológica da teoria do capital humano bem como sua vinculação aos interesses do capitalismo internacional não é explicitada (DUARTE; DERISSO, 2017, p. 139).

Busca-se aqui apontar que o projeto empreendido pelo governo de Michel Temer através da MP 746/2016, e que teve continuidade durante o governo Bolsonaro, aprofunda a dialética mercadológica no campo educacional, principalmente quando se verificam o progresso de elementos como a mercantilização da educação – em que a educação passa a ser uma mercadoria, que será consumida pelas diferentes classes; - e a formação de um sujeito neoliberal, - ao se executar disciplinas como “projeto de vida” e/ou “educação financeira” que demandam que os jovens finalizem a escola com um conjunto de habilidades e competências, como “proatividade, amabilidade, extroversão, abertura a novas experiências, capacidade de resolução de conflitos e de trabalho em equipe, conscienciosidade, estabilidade emocional” (ROCHA; LIMA; PINHEIRO, 2020, p.3), a fins de “domesticar” o estudante para um mundo cada vez mais precarizado e “uberizado”, asseverando que “a ascensão de escolas-empresas apontam para a sobre codificação das lógicas neoliberais” (MORDENTE, 2020, p. 111).

Desta forma, compreende-se que, apesar de não ser ideal, a estrutura curricular anterior possui diversos pontos positivos, como apontam Duarte e Derisso (2017), principalmente quando se reconhece que ela é a expressão das lutas travadas contra a orientação reacionária e tecnicista que a ditadura militar determinou à educação. O fato é que, se o Brasil continuar a servir a um projeto de sociedade neoliberal, a educação pública terá apenas o objetivo de habilitar mão de obra “flexível” para o mercado, ao passo que faz uma intensa apologia do

sistema capitalista apresentando-o como o único verdadeiramente “democrático” para a sociedade brasileira, e inculcando este pensamento em seus cidadãos, que não terão meios e muito menos desejos de se libertar desse sistema, uma vez que “quando a lógica neoliberal extrapola em demasiado os limites do campo econômico stricto sensu, a racionalidade do capital toma contornos de uma lei social geral” (ROCHA; LIMA; e PINHEIRO, 2020, p. 5).

Sem sombra de dúvidas a educação brasileira precisa ser reformulada. Todavia, é necessário levar-se em consideração os processos que envolvem a questão da educação, além de contar com a participação da sociedade para que se consiga pautar uma educação que busque realmente erradicar as desigualdades e valorizar o conhecimento. Como salienta Harvey (2014), em suas críticas ao neoliberalismo, enquanto o mundo continuar a seguir um modelo ideológico em que o lucro é mais estimado do que a própria democracia, a liberdade será apenas mais uma palavra.

Os reflexos do autoritarismo e a fragilidade do Regime Democrático

Conforme discutimos no item anterior, a administração estatal focada na economia através da precarização do trabalho docente e da educação uberizada é uma preferência do neoliberalismo.

Em 11 de março de 2020, o COVID-19 foi considerado uma pandemia pela OMS. Nesse contexto a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS prestaram apoio técnico ao Brasil e outros países. Na Pandemia da COVID-19, vivemos/enfrentamos crises -sanitárias, econômicas, políticas, ambientais, entre outras, na ocasião fora destacada uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – todos e todas foram pegos de surpresa, em meio, ao mais alto nível de alerta previsto no Regulamento Sanitário Internacional. E o neoliberalismo foi cruel ao banalizar vidas, afinal, o capitalismo não poderia parar, deste modo, mesmo com mortes em escala global, as pessoas eram pressionadas a retomar suas atividades laborais, e as escolas a retornarem suas atividades como depósitos dos filhos dos trabalhadores sobreviventes no sistema econômico capitalista.

O contexto pandêmico trouxe uma sobrecarga de trabalho docente para professoras/es de todas as disciplinas, “protocolos” cumpridos em diversas

plataformas diferentes, e adaptações da jornada de trabalho docente, onde aqueles que ministravam aulas presenciais, tiveram que preparar: 1) materiais para os estudantes que da modalidade presencial; 2) materiais para os estudantes que estavam tendo aulas remotas (muitos com comorbidades); 3) materiais para quem não tinha acesso à Internet e realiza atividades impressas (estes por sua vez, nem sempre possuíam livros didáticos como suporte, o que gerava uma outra demanda). A categoria da educação foi obrigada a retornar para as aulas presenciais, enfrentando salas superlotadas com adolescentes sem vacina.

O trabalho “pedagógico” nas escolas resumia-se a fiscalização de todos os protocolos estatais. Duplas jornadas de trabalho docente, sem hora atividade, sem remuneração adequada, trabalho presencial e remoto ao mesmo tempo

A antidemocrática MP de “Reforma do Ensino Médio” foi aprovada no governo Temer (2016), apesar da “Primavera Secundarista” o maior movimento estudantil das últimas décadas, onde apesar da movimentação dos estudantes com mais de 1000 escolas foram ocupadas no Estado do Paraná -a região metropolitana iniciou o movimento que se espalhou pelo Brasil-, mesmo assim, consolidou-se o desmonte da educação básica, e todos os Estados teriam 10 anos para se adequar.

O “status quo” medonho “está/estava favorável”, então, o o Governador do Estado do Paraná, aproveitou para tornar “cívico-militar” 200 escolas (onde sociologia e filosofia já foram retiradas do currículo), e coincidentemente todas essas escolas estão localizadas em territórios com altos índices de pobreza, violência, criminalidade e baixos índices no IDEB. No início de 2022 fomos comunicados que os livros didáticos de 2022 no Paraná já estavam de acordo com a “Reforma/Desmonte”. Assim como, no período ditatorial, as disciplinas de sociologia e filosofia perderam a obrigatoriedade, os livros agora diluíam -Sociologia e Filosofia- nas “Ciências Humanas e Sociais aplicadas”, algumas obras se quer mencionavam a sociologia, os clássicos, as fontes, um verdadeiro ataque à ciência. Havia obras que colocavam a Sociologia em um tópico denominado “cidadania e civismo”, ou as substituíam por “educação financeira”, “empreendedorismo” e “projeto de vida”. Como dissera Darcy Ribeiro: “a crise na educação não é uma crise, é um projeto”.

O Brasil tem uma história marcada pelo autoritarismo, pela repressão e criminalização dos movimentos sociais. É provável que a redução das liberdades

individuais e da participação política no período da ditadura civil-militar brasileira (1964 a 1985) tenham contribuído para a despolitização e/ou formação de uma cultura política antidemocrática (SILVA, 2015, p.398).

O “autoritarismo republicano” é permeado por violências e ataques aos Direitos Humanos, a cultura política foi construída com muita repressão. Cultura Política refere-se a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública (ÁLVARO MOISÉS, 2008, p. 16).

E a despolitização da sociedade -reprimindo a participação política-, de acordo com José Álvaro Moisés independentemente da perspectiva de análise, o Brasil e os países latino-americanos “viveram lapsos importantes de suas vidas sob a influência de concepções autoritárias quanto às suas relações com as instituições políticas”, e por isso, a Democracia “não é um princípio ou valor ideal” (ÁLVARO MOISÉS, 2008, p.18).

Segundo Gallardo (2014), autor da teoria crítica dos Direitos Humanos: a despolitização da sociedade, a fragilização dos movimentos sociais são elementos cruciais para a não materialização dos Direitos Humanos. Além disso, o Estado é planejado a partir de políticas econômicas, assim, se torna um grande violador dos Direitos Humanos.

Neoliberalismo: Educação como mercadoria

O No Regime Militar as disciplinas de Sociologia e Filosofia foram retiradas do currículo escolar de todos os níveis de ensino (CARMINATI, 1997), e sua obrigatoriedade retornou em 2008, e agora, fora retirada novamente no governo Temer (2016). Inclinações ao fascismo. A ideia de “apartidarismo” ganha corpo. Tal característica é perigosa:

O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento em um país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de consumo dirigido, bem como a inexistência nele de um certo

nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é a existência do capital financeiro (KONDER, 2009, p. 53)

Identificou-se que em 2016 as primeiras ações realizadas pelo Governo Temer, foram simbólicas, das quais destacam-se a extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, reduzindo-os a uma única secretaria. Posteriormente, iniciou-se uma corrida desenfreada em torno da aprovação de reformas, por meio de um instrumento que possui peso de lei: a Medida Provisória (MP). Educação Neoliberal David Harvey afirma que “O neoliberalismo é

[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas [...] (HARVEY, 2014, p. 2).

Pensando-se por esse viés, o estado brasileiro está, através da reforma do ensino médio atuando a serviço do neoliberalismo, já que a reforma **substitui** matérias que propiciam o pensamento crítico, como sociologia e filosofia, por disciplinas como “educação financeira” ou “projeto de vida”, que visam apontar “como sobreviver com autogestão, resiliência, autocontrole e perseverança nesse novo mundo do trabalho, precarizado e ‘uberizado” (GOULART, 2023).

Direitos Humanos: Um ideal democrático? Mas, e o Neoliberalismo?

Em um Estado Democrático de direito, a educação e os educadores respaldam-se [deveriam se respaldar] nos Direitos Humanos e na Constituição Federal a fim de defender a igualdade e o respeito entre todas as pessoas, vedando quaisquer tipos de discriminação, ou discursos de ódio.

O conservadorismo caminha de mãos dadas com a violação de Direitos Humanos, de acordo com Sérgio Adorno (2010), a visão estereotipada equivocada de direitos humanos forjou-se após a redemocratização do país, reflexo de um conservadorismo latente

A Democracia brasileira é jovem, e nossa sociedade parece legitimar populismo penal, o linchamento físico e moral, aparenta clamar pela violação de direitos humanos, segundo Demier e Hoeveler (2016) não passamos:

[...] uma semana sequer em que não assistimos estupefatos a algum vultoso corte de verbas nas áreas sociais; a alguma barbaridade cometida pelas degeneradas polícias militares; a alguma esdrúxula proposta antiminorias apresentada na Câmara dos Deputados; a alguma incitação ao ódio por parte de histriônicos líderes políticoreligiosos; a algum crime motivado por machismo, racismo, homofobia, transfobia e mesmo xenofobia contra haitianos; a algum linchamento de assaltante realizado por turbas animadas pelo vespertinos programas policiais [...] (DEMIER, 2016, p.11).

Considerações finais

Como conclusão, aponta-se que o novo ensino médio ao substituir uma educação autônoma que priorize o ensino crítico, por uma educação neoliberal, perpetua as desigualdades e reduz a possibilidade da classe trabalhadora de transformar a sua realidade por meio do acesso a educação de qualidade, atacando a democracia e os direitos humanos e consolidando a necropolítica de Mbembe (2018), em que o indivíduo ficaria a mercê da própria sorte.

Referências

ANDERSON, Perry et al. **Balanco do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e terra, p. 9-23, 1995.

GALLARDO, H. **Teoria crítica: matriz e possibilidade de direitos humanos**. Tradução Patrícia Fernandes. São Paulo: Unesp, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5ª edição. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “civil militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. In: Espaço Plural. Ano XIII. Nº 27. 2º semestre 2012.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, p. 71-103, 2005.

MORDENTE, Giuliana Volfzon. PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E NEOLIBERALISMO ESCOLAR: O MITO DA “EDUCAÇÃO INOVADORA”.. In: Anais do XI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política. **Anais...** Belo Horizonte (MG) Online, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sbpp/380546-PROCESSOS-DE-SUBJETIVACAO-E-NEOLIBERALISMO-ESCOLAR--O-MITO-DA-EDUCACAO-INOVADORA>.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. A colonialidade do poder. São Paulo: Clacso, 2005

ROCHA, L. P., LIMA, M. C. P., & PINHEIRO, C. V. de Q. (2020). **Neoliberalismo Escolar: A Educação de Jovens na Atualidade e seus Efeitos Subjetivos**. Revista Subjetividades, 20(Esp2), Publicado online: 28/11/2020.

RUBIO, David Sánchez. **Crítica a una cultura estática y anestesiada de derechos humanos**. Por unarecuperación de las dimensiones constituyentes de la lucha por los derechos. Revista Derechos y Libertades, n. 33, 2015.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e Concepções Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

YTURBE, Corina. Norberto Bobbio: Democracia Y Derechos. Coleção Direitos Humanos. P.197-222. In: **Norberto Bobbio: democracia, direitos humanos, guerra e paz** /Giuseppe Tosi (Org.) – v.1.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2013



Hannah Arendt e a busca por reconciliação com o mundo


Jaciel Rossa Valente

Já consolidada como clássica, a obra de Hannah Arendt continua suscitando novas reflexões nos mais diversos campos de saber. Segundo Lafer (2017, p. 73), parafraseando Calvino, “sua obra nunca termina de dizer aquilo que tem para dizer”. Por isso, sucessivas gerações de pesquisadores ligados a Filosofia, Psicologia, Ciências Sociais e História vem aprofundando o conhecimento sobre suas perspectivas, categorias, conceitos e fases da vida.

Uma das fases que vem recebendo ampla investigação é a denominada *reconciliação com mundo* (BREPOHL, 2018, p. 207). Essa abrange os escritos de Arendt de 1952 a 1963, inicialmente situadas no projeto *Elementos totalitários no marxismo*. As principais fontes desse período, são *A condição humana*, *Entre o passado e o futuro* e *Da Revolução*.

A denominação advém da característica central, a preocupação da pensadora em buscar e propor considerações face a ruptura com a tradição. Trata-se do período que Arendt refletiu sobre experiência como *apátrida* e buscou *reconciliar-se* com o mundo do qual a expulsou. Contudo, a Filosofia tende a abordar essa fase de modo estanque, deixando a ligação entre conceitos e experiências em segundo plano.

Partindo dessa lacuna entre o vivido e o narrado, abordamos a *busca por reconciliação com o mundo* no início da década de 1950 com a experiência de *apátrida*, sobretudo aquela entre 1933 e 1941. Desse modo, problematizamos, como Arendt testemunhou sua condição de *apátrida*? E quais as ligações entre sua vivência de *apátrida* com a proposta da *reconciliação com o mundo*? De



modo que objetivamos: a) mapear e analisar as experiências que gestaram o entendimento de *apátrida*; b) verificar a resposta da *reconciliação com o mundo* face a ruptura com a tradição; e c) examinar as ligações entre o vivido na fase de *apátrida* com o narrado na face da *reconciliação*.

Para levarmos a cabo essa empreitada, selecionamos dois ensaios. O primeiro, *Nós, refugiados* publicado em 1943 no *Menorah Journal*, a convite de seu amigo historiador Salo Boron (ARENDR, 2016a); e o segundo, *Compreensão e política (as dificuldades da compreensão)*, publicado em 1954 na *Partisan Review* (ARENDR, 2008a). O recorte temporal das fontes perpassa de 1943 a 1954. Todavia, a experiência que as fomentou abrange o período de 1933 a 1954. Quanto suas características, o primeiro ensaio pode ser enquadrado como uma narrativa autobiográfica sobre a experiência particular de *apátrida*. Arendt se esforça para estabelecer ligações *intersubjetivas* com as demais pessoas na mesma condição, ampliando o *espaço de experiência* a qual discorre. Enquanto que o segundo ensaio, se caracteriza como teórico, pois ressalta a tentativa de dar sentido ao vivido e pensar possíveis resposta a ruptura com a tradição. Optamos pelos dois ensaios em decorrência da disponibilidade para aprofundar a pesquisa e por concentrarem os elementos necessários para a efetivação da análise.

Estruturemos nossa análise em duas etapas. Primeira, empregamos o método de *distinções* conceituais próprio de Arendt. Em resposta a crítica de Voegelin sobre o método de *distinção* utilizado em *Origens*, Arendt (2008b, p. 423) argumentou que certos termos são “usados de modo indiscriminado para todos os tipos de fenômenos políticos, e nenhum é compreendido em seu contexto específico”, o que resulta na perda de sentido das palavras por meio da crescente generalização. Assim, a *distinção* quanto método serve para delimitar os aspectos próprios de cada conceito e acontecimento, mantendo suas relações.

Já nossa segunda etapa, empregamos a metáfora hermenêutica *estratos de experiência* elaborada por Koselleck (2006). Segundo o historiador, “Existem diferentes estratos das experiências, já adquiridas ou que podem ser vividas, do que é ou pode ser lembrado, enfim do que foi esquecido ou jamais foi transmitido, aos quais recorreremos e que são organizados a partir das perguntas atuais” (KOSELLECK, 2006, p. 267). Desse modo, encontra-se em cada termo e acontecimento certas experiências que auxiliaram na sua elaboração. Com isso podemos verificar até que ponto a *experiência* do vivido na época de *apátrida* possuiu implicações na elaboração da *busca por reconciliação com o mundo*.

O texto encontra-se dividido em três eixos. Primeiro, descrição e análise da vida de *apátrida* na França, justamente por ser essa a experiência que fomentara a elaboração do ensaio *Nós, refugiados*. Segundo eixo, verificamos a condição de *apátrida* como faceta da ruptura com a tradição. Terceiro, analisamos a proposta de *reconciliação com o mundo*.

Experiência de apátrida

No início de 1933, Hannah Arendt desenvolvia sua *habilitation* com tema em *Rabel Varnbagen* para ingressar como professora na academia alemã, quando a campanha antissemita e a retirada compulsória dos direitos dos judeus a impeliu a agir. De início, a pensadora transformou seu apartamento em Berlim num local para refugiados do Estado; após, começou a trabalhar para Kurt Blumenfeld coletando propaganda antissemita como prova para o estrangeiro.

Essa atividade não tardou a ser descoberta, a levando para prisão e um interrogatório de oito dias. Deixando a prisão, constatou que sua vida corria perigo e que era preciso fugir, iniciando a *situação-limite* que se arrastaria por 18 anos. Escapou da Alemanha pela chamada “fronteira verdade” em direção à antiga Tchecoslováquia em 1933. Em seguida, dirigiu-se para a França.

Em Paris, Arendt teve três ocupações principais. A primeira foi como secretária da agência *Agriculture et Artisanat* que tinha como missão o desenvolvimento da Palestina. Seu trabalho era ensinar história judaica, instruir no sionismo e auxiliar os jovens que desejavam imigrar. O segundo emprego foi como assistente da baronesa filantrópica Germaine de Rothschild. Ficou responsável por supervisionar e fiscalizar as doações destinadas a ações sociais. Deixando a baronesa, Arendt iniciou como secretária na agência *Aliyah da Juventude* em 1934, permanecendo até 1940.

Aliyah tinha como missão salvar crianças judias e jovens alemães os levando para a Palestina e lá os educar. Arendt ficou incumbida de orientar, buscar passaportes e direcionar o trajeto das crianças (BRUHEL, 1997, p. 145). Entretanto, conforme a propaganda antissemita aumentava na França e o ódio aos *Polack* – termo pejorativo para designar os judeus alemães – crescia, a pensadora passou a dar suporte contra a violência psicológica as crianças.

Encontrou o sustento mínimo na *Aliyah*, mas foi a rede de amigos o ponto decisivo para a manutenção emocional e intelectual. Denominada de tribo,

a rede se iniciou com o ex-marido de Arendt, Günther Stern, quem apresentou Arnold Zweig, Bertolt Brecht e Raymond Aron. Ao passo que Aron apresentou-a e conseguiu lugares para assistir os seminários de Alexandre Kojève na *École des Hautes Études*, onde conheceram Jean-Paul Sartre.

Outros pensadores, com diferentes ocupações, se juntaram a tribo, entre eles: Walter Benjamin, Erich Cohn-Bendit, Fritz Fränkel, Karl Heidenreich, Chanan Klenbort, Heinrich Blücher (segundo marido de Arendt), Nina Gourfinkel, Rachel Bespaloff, Nicolas Berdyaev, Lev Shestov e Gabriel Marcel. Na tribo não havia lugar para diferenças nacionais, culturais, choques ideológicos ou profissionais. O que mantinha os laços era as experiências de *apátrida* e a força do pensar. Young-Bruehl (1997, p. 143) quem melhor caracterizou a tribo na França, afirmando ser “uma pequena ilha de cosmopolitismo e consciência de que eram párias”. Ou seja, o espaço possibilitou a Arendt atividade livre do pensar, pelo menos até 1940.

A pensadora que havia escapado de uma primeira convocação em janeiro de 1940, não escapou da segunda em maio. Foi encaminhada para o Velódromo de inverno com outras 2.300 mulheres. Passada uma semana, foram reconduzidas ao Campo de Internamento de Gurs. Segundo Heberlein (2021, p. 93), neste momento de completa perda de contexto, Arendt se deparou com a hipótese de suicídio.

Permaneceu em Gurs até o momento da capitulação da França. Após o colapso do governo francês, saiu do campo e se dirigiu a cidade de Lurdes onde encontrou seu amigo Walter Benjamin. Passaram alguns dias jogando xadrez, discutindo sobre a situação calamitosa e buscando meios de escapar da França. Ambos seguiram para Montauban, considerada o refúgio dos *apátridas*, onde encontraram Heinrich. O momento era de uma corrida desesperada por qualquer documento, ajuda ou meio que os tirassem da França. Os boatos, a desinformação e as notícias falsas aumentavam exponencialmente o caos. Nesse mar de especulações, os rumores que as chances eram maiores de fugir via Marselha, cresciam.

Arendt resolveu ir para Marselha, onde conheceu as obras de Hobbes e Tocqueville e iniciou a escrita do que viria a ser *Origens do totalitarismo*. Lá recebeu de Walter Benjamin o manuscrito *Teses sobre o conceito de história* e a missão de entregá-lo para publicação no *Instituto para Pesquisa Social*. Pedido

intrigante, uma vez que Benjamin dispunha de maior chance de escapar da França devido sua coleta de documento estar adiantada. Como sabemos, Benjamin se suicidou quando sua fuga falhou na fronteira com a Espanha. Já nos EUA, a pensadora soube da morte, a levando a um grande choque. Nunca transpôs seus pensamentos e sentimentos de forma clara, mas deixou uma série de fragmentos como poemas e pequenos trechos testemunhais. Em contrapartida, a influência do pensamento de Benjamin permeia toda sua obra, principalmente as discussões sobre história.

A luta foi árdua, mas a pensadora reuniu os papéis necessários e deixou a França. Atravessou a Espanha e chegou em Lisboa, onde esperou quatro meses por um navio. Embarcou no dia 10 de maio de 1941, graças a um *short list* organizado por Varian Fry via *Emergency Rescue Committee* para Nova York. Assim, conforme pontuou Heberlein (2021, p. 116), Arendt “não seguia para algo, mas deixava tudo para trás”. Se levava algo, era apenas sua condição de *apátrida*.

Uma faceta da ruptura, apátridas

Da chegada à América, até a publicação de *Origens do totalitarismo*, em 1951, além das dificuldades e esforços comuns entre os *apátridas*, foi um período de intensa inquietude na vida de Hannah Arendt. Nesse momento, ocorreu a sedimentação da experiência de *apátrida* quanto *locus* reflexivo.

No ensaio *Nós, refugiados* de 1943, podemos investigar a envergadura da experiência para sua obra. Arendt abre a discussão afirmando que o Totalitarismo e o Holocausto consumaram a ruptura com a tradição. Entre as facetas da ruptura, encontra-se a deturpação do status de refugiado e o nascimento de um novo ser humano.

Segundo Arendt (2016b, p. 41) “meu pressuposto é que o próprio pensamento emerge de incidentes da experiência viva e a eles deve permanecer ligado, já que são os únicos marcos por onde pode obter orientação”. Noutras palavras, o pensado e o narrado devem permanecer ligados a experiência, se almejam a compreensão do passado. Seguindo este pressuposto, a pensadora afirmou que “um refugiado costumava ser uma pessoa levada a buscar refúgio por causa de algum ato praticado ou opinião sustentada” (ARENDR, 2016a, p.

477). Na tradição, refugiado designava uma pessoa que teve ou sustentou uma oposição em um ambiente político/cultural, por meio de um ato/discurso. Assim como denotava a individualidade da condição.

Todavia, a referência e a designação do status foram esfaceladas em diferentes *estratos*. De acordo com Levi (1988, p. 14), “nada disso [justiça ou perdão], porém, nos foi concedido, já que éramos muitos, e pouco o tempo. Além do mais, de que deveríamos nos arrepender ou sermos perdoados?”. Interrogação cabal de Levi, pois esclarece a mudança ocorrida no status de refugiado. Os homens não tinham do que se arrepender ou serem perdoados, não haviam praticado ou proclamado nenhuma opinião radical. A maioria nunca procurou ter uma opinião radical sobre qualquer assunto. Ao passo que “éramos muitos e pouco o tempo”, indicando a inversão da referência individual e excepcional para a coletividade e regular.

A partir da dissolução da designação de refugiado, Arendt (2016a, p. 479) afirmou que “a história contemporânea criou um novo tipo de seres humanos – o tipo que é colocado em campos de concentração por seus inimigos e em campos de internamento por seus amigos”. Com isso, a pensadora remete a sua experiência no Campo de Gurs no momento que a Alemanha entra em guerra com a França. Simultaneamente, testemunhou que “depois que os alemães invadiram o país, o governo francês tinha só que mudar o nome da firma; tendo sido preso porque éramos alemães, não fomos libertados porque éramos judeus” (ARENDR, 2016a, p. 486). Expressa a memória do desamparo, pois foi o momento que Arendt percebeu que sua vida não corria perigo somente na Alemanha nazista, mas em qualquer país.

Comentou que “um dia fomos alguém com quem as pessoas se importavam, éramos amados por amigos e até conhecidos por senhorios [...]. Um dia pudemos comprar nossa comida e andar de metrô sem nos ser dito que éramos indesejados” (ARENDR, 2016a, p. 485). Arendt constatou que não era uma refugiada, mas uma *apátrida* – uma *worldlessness* –, pois onde quer que fosse seria indesejada.

A pensadora neste texto, coloca em simetria o status de *apátrida*, identidade e ser judeu, muito pelo fato que a identidade vista como indesejada naquele contexto era do judeu e a maioria dos *apátridas* serem judeus. Ressaltado isso, Arendt (2016a, p. 490-491) lembrou que

Se começássemos a falar a verdade de que não somos nada além de judeus, isso significaria que nos expomos ao destino de seres humanos que, desprotegidos por qualquer lei específica ou convenção política, não são nada além de seres humanos. Eu dificilmente posso imaginar uma atitude mais perigosa, visto que realmente vivemos em um mundo no qual os seres humanos como tais deixaram de existir há algum tempo.

Esse novo ser humano, indesejado e sem amparo político, estava exposto e confinado a condição mais perigosa daquele momento, a condição *laboral*, de mero humano. O mundo que estava organizado por comunidades políticas, assegurava os direitos políticos, civis e humanos de todos que dentro delas estivessem. De acordo com Ribas (2010, p. 126) “perderam [os *apátridas*] a proteção do governo, que não significou ‘apenas a perda da condição legal no país, mas em todos os países’”. Assim, confirmar ser judeu era afirmar que estava a margem da lei, a margem da comunidade política e dos homens, a margem da própria humanidade.

De acordo com Heberlein (2021, p. 136), “a lição que o Holocausto nos ensinou foi que ser considerado humano não basta para nos proteger de atrocidades. É preciso cidadania”. Desse modo, Arendt desenvolveu a máxima *direito de ter direitos*, o que aponta para uma revisão da noção clássica de Direitos Humanos. Com base na sua experiência, indiciou que os Direitos Humanos não estavam garantidos pela história e nem pela natureza, como os historicistas acreditavam devido a assinatura da Carta Magna em 1966, e os filósofos iluministas propunham pelo estado de natureza. Os direitos dos homens somente poderiam ser garantidos por eles mesmos dentro de uma comunidade política. Destarte, o *direito de ter direitos* designa o direito de pertencer a uma comunidade política.

Diferente dos refugiados que foram expulsos de suas comunidades políticas, mas mantiveram a possibilidade de reconstrução do lar em uma nova terra, os *apátridas* tiveram tal possibilidade negada. Arendt (2016a, p. 478) testemunhou que

Perdemos nosso lar, o que significa a familiaridade de uma vida cotidiana. Perdemos nossa ocupação, o que significa a confiança de que temos alguma utilidade neste mundo. Perdemos nossa língua, o que significa a naturalidade das relações, a simplicidades dos gestos e expressão espontânea dos sentimentos. Deixamos nossos parentes nos guetos poloneses, e nossos melhores amigos foram mortos em campos de concentração, e isso significa a ruptura de nossa vida privada.

A perda da comunidade política significou muito mais que a perda dos direitos civis e políticos, significou o esfacelamento da vida pública e privada. Sem a familiaridade do lar, sem os senhorios das relações, sem a relevância da linguagem e, em última instância, sem a espontaneidade dos sentimentos e atos, os *apátridas* foram impedidos de reconstruir um novo lar.

Como bem pontuou Ribas (2010, p. 126), “embora a perda do lar não fosse sem precedentes, era sem precedentes a absoluta impossibilidade de encontrar um novo lar”. Refugiados rompiam com a vida pública de origem, mas não com a sua vida privada; ao mesmo tempo que tinham em suas mãos a possibilidade de reconstrução do lar em outros países. Já os *apátridas*, desprovidos de cidadania e tendo seus direitos humanos negados, também tiveram a possibilidade de um novo lar negado e suas vidas públicas e privadas esfaceladas. Tanto a vida quanto a identidade, permaneciam em constante ameaça. Porém, Arendt conservou a imagem da “forasteira”, da donzela de terras longínquas do poema *Das Mädchen aus der Fremde*, de Schiller, que segue caminhando, sem destino, questionando a experiência.

A reconciliação com o mundo via compreensão

Refletindo a partir de sua experiência, Arendt (2008a, p. 332) constatou que “o problema com a sabedoria do passado é que ela se desfaz entre nossas mãos, por assim dizer, tão logo tentamos aplicá-la honestamente às experiências políticas centrais de nossa época”. Assim, sinalizou que o Totalitarismo e o Holocausto romperam com o sistema interpretativo que dotava de sentido os acontecimentos. O arcabouço cultural, reflexivo e interpretativo da tradição de pensamento Ocidental não dava mais conta de explicar a ruptura em *living experience* (LAFER, 2004).

De acordo com Arendt (2016a, p. 480), “são experiências reais que os arrepiam. Não há mais necessidade de enfeitiçar o passado; ele está fascinado o suficiente com a realidade”. A experiência arrepia os ouvintes. Seu testemunho se assemelha ao relato do inferno. Negar-se-ia, em um primeiro momento, o que os *apátridas* e sobreviventes dos campos relataram. Já num segundo momento, problematizaram como julgar e punir atos sem precedentes? Em última instância, a pergunta se traduzia em como continuar a viver neste mundo?

Primeiro a pensadora irá propor o ponto de observação *ex post facto* como fundamental no processo de retomar o *mundo comum* como nossa casa. Segundo Arendt (2008a, p. 332), a compreensão “de assuntos políticos e históricos, por serem tão humanos e fundamentais, guarda certa semelhança com a compreensão das pessoas: só sabemos quem é alguém, essencialmente, após sua morte”. Ou seja, somente após um acontecimento ou uma vida terem chegado ao fim que podemos levar a cabo o processo de compreensão. Nesse processo “o olhar do historiador é apenas a visão cientificamente treinado da compreensão humana” (ARENDR, 2008a, p. 342). Indicando que a compreensão está disponível a todos e frisando o papel habilitado do historiador.

Esse processo inicia pela compreensão preliminar que é exercida individualmente no cerne do pensamento. Arendt (2008a, p. 335) pontuou que “o conteúdo da verdadeira compreensão, se ela não quiser se perder nas nuvens da mera especulação – risco sempre presente –, deve sempre continuar a ser aquela pista dada pela compreensão preliminar”. Isto é, a compreensão sempre deve se basear no reconhecimento e reflexão do vivido. Resgatando assim seu pressuposto de que toda teoria, conceito ou termo deve permanecer ligado a experiência.

Por partir e permanecer ligada a experiência, o ato de compreender “significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós – sem negar sua existência” (ARENDR, 2012, p. 12). Complementando que significa “encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja” (ARENDR, 2012, p. 12). Assim, partir da experiência significa aceitar o que aconteceu para então refletir e compreender.

Do mesmo modo que “sem preconceitos” indica que “*compreensão não é um processo de dedução ou explicação causal, pois não produz resultados*

definitivos, mas tem a finalidade de gerar significados” (DI PEGO, 2016, p. 78 – *tradução nossa*)¹. Não sendo um simples processo explicativo, a pensadora se distanciava da logicidade que molda uma ideia em premissa, pois essa relegaria as ações a processos determinantes e engolfaria os atores em estruturas.

Assim, compreensão não é um processo organizativo da matéria factual, mas uma atividade que resgata e dota de significado as experiências. Por isso Arendt (2008a, p. 342) afirmou que “o evento esclarece seu próprio passado; nunca pode ser deduzido dele”. Nexos causais, ainda que interessantes, perdem o significado do vivido, pois desconsideram o fato de que matéria factual nasceu da contingência. Deste modo, Arendt e seus amigos – enquanto viviam como *apátridas* na França descobriram – “encaravam suas histórias [experiências] pelo que eram – um modo de encontrar significado num mundo caótico” (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 135). Encontrar significado, esse era o grande empenho da compreensão.

Aceitar como um fato e buscar o significado do vivido, expressando-o no *mundo comum* por meio de uma narrativa. Heberlein (2021, p. 13) evidenciou como ato necessário para continuar a existência nesse mundo. Ao mesmo tempo que nada disso “significa negar os fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência” (ARENDRT, 2012, p. 12). A narrativa decorrente da compreensão nega explicações causais e noções generalizantes, pois essas suprimiriam os atores, o inaudito, o chocante e os sentimentos do vivido.

Arendt (2008b, p. 419) então propôs imaginar que um

o historiador esteja diante de uma imensa miséria numa sociedade de grande riqueza, como a miséria das classes trabalhadoras inglesas nas fases iniciais da Revolução Industrial. A reação humana natural a tais condições é de raiva e indignação, pois essas condições ferem a dignidade humana. Se descrevo essas condições sem permitir a interferências de minha indignação, é porque retirei esse fenômeno particular de seu contexto na sociedade humana e, com isso, furtivei-lhe uma parte de sua natureza, privei-o de uma de suas características intrínsecas importantes.

1 “la comprensión no constituye un proceso de deducción o explicación causal, porque no produce resultados definitivos, sino que tiene por objeto la generación de sentido” (DI PEGO, 2016, p. 78).

Registrar a emoção gerada em um evento é parte integrante do compromisso da narrativa, logo do processo de compreensão. Nada disso tem relação com sentimentalismo ou moralidade, mas como um pressuposto simples de que não podemos abrir mão de nossas emoções ao pensarmos e analisarmos; assim como não temos como extirpar as emoções dos testemunhos averiguados por nenhum método.

Destarte, compreensão “é uma atividade interminável por meio da qual, em constante mudança e variação, chegamos a um acordo e a uma conciliação com a realidade, isto é, tentamos sentir o mundo como nossa casa” (ARENDR, 2008a, p. 330). Como sempre estamos ampliando nosso *espaço de experiência*, a compreensão se mostra como uma atividade intermitente, já que sempre revelamos e damos novos sentidos ao vivido. Assim, “o passado é nossa experiência, cujos fatos nos levam à compreensão e, ao mesmo tempo, a uma reconciliação com o passado” (BREPOHL, 2001c, p. 32), ou seja, com o vivido. O processo de compreensão parte da experiência e a ela retorna por meio de considerações significativas sobre o que aconteceu, resultando então na reconciliação com *mundo*.

Considerações finais

Ao partirmos da lacuna existente entre a ligação da experiência de *apátrida* de Hannah Arendt com a fase de sua vida denominada *reconciliação com o mundo*, problematizemos como a pensadora descreveu sua condição de *apátrida*? E quais as ligações dessa experiência com a proposta de *reconciliação*?

Destarte, objetivemos: a) mapear e analisar as experiências que gestaram o entendimento de *apátrida*; b) verificar a resposta da *reconciliação com o mundo* face a ruptura com a tradição; e c) examinar as ligações entre o vivido na fase de *apátrida* com o narrado na fase da *reconciliação*.

Desse modo, desembocamos nas seguintes considerações. O período de *apátrida* na França, entre 1933 a 1940, se caracterizou pela perda de direitos, pela constatação de ser indesejada onde quer que fosse, pela tensa busca de escapar do continente Europeu e pela perda de contexto. Ao passo que constatamos que foi graças a formação da tribo que Arendt recebeu o suporte necessário para continuar lutando pela existência e preservando o ato de reflexão.

Já nos EUA, dedicou-se a constatação e análise da ruptura com a tradição. Entre as faces da ruptura, ressaltou a deterioração do status de refugiado para *apátrida*. Afirmou que um novo ser nasceu, o qual é levado a campos de extermínio por seus inimigos e a campos de internamento por seus amigos. Grandes contingentes populacionais perderam seus direitos civis e políticos, não por terem tido opiniões ou atos radicais, mas em decorrência de suas identidades. Foram levados a sobreviverem como indesejáveis em outros cantos, perdendo o contexto privado e público, o que resultou a corrosão da espontaneidade. Em última instância, perderam a possibilidade de reconstruir um novo lar onde quer que fossem.

Em resposta ao vivido, Arendt propôs como medida compreender o acontecido, uma vez que é por meio da observação, aceitação e reflexão da experiência que podemos melhor compreender os sentidos dos atos. Isso não significa perdoar, mas aceitar o fato e, a partir de então, buscar resgar/dotar de sentidos as experiências. Seria então uma forma de recuperar o contexto, a profundidade da existência, de criar raízes, de se entender com a própria experiência, de voltar a agir e, então, se *reconciliar com o mundo*.

Referências

ARENDT, Hannah. Compreensão e política (as dificuldades da compreensão). In: ARENDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo** (ensaios) 1930-1954. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008a.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. Nós, refugiados. In: ARENDT, Hannah. **Escritos judaicos**. Tradução Laura Degaspere Monte Mascaro, Luciana Garcia de Oliveira, Thiago Dias da Silva. Barueri, São Paulo: Amariyls, 2016a, p. 477-492.

ARENDT, Hannah. Prefácio: a quebra entre o passado e o futuro. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016b.

ARENDT, Hannah. Uma réplica a Eric Voegelin. In: ARENDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo** (ensaios) 1930-1954. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b, p. 417-424.

BREPOHL, Marion. A paixão militante; os escritos de Hannah Arendt sobre o eu revolucionário. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 66, n. 2, p. 203-224, Jul./Dez. 2018.

BREPOHL, Marion. Pensamento e ação na obra de Hannah Arendt. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n. 24, p. 27-38, Jan./Jun. 2001.

DI PEGO, Anabella. La comprensión como perspectiva metodológica em Hannah Arendt. **Andamios**, v. 13, n. 31, p. 61-83, may/agos. 2016.

HEBERLEIN, Ann. **Arendt: entre o amor e o mal: uma biografia**. Tradução Kristin Lie Garrubo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.


LAFER, Celso. Hannah Arendt: 110 anos. **Revista Brasileira**, v. 6, n. 90, p. 73-76, Jan./Fev. 2017.

LAFER, Celso. Na confluência entre o pensar e o agir: sobre uma experiência com os conceitos de Hannah Arendt. In: DUARTE, André.; LOPREATO, Christina.; BREPOHL, Marion. (Orgs.). **A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 335-351.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

RIBAS, Christina Miranda. **Justiça em tempos sombrios: a justiça no pensamento de Hannah Arendt**. Ponta Grossa, Paraná: Editora UEPG, 2010.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt**. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.



A exposição “juventudes e participação” e sua reflexão sobre as violações aos Direitos Humanos ocorridas durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985)

Luan Prado Piovani

Fabio Lanza

José Wilson Neves Júnior

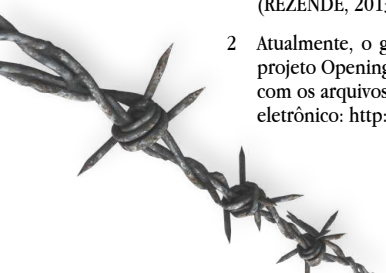
Após o golpe militar de 1964, foi implementado um modelo político-ideológico de sociedade e de Estado. A ditadura militar que se impôs ao país executou um processo de modernização econômica conservadora e, no campo político, visava construir uma democracia tutelada pelos militares (NAPOLITANO, 2014). Este ideal de democracia¹ seria marcado pelo consenso, não poderia haver grandes desvios contra a “ordem” do grupo de poder, o dissenso era tomado como sendo um elemento subversivo. Toda oposição ao regime sofria com uma vigilância constante, que servia de pilar para a repressão que marcou a ditadura.

Logo no primeiro governo ditatorial, o general-presidente Castelo Branco criou se um órgão especializado em reunir informações sobre indivíduos e grupos que fossem uma ameaça em potencial. Esta organização, denominada Serviço Nacional de Informações (SNI), em um período curto se ramificou, abrindo agências regionais em diversos pontos do país (JOFFILY, 2014). A agência de Curitiba, responsável pela vigilância dos estados do Paraná e Santa Catarina, produziu os informes e relatórios que compuseram a exposição “Juventudes e Participação”² (2022).

O recrudescimento da política repressiva, com a imposição do Ato Institucional número 5 (AI-5) em 1968, levou à criação de uma vasta rede de

1 Para uma análise aprofundada sobre o tipo de democracia consensual que tentou ser implementada pela ditadura militar, sugiro o livro “A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964 – 1984” (REZENDE, 2013).

2 Atualmente, o grupo de pesquisa vinculado ao projeto “Os Documentos Inéditos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)” realiza o trabalho de catalogação para facilitar futuras pesquisas com os arquivos. Para mais informações sobre as atividades desenvolvidas, favor acessar o seguinte endereço eletrônico: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligoes/pages/projeto-arquivos-ineditos.php>



vigilância. Para Fico, “A ‘comunidade’ amparava-se naquilo que podemos chamar de ‘pilares básicos’ de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura.” (FICO, 2001, p. 175). A linha ideológica seguida pelos agentes da comunidade de segurança e informações foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) formulada na Escola Superior de Guerra – ESG. Este modo de pensar, fortemente anticomunista, determinou a atuação dos órgãos repressivos, além do próprio governo ditatorial.

Os documentos produzidos pelo SNI são compostos por uma infinidade de dossiês e relatórios que eram produzidos pela agência central e pelas seções regionais deste aparato. Esta documentação buscava sustentar a repressão, por meio do levantamento de dados e da espionagem sobre todos os indivíduos que fossem contrários ao governo ditatorial, que eram tomados como sendo “subversivos”. O combate à “subversão” acabou sendo demasiado abstrato, causando com que milhares de cidadãos fossem tomados como suspeitos de estarem contra a ordem e contra a “Revolução de 1964” (SAMWAYS, 2013).

Dentro dos diversos segmentos da sociedade civil que atuavam contra o regime ditatorial, se encontrava a categoria dos estudantes. O estudantado era alvo do sistema de informações devido a sua atuação política opositora, e por conta dos setores de inteligência considerarem os jovens alunos mais suscetíveis às doutrinações dos subversivos. As mudanças comportamentais e culturais, que marcaram a juventude dos anos 1960/1970, também foram mal-recebidas pelos agentes, por considerarem uma degradação dos valores morais tradicionais impulsionado pelo Movimento Comunista Internacional (FICO, 2001). A atuação do Movimento Estudantil (ME) foi vigiada pelos órgãos de segurança e informação em todo o território nacional, incluindo o Paraná.

Por este motivo, a exposição “Juventudes e Participação” buscou recuperar a memória desses jovens que fizeram frente ao estado ditatorial, e sua luta acabou sendo registrada e, de certa forma, eternizada pelos órgãos de segurança e informação. A mostra foi exibida na réplica da primeira igreja matriz de Londrina³, localizada no campus da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e ficou em exibição entre os dias 02 de agosto a 02 de setembro de 2022.

3 O espaço apelidado de “Capela da UEL” é laico, público e sua programação artística e cultural está vinculada ao CLCH Cultural. Destacamos ainda que não possui vínculos religiosos e não abriga de forma oficial manifestações nesse sentido. Para maiores informações ver: <https://sites.uel.br/clch/sem-categoria/2022/08/10/exposicao-juventudes-e-participacao-ocorrera-na-replica-da-1a-igreja-matriz-de-londrina-no-calçada-do-campus-da-uel-ate-02-de-setembro/>.

Material e Métodos

Os arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI) que foram utilizados para a confecção da exposição estão disponíveis para acesso público no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH-UEL) – tendo sido recuperados e preservados pela equipe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e pelo Arquivo Nacional. Os documentos do SNI-PR foram concedidos ao NDPH-UEL por meio de parceria estabelecida entre o núcleo londrinense, o Arquivo Nacional e o CPDOC-FGV, a professora Miliandre Garcia, na época do Departamento de História da UEL, foi a responsável pela mediação.

O NDPH conta com um acervo de 7559 páginas digitalizadas provenientes do Arquivo Nacional, estes documentos foram produzidos pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) da seção de Curitiba. Esta documentação permite dimensionar como ocorria a sistematização da informação e como a vigilância era constante contra qualquer oposição ao governo ditatorial. Mesmo neste contexto adverso, os estudantes mantiveram sua atuação política.

A elaboração da exposição contou com documentos originais do SNI ampliados e banners, muitos ficavam suspensos no ar e eram ordenados para não os deixar esparsos e sem sentido lógico. Foram elaborados categorias e arquivos que dialogavam entre si foram deixados próximos, alguns elementos estruturantes de destaque foram a ordenação dos arquivos da “Operação Marumbi” e aqueles relativos à vigilância sob o movimento negro. Além disso, a exibição contou com uma grade de ferro que representou a violência e a repressão, nela foram colocadas fotos de vítimas da ditadura e poemas de resistência à ditadura e autoritarismos.

A mostra também contou com a elaboração de um material audiovisual, que era exibido regularmente no local da exposição e depois foi disponibilizado na plataforma YouTube⁴. O vídeo foi produzido pela equipe do grupo de pesquisa, que elaborou o roteiro com base na bibliografia especializada, levantou as imagens do período retratado e deu voz para as narrações. A direção de artes foi feita pelo designer Alexsander de Oliveira Barbosa⁵.

⁴ O vídeo elaborado para a exposição encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=bb3tp1FsLxw&t=11s>

⁵ Para conhecer o portfólio do artista, acesse: <https://www.behance.net/alexanderbarbosa>

Tanto o material confeccionado para a exposição física quanto a peça audiovisual visam garantir que este conteúdo seja encaminhado para as escolas públicas do norte do Paraná. Possuindo uma perspectiva extensionista, o grupo visa criar uma exposição itinerante, fazendo com que os alunos tenham contato direto com a exposição. Os objetivos traçados e a produção dos materiais contaram com o apoio e recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Resultados e Discussão

A exposição teve o apoio dos meios jornalísticos que disseminaram e popularizaram os resultados da pesquisa. Jornais relevantes do norte do Paraná, como a Folha de Londrina⁶, o Brasil de Fato⁷ e a Rede Lume de jornalistas⁸, publicaram artigos expondo os trabalhos do grupo de pesquisa, quais os materiais que compoñham a mostra e o objetivo desta. Além destes periódicos supracitados, houve a divulgação realizada pelo jornal oficial da UEL⁹. A divulgação foi ampla e a exposição contou com a visita de aproximadamente 500 pessoas.

A mostra contou com a visita do professor brasileiro James Green, que esteve em Londrina para realizar uma conferência sobre democracia e ações golpistas. Este evento também foi organizado pela equipe de pesquisa e contou com o apoio do CNPq. Ademais, o professor Green é membro da equipe do projeto que estudo e classifica os arquivos da CIA e do SNI. Além disso, este acadêmico estadunidense viveu no país durante a ditadura e é referência para aqueles que estudam o período¹⁰.

Foram produzidos materiais importantes para realizar atividades de

6 “Pesquisadores da UEL analisam arquivos inéditos sobre ditadura”. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/pesquisadores-da-uel-analisam-arquivos-ineditos-sobre-ditadura-3221999e.html>

7 “Documentos inéditos que mostram perseguição à juventude durante a ditadura são expostos na UEL”. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2022/08/18/documentos-ineditos-que-mostram-perseguiçao-a-juventude-durante-a-ditadura-sao-expostos-na-uel>

8 “Exposição sobre direitos humanos na UEL revela arquivos dos ‘anos de chumbo’”. Disponível em: <https://redelume.com.br/2022/08/12/exposicao-na-uel-expoe-arquivos-dos-anos-de-chumbo/>

9 “Exposição traz documentos inéditos da CIA produzidos no PR durante a ditadura militar”. Disponível em: <https://operobal.uel.br/politica/2022/08/11/exposicao-traz-documentos-ineditos-da-cia-produzidos-no-pr-durante-a-ditadura-militar/>

10 Para maiores informações sobre a conferência, favor consultar: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/no-brasil-nao-ha-democracia-por-cao-da-desigualdade-diz-historiador-americano/>

extensão e manter a memória da ditadura viva, fazendo frente aos negacionismo e revisionismo histórico defendido pelo atual governo (PIOVANI, LANZA, NEVES JR., 2021). Como afirma Theodor Adorno (1995), é necessário fazer um exercício de memória, isto é, lembrar a história e as atrocidades cometidas, até os detalhes mais sórdidos, para evitar que esses eventos tornem a acontecer. A exposição visa, portanto, quebrar essa concepção do senso comum de que o passado é apenas “aquilo que já passou” e reforçar o peso da história para que não vivamos em uma sociedade amnésica, que acaba cometendo as mesmas atrocidades.

Poderia ser enfatizado que se busca utilizar os dados históricos, políticos e sociais, coletados na produção da pesquisa junto ao arquivo do SNI – PR e SC, como estratégia epistemológica e de mediação ao público não acadêmico para evidenciar como foi sofrido e conflituoso aos jovens o processo que resultou na conquista da redemocratização no Brasil já nos anos 80 do século XX. Este ensino crítico visa levantar questões sociológicas importantes que marcam o presente contexto, como a necessidade de reforçar as instituições democráticas, por destacar as arbitrariedades e violências que faziam parte do cotidiano ditatorial.

Considerações Finais

A exposição “Juventudes e Participação” visou disponibilizar de forma dinâmica os resultados de pesquisas com acervos documentais de órgãos de vigilância e repressão do período ditatorial brasileiro, com enfoque especial dado a seção de Curitiba do Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável pelo monitoramento dos estados do Paraná e Santa Catarina. O enfoque principal da exposição foi a valorização das articulações estudantis, evidenciando o papel da juventude no processo de luta e questionamento do regime ditatorial, assim como indicar as distintas formas de repressão impostas a categoria em decorrência do posicionamento que assumiram. A exposição contou com banners e material audiovisual, que foram elaborados pelo grupo de pesquisa responsável. O apoio e recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária (PR) foram essenciais para a realização dos trabalhos.

Esta exposição seguiu uma perspectiva de extensão universitária, visando atingir não só a comunidade interna, como também a comunidade externa em

geral. Foi incentivada a visita de colégios das redes públicas e privadas, além de coletivos, organizações e demais indivíduos que tenham interesse pela temática.

A divulgação destes arquivos constitui-se um ato de denúncia das violações dos Direitos Humanos cometidas pelo Estado, visando a restauração da verdade, incentivo à memória e valorização dos atores que lutaram pela redemocratização. Ademais, o direcionamento da exposição para um público mais jovem visa assegurar que estes tenham acesso aos fatos ocorridos durante o período de exceção. Esse exercício de reflexão busca reforçar o estado democrático de direito, por expor as arbitrariedades e violações que ocorriam na ditadura. Por fim, essa atividade integrada de pesquisa e extensão também se constitui enquanto ato de resistência contra o negacionismo e revisionismo histórico que atualmente marcam as narrativas em relação a este momento sombrio da história nacional.

Referências

ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz (1995). Disponível em: <<https://rizomas.net/arquivos/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf>>. Acesso em 06 out. 2022.


FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

JOFFILY, Mariana. *O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30 – 48.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PIOVANI, Luan P.; LANZA, Fabio; NEVES JR, José W. A. O discurso negacionista no governo Bolsonaro: uma análise dos discursos oficiais com paralelos nos arquivos do SNI. In: SILVA, Elaine C. et. all. (Orgs). *Experiências de exceção no pós-ditadura*. Maringá: Edições Diálogos, 2021, p. 99-108.

SAMWAYS, Daniel. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970 – 1973)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.




Tornar a violência invisível, visível: apoio da CPT aos desapropriados e herdeiros de Papanduva-SC (1987)

Mayume Christine Minatogawa

Em 1956, foi promulgado o Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956, que previa a desapropriação de 89 propriedades pertencentes a pequenos e médios agricultores. A desapropriação objetivava aumentar a área já ocupada pelo Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH), de uso da 5ª Região Militar. O processo desapropriatório foi permeado por irregularidades, como o não pagamento das indenizações e atitudes arbitrárias por parte do Exército, dando início a uma longa disputa entre desapropriados/herdeiros e o Exército/Estado. As desapropriações só aconteceram de fato em 1963, ou seja, sete anos após a promulgação do decreto desapropriatório. A partir de 1963, então, tem-se início um longo processo de luta envolvendo tanto os próprios desapropriados, quanto, posteriormente, seus herdeiros.

É possível dividir a luta em três fases, a primeira compreende o período de 1963 a 1978 e caracteriza-se pelo reconhecimento de que direitos haviam sido desrespeitados, nesse momento a luta era realizada individualmente. O segundo momento é a partir de 1978, com a criação da Sociedade Núcleo Rural Papuá, uma organização criada e gerida pelos desapropriados, é nesse momento também que a luta ganha caráter coletivo. Mas, o período que nos interessa nesse trabalho é o que podemos chamar de terceira fase de lutas, tendo início em 1985, quando ocorre a aproximação da Comissão Pastoral da Terra e as estratégias de luta diversificam-se.

O trabalho aqui proposto é parte da pesquisa que desenvolvo no Mestrado, que tem como tema principal as diferentes formas de resistências



empregas pelos desapropriados de Papanduva-SC, no período entre 1956 e 1988, bem como as violências por parte do Estado representado, nesse caso, pelo Exército. No presente texto, abordarei o caso envolvendo dois jovens “herdeiros”, Edilson Gonçalves de Oliveira e Hamilton Gonçalves de Oliveira, que sofreram diretamente a violência dos militares do CIMH, em 1987. O objetivo principal consiste em pensar a violência contra integrantes dos chamados grupos subalternos como não sendo exclusiva de governos autoritários. Outro ponto a que o trabalho se dedica é entender a atuação da Comissão Pastoral da Terra em apoio aos desapropriados/herdeiros e, mais especificamente, contra as violações dos direitos desses indivíduos.

A questão da violência e da invisibilidade

A violência contra os grupos subalternos – consideramos os desapropriados/herdeiros como pertencentes a esses grupos –, em diversos momentos, não se altera muito entre democracias e ditaduras. Isto porque formas habituais e institucionais se confundem, como por exemplo, o fator preconceito (de gênero, racial ou religioso). Lvovich (2020), ao analisar as ditaduras militares da América Latina, constatou que muitas das repressões empregadas pelos Estados ditatoriais eram, na verdade, formas habituais de violência institucional. Assim sendo, apenas a dicotomia democracia-ditadura não é suficiente para entender a violência estatal aplicada nos países latino americanos.

Há que se considerar, também, neste caso, o próprio lugar ocupado pelos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC, lugar esse longe dos centros urbanos e de marginalização e invisibilização. Ainda segundo Lvovich, quando se trata de violência destinada a grupos nessas condições, ela própria assume um caráter de invisibilidade. No caso brasileiro, a violência contra camponeses e indígenas é datada anteriormente ao século XX, sendo nesse período somente intensificada e naturalizada (LVOVICH, 2020, p. 95). De acordo com Marion Brepohl, Marcos Gonçalves e Emerson Gabardo (2018, p. 324), a própria invisibilização da violência e repressão é também por si só uma forma de violência, pois aqueles por ela afetados dificilmente conseguem que suas demandas judiciais sejam atendidas.

O que é considerado, por aqueles que estão inseridos na sociedade civil, como violência oriunda exclusivamente de um Estado de exceção, é somente a

realidade para aqueles que estão à sua margem. Dessa forma, pensar as violências cometidas contra os grupos subalternos como invisíveis implica em pensar a própria subalternidade desses indivíduos, que por vezes, não conseguem agir autonomamente para reclamar suas memórias e exigir justiça (LVOVICH, 2020, p. 104).

A partir dessas breves considerações, é possível pensar algumas táticas empregadas pela Comissão Pastoral da Terra, sobretudo no que tange ao tornar visível para a sociedade o que estava acontecendo em Papanduva-SC, mas antes disso, é preciso entender a atuação da CPT de forma mais geral.

Comissão Pastoral da Terra

No Brasil, os camponeses ganharam atenção especial da CPT, criada em 1975, não como objetos de caridade, mas sim como grupo social capaz de atingir a libertação. A Pastoral não é uma organização composta unicamente de religiosos católicos, conta com a participação de agentes de outras denominações, como luteranos, adotando o ecumenismo como prática, e há, também, a participação dos chamados leigos. A criação da CPT ocorreu para que conseguisse atender as demandas das populações do campo. Dessa forma, a violência no campo pode ser entendida, como destaca Mitidiero Junior (2008, p. 264), como uma das principais motivações para a criação da entidade.

Em decorrência das fortes influências da Teologia da Libertação – ou Cristianismo da Libertação –, a CPT centrava suas ações na prática na materialidade com o objetivo de alcançar a libertação dos chamados “pobres” do mundo. A organização não se dedicou somente a questões religiosas, como a evangelização, mas também buscou atuar politicamente, como na reivindicação por reforma agrária e a transformação da sociedade, inclusive, é de seus quadros que anos mais tarde saíram aqueles que fundariam o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A criação da CPT e a sua ligação com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) representou, para as dinâmicas internas da Igreja, uma vitória rumo à mudança na missão dos clérigos católicos. E, socialmente tratando, sua criação e atuação foram como fermento para a luta e surgimento de outros movimentos que atuam até os dias de hoje, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em relação ao momento de surgimento da Comissão Pastoral da Terra, Mitidiero Junior (2008, p. 154) destaca que ela nasce em meio a três temporalidades diferentes: (1) o tempo social, marcado pela submissão e exploração das populações do campo; (2) o tempo eclesial, marcado por mudanças e aberturas na própria Igreja a partir do Concílio Vaticano II, das Conferências de Medellín e de Puebla e da formulação da Teologia da Libertação; e, (3) a temporalidade atemporal dos textos bíblicos.

Em relação à organização prática adotada pela CPT, esta pauta-se nas experiências, dessa forma, cada regional possui uma metodologia de trabalho própria e que melhor atenda às necessidades de onde e com quem atuam. O objetivo dos trabalhos realizados pela Pastoral da Terra é o de ajudar grupos e comunidades a se organizarem, buscando a autopromoção desses indivíduos. A metodologia geral adotada pela Comissão Pastoral da Terra está pautada na ideia de “fazer com” e não “fazer para”, isto é, os agentes pastorais procuram engajar os membros dos grupos/comunidades nas atividades e que estes sejam os protagonistas das lutas. O discurso da CPT prevê uma atuação em conjunto, em que o papel principal dos agentes pastorais é o de auxiliar na percepção de que caminhos adotar para luta e buscar que os próprios grupos comunitários sejam protagonistas e participem até chegar ao ponto de serem autônomos (BASTOS, 2012, p. 136).

Comissão Pastoral da Terra e o apoio aos desapropriados de Papanduva-SC

A questão da invisibilidade dos grupos subalternos estende-se também às lutas empreendidas e às violências sofridas, no caso dos desapropriados de Papanduva-SC não foi diferente. A CPT atuou em apoio à luta desses pequenos e médios proprietários de diversas formas, como por exemplo, na organização de acampamentos e passeatas, na tentativa de contatar autoridades e, no caso que nos interessa aqui, na busca por visibilizar o que estava ocorrendo no Planalto Norte Catarinense e, mais especificamente, o caso de violência por parte dos militares do CIMH contra dois desapropriados, Hamilton Gonçalves de Oliveira e Edilson Gonçalves de Oliveira.

Na manhã do dia 02 de março de 1987, os primos Edilson e Hamilton estavam cuidando da criação de porcos – em alguns relatos é dito que os jovens

estavam nadando no rio Papanduva, marco das divisas das terras da família e do CIMH –, por volta de meio dia, alguns soldados entram no terreno da família e pediram para que os dois rapazes adentrassem a área do CIMH para responder algumas perguntas, os dois se negaram. Na narrativa dos militares, foi dito que os Edilson e Hamilton haviam ultrapassado os limites da área privativa da 5ª Região Militar e sabiam disso, conforme consta na denúncia redigida pelo Procurador Militar Péricles Aurélio de Queiroz (QUEIROZ, 1987).

Edilson conseguiu fugir, mas na hora da fuga foram disparados dois tiros contra ele, segundo relato de Ebrahim Gonçalves de Oliveira, seu pai. Hamilton Gonçalves de Oliveira, no entanto, foi preso pelos militares fora da área do CIMH. No momento de sua prisão, foi amarrado com cordas de *nylon* pelos soldados presentes, foi também espancado e levado à sede do campo. No CIMH, foi relatado que recebeu tapas do Coronel José Nilton Romero. No dia 03, foi levado a Rio Negro-PR, onde passou por exame médico, que concluiu que o jovem estava apenas com os ferimentos de quando foi derrubado. Lá, ficou na delegacia, incomunicável, foi preso sob a justificativa de “desacato à autoridade”. Além disso, sofreu ameaças pois diziam que se alguém tentasse libertá-lo essa pessoa seria “eliminada”. Hamilton contou com um advogado que o estava ajudando a relaxar a prisão (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1987). Todas essas informações foram retiradas de um telex enviado pela CPT-SC para a CPT de Goiânia, evidenciando, assim, que o apoio prestado pela Pastoral não se limitou apenas em organizar os desapropriados/herdeiros para lutarem pelas terras, mas atuou também no sentido de denunciar as violências cometidas pelo Exército contra aquele grupo. No final do documento há uma observação, de que fosse enviado telex relatando o ocorrido para o Ministério do Exército, 5ª Região Militar de Curitiba, Presidente José Sarney e MIRAD.

Como anteriormente mencionado, a metodologia de atuação da CPT tem como base a ação coletiva, mas em que os verdadeiros protagonistas das lutas sejam os próprios trabalhadores. No Movimento dos Desapropriados, surgiram algumas figuras de liderança, uma delas era Ebrahim Gonçalves de Oliveira, pai de Edilson Gonçalves de Oliveira. O pai de Hamilton também era visto como uma figura de liderança. É pela proeminência na luta que a família estava sendo perseguida pelos militares. Além disso, Edilson Gonçalves de Oliveira, que estava junto quando Hamilton foi preso, contou, em entrevista ao Jornal do Brasil

(1987), que muito provavelmente os militares se confundiram achando que se tratavam do pai e tios, Ebrahim Gonçalves de Oliveira, Hercídio Gonçalves de Oliveira e Gilberto Gonçalves de Oliveira. Os três ficaram marcados pelos militares após desmentirem o coronel Romeiro em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em que provaram que o Exército estava jogando granadas nas áreas ocupadas por famílias de agricultores.

O ocorrido com Hamilton gerou repercussões, foi realizada uma entrevista coletiva convocada pela Comissão Pastoral da Terra e, além disso, uma comitiva de desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC foi na Assembleia Legislativa de Santa Catarina denunciar a violência cometida – espancamento e ameaças – contra a família Oliveira para a procurador Ela Volkme (*JORNAL DE SANTA CATARINA*, 1987). Essas mobilizações evidenciam como esse grupo de pequenos e médios agricultores desapropriados aprenderam a falar e por quais meios faziam isso.

A Comissão Pastoral da Terra também denunciou o caso no Boletim da CPT Nacional, na matéria intitulada “A velha violência na Nova República”. A matéria trata do caso de violência contra o agricultor Hamilton Gonçalves de Oliveira, além disso, finaliza trazendo pontos do contexto mais amplo pelo qual o Brasil passava, a redemocratização. Aborda que os torturadores da Ditadura Militar estão livres, o que faz com que seja possível que surjam novos torturadores, por exemplo, os militares que agrediram Hamilton. A questão da abertura democrática foi bastante enfatizada no texto, percebe-se uma certa quebra de expectativas por parte dos agentes da CPT com o novo modelo político que se inaugurava, por outro lado, evidencia a capacidade dos agentes de entenderem a realidade vivida no país, assim como preconizava a Teologia da Libertação, pois somente conhecendo a realidade é que a prática se tornaria mais eficaz.

Considerações finais

Recursos, táticas e estratégias desenvolvidas pela CPT em apoio às lutas dos “pobres” do mundo ajudaram esses grupos a desenvolverem uma organização e cultura de luta. Essa questão é bastante perceptível no que tange aos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC, evidente que todas as experiências por eles passadas contribuíram também, mas a aproximação da CPT impulsionou

a luta. Em geral, os movimentos dos camponeses se caracterizam por serem, locais e/ou regionais cuja unidade é momentânea e frágil. Hobsbawm (1976, p. 8) defende, então, que a ideia de um movimento camponês geral não é viável, mas isso não quer dizer subestimar a força de tais aglutinações de movimentos. A CPT, sobretudo a regional de Santa Catarina, contribuiu muito para que os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC dessem um passo adiante na luta, mas, para além disso, contribuiu para criar uma consciência política entre os reivindicantes e para que, assim, pudessem sair dessa zona de invisibilidade.

Fontes

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-SC. [Telex] 05 mar. 1987, Florianópolis [para] Comissão Pastoral da Terra-GO, [S. l.]. 1fl.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Coronel acusado de espancamento**, Florianópolis, 06 mar. 1987.

JORNAL DO BRASIL. **Lavrador acusa o Exército de prender sobrinho em Papanduva**, Rio de Janeiro, 07 mar. 1987.

QUEIROZ, Péricles Aurélio de. [denúncia] Exo. Sr. Doutor Juiz – Auditor da Auditoria da 5ª circunscrição judiciária militar – denúncia, 09 mar. 1987.

Referências

BASTOS, Fernanda Conceição de Souza. **Cultura, política e os afazeres da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2012.

BREPOHL, M.; GONÇALVES, M.; GABARDO, E. As violências do Estado de exceção e a defesa da memória contra a invisibilidade dos grupos vulneráveis. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 117, pp. 321-361, jul./dez. 2018.

HOBBSAWM, Eric. Los campesinos y la política. **Cuadernos Anagrama**, nº 128. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

LVOVICH, Daniel. La violencia dictatorial y la violencia estatal de largo plazo en el Cono Sur de América Latina: Entre lo excepcional y lo habitual. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 85-108, jan/jun., 2020.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.




“E daí?”: a intensificação do acesso à morte no Brasil

Paulo Roberto Krüger

Em 1947 era publicada a obra *A Peste* de Albert Camus, argelino que criou uma ficção sobre uma epidemia de peste que teria ocorrido na cidade de Orã. A obra retrata como a essa peste desarticulou os hábitos locais e causou transformações profundas em vários personagens, sendo que alguns mudaram de uma postura individualista para uma postura mais coletivista. Aqui, enfatizo a discussão no âmbito político local em torno das ações da prefeitura frente a peste, bem como um negacionismo inicial que tardou as ações profiláticas para conter o avanço da doença (CAMUS, 2019).

Dr. Rieux, o médico narrador da ficção, junto com o Dr. Castel foram figuras importantes para convencer o Dr. Richard (médico da prefeitura) e o Prefeito da cidade que medidas deveriam ser tomadas, para evitar uma avalanche de mortes. Para Rieux a ausência de medidas seria catastrófica, podendo “matar metade da população” da cidade em pouco tempo. A Prefeitura informou por meio de cartazes a existência de uma “febre perniciososa”. A intenção parecia a de não atormentar a opinião pública. Também, anunciaram algumas medidas: “desratização científica” e vigilância em relação ao fornecimento de água. Assim como, recomendaram: a higienização pessoal, em caso de presença de pulgas as pessoas deveriam se apresentar ao órgão competente, notificar os responsáveis em caso de sintomas, isolar os pacientes em alas especiais nos hospitais etc.

Hoje, diante a pandemia do COVID-19, olhamos para a política federal brasileira e nos vemos na Orã ficcional de Camus, porém, em estágio de deterioração maior. Essa deterioração pode ser verificada a partir: da negação



do vírus, considerado “superdimensionado” ou como “gripezinha” (BBC NEWS BRASIL, 2020) pelo chefe do executivo; da divulgação de medicamentos não comprovados para o tratamento da doença; da falta de investimentos na saúde, visto que até o fim de julho o Ministério da Saúde havia gastado menos de um terço da verba destinada ao combate da pandemia (G1, 2020); bem como o constante discurso da priorização econômica proveniente do Governo Federal (com ataques às medidas tomadas por prefeitos e governadores), em detrimento da saúde da classe trabalhadora (BARBIÉRI; CALGARO; CLAVERY, 2020). Essas, dentre outras medidas, colocaram o Brasil na 2ª posição em contágios e mortos pelo COVID-19 no mundo (Quadro 1).

Quadro 1: Dados de contágio e morte pelo COVID-19 nos 5 países mais afetados até o dia 30/08/20.

POSIÇÃO	PAÍS	CONTÁGIO	MORTES	RECUPERAÇÃO
1º	EUA	5.969.916	182.841	2.140.614
2º	BRASIL	3.846.153	120.462	3.202.185
3º	ÍNDIA	3.542.733	63.498	2.713.933
4º	RÚSSIA	987.470	17.045	804.941
5º	PERU	639.435	28.607	446.675

Fonte: Sem autor: COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU). Johns Hopkins University & Medicine. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

Ao observarmos a quantificação do contágio e de mortes resultantes do COVID-19 no Brasil, poderíamos considerar isso como resultado de uma falta de política pública. Porém, poderíamos optar por analisar essa “falta” como uma estratégia (CERTEAU, 1998, p. 46)¹ de política pública do Governo Federal diante à pandemia. Uma política não voltada à vida, mas uma política que torna a morte cada vez mais acessível, uma economia de morte, ou como definido por Achille Mbembe, uma necropolítica.

1 Podemos partir da noção de estratégia desenvolvida por Michel de Certeau, que a considera um cálculo de relações de força em quem o dominante (empresa, exército, cidade, instituição pública etc.) produz uma racionalização para se estabelecer em um lugar e travando uma relação com seu alvo (cliente, soldados, cidadãos etc.) (CERTEAU, 1998).

A noção de necropolítica foi apresentada no ensaio *Necropolítica* do historiador camaronês Achille Mbembe, publicado em 2003 e traduzido pela revista *Arte & Ensino* da UFRJ. Nesse ensaio Mbembe apresenta a necropolítica como uma espécie de complemento da biopolítica foucaultiana, onde em nome da vida o recurso de matar torna-se uma ferramenta aceitável, com a intenção de preservar outra vida. Essa necropolítica não mata os indivíduos apenas fisicamente, mas também os elimina subjetivamente – aspectos culturais, símbolos, históricos etc., garantindo um processo de desumanização (MBEMBE, 2016).

Deve ser somado a essa economia de morte a noção de racialização. Outrora a epidermização da inferioridade de Frantz Fanon² tornou-se o devir-negro do mundo de Mbembe. Peter Pál Pelbart, ao analisar essa noção de devir-negro, a resume como se fosse uma extrapolação do racismo colonial, onde o negro tornou-se uma mercadoria e entrou na lógica da acumulação colonial – segundo ele, acumulação “que deu origem ao capitalismo”. Na contemporaneidade essa extrapolação, ou melhor a racialização, fez com que o sofrimento da exploração negra fosse universalizado a outros indivíduos considerados subalternos – imigrantes, favelados, desempregados, descartáveis (PELBART, 2018, p. 36-38).

A partir dessas duas noções – racialização e necropolítica – podemos considerar que a política do não fazer, impetrada pelo Governo Federal (também reforçada por governanças locais), tem um alvo específico, os “cidadãos brasileiros descartáveis/substituíveis”. Talvez a cidade de São Paulo seja o maior laboratório para mensurarmos essa política, já que no começo de agosto ela acumulava mais de 10 mil mortes pelo COVID-19 e tinha registrado mais de 230 mil infectados, apesar de pesquisas de amostragem apontarem para a possibilidade de mais de 1,3 milhões de infectados. Mesmo com a doença não fazendo distinção entre ricos e pobres, ela esbarra nas barreiras invisíveis de nossa desigualdade, pois as medidas profiláticas e de isolamento ocorridas na maior cidade do Brasil eram muito mais fáceis de serem realizadas por famílias de classe média e alta, que possuem acesso a saneamento básico e dispõem de espaço físico suficiente para

2 Uma noção importante na obra *Pele negra, máscaras brancas*, de Fanon, é o de epidermização. Fanon apresenta esta obra como um empreendimento psicológico com a intenção de desalienar o negro a partir da sua tomada de consciência dos mecanismos coloniais que estabeleceram uma desigualdade econômica e social da realidade. Para além disso, o autor considera necessário ir além dessas duas instâncias e enfrentar a própria questão da interiorização – “epidermização” – da inferioridade que foi estabelecida a partir da associação à cor da pele (FANON, 2008, p. 28).

isso, enquanto nas periferias a realidade é oposta. Além disso, os setores que mais empregam essa população vulnerável é o que continuou funcionando na totalidade e parcialidade (tidos como serviços essenciais). Então, a população pobre encarou e ainda encara aglomerações no transporte público e no compartilhamento de espaços, se expondo muito mais ao vírus do que a classe média e alta, que são atendidas por esses trabalhadores, na maioria negros, com baixa renda e baixa escolaridade (GALIANO; ARROYO, 2020).

Para nos aproximarmos mais dessa realidade necropolítica racializada podemos citar a situação dos motoboys e demais entregadores. Um caso que ganhou notoriedade foi o do motoboy Paulo Roberto, conhecido como Galo, que no dia 22 de março de 2020 gravou um vídeo denunciando a situação de precariedade de sua atividade econômica. No desabafo de Galo, ele buscou fazer o espectador “olhar para uma classe que até então é invisível, que é marginalizada e que vocês têm tratado como nada. Tá bom? Funciona assim: se um motoboy morrer, tem dez favelados para entrar no lugar, porque tá precisando, igual eu que estou precisando” (GALO apud JORNALISTAS LIVRES, 2020).

A afirmação de Galo se soma ao *Levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos* da UFBA, apresentado em agosto de 2020. Os pesquisadores entrevistaram entregadores motociclistas e ciclistas (103 ao total) em 39 cidades diferentes, entre os dias 26 e 31 de julho de 2020. Esses trabalhadores atuam cerca de 6,16 dias por semana, com carga horária média de 10 horas e 24 minutos diárias – ou seja, 64,5 horas semanais – sendo que durante a pandemia, 18,7% dos seus rendimentos líquidos têm sido utilizados para a se manter em atividade (manutenção, combustível, internet etc.). Além disso, 85% dos entrevistados afirmam receber menos do que dois salários-mínimos mensais e 44% deles afirmam receber menos do que um salário-mínimo mensal. Ademais, 33% dos entrevistados já sofreram acidentes – 70% dos entrevistados conhecerem algum outro entregador que já se acidentou. Desses acidentados, 72% criticam a ausência de apoio de aplicativos e até o bloqueio das atividades por parte dos apps (FILGUEIRAS; LIMA, 2020, p. 01).

Assim, surgiram grupos de entregadores, como os *Entregadores Antifascistas* e o *Treta no Trampo*, que em junho de 2020 mobilizaram a greve de entregadores do dia 1º de julho. Essa greve foi a tática (CERTEAU, 1998, p.

100-101)³ utilizada por eles para denunciar a precariedade da situação em que se encontram, agravada desde 2017 pela reforma trabalhista do governo Temer, que ampliou drasticamente a terceirização do trabalho. Os entregadores pressionam o congresso por medidas que protejam a categoria, obrigando as empresas de delivery a pagarem vale-alimentação, refeição e álcool em gel, para assim trabalharem mais dignamente e se protegerem da contaminação do COVID-19 (MONTERASTELLI; SERAFINI, 2020).

Mas, retornemos à temática da peste de Camus. Essa obra é mais profunda do que o tema sobre a peste, ela é uma alegoria acerca do regime nazifascista da primeira metade do século XX. É uma denúncia, mas também um alerta, visto que Camus afirma que o bacilo da peste permanece a espreita e que em algum momento ela poderia acordar seus ratos e trazê-los para morrer em alguma cidade.

Esses ratos reapareceram e/ou ganharam força em vários lugares do mundo. No Brasil, o neoliberalismo, o ultraconservadorismo e o fascismo se travestiram de ratos, que deixaram as zonas sombrias e reapareceram à luz do dia. Esses ratos se proliferam diante à exploração racializada, que é mascarada por discursos de produtividade, proatividade, mérito, valores, ou ainda como afirma Byung-Chul Han (2017) desempenho – uma vez que vivemos em uma atual sociedade do desempenho⁴.

Aos personagens de Camus surgem situações novas, que possivelmente não ocorreriam sem o surgimento da peste, sendo que muitos deles abandonam seus interesses individuais em prol da coletividade, buscando dar mais importância à vida do que qualquer outro interesse. Porém, nossa atual peste – a pandemia e sobretudo o fascismo, o ultraconservadorismo, o neoliberalismo – parece muito mais intensificar uma política de morte dirigida aos indivíduos considerados descartáveis, como os motoboys e entregadores, assim, como trabalhadoras domésticas, operários da indústria, trabalhadores informais etc.

Diferentemente da peste de Camus, a nossa peste parece expor ainda

³ A tática certeuniana é impetrada pelo indivíduo ordinário, o desprovido de um próprio – de um lugar. Essa tática é a ação frente a estratégia dominante, sendo que ela utiliza o espaço dos dominantes e as falhas cometidas por eles, como elemento para sua ocorrência. São respostas dadas golpe por golpe, fragmentada e ocasionalmente (CERTEU, 1998).

⁴ Segundo Byung-Chul Han, vivemos uma sociedade de desempenho, que colocam os indivíduos em um estado de hiperatividade que acabam por desenvolver problemas neuronais e não conseguem se desligar dessa auto exploração para conseguir refletir sobre a sua situação e a situação do mundo (HAN, 2017).

mais as mazelas da sociedade brasileira e intensificar as nossas desigualdades. Nossa peste atinge violentamente os mais vulneráveis, a quem são destinadas as valas comuns dos cemitérios brasileiros, por quê? Porque ao olhar dos nossos ratos, esses vulneráveis são descartáveis.

Referências Bibliográficas

CAMUS, Albert. **A peste**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

BARBIÉRI, Luiz F.; CALGARO, Fernanda; CLAVERY, Elisa: Argumentos oficiais para justificar MPs sobre Covid-19 divergem das posições de Bolsonaro; compare. **G1**, 08 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/08/argumentos-oficiais-para-justificar-mps-sobre-covid-19-divergem-das-posicoes-de-bolsonaro-compare.ghtml>>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

BBC NEWS BRASIL. Relembra frases de Bolsonaro sobre a covid-19. **BBC NEWS BRASIL**, 07 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FILGUEIRAS, Vitor A.; LIMA, Uallace M. **Projeto caminhos do trabalho: tendências, dinâmicas e interfaces, do local ao global**. Levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil. Salvador: UFBA, 2020. Relatório 1 de pesquisa. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Aplicativos-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 31 de ago. de 2020.

G1. Ministério da Saúde gastou menos de um terço da verba de combate ao coronavírus, diz TCU. **G1**, 22 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/22/ministerio-da-saude-gastou-menos-de-um-terco-da-verba-de-combate-ao-coronavirus-diz-tcu.ghtml>>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

GALLIANO, Jorge; ARROYO, Lorena. Os mapas da pandemia revelam as desigualdades na América Latina. **El País**, 04 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-08-04/os-mapas-da-pandemia-revelam-as-desigualdades-na-america-latina.html>>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

JORNALISTAS LIVRES. **Diário de um motoboy de app em tempos de coronavírus**. (2020). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ARQeQkxjmWo>>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

MONTERASTELLI, Alessandra; SERAFINI, Mariana. Mensajeros antifascistas. **Rebelión**, 01 de jul. de 2020. Disponível em: < <https://rebellion.org/mensajeros-antifascistas/>> . Acesso em: 31 de ago. de 2020.

PELBART, Peter Pál. O devir-negro do mundo. **Revista Cult**, São Paulo, ano 21, p. 30-41, nov./2018.



O terricídio como categoria útil de análise histórica: reflexões sobre os exílios

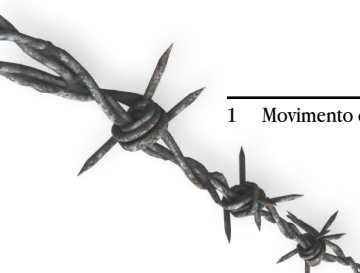
Fernando Bagiotto Botton

Dentre os dias 14 de março e 22 de maio de 2021, uma congregação de mulheres indígenas, representantes das 36 nações ancestrais da Argentina, denominada “Movimiento de mujeres indígenas por el buen vivir”¹ realizaram uma grande caminhada por todo país, totalizando aproximadamente 2000 quilômetros. Um dos principais objetivos da marcha era, em suas palavras “propor que o terricídio seja considerado um crime de lesa humanidade e lesa natureza”. É justamente nesse contexto de lutas políticas por sobrevivência que reemerge esse conceito com outras cores e significações. (PAIXÃO, 2021) É nesse sentido que viemos compreender algumas das implicações éticas, políticas e epistemológicas para refletir sobre o presente e o passado da humanidade como um todo.

Terricídio não é um conceito absolutamente novo, Georges Lefebvre já empregou o termo, inspirado no poeta Jean-Clarence Lambert, ao concebê-lo como morte ou assassinato da terra. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também empregou o conceito ainda em 1984, definindo-o como

“a destruição de um povo pelo atentado contra suas terras, pela usurpação de seu território de origem, pela invasão de seu espaço geográfico [...] perder a terra e sua posse comunitária equivale a perder: a fonte de economia; as condições de saúde; o espaço social; a seiva cultural; a configuração histórica; o eixo da religião e, mais ainda, a perspectiva que poderíamos chamar de utópica e até escatológica, ou seja, a esperança de viver. (CNBB/CIMI Apud HAESBAERT, 2021, p. 11)”

1 Movimento de mulheres indígenas pelo bem viver (T.do A.)



A estrutura principal do argumento é o mesmo, isto é: que o assassinato da terra é um crime *lesa humanidad* uma vez que retira de povos inteiros suas condições de sobrevivência, reprodução e permanência no planeta. Porém, a terminologia assumida pelo movimento de mulheres indígenas é amplificada já que insere outros fatores interseccionais em sua composição, especialmente nas dimensões de gênero, raça, espécie e marcadores socioambientais. Trata-se de um posicionamento público frente às invasões de terra, mineração, expropriação de terras indígenas, caça, pesca e criação de gado ilegal, assassinato, estupro e demais violências às comunidades ancestrais, apagamento de modos de vida, além do assassinato da terra, das águas e seus ciclos naturais. Por isso, precisamos compreender o conceito a partir de uma epistemologia própria, isto é: a pura objetividade da ciência iluminista europeia não é capaz de compreender o conceito uma vez que suas premissas imiscuem dimensões cosmológicas, espirituais, biológicas, éticas e sistêmicas.

Segundo a intelectual mapuche e uma das líderes do Movimiento de Mujeres por el Buen Vivir, Moira Milán:

La visión cosmogónica de los pueblos indígenas concibe distintas dimensiones de vida. En general se mencionan tres. La dimensión tangible, la más conocida, es el plano de existencia en el que desenvolvemos nuestra vida como terrícolas. La segunda dimensión es el plano espiritual, el mundo perceptible, aquel constituido por fuerzas elementales que cohabitan con nosotres, pero no son terrícolas, pertenecen enteramente al ecosistema espiritual. [...] El tercer plano de existencia es el plano de la cultura telúrica. ¿A qué me refiero con esto? Son las culturas que emergen desde la territorialidad de los pueblos. Esa pluriversidad de modos de habitar el mundo que surgen desde el conocimiento, reconocimiento y percepción del orden cósmico. Estas culturas establecen como norma la reciprocidad y el respeto a esas dos dimensiones de vida que identifica como dual y complementaria (MILÁN, 2020, p. 48-49).

Percebamos que o conceito de terricídio apenas pode ser compreendido por meio de uma articulação harmônica entre essas três dimensões da cosmologia ancestral, uma vez que não se apropria apenas da dimensão tangível, mais propícia aos postulados científicos, mas também se vale das dimensões espirituais que englobam o xamanismo, as reflexões da floresta (KOHN, 2021) e as narrativas ancestrais. Além disso, há essa dimensão telúrica, que de certa maneira entrecruza as duas dimensões anteriores, uma vez que conecta espiritualidade e

territorialidade, de forma a compreender a *t-Terra*² como um ente coletivamente constituído. Mais que isso, o elemento telúrico demonstra a constituição de modos de vida a partir desse entrecruzamento e desse entendimento da unidade entre os seres vivos e a *t-Terra*.

É a partir dessa epistemologia simultaneamente científica e cosmológica que compreendemos a possibilidade para pensarmos o conceito de *terrícídio* enquanto justaposição entre três fatores preponderantemente expressivos na história e na contemporaneidade latino-americana: o ecocídio, o feminicídio e o epistemicídio. Como consequência lógica e prática desses três fatores, adicionamos também o genocídio.

Ao compreendermos então o planeta Terra e a terra de plantio como entes literalmente vivos e suportes para a sobrevivência dos demais seres, então compreendemos o ecocídio como um crime *lesa humanidade*, além de lesar também animais, plantas e todos os demais reinos vivos. Trata-se da ação humana desenfreada no sentido de ampliar a produtividade econômica em detrimento das condições ambientais, por meio de poluição, desmatamento, aniquilamento de ecossistemas, queimadas, devastação de mares e mangues, destruição da camada de ozônio e conseqüente aquecimento global etc. Não por acaso trata-se de um conceito jurídico, uma vez que sua pretensão é tratar tais ações como criminosas e penalmente imputáveis. Isso permite que os pesquisadores do direito Bruno Heringer Júnior e Raquel Fabiana Lopes Sparenberger encontrem nexos íntimos entre o ecocídio e o genocídio: “Fatores ambientais, assim, têm contribuído decisivamente para a instauração ou a perpetuação de conflitos humanos que vêm assumindo feições genocidas nos últimos tempos (2017, p. 1135)”. A tentativa desses e muitos outros juristas é de articular o ecocídio ao genocídio já que o último é qualificado como *core crimes*, e por isso se adscvem na jurisdição de tribunais penais internacionais, tais como o de Haia.

As conseqüências do ecocídio são tamanhas que uma grande parte da comunidade científica é uníssona na reclassificação da época geológica pela qual vivemos. Segundo Dipesh Chakrabarty

2 O termo *t-Terra* é empregado pela bibliografia ameríndia e ecológica para designar na mesma sentença a dimensão da terra enquanto elemento físico/químico pelas quais as plantas nascem em sua dimensão mais ínfima, quanto também ao planeta em suas dimensões astronômicas.

Agora que os humanos – graças à nossa numerosa população, à queima de combustíveis fósseis e a outras atividades afins – nos tornamos agentes geológicos no planeta, alguns cientistas propuseram que reconhecamos o início de uma nova era geológica, na qual os humanos agem como o principal determinante do ambiente do planeta. O nome cunhado para esta nova era geológica é Antropoceno (2013, p. 11)

O antropoceno é um conceito muito em voga em nossa discussão científica, cada vez mais transdisciplinar entre humanidades e ciências da terra, tal como defendido pelo antropólogo Bruno Latour através do que denomina enquanto híbridos (2020). Isto é, implicações acentuadas que se estabelecem entre elementos humanos e naturais de forma tão mesclada que é capaz de nos questionar acerca da própria precisão ou validade da distinção canônica da epistemologia eurocêntrica da distinção entre natureza e cultura. De todas as formas, todas essas dimensões estão diretamente adscritas ao campo da política, uma vez que é de ação humana e pública as decisões sobre o clima, as vidas ancestrais, o manejo dos solos, dos animais, das águas, dos recursos renováveis e não renováveis, enfim, do próprio futuro do planeta. É justamente essa escala planetária que permite compreendermos as reais consequências da devastação natural, tão alarmada por cientistas, ambientalistas, militantes e nações ancestrais. Por tal motivo se torna premente a absoluta necessidade de tipificação de ecocídio como crime, já que impacta irreversivelmente a capacidade do planeta em sua estrutura para manter níveis de sobrevivência humana, animal, vegetal, bacteriana e fúngica por meio da oferta de água, distribuição de oxigênio, alimentação e controle de temperatura.

Se o conceito de antropoceno esclarece sobre a dimensão física do problema, o conceito de terricídio é mais amplo, uma vez que compreende a questão também em suas dimensões espirituais e telúricas. É por isso que uma segunda dimensão do terricídio deve ser compreendida, que é a questão do epistemicídio, ou em termos mais simples, a eliminação de modos de existência. Segundo a filósofa argentina Gabriela Balcarce, ao tratar sobre o terricídio: “La epistemología se construye como un tejido heterogéneo de prácticas, recetas de cocina, relatos, cantos y sueños que rompen con la linealidad del tiempo en el denso tejido de las memorias ancestrales” (2021, p. 455). Isso é, epistemologia nessa concepção não é apenas voltada aos pressupostos científicos mas ao

estabelecimento de vivências e relações intersubjetivas e intercomunitárias. Nisso está a raiz do argumento do Movimento de Mulheres Indígenas pelo Bem Viver, afinal, o conceito de bem-viver que elas estabelecem é muito próximo daquilo que Manari Ushigua conceitua como *sumak kawsay* enquanto

‘un concepto que viene desde el mundo espiritual y nos enseña la importancia de estar equilibrados con el mundo de la selva’ [...] *Sumak* significa “armoniosa” en kichwa, por lo que conectar con la vida espiritual es sinónimo que conectar con lo que acontece en la selva, con aquello que emerge en el vivir y es por ello que ‘nuestra crisis ecológica es también una crisis espiritual’ (Balcarce, 2021, 454).

Desse desequilíbrio desarmônico com as forças xamânicas advém isso que a autora chama por uma *crise espiritual*, nada mais que manifesta em nossos tempos pelo distanciamento incondicional da humanidade com os elementos naturais. A própria estrutura do humanismo científico, que separa as esferas da natureza e da cultura, são sintomáticas dessa crise uma vez que a esfera cultural e puramente humana afasta sobremaneira seu pertencimento à esfera natural, dos demais animais e plantas. Essa separação é absolutamente questionada pelos povos originários, tal como podemos encontrar em Ailton Krenak:

A ideia dos Krenak sobre a criatura humana é precária. Os seres humanos não têm certificado, podem dar errado. Essa noção de que a humanidade é predestinada é bobagem. Nenhum outro animal pensa isso. Os Krenak desconfiam desse destino humano, por isso que a gente se filia ao rio, à pedra, às plantas e a outros seres com quem temos afinidade. É importante saber com quem podemos nos associar, em uma perspectiva existencial mesmo, em vez de ficarmos convencidos de que estamos com a bola toda. Foi esse ponto de observação que me fez afirmar que nós não somos a humanidade que pensamos ser [...] se acreditamos que quem apita nesse organismo maravilhoso que é a Terra são os tais humanos, acabamos incorrendo no grave erro de achar que existe uma qualidade humana especial (2020, p.22).

[...]

Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos (2020, p.39).

Essa crítica, ainda muito custosa para a epistemologia eurocêntrica é o cerne do argumento assumido pela dinâmica do conceito de terricídio, isso é:

compreender o epistemicídio como a negação e aniquilação de modos de vida outros, que não assumem o capitalismo ocidental e suas implicações espirituais como modo de vida único a ser aceitável hegemonicamente no planeta. É justamente por isso que Moira Milán nos alerta que:

El ecosistema perceptible se ha debilitado no sólo por la afectación provocada por el extractivismo, sino además por la falta de comunicación espiritual entre les humanas y Pu Ngen. Los portales de comunicación entre estas fuerzas elementales y los pueblos han sido apresados por los alambres del latifundio, destruidos también por las religiones colonizadoras, que se han encargado de profanar estos lugares sagrados, levantando iglesias y persiguiendo a las personas que eran portadoras de espíritus telúricos que facilitaban el diálogo con la naturaleza y con las fuerzas espirituales ancestrales. Esta dimensión ha sido asesinada no sólo por la empuñadura letal del capitalismo depredador, sino también por el extractivismo espiritual y colonial, que llegó a Indoamérica con la invasión, y desde entonces hasta ahora nuestra lucha es acérrima por lograr quitar de la clandestinidad nuestras prácticas espirituales y descolonizarnos de las religiones opresoras. Para consumar la eliminación del ecosistema perceptible, los terricidas llevaron a cabo genocidio y epistemicidio en Indoamérica. (2020, 49-50)

É a ausência de um vínculo espiritual provocada pelo terricídio, promovido pelos Estados Nacionais, empresas capitalistas religiosidades monoteístas intolerantes e iniciativas privadas que profanaram esses locais sagrados, não por uma pretensa credence ancestral, mas pelo fato de serem fundamentais para a existência da vida no planeta. Importante destacar o papel da colonização na acusação do terricídio, uma vez que está diretamente imbricada na devastação de habitats e modos de vida ancestrais por todo planeta, em especial os povos do hemisfério sul.

Com isso se avoluma a última dimensão do terricídio, e não menos trágica, que é o feminicídio. O *movimento das mulheres indígenas pelo bem viver* é das mulheres indígenas não porque não aceitem o apoio de homens, mas porque precisam reforçar sua posição feminista de crítica contundente ao feminicídio e à violência contra as mulheres que se dá nos mesmos contextos de ação terricida. É justamente o contexto de colonização, capitalismo, industrialização que podemos adscrever também as práticas da misoginia, do patriarcalismo e do falocentrismo. As mulheres indígenas como grupos vulneráveis, não por sua pretensa e inexistente fraqueza, mas por sua condição de alvos físicos-

políticos dos colonizadores, extratores, ecocidas que acabam sendo abusadas sequencialmente na prática da exploração dos territórios ancestrais.

Anne McIntock (1995) nos informa que desde as primeiras incursões coloniais europeias o elemento de gênero foi um articulador da colonialidade. Seja na ordem simbólica de adentrar nas femininas matas virgens e selvagens e impor o viril arpão do colonizador civilizado, quanto na ordem física de apropriação, abuso e extermínio dos corpos femininos, especialmente de mulheres indígenas. María Lugones (2019) constitui o conceito de *colonialidade dos gêneros* para compreender a forma pela qual o impacto do gênero foi predominante na exploração, sexual e trabalhista, das mulheres do eixo sul global, especialmente indoamericanas.

A questão é que não se trata apenas de pressupostos teóricos mas feminicídios reais, podemos citar infinitos exemplos como a chacina de Haximu de 1993 em que garimpeiros assassinaram uma dezena de mulheres, dentre elas meninas e moças, da nação Yanomami, num crime de proporções tão grandes que foi a primeira e única sentença condenatória ao crime de genocídio na história jurídica brasileira.

Porém, essa prática de ataque, estupro e assassinato de mulheres indígenas não é isolada, antes disso é uma sistemática estruturalmente consolidada no imaginário dos garimpeiros, pescadores, boiadeiros, madeireiros e demais exploradores. Isso é muito explícito na “tradição” do *chineo*, em que homens brancos tomam como prática socialmente sancionada o abuso de mulheres indígenas especialmente nas regiões pempeanas argentinas e chilenas. A prática se dá por diversas estratégias nefastas, como o envio dos homens indígenas para atividades distantes, deixando as mulheres e crianças desprotegidas, aliás, a preferência do estupro é direcionada à moças de menor idade, já que a prática do *chineo* compreende o defloramento dessas meninas como prêmio aos estupradores brancos. Não por acaso o movimento “Basta de Chineo!” é uma das principais plataformas políticas defendidas pelos movimentos de mulheres indígenas do cone-sul (RT NEWS, 2022).

São infundáveis os exemplos de feminicídio, estupro e violência contra mulheres, moças e idosas no contexto das explorações coloniais ou exploratória de recursos naturais. O importante dessa discussão para o conceito de terricídio é que essas execráveis ações são práticas constitutivamente e sistematicamente

articuladas aos crimes de ecocídio e epistemicídio. Por isso o conceito de terricídio trabalha com essa tríade de maneira inseparável, já que a destruição dos ecossistemas e das tradições ancestrais é simultaneamente paralela ao extermínio das mulheres, não apenas como procriadoras e condicionantes da vida, mas como prenes de luta e questionamento dos poderes exploratórios constituídos. Nesse sentido o terricídio expressa o feminicídio como elemento sistêmico, estrutural e absolutamente articulado às demais formas de exploração ambiental e existencial.

Considerações finais

Como pudemos brevemente compreender, o terricídio é um conceito que agrega dimensões espirituais, físicas e pessoais de devastação dos recursos vitais do planeta, das culturas ancestrais e dos corpos femininos. Compreendê-lo enquanto uma categoria histórica significa refletir sobre novas dimensões do colonialismo, não apenas como prática exploratória no sentido econômico, mas também como constituição de novos nexos e relações temporais, sociais, naturo-culturais, éticas e políticas. Isso significa que rupturas e continuidades podem ser articuladas no plano historiográfico. Rupturas ao concebermos a história em longuíssima duração, naquilo que Chakrabarty chama de uma *história profunda*, tão antiga que se debruçaria numa temporalidade anterior até mesmo ao registro da presença humana no planeta:

Sem tal conhecimento da história profunda da humanidade seria difícil alcançar uma compreensão secular de porque as mudanças climáticas constituem uma crise para os seres humanos. Geólogos e cientistas que estudam o clima podem explicar por que a fase atual do aquecimento global – tão distinta do aquecimento do planeta que ocorreu anteriormente – possui uma natureza antropogênica, mas a crise que se segue para os seres humanos não pode ser compreendida, a não ser que se possa entender as consequências desse aquecimento. Essas consequências fazem sentido apenas se pensarmos nos seres humanos como uma forma de vida e olharmos para a história humana como parte da história da vida nesse planeta. Pois, no fim das contas, o que está sendo posto em risco com o aquecimento global não é o planeta geológico em si mesmo, mas as próprias condições biológicas e geológicas das quais depende a continuidade da vida humana tal como ela se desenvolveu durante o período do Holoceno (CHAKRABARTY, 2013).

A essa história profunda podemos articular formas não exclusivamente humanistas e racionais de compreensão do mundo. Nesse sentido, sugerimos assumirmos o ponto de vista cosmológico ameríndio não apenas como substrato cultural, mas como elemento teórico de fundação das bases epistemológica da própria disciplina histórica. Isso poderá trazer perspectivas mais abrangentes e compreensivas da história, para além do puro rigor de uma cientificidade racionalista eurocêntrica e etnocêntrica.

Por fim, consideramos que o terricídio é uma categoria chave para compreender os deslocamentos humanos e as diásporas contemporâneas e futuras, uma vez que suas causas e consequências expulsam pessoas e animais cotidianamente de suas terras de origem, seja de maneira forçada, seja de maneira voluntária. Acrescido tudo isso às consequências do terricídio como o aquecimento global, o esgotamento das formas de vida em diversas partes do planeta e o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, então acreditamos que as migrações massivas criarão um mundo inteiro de exílios e refugiados, de forma que se não tomarmos atitudes rápidas e eficientes no quesito ambiental, poderemos ser até mesmo refugiados de nosso próprio planeta. Tipificar penalmente o terricídio como crime *lesa humanidade* é uma forma incipiente de reconhecermos as catástrofes naturais, pessoais, epistêmicas e sociais pelas quais estamos passando e penalizar seus responsáveis

Cada indivíduo dessa civilização que veio para saquear o mundo indígena é um agente ativo dessa predação. E estão crentes de que estão fazendo a coisa certa. Talvez o que incomode muito os brancos seja o fato de o povo indígena não admitir a propriedade privada como fundamento. É um princípio epistemológico. Os brancos saíram, num tempo muito antigo, do meio de nós. Conviveram com a gente, depois se esqueceram quem eram e foram viver de outro jeito. Eles se agarraram às suas invenções, ferramentas, ciência e tecnologia, se extraviaram e saíram predando o planeta. Então, quando a gente se reencontra, há uma espécie de ira por termos permanecido fiéis a um caminho aqui na Terra que eles não conseguiram manter (KRENAK, 2020, p.53).

Reconhecer o terricídio, especialmente por parte do homem branco, significa autorresponsabilização pelos cataclismas pelos quais vivenciamos, além disso, apresenta-se como uma demonstração de reencontro, entre humanos, animais e plantas na tentativa última, de manter a t-Terra ainda viva, caso contrário, ninguém sobrar.

Referências

BALCARCE, Gabriela. Políticas del buen vivir: Miradas sobre el terricidio y espiritualidades no modernas. In. **ABATIRÁ - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**. Universidade do Estado da Bahia. V2, n.4, 2021. p. 1-861. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/13087/9149> Acesso: 03/02/2023

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. In. **Sopro 91**. p. 1-21. Disponível em: <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf> Acesso: 03/02/2023

HAESBAERT, Rogério. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da Terra. **GEOgraphia**, vol. 23, n. 50, 2021, p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/48960> Acesso: 03/02/2023

HERINGER JÚNIOR, Bruno; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. O nexó ecocídio-genocídio: a destruição do ambiente natural como causa e como método de eliminação de grupos humanos. In. **Revista Jurídica Luso-brasileira**. Ano 3, n° 6, 2017. p. 1111 a 1141. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2017/6/2017_06_1111_1141.pdf Acesso: 03/02/2023

KOHN, Eduardo. **Cómo piensan los bosques. Hacia una antropología más allá de lo humano**. Quito: Abya Yala y Hekht, 2021.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu e Ateliê de Humanidades, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In. HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 357-378.


MCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest**. New York, London, Routledge, 1995.

MILÁN, Moira. Terricidio, fronteras y pandemia. In. ZIBECHI, Raúl; MARTÍNEZ, Edgars (Org.). **Repensar el sur: las luchas del pueblo Mapuche**. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.org/Mexico/ciesas/20201126020352/Repensar-el-sur.pdf>
Acesso: 03/02/2023

PAIXÃO, Fernanda. Mulheres indígenas chegam na reta final da caminhada de 2.000 km pela Argentina. **Brasil de Fato**, 14/05/2021. Seção Internacional. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/14/mulheres-indigenas-chegam-na-reta-final-da-caminhada-de-2-000-km-pela-argentina> Acesso: 03/02/2023

RT NEWS. “¡Basta de chineo!”: la campaña para terminar con las violaciones grupales contra mujeres indígenas en Argentina. Buenos Aires, 28/07/2022. Seção Actualidad. Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/436910-basta-chineo-campana-terminar-violaciones-indigenas-argentina> Acesso: 03/02/2023.



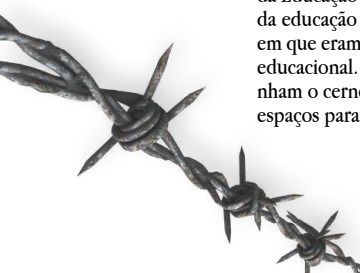
Por uma história “sem ideologias”: uma análise de materiais didáticos produzidos para a prática de Homeschooling por famílias católicas neoconservadoras

Fernanda Cássia dos Santos

“As almas dos bebês não podem ser destruídas pelos abortistas, porém as almas das crianças podem ser destruídas pela escola.”
(Mary Kay Clark)

O tom ameaçador e alarmista presente na frase que aqui nos serve de epígrafe ilustra bem a tônica do discurso neoconservador produzido acerca da educação nos últimos anos no Brasil. Desde a polêmica em torno do programa “Escola sem Homofobia” em 2011, passando pelas discussões a respeito da retirada do termo “gênero” dos planos de Educação (em 2014 e 2015) e pela apresentação de projetos como o “Escola sem Partido”, houve o progressivo fortalecimento de uma retórica discursiva pautada na ideia de que “a família” estaria ameaçada por propostas educacionais permeadas por ideologias marxistas, feministas e anti-cristãs. Com forte apelo eleitoral, especialmente entre setores evangélicos e católicos tradicionais, essa narrativa - repetida à exaustão - contribuiu de forma significativa para a eleição de Bolsonaro à presidência da república, em 2018, e se mantém como um dos alicerces do pensamento bolsonarista da atualidade. Nesse sentido, partindo da premissa de que a família possui direito natural ao protagonismo com relação à educação dos filhos, defende-se que os conteúdos escolares não podem se contrapor a valores familiares e que, no limite, deve ser permitida a educação domiciliar (*homeschooling*) quando este for o desejo dos pais.¹

¹ Fernando Luiz Abrucio (2021) analisou o Plano de Governo de Bolsonaro bem como a gestão do Ministério da Educação durante os dois primeiros anos de seu governo. De acordo com o pesquisador, já no diagnóstico da educação brasileira apresentado por Bolsonaro destacava-se uma fragilidade propositiva ao mesmo tempo em que eram defendidas alternativas moralizadoras como solução para os problemas que demandavam gestão educacional. O combate à “doutrinação”, à “ideologia de gênero” e às iniciativas de educação sexual compunham o cerne dessa agenda moral que se combinava com uma certa visão de liberalismo econômico que abre espaços para o avanço da privatização da educação através da educação à distância e da educação domiciliar.



Mary Kay Clark, autora da epígrafe deste texto, assina o livro *Homeschooling Católico: um guia para os pais*, uma das obras mais citadas como “referência” por famílias educadoras brasileiras em levantamento realizado pela ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar. Diretora da Seton Home Study School, uma escola à distância voltada para a educação católica que, desde 1983, oferece suporte pedagógico a famílias adeptas do *homeschooling* nos Estados Unidos, Clark é idealizadora e defensora de um currículo “autenticamente católico”, o que quer dizer um currículo completamente comprometido com um projeto de recristianização da sociedade. Nas palavras de Clark (2016, pp. 82-91):

Um currículo católico é aquele no qual todas as disciplinas ensinadas estão permeadas pelas verdades da Fé Católica. [...] Se [por exemplo] utilizamos a matemática em nossa vida diária e se é verdade que nossa vida diária deve ser vivida com Jesus Cristo, então nossos cálculos matemáticos devem ser influenciados por valores cristãos. [...] [Assim,] nos enunciados de problemas voltados ao *homeschooling* católico, temos situações como: uma visita da família a um santuário, ir à Missa com a família, brincar com outros *homeschoolers*, ir a excursões com o grupo de apoio ao *homeschooling* e fazer piquetes em clínicas de aborto com os amigos.

A Seton Home Study School é uma das manifestações de um movimento de reação conservadora ao reconhecimento, por instituições do Estado norte-americano, de demandas feministas e LGBT nos anos 1970. De acordo com diferentes autores que se debruçaram sobre o tema (DIAMOND, 1995; HARVEY, 2005; BROWN, 2006), diante das mudanças nos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade, organizou-se um movimento de retorno à família nuclear tradicional como forma de reestabelecer posições de poder. Num contexto de avanço do neoliberalismo, esses discursos moralizantes favoreceram a transferência de responsabilidades estatais para as famílias, apresentando seu fortalecimento como solução para mazelas sociais. Esse processo tem sido explicado através da utilização do conceito de neoconservadorismo.²

2 O conceito de neoconservadorismo tem sido utilizado por pesquisadores da atualidade para descrever as reações conservadoras a cenários de mudanças nos costumes em contextos nos quais se observou o estabelecimento de coalizões políticas com o objetivo de manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista. De acordo com Wendy Brown (2006), o termo se refere à uma racionalidade política que se manifesta através da regulação da moralidade sexual e da promoção da agenda neoliberal de privatizações e desregulamentações. Há, portanto, no cerne do neoconservadorismo tanto uma reação ao Estado de bem-estar quanto ao feminismo. Como afirma Petchesky (1981, p. 222), o neoconservadorismo é caracterizado por uma forte ideologia privatista que se relaciona tanto com a livre-empresa, o livre-mercado e a propriedade como com o poder do homem sobre a família e os corpos daqueles que a compõem. Essa privatização ocorre por meio da familiarização e da cristianização, em um processo descrito por Brown (2019) como “expansão da esfera pessoal e protegida”, terminando por subverter a democracia através da defesa de valores morais antidemocráticos que ameaçam a inclusão, a igualdade de direitos, o secularismo.

O ideário neoconservador possui grande afinidade ideológica com o bolsonarismo brasileiro contemporâneo. Diferenciando-se de outras ideologias conservadoras e de direita pela centralidade que atribui à família tradicional e às questões reprodutivas, o neoconservadorismo se fortaleceu no Brasil unindo uma promessa de progresso material com a de fortalecimento de laços sociais por meio da adesão a princípios religiosos bem delimitados (LACERDA, 2019; BIROLI; VAGGIONE; DORES, 2020). É justamente em nome da preservação e perpetuação desses princípios é que são defendidas, no campo da educação, restrições a materiais educativos e a trabalhos em sala de aula que tratam das diversidades (de gênero, sexuais, religiosas, e mesmo étnico-raciais).

Parasetores católicos e evangélicos imbuídos do ideário neoconservador, a educação é parte essencial do processo de conversão dos indivíduos. Não há, neste sentido, incompatibilidade entre fé e racionalidade, pois haveria uma verdade única a respeito das coisas do mundo – revelada por meio da religião e confirmada pela ciência. Assim, os discursos que advogam a favor de neutralidade com relação aos conteúdos apresentados nas escolas e que acusam docentes de doutrinação ideológica revelam-se, na prática, profundamente doutrinários, uma vez que conhecimentos científicos e acadêmicos interessam apenas na medida em que podem ser utilizados para confirmar postulados previamente dados pela cosmovisão tradicional cristã. Essa visão da educação, que em certa medida recupera a tradição Tomista, está presente em grande parte dos materiais didáticos escritos especialmente para a prática de *homeschooling* tanto nos Estados Unidos³ quanto no Brasil.

Os defensores do *homeschooling* no Brasil têm a experiência norte-americana como modelo e, assim como ocorreu nos Estados Unidos, a preocupação com relação ao que é ensinado nas escolas passa pela defesa da família tradicional e de valores cristãos.⁴ Apesar de não legalizado, o

3 Os primeiros estados a legalizar a educação domiciliar nos Estados Unidos o fizeram em 1983. Hoje presente em todo o país, o homeschooling reúne principalmente famílias altamente religiosas, conservadoras, brancas, de classe média e nas quais a mãe costuma ser a principal responsável pelas atividades educativas (GAGO, 2013, p. 22).

4 A regulamentação da educação domiciliar foi apresentada pelo governo Bolsonaro como uma das metas a serem cumpridas nos primeiros cem dias de seu governo. A princípio, foi anunciado que as mudanças na legislação que fossem necessárias para a implementação dessa modalidade de ensino seriam realizadas através de uma medida provisória elaborada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ao final dos cem primeiros dias, no entanto, a medida provisória não foi editada, mas a pauta avançou com a aprovação do Projeto de Lei 3179/12 pela Câmara dos Deputados em maio de 2022, atualmente em tramitação no Senado. O projeto prevê a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do Estatuto da Criança e do Adolescente com o objetivo de legalizar a oferta domiciliar da educação básica e estabelece regras para sua prática, incluindo a matrícula do estudante em uma escola responsável por acompanhá-lo através de encontros semestrais e de avaliações formais. O texto encontra-se disponível em: PL 1338/2022 - Senado Federal. Último acesso em julho de 2023.

homeschooling é hoje praticado por cerca de 70 mil estudantes brasileiros entre 4 e 17 anos de idade.⁵ Ainda que os adeptos possam ser denunciadas por abandono intelectual (crime previsto pelo Código penal e passível de punição através de multa e detenção)⁶, o movimento é crescente e tem possibilitado o surgimento um mercado de materiais didáticos produzidos para atender especificamente às demandas desse público.

No Brasil, os recursos de ensino mais populares entre famílias educadoras são os vinculadas à Educação Clássica Cristã, adotada pela Seton (de orientação teológica católica, cujos materiais traduzidos para o Português são atualmente comercializados pela Editora Magnificat), pela Classical Conversations (que comercializa no Brasil um programa curricular “cristocêntrico”, produzido pela perspectiva de cristãos reformados nos Estados Unidos) e pelo Instituto Cidade de Deus (que contém um programa completo da Educação Infantil até o Ensino Médio de inspiração católica integralmente produzido no Brasil). Em comum esses materiais possuem o fato de conterem propostas curriculares estruturadas por anos de ensino, de forma sequencial, e de oferecerem suporte pedagógico através de videoaulas, tutorias para estudantes, mentorias para pais/mães educadores e encontros presenciais periódicos.⁷

Além desses projetos mais robustos, há incontáveis famílias que produzem seus próprios materiais e os disponibilizam em blogs e redes sociais. Nem sempre esses pais-professores são pessoas com formação acadêmica para as áreas para as quais escrevem. Quando possuem alguma formação na área da educação, no entanto, rapidamente adquirem o status de especialistas entre os demais e passam a lucrar com o comércio de recursos didáticos – na maior parte das vezes virtuais: apostilas, cursos, textos, atividades, jogos pedagógicos,

5 Dados levantados pela ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar e publicados no site da instituição. Disponível em: <https://www.aned.org.br/index.php/conheca-educacao-domiciliar/ed-no-brasil>. Último acesso em julho de 2023.

6 De acordo com dados apresentados pelo presidente da FAMEDUC (Associação de Famílias Educadoras do Distrito Federal) Jônatas Dias Lima, em audiência pública realizada em 2022 na Câmara de Deputados, apenas 7% das famílias da referida associação afirmaram em formulário de pesquisa que pretendiam matricular os filhos novamente na escola caso o *homeschooling* não fosse regularizado.

7 Entre as famílias educadoras defensoras da educação clássica cristã há também aquelas que são críticas do método adotado por esses materiais. Para elas, essas propostas são muito próximas dos métodos empregados pelas escolas, pouco personalizadas. Há, neste sentido, famílias que se utilizam de manuais com propostas metodológicas formuladas por Charlotte Mason, Susan Bauer e Harvey e Laurie Bluedorn. Esses métodos mais centrados na curiosidade das próprias crianças, no entanto, costumam ser substituídos por outros à medida que e as crescem (quando a família não opta por matriculá-las em escolas).

sequências didáticas.

Quando acompanhamos postagens em redes sociais mantidas por famílias educadoras percebemos rapidamente que a disciplina de História é uma das que mais suscita ansiedades com relação aos materiais didáticos que poderiam atender às prerrogativas da educação clássica cristã. Isso ocorre porque na retórica neoconservadora (que predomina entre esses grupos) os materiais didáticos seculares disponíveis para o ensino de História estão completamente contaminados com ideologias anti-cristãs. A alternativa encontrada, portanto, tem sido realizar um esforço duplo no sentido de encontrar obras que analisem o passado a partir de um viés conservador (o que inclui livros didáticos utilizados no período da Ditadura Militar brasileira) ou de reescrever materiais de História, revisando a forma como os acontecimentos são narrados de modo a torná-los compatíveis com suas ideias.

Neste texto compartilho algumas considerações resultantes de uma análise inicial realizada a partir de um desses materiais didáticos de História escritos sob a perspectiva da educação clássica cristã. Trata-se da coleção Hypomoné, redigida e comercializada pelo Instituto Cidade de Deus com a proposta de ser um livro didático de História “livre de ideologias”. A escolha por esta coleção se deu em função do fato de que, no momento, entre os materiais didáticos que circulam entre famílias *homeschoolers*, este é o único que inclui conteúdos referentes à História do Brasil e afirma contemplar as exigências da Base Nacional Comum Curricular.⁸

Os direitos autorais do material pertencem ao próprio Instituto Cidade de Deus, que não indica quem são seus autores, apresentando-os apenas como professores católicos preocupados com um suposto projeto global de destruição das famílias e que busca transformar estudantes em “materialistas” e “ateus”.

A coleção de História do Instituto Cidade de Deus divide-se em quatro

8 Há famílias educadoras que se utilizam de materiais de História que não incluem a História do Brasil. É o caso das apostilas da Seton e da Classical Conversations, aqui já citadas, mas também são bastante populares os materiais de História assinados por Silas Stein Garcia, graduado em História pela Unicamp e professor da rede Adventista. O professor apresenta seus livros e cursos como portadores de uma cosmovisão cristã e conservadora, mas pelo menos até o momento, com conteúdos restritos à Antiguidade Clássica e ao período medieval. A Porto Educacional Homeschooling, mantida por Geovania Porto (pedagoga e mãe educadora) comercializa a coleção O Mistério da História, uma tradução não oficial de um material produzido pela norte-americana Bright Ideas Press, dividido em três volumes e dedicado à História Geral. A Porto Educacional também acaba de lançar a coleção História do Brasil, dividida em quatro volumes assinados por Déborah Azevedo, licenciada em História pelas Faculdades Integradas Teresa Martin. A coleção é descrita como adequada de uma perspectiva “cronológica”, “clássica” e “cristã”.

volumes, cada um indicado para uso em um dos anos do Ensino Fundamental II. Esta é a única disciplina cujo material pode ser adquirido em formato PDF sem a necessidade de se realizar a adesão a um dos planos de assinatura do programa educacional.⁹ Em sua apresentação, é destacado o caráter moralizante da obra e afirma-se, de forma genérica, que ela teria sido embasada em “importantes livros didáticos antigos usados em escolas católicas”.

Visualmente o material se assemelha a um livro didático convencional com sumário, capítulos que intercalam conteúdos referentes à *História Geral* e à *História do Brasil* e propostas de atividades. Não há referências bibliográficas, embora citações estejam presentes ao longo dos textos. As páginas são ilustradas com fotografias, mapas e obras de arte, mas nem todas as imagens foram legendadas e na maior parte das vezes não há indicações a respeito de sua fonte ou licença para reprodução.

As atividades propostas ao final dos capítulos são sempre perguntas diretas cujas respostas devem ser consultadas nos textos. Apesar de constar na apresentação do material que a obra estimula a reflexão dos estudantes apontando “exemplos virtuosos” e inspirando “o horror a vícios”, não há questões abertas à interpretação dos leitores. No sentido oposto, são frequentes solicitações de cópias de excertos do texto que se espera que os estudantes memorizem de forma descontextualizada.¹⁰

Na narrativa histórica apresentada pela coleção Hypomoné (ICD, 2021a, p.17) a história é organizada pela divina providência e deve ser interpretada a partir de uma chave de compreensão que considera que os acontecimentos revelam sempre uma luta entre o bem e o mal. Entrelaçadas, essas duas esferas só seriam plenamente separadas e compreendidas no dia do Juízo Final (marco do fim da História). Ainda que os desígnios divinos sejam misteriosos, no entanto, historiadores fiéis ao catolicismo e dispostos a buscar a santidade teriam condições melhores que outras pessoas de interpretar o passado.

A narrativa produzida pelo Instituto Cidade de Deus se inicia com a criação do homem por Deus. Adão e Eva, bem como Caim e Abel e o próprio

9 Os planos anuais são comercializados por valores a partir de R\$ 1799,00 e incluem o material impresso para as disciplinas de Estudo Sagrado, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Arte. No currículo do Ensino Médio são acrescentadas as disciplinas de Moral, Economia e Política.

10 Tais como: “Cristo sim, a Igreja não (Reforma Protestante)! Depois: Deus sim, Cristo não (Revolução Francesa)! Finalmente o grito ímpio: Deus está morto; e, até, Deus jamais existiu (Revoluções comunistas).” (ICD, 2021c, p. 48)

dilúvio são apresentados como fatos históricos, enquanto a pré-história aparece como uma teoria repleta de “especulações” e “sem valor científico sério” (ICD, 2021a, p.30). Sempre que possível o material destaca aspectos relacionados à história do catolicismo e seus posicionamentos nos diferentes contextos. A abordagem, no entanto, é compreensiva, mesmo quando são abordados temas cuja participação da Igreja em processos históricos que envolvem violências bem documentadas.

Para para citar apenas um exemplo, quando é tratada a questão da escravidão a igreja é apresentada como contrária à prática desde a antiguidade, defensora dos povos indígenas e responsável por influenciar a luta abolicionista. Os responsáveis pela escravização, de acordo com essa interpretação seriam os próprios africanos, que aprisionavam e negociavam seus prisioneiros de guerra, o paganismo e o protestantismo:

A importação dos negros era legal no Brasil, isto é, protegida por lei, além do que os portugueses não o escravizavam “diretamente”, pois isso era obra dos próprios negros em território africano que levavam prisioneiros de guerra aos portos a fim de vendê-los aos traficantes de escravos. As crueldades e as indecências que os negociantes praticavam na travessia (a viagem dos navios negreiros), e os donos no Brasil, devem ser deploradas do fundo de nossas almas e é de se supor que os mesmos sentimentos tinham os jesuítas da época. Essas práticas evidenciam a consciência distorcida que tinham os portugueses em relação à lei natural e o descaso com a doutrina da Igreja. Já se faziam sentir nas sociedades europeias, mesmo as católicas, os efeitos do neopaganismo do renascimento e o espírito de insubordinação e rebeldia provenientes do protestantismo. (ICD, 2021a, p.30).

A negação da responsabilidade da Igreja Católica (e de certa maneira dos próprios portugueses) com relação à escravidão dos africanos é um recurso recorrentemente utilizado na retórica de personagens da extrema-direita brasileira. Trata-se de uma distorção do conhecimento histórico, geralmente utilizada para sustentar posicionamentos políticos contrários às políticas afirmativas e de reparação.

Tal distorção ocorre por meio de negacionismos e revisionismos que marcam as disputas em torno da memória no espaço público contemporâneo.¹¹

A apologia ao catolicismo presente na coleção Hypomoné associa-se ao ideário neoconservador ao naturalizar a dominação colonial dos povos negros e indígenas e em inúmeras outras passagens. Na perspectiva do material didático, o comunismo é um agente de destruição das famílias, pois prega a emancipação feminina e retira dos pais o direito de educar os filhos (ICD, 2021c, p.76). O feminismo, por conseguinte, é fruto da ideologia comunista e a “Revolução Cultural” é uma realidade em todo o ocidente, sendo responsável pela liberdade sexual, pela depravação, pela violência e pela drogadição. (ICD, 2021d, pp.64-65). A Igreja Católica de fato apoiou a ditadura militar, mas naquele contexto isso era necessário para defender as famílias do avanço do comunismo. (ICD, 2021d, p.151). Por fim, a narrativa histórica de que houve uma “ditadura opressora”, assim como a de que mulheres, negros, indígenas seriam marginalizados não passa de uma estratégia de intelectuais socialistas e comunistas que dominaram as universidades, a historiografia e o ensino de História no país com o objetivo de destruir a família e a sociedade (ICD, 2021d, p. 160).

Não por acaso a regulamentação do *Homeschooling* no Brasil fez parte da plataforma política de Jair Bolsonaro. Para as famílias educadoras adeptas da “Educação Clássica Cristã”, a opção por educar seus filhos em casa passa pela ideia de que é necessário protegê-los do marxismo, da ideologia de gênero e da “história oficial” reproduzida por professores e livros seculares adotados pelas escolas brasileiras. A coleção de materiais didáticos de História produzida pelo Instituto Cidade de Deus apresenta, neste sentido, uma releitura do passado que atende a uma plataforma política essencialmente antidemocrática tanto por negar as desigualdades quanto por rejeitar a convivência com a diversidade e com o dissenso – características básicas da educação no espaço escolar.

11 Napolitano (2021) diferencia negacionismo e revisionismo relacionando o primeiro com mentiras construídas a respeito de eventos históricos comprovados por fontes e por consenso dos historiadores e o segundo como o trabalho de busca por novas perspectivas para ampliar o conhecimento sobre o passado. Se por um lado, num sentido amplo, o revisionismo engloba a própria crítica historiográfica, por outro, há também um revisionismo de matriz ideológica que pretende tão somente confirmar “verdades” pré-construídas a respeito de um determinado tema histórico, ignorando as metodologias e a ética profissional. De forma análoga, Traverso (2012) chama atenção em sua produção para esse tipo de revisionismo negativo, associando-o a releituras do passado realizadas com o objetivo de sustentar determinadas posições políticas, incorrendo em apologias históricas. É a este tipo de revisionismo negativo, de caráter ideológico, que nos referimos nesse texto.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. Bolsonarismo e educação: quando a meta é desconstruir uma política pública. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fabio; MARONA Marjorie. (orgs.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BIROLI, Flavia. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservadorism, and De-Democratization. In: **Political Theory**, p. 690-714, 2006.

_____. **Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

CLARK, Mary Kay. **Homeschooling Católico: um guia para os pais**. Porto Alegre: Concreta, 2016.

DIAMOND, Sara. **Roads to Dominion: Right-Wing Movements and Political Power in the United States**. New York: Gilford Press, 1995.

GAGO, Juan Maldonado. Política y religion em la derecha Cristiana de los Estados Unidos de América. (ensaio) 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273384301_Politica_y_religion_en_la_derecha_cristiana_de_los_Estados_Unidos_de_America. Acesso em jul. 2023.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

ICD. **Coleção Hypomoné: História - 6º ano**. São Carlos: Editora Cidade de Deus, 2021a.

_____. **Coleção Hypomoné: História – 7º ano**. São Carlos: Editora Cidade de Deus, 2021b.

_____. **Coleção Hypomoné: História – 8º ano**. São Carlos: Editora Cidade de Deus, 2021c.

_____. **Coleção Hypomoné: História – 9º ano**. São Carlos: Editora Cidade de Deus, 2021d.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi; FICO, Carlos. **Novos Combates pela História: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

PETCHESKY, Rosalind Pollack. Antiabortion, Antifeminism, and the Rise of de New Right. **Feminist Studies**, vol.7, n. 2, pp. 206-246, 1981.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa, Edições Unipop, 2012.



**Vivências marcadas por autoritarismo,
repressão e censura**






Nos porões da ditadura: o internamento de presos políticos em manicômios judiciários no Brasil (1964-1979)

Amanda Pfitzner Cabral

O golpe civil-militar ocorrido entre os dias 31 de março e 1º de abril do ano de 1964 transformou radicalmente os rumos da história brasileira. O estabelecimento de um segundo governo ditatorial¹, arquitetado, sobretudo, na repressão política e física de seus opositores, utilizou-se de relações e estruturas públicas para promover práticas de ameaças, sequestros, desaparecimentos forçados, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. Órgãos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a Operação Bandeirante (Oban), a qual deu origem ao Destacamento de Operação Interna e Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-Codi), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), entre outros, sustentavam essas práticas de violação dos direitos humanos.

Alguns anos antes do golpe, a conjuntura política do Brasil já se encontrava instável, acirrando-se cada vez mais. Logo após a ofensiva golpista, não demorou para a violência ser empregada em larga escala e em sua forma mais cruel: a tortura. O livro “Torturas e Torturados”, publicado em 1967, durante o regime militar pelo jornalista Márcio Moreira Alves, retrata episódios de perseguição política e atos de sevícia propagados pela polícia e Forças Armadas nos estados de Goiás, Rio de Janeiro e, sobretudo, em Pernambuco — sendo a cidade de Recife considerada uma das mais perigosas à época. Jornais pernambucanos publicavam informações detalhadas sobre as torturas, até que o então presidente Castello Branco tomou “medidas acauteladoras”. Ao investigar a tortura em prisões do Recife, o jornalista chegou a outra espécie de instituição utilizada para o mesmo

¹ A primeira experiência ditatorial do Brasil republicano ocorreu entre os anos de 1937 e 1945, conhecida como Estado Novo, sob o governo do ex-presidente Getúlio Vargas (1882 – 1954).



fim: o manicômio judiciário. O contato com os casos de Edival Freitas, Antônio Lopes de Albuquerque e Sylvia Montarroyos, em 1965, confirmaram a instituição psiquiátrica enquanto espaço de internamento e tortura de presos políticos.

Antes de serem internados, eram submetidos a prisões comuns e interrogatórios nas sedes do DOPS e/ou DOI-Codi, onde eram torturados com o objetivo de revelar informações sobre a resistência e a luta armada (quem eram os “comunistas subversivos”, quais eram as formas de organização, os planejamentos táticos e estratégicos da guerrilha urbana e/ou rural, quais eram os pontos de encontro, os lugares clandestinos onde se reuniam, etc.). Dependendo do grau de danos físicos e psicológicos após a tortura, eles eram submetidos a avaliações médico-psiquiátricas realizadas pelos psiquiatras do Manicômio Judiciário do estado em questão, a fim de determinar se eles possuíam alguma doença psicológica/transtorno mental. É fundamental destacar dois pontos para entender esse processo: em primeiro lugar, a tortura gera alteração psicológica nos indivíduos, algo que há anos é relatado por sobreviventes vítimas da ditadura e pela historiografia (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBRADO, 2006). Em segundo lugar, se alguém fosse diagnosticado com um transtorno mental que o tornasse inimputável perante o crime praticado, registrado no Código Penal, essa pessoa seria internada em um Manicômio Judiciário por decisão exclusiva do juiz. No entanto, há registros de membros da hierarquia das Forças Armadas que internaram presos políticos sem seguir o processo judicial adequado, como afirma a psiquiatra Dra. Rosita Teixeira de Mendonça, em abril de 1965, sobre o coronel Hélio Ibiapina, em Recife-PE:

Mas nada foi modificado no que diz respeito às internações e aos manicômios judiciários, talvez por sua estreita ligação com o Código Penal. Assim, continua em pleno vigor o artigo 11, § 3.º, que diz: “A internação no Manicômio Judiciário, far-se-á por ordem de Juiz.” Ora, eu soubera que autoridades outras haviam internado presos políticos no Manicômio Judiciário da Tamarineira; para ser mais precisa, que o coronel Hélio Ibiapina internara vários presos enlouquecidos, por ordem e arbítrio seus. (ALVES, 1996, p. 88)

Durante a estadia nas instituições, as torturas continuaram através da implementação de tratamentos ou “medidas disciplinares” como sessões de eletroconvulsoterapia (eletrochoque), insulínoterapia (provocação de convulsões até levar ao estado de coma), aplicação de altas dosagens de pentanol

de sódio (soro da verdade), escopolamina (provocando paralisia e sensação iminente de morte) e outros medicamentos antipsicóticos que interferiam no processo cognitivo, agravando a condição mental e física das vítimas.

Apesar das denúncias prévias, realizadas tanto por Márcio Moreira Alves na década de 1960, quanto pelo deputado estadual Roberto Gouveia, na Câmara dos Deputados de São Paulo, em 1991, sobre os casos no Manicômio Judiciário Franco da Rocha (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1991), persiste uma incômoda lacuna historiográfica, a qual a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva recomenda a “investigação sobre as instituições e profissionais de saúde mental na violação de direitos humanos durante a ditadura militar, mais notadamente em relação à internação e à tortura de presos políticos nas instituições psiquiátricas.” (SÃO PAULO, 2015).

Atualmente, pesquisas como a dissertação de mestrado de Alexandre Maciel Guedes (2019), intitulada “Violência manicomial: a psiquiatria na repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil”, contribuem e também buscam avançar no preenchimento destas lacunas, para que mais estudos se desenvolvam e possamos, de fato, construir um panorama historiográfico sobre o tema.

Objetivos

Enquanto Guedes (2019) constrói e aborda um panorama sobre os usos das instituições psiquiátricas durante o período ditatorial e se centraliza na exposição dos casos de seis civis e quatro militares internados forçadamente, a pesquisa aqui apresentada objetiva a realização do levantamento quantitativo de casos por estado, junto ao mapeamento dos presos políticos civis internados em Manicômios Judiciários e ao estudo de caso da experiência de Sylvia Montarroyos, à época militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), presa e torturada aos 17 anos em Recife, Pernambuco, sendo posteriormente internada no Manicômio Judiciário da Tamarineira. Montarroyos se considera a primeira mulher torturada pela ditadura e suas memórias estão presentes na obra autobiográfica “Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos” (MONTARROYOS, 2013), que será analisada fim de compreender as consequentes transformações subjetivas e psicológicas intrínsecas ao fenômeno.

Para isso, passamos pela análise e investigação acerca do conceito de *loucura* para o Ocidente (FOUCAULT, 1978) e a historicidade do manicômio

judiciário enquanto uma *instituição total* (GOFFMAN, 1974), permeada por um modelo *jurídico-punitivo* (o qual compreende o indivíduo como sujeito de direitos e deveres, capaz de respeitar ou transgredir leis e normas sociais) e um modelo *psiquiátrico-terapêutico* (o qual compreende o indivíduo como um objeto de impulsos, desejos, paixões, etc. passível de ser tratado) (CARRARA, 1998; 2010) que, sobrepostos, cumpriram a função social e política de privar da liberdade e sanidade os inimigos políticos do regime autoritário, mantendo-os forçadamente encarcerados sob “medidas disciplinares”. As críticas à psiquiatria, ao hospital psiquiátrico e a institucionalização da violência e mortificação do indivíduo e sua liberdade passam pelas colocações de Basaglia (2010), acerca da institucionalização da violência e supressão da individualidade do sujeito através de da *mortificação do ser*. Ademais, o recente estudo de Guedes (2019) e a aproximação com o tema será de vital importância na contextualização do desenvolvimento da psiquiatria no Brasil e seus usos permeados por interesses públicos durante o período em questão.

Em um segundo momento, a análise e investigação sobre as violências prévias e posteriores ao internamento e o conseqüente agravamento do quadro psicológico destes presos políticos, apresentados em depoimentos e testemunhos, nos permitem debater a relação entre *violência e política* (BALIBAR, 2015) e entre *memória, testemunho, linguagem e trauma* (GINZBURG, 2001; SELIGMAN-SILVA, 2000; 2008) — principalmente no que se refere as memórias de Sylvia Montarroyos, descritas através de uma linguagem peculiar se comparada a outros testemunhos em virtude de seu caráter poético, repleto de analogias e simbolismos.

Resultados

Através de fontes encontradas no acervo digital do *Projeto Brasil Nunca Mais* e das Comissões Estaduais da Verdade, a fase atual da pesquisa constatou a existência de 29 casos de internamento de presos políticos nos seguintes estados brasileiros, da região nordeste à região sul: Ceará (2), Paraíba (2), Pernambuco (6), Bahia (2), Distrito Federal (2), Rio de Janeiro (6), São Paulo (6), Santa Catarina (1) e Rio Grande do Sul (2). São cinco casos a mais em relação ao que foi publicado na matéria jornalística *Eletrochoque, vozes, paralisia: histórias de presos políticos em manicômios* (ROSSI, 2021). O quadro abaixo fornece uma primeira síntese dos casos:

Quadro 1. Relação de internamento de presos políticos por região, estado, nome e local

REGIÃO	ESTADO	PRESO POLÍTICO	LOCAIS DE TORTURA
Nordeste	CE	Manuel Domingos Neto Pedro Paulo Pinheiro	Manicômio Judiciário Stênio Gomes
	PB	Boanerges Timoteo de Souza Otávio Domingos de Oliveira	Manicômio Judiciário de João Pessoa
	PE	A.S. [Aluízio Valério da Silva]* Antonio Lopes de Albuquerque Edival Freitas da Silva J.S. [José Pedro da Silva]* Rivadavia Braz de Oliveira Silvia Montarroyos	Manicômio Judiciário da Tamarineira
	BA	Wesley Macedo de Almeida Solange Lourenço Gomes	Manicômio Judiciário do Estado da Bahia
Distrito Federal	DF	M.P.** Guilherme Modesto Gonzaga	Manicômio Judiciário do Distrito Federal
Sudeste	RJ	Emanuel Israel de Lima Nilo Sérgio Menezes de Macedo Paulo Roberto das Neves Bechimol Rodrigo José de Farias S.R. [Sérgio Rolim/Rollins]* Zilda Paula Xavier Pereira	Hospital Psiquiátrico Pedro II Manicômio Judiciário Heitor Carrilho

QUADRO 1. Relação De Internamento De Presos Políticos Por Região, Estado, Nome E Local

REGIÃO	ESTADO	PRESO POLÍTICO	LOCAIS DE TORTURA
Sudeste	SP	Antonio Carlos de Melo Pereira Aparecido Galdino Jacinto David Capistrano Dorgival de Souza Damasceno Ivan Seixas João Adolfo Castro da Costa Pinto	Manicômio Judiciário Franco da Rocha
Sul	SC	Roberto João Motta	Manicômio Judiciário de Santa Catarina
	RS	I.V.** Vitor de Souza Couto	Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul

Fonte: A autora (2023).

Legenda: * Probabilidade de ser a pessoa nomeada entre o símbolo [], por conexão entre documentações.

** Sabe-se da passagem pelo manicômio judiciário, porém não há identificação própria até o momento.

judiciais e laudos médico-psiquiátricos), a produção de fichas catalogadas sobre cada preso político foi considerada enquanto uma ferramenta organizativa padronizada de fácil leitura e acesso, que reúne dados gerais (nome, idade, sexo, filiação, raça, religião, endereço, grau de ensino, função, organização política), sobre a prisão (período, local, motivo e torturas sofridas) e sobre o internamento (período, local, diagnóstico, tratamentos, torturas sofridas), além de uma cronologia de fatos considerados relevantes sobre o indivíduo ao final da ficha. É importante salientar que nem todos os campos serão preenchidos, dadas as limitações das fontes, refletindo a problemática de lacuna historiográfica comentada previamente.

A partir disso, o exemplo escolhido para ser apresentado na comunicação é o caso de Edival Freitas da Silva, advogado, membro do Partido Comunista do Brasil (PCB), atuando na Organização de Base dos Profissionais da Imprensa de Pernambuco, era diretor da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, nomeado pelo governador Miguel Arraes (que sofreu intensa perseguição política, sendo exonerado de ser cargo pelos militares). Preso em 19 de agosto de 1964, aos 28 anos, na Delegacia Auxiliar da Secretaria de Segurança Pública, foi encaminhado para o IV Exército, transferido para o Quartel da 2ª Companhia de Guardas, onde permaneceu em uma solitária. Segundo Alves (1996), Edival Freitas da Silva foi torturado e, posteriormente, encaminhado ao Manicômio Judiciário da Tamarineira, onde chegou agitado, apresentando marcas recentes de picadas de injeção. Na tentativa do corpo técnico da instituição em acalmá-lo com uma injeção tranquilizante, ficou amedrontado e declarou que “após a aplicação de uma injeção no xadrez, confessara coisas ditadas pelo comissário contra si e contra terceiros.” (ALVES, 1996, p. 92) Foi diagnosticado com Psicose Maníaco-depressiva, Personalidade Psicopática Ciclotímica (alterações de humor, espécie de Bipolaridade) e Psicose Endotóxica (decorrência de vários dias sem comer, apenas recebendo medicação tóxica), consequentes da prisão e sevícias sofridas. Posteriormente, teve seu diagnóstico alterado pelo diretor do manicômio judiciário, a mando do coronel Hélio Ibiapina, para “Estado Vivencial Anormal”. Obteve liberdade em 2 de abril de 1965, mediante alvará de soltura. Até o momento, não obtivemos informações após a soltura. A síntese de fontes acerca do caso deu origem a primeira versão de uma ficha catalogada, como demonstrado abaixo:

Edival Freitas da Silva

segunda-feira, 3 de abril de 2023 13:48

INFORMAÇÕES GERAIS

Idade: 28 anos (1964)
Sexo: Masculino
Estado civil: Solteiro
Raça: Branco
Religião: Não consta
Filiação: Inácia Freitas da Silva (mãe) e Fernando Simão da Silva (pai)
Endereço: Não consta
Cidade: Natural de Algodões, mas morou em Afogados da Ingazeira e Pesqueira, até ir para Recife.
Grau de ensino: Superior
Função/empresa: Advogado; Diretor da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (governo Miguel Arraes)
Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB) - Organização de Base dos Profissionais da Imprensa de Pernambuco

PRISÃO

Local e período de prisão:
19/08/1964 até 24/08/1964: Delegacia Auxiliar da Secretaria de Segurança Pública e Quartel da 2ª Companhia de Guardas

31/12/1964 até 02/04/1965: Casa de Detenção do Recife.

Motivo da prisão: Enquadramento na Lei de Segurança Nacional
Torturas sofridas: Marcas de injeção (possivelmente de *soro da verdade*), tortura física e psicológica (não especificadas)
Causa da soltura: Alvará de soltura

INTERNAMENTO

Manicômio Judiciário: Manicômio Judiciário da Tamarineira
Local: Recife
Período de internamento: 24/08/1964 - [31/12/1964]
Causa de saída/alta: Não consta.
Diagnóstico psiquiátrico: Psicose maníaco depressiva (depressão), Personalidade Psicopática Ciclotímica (alteração no humor, tipo de Bipolaridade) e Psicose Endotóxica (consequência de torturas sofridas, com vários dias sem comer e recebendo medicação tóxica).
Médicos peritos: Dr. Ruy do Rêgo Barros e Dr. Benedito Silveira Lira
Tratamento: Não consta
Torturas: Não consta

Figura 2. Ficha catalogada produzida sobre edival freitas da silva.

Considerações finais

A institucionalização da violência através da vigilância e diversos tipos de ações práticas foram marcantes no processo de desenvolvimento, estruturação e manutenção da ditadura civil-militar brasileira. Diferente dos conhecidos *think tanks* como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), cujos objetivos estavam diretamente ligados ao golpe de 1964; e do DOPS, do Cenimar, da Oban e do DOI-Codi, responsáveis pela manutenção da violência policial, o Manicômio Judiciário foi uma instituição *incorporada e articulada* em favor do regime autoritário — embora a prática de violação dos direitos humanos nesse local anteceda a ditadura.

Apesar da descoberta de novos casos, ainda mantemos em perspectiva a probabilidade de terem existido mais vítimas da ditadura internadas em

Manicômios Judiciários. Em uma primeira observação, torna-se evidente a concentração de casos nas regiões nordeste e sudeste, nos estados de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo em suas capitais. Aplicando uma análise de gênero, 24 vítimas são homens, 3 são mulheres e 2 não possuem identificação devido à lacuna de fontes que possam ser relacionadas à essas pessoas. Conforme o desenvolvimento da produção das fichas catalogadas, a partir das possibilidades apresentadas nas fontes, busca-se ampliar a análise abordando fatores socioeconômicos/socioprofissionais e raciais, além de um quadro com os principais diagnósticos psiquiátricos e as organizações políticas em que esses indivíduos militavam, buscando montar um panorama — ou até mesmo um perfil do tipo de preso político internado nessas instituições. Ressalta-se a importância, ao longo do processo, de nomear aqueles que foram coniventes e perpetraram as sevícias e quais eram as instituições psiquiátricas que fizeram parte desse capítulo.

Por último, saliento que a pesquisa propõe uma análise voltada ao caso de Sylvia Montarroyos, a partir das categorias de *memória, trauma, linguagem, narrativa e testemunho*. A escolha se dá em virtude dos sofrimentos físicos e psicológicos que vivenciou em menoridade, quando foi presa, torturada e internada e as transformações que essa experiência lhe causou; e como expõe isso através da narrativa de suas memórias, dado o espaço temporal entre fato *versus* relato. São 49 anos entre os acontecimentos que se iniciaram em 1964 até o ano de publicação do livro, em 2013. Dentro desse período temporal também há todo o preparo individual e as escolhas de Sylvia Montarroyos ao narrar o trauma, que farão parte dos estudos. A leitura e análise da obra encontram-se em fase inicial.

Referências

Acervo Projeto Brasil: Nunca Mais

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e Torturados**. Rio de Janeiro: Oficina da Empresa Jornalística, 1996.

BALIBAR, Étienne. Violencia, Política, Civilidad. **Ciência Política**, Colômbia, v. 10, n. 19, p. 45-67, jun. 2015. Semestral. Tradução de Laura Esperanza Venegas Piracón. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/cienciapol/article/view/52371/52158>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BASAGLIA, Franco. **Escritos Selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 336 p. Organização de Paulo Amarante; tradução de Joana Angélica d'Ávila Melo.

CARRARA, Sérgio Luis. A história esquecida: os manicômios judiciários no Brasil. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Hum.** 2010; 20(1).

CARRARA, Sérgio Luís. **Crime e Loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro: Uduerj, 1998. 228 p. Disponível em: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2015/09/crime_loucura-sergio-carrara.pdf?x20748. Acesso em: 01 mar. 2022

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, Seção I, São Paulo, 101 (94), quarta-feira, 22 mai. 1991. p. 62. <http://www.diariooficial.sp.gov.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1991%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fmaio%2f22%2fpag_0062_94SDU98HOFNKJe7LIS9P4SCI2HG.pdf&pagina=62&data=22/05/1991&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10062>. Acesso em: 30 mai. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978. 608 p.

GINZBURG, Jaime. Escritas da Tortura. In: **Diálogos Latinoamericanos**, n. 003. Aarhus: Universidad de Aarhus, pp. 131-146, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Editora Perspectiva S.A. 1974. São Paulo. p. 11

GUEDES, Alexandre Maciel. **Violência manicomial: A psiquiatria na repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2286/projeto/Dissert-alexandre-maciel-guedes.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBRADO, Philip G. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Editora Unb, 2006. 548 p.


MONTARROYOS, Sylvia. **Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos**. Recife: Cepe, 2013. 456 p

ROSSI, Amanda. Eletrochoque, vozes, paralisia: histórias de presos políticos em manicômios. **UOL [online]**, 14 jun. 2021. Política.

SÃO PAULO. Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva. **Ditadura e Saúde Mental**. São Paulo. CEV-SP. 2015. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap8.html>> Acesso em: 2 mar. 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur (orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, pp. 73-98, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. FapUNI-FESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-56652008000100005>.



As relações entre o Museu Paranaense e a Ditadura Militar brasileira: política institucional e aquisição de acervo


*Barbara Fonseca
Stella Titotto Castanbaro*

A fim de propor novas ações frente a incorporação de acervo, produção de exposições e de materiais, e de modo a introduzir o tema da Ditadura Militar brasileira nas reflexões propostas pelo Museu Paranaense (MUPA), o Departamento de História¹ da instituição iniciou, neste ano de 2023, o trabalho em reconhecer e pesquisar seus itens vinculados ao período de 1964 a 1985 no Brasil. Para desenvolver essa atividade, dividiu-se a investigação em duas etapas: primeiramente o trabalho junto ao acervo, com o objetivo de encontrar objetos vinculados à política vigente e à sua resistência; e, em seguida, a leitura do arquivo institucional do MUPA, isto é, de seus livros de correspondências e das atas de reunião, a fim de perceber as relações de seus diretores com os governos regional e nacional.

Aqui, devido ao espaço e objetivos propostos para o evento, os resultados encontrados serão discutidos de forma breve, como um primeiro sobrevoo no acervo e nos arquivos institucionais do MUPA, que apresentam notável potencialidade de gerar novas pesquisas acerca da Ditadura Militar no Paraná. Nesse sentido, a proposta do texto que se segue, é descrever e publicizar os itens e informações encontradas – e não as analisar de forma teórica e com vagar.

O Museu Paranaense foi inaugurado em 1876, na cidade de Curitiba, como instituição privada por Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da

¹ Este trabalho está sendo desenvolvido pelas duas autoras deste texto, sendo Barbara Fonseca Residente Técnica em História no MUPA de fevereiro de 2022 a maio de 2023 e Stella Titotto Castanbaro pesquisadora convidada pela instituição.



Silva Murici. Nesse momento possuía cerca de 600 peças com diversas temáticas e, assim como outras instituições museais do período, era uma espécie de gabinete de curiosidades. Em 1882 se tornou espaço público e teve seu primeiro regulamento estabelecido, o qual o dividiu em seções de antropologia, zoologia e paleontologia animal; botânica em geral e paleontologia vegetal; mineralogia e geologia e, por fim, arqueologia, etnografia e numismática.

De 1876 até 2023, o Museu Paranaense passou por sete sedes, 23 diretores e diretoras e, obviamente, mudou de organização, estruturação, política e objetivos. No recorte temporal que abrange nossa pesquisa, a instituição esteve fisicamente em três sedes diferentes: até 1965, localizado na Rua Buenos Aires com a Rua Benjamin Lins; de 1965 a 1974, na Rua 13 de Maio; e, por fim, de 1974 até 2001, na Praça Generoso Marques, atual Paço da Liberdade. Já em sua direção, estiveram à frente do Museu Paranaense de 1963 a 1967 a antropóloga Marília Duarte Nunes. De 1967 a 1983 o arqueólogo Oldemar Blasi e de 1983 até o ano de 1987, o também arqueólogo Miguel Gaissler.

Diante dessas informações, percebe-se a grande diversidade de ações e atividades que provavelmente ocorreram no MUPA durante os 21 anos de Ditadura Militar no país. Mas, até o presente momento, poucos foram os esforços para se organizar e pensar o acervo acerca da Ditadura Militar do MUPA. Não que isso tenha sido planejado, contudo, conforme questiona Maria de Lourdes Parreiras Horta (1987, p. 160), nos museus “os entreatos de ‘esquecimento’ são maiores do que os atos de ‘memorização’. Por quê? Por que certas coisas foram ‘esquecidas’ (rejeitadas) e outras ‘consagradas’ (escolhidas)?”.

Entre os aproximadamente 60 mil itens do Departamento de História, optou-se ao longo dos anos por organizar o acervo de acordo com suas tipologias, isto é, artes visuais, documento textual, fotografia, numismática e tridimensional. As quais estão categorizadas dentro do acervo geral e mais oito coleções, nomeadas de acordo com seus doadores². A historicização dessas coleções são de fundamental importância para compreender suas composições e itens, afinal, os objetos sozinhos não falam por si mesmos (HORTA, 1987, p. 160).

O início do trabalho de pesquisa no acervo de História do MUPA, deu-se

2 Entre as coleções, encontram-se: Coleção Banestado, Coleção David Carneiro, Coleção Júlio Moreira, Coleção Leão Junior, Coleção Didonet Thomaz, Coleção Maurício de Souza, Coleção Ney Braga e Coleção Vladimir Kozák.

a partir da busca no acervo *on-line* do museu³ de palavras-chave elegidas como fundamentais à temática ditatorial. Em reunião entre as autoras desse texto e o chefe do Departamento de História⁴, firmou-se mais de cem palavras-chave que deveriam ser pesquisadas, entre elas as mais gerais, como Ditadura Militar, Polícia, Exército, UNE, UPE, Resistência, Tortura, DOPS, Movimento Estudantil, Movimento Social. Como também palavras específicas, de nome de grupos políticos, políticos, militantes, e momentos históricos. Na lista a seguir, é possível ler todas as variáveis pesquisadas:

Ditadura Militar; Ditadura; Militar; Polícia; Ato; Protesto; Prisão; Tortura; DOPS; Delegacia de Ordem Política e Social; Departamento de Ordem Política e Social; Exército; Marinha; Aeronáutica; PM; Resistência; Repressão; Bombeiro; Revolução; Golpe; Ditadura Civil-Militar; Castelo Branco; Costa e Silva; Geisel; Médici; Figueiredo; Teresa Urban; Vitorio Sorotiuk; Judite Trindade; Edésio Franco Passos; UNE; União Nacional dos Estudantes; UPE; União Paranaense dos Estudantes; Estudante; Edson Luis; Flávio Suplicy de Lacerda; CEP; Colégio Estadual do Paraná; CEU; Casa do Estudante; PTB; MDB; ARENA; PDS; PTN; Partido; CAHS; Centro Acadêmico Hugo Simas; DANC; Diretório Acadêmico Nilo Cairo; Rocha Pombo; DCE; Diretório Central dos Estudantes; UFPR; UP; Universidade Federal do Paraná; Universidade do Paraná; PUC; Universidade Católica; CAHIS; Centro Acadêmico de História; Círculo Militar; Quartel; Batalhão; Batalha do Politécnico; Operação Marumbi; Chácara do Alemão; Sindicato; Boca Maldita; Conflitos Agrários; Revolta dos Posseiros; Subversivo; Comunista; Comunismo; Interventor; Polícia; Polícia Civil; Polícia Política; Itaipu; Prefeitos de Curitiba (Erondy Silvério, Ivo Arzua Pereira, Acyr Haffez José, Omar Sabbag, Edgar Pimentel, Donato Gulin, Saul Raiz, Jaime Lerner, Maurício Fruet; Roberto Requião); MEC; USAID; Governadores do Estado (Ney Braga, Antônio Ferreira Rüppel, Algacyr Guimarães, Paulo Pimentel, Haroldo Leon Peres, Pedro Viriato Parigot de Sousa, João Mansur, Emílio Hoffmann Gomes, Jaime Canet Júnior, José Hosken de Novais, José Richa); Ministério da Educação; Democracia; Loureiro Fernandes; Euro Brandão; Banestado.

Como resultado dessa busca, foram criadas duas planilhas com os itens encontrados, uma de Acervo Geral e outra da Coleção Ney Braga. Destaca-se que, juntamente da pesquisa a partir das palavras-chave, foram analisadas as fichas

3 O acervo do Departamento de História do MUPA se encontra disponível digitalmente no site Memória Pergamum. Disponível em: <http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 10 jun, 2023.

4 Felipe Pires Vilas Bôas. Doutorando em História pela UFPR e historiador do Museu Paranaense desde 2020. Contato com o Departamento de História do MUPA: historia.mupa@seec.pr.gov.br

físicas do acervo e foi feito trabalho de reconhecimento nas reservas técnicas do MUPA, a fim de encontrar algum objeto vinculado às temáticas selecionadas, mas que anteriormente passou despercebido. A partir dessas três atividades, foi encontrado o total de 578 itens do acervo de História do MUPA, produzidos no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 e que fazem menção direta ao governo militar.

As planilhas foram formuladas de acordo com o Programa de Conservação e Gestão de Acervo do Museu Paranaense, produzido por Mariana Hartenthal (2020), assim, dispõe os campos: Imagem, Número de registro do item, Número no acervo *Pergamum*, Autor, Título do objeto, Subtítulo, Ano de entrada, Ano de produção, Local, Doador, Observações e Localização na reserva técnica. Seguindo as tipologias da própria instituição, o acervo encontrado foi separado entre os itens da biblioteca, documentos textuais, fotografia, tridimensional, numismática, artes visuais e exposições.

A partir deste trabalho, chegamos quantitativamente nos dados disponíveis na seguinte tabela:

Tabela 1. Levantamento do acervo do MUPA referente a Ditadura Militar brasileira

	Acervo Geral	Coleção Ney Braga	Total
Biblioteca	68	18	86
Documento Textual	35	120	155
Fotografia	26	144	170
Tridimensional	52	48	96
Numismática	20	25	45
Artes Visuais	6	3	9
Exposição	4	-	4
Total	221	357	578

Fonte: Tabela produzida pelas autoras, a partir de pesquisa junto ao acervo do MUPA (2023).

A decisão em dividir os itens encontrados em Acervo Geral e Coleção Ney Braga ocorreu ao longo da pesquisa, ao percebermos a grande quantidade de itens referentes ao nosso objeto de estudo dentro da respectiva coleção. Nesse

sentido, na categoria Acervo Geral, majoritariamente estão os itens que não fazem parte de coleções com as seguintes exceções: cartas de Vladimir Kozák, em que se cita brevemente o governo militar no Brasil; medalhas e moedas da Coleção Júlio Moreira, como a Medalha de Gratidão da Polícia Militar do Estado de 1966; homenagens do Banestado; e, por fim, alguma numismática advinda da Coleção David Carneiro, como a Medalha Comemorativa da UPE, de 1976.

O Acervo Geral é constituído de itens variados, doados por diferentes sujeitos em diversas datas. Isto é, este acervo é composto pela maior parte dos objetos do MUPA, desde a sua criação, ainda no século XIX, até a atualidade – em nossa pesquisa, obviamente, selecionamos objetos a partir de 1964 até o ano de 2023. Por conseguinte, dificilmente conseguimos traçar padrões de data e doadores.

As obras de acervo geral encontradas na biblioteca se dividem em duas categorias: aquelas que são produções científicas sobre o período e as que foram escritas ao longo da Ditadura Militar, com propósitos diversos que não uma análise teórico-metodológica. Entre essas, estão, por exemplo, mensagens de João Figueiredo ao Congresso Nacional; mensagens de governadores do Paraná durante o período; e depoimentos de Ivo Arzua Pereira e Ney Braga cedidos ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

Entre os 35 documentos textuais, estão correspondências já citadas de Vladimir Kozák; carteiras de Identidade Estudantil e de funcionário da Secretaria de Segurança pública do período; documentos oficiais, como decretos-lei da Polícia Militar do Paraná e documentos referentes à renúncia do governador do Paraná Haroldo Leon Peres; e, por fim, mapas oficiais do estado do Paraná produzidos entre os anos de 1964 e 1985.

Nas fotografias, exemplificamos a partir de três temáticas que se repetem no acervo: imagens de Curitiba ao longo do período de nossa pesquisa; fotografias de Flávio Suplicy de Lacerda⁵; e, ainda, talvez as que mais chamaram nossa atenção, quatro registros da prisão de estudantes em 1968, na Chácara

5 Flávio Suplicy de Lacerda foi reitor da Universidade Federal do Paraná de 1949 a 1964 e de 1967 a 1971; e Ministro da Educação do Brasil de 1964 a 1966. Como reitor participou da federalização da Universidade, que até esse momento se chamava apenas Universidade do Paraná e realizou a construção do Complexo da Reitoria, da Biblioteca Central, do Prédio do DCE, da Casa da Estudante Universitária, do Hospital de Clínicas e do Centro Politécnico. Como Ministro da Educação, proibiu as atividades políticas nas universidades federais, realizou acordos com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a fim de constituir uma formação técnica e profissionalizante no Brasil, como também, com a Reforma Universitária de 1968, pretendeu realizar anuidade dos estudantes – causando diversos protestos na UFPR, como greves, a retirada à força de seu busto, bem como a famosa Batalha do Politécnico, em que os estudantes, ao protestarem contra o ensino pago, entraram em confronto com a polícia.

do Alemão⁶. O destaque à essas fotografias, dá-se uma vez que, ao menos no conhecimento das autoras, essas não estavam disponíveis em outros locais além dos jornais do período.

Entre os objetos tridimensionais, encontra-se a indumentária militar do período, equipamentos e distintivos da Polícia Militar e algumas flâmulas de políticos paranaenses que foram eleitos nesses 21 anos, como de Paulo Pimentel. Nos equipamentos da Polícia, a partir de nossa pesquisa foi possível acrescentar novas informações de imediato à um escudo anti-tumulto presente no acervo. O escudo de cerca de 70x53cm, de madeira, produzido artesanalmente e pintado com quatro listras nas cores verde, vermelho, branco e azul, causava estranhamento ao ser associado como equipamento militar, devido à sua forma e cores. Com a sua análise juntamente do acervo fotográfico, foi possível localizar nas próprias fotografias do MUPA, imagens de treinamento da polícia paranaense na década de 1960 com diversos escudos semelhantes ao presente no acervo.

Na Numismática, categoria do estudo de cédulas, moedas e medalhas, encontramos os três itens de forma comemorativa, com ênfase em medalhas da PMPR, da União Paranaense dos Estudantes e da Casa do Estudante Universitário. Enquanto isso, dentro das Artes Visuais, encontramos cinco quadros e uma gravura, dentre os quais estão: quadro de Arthur da Costa e Silva, de Flávio Suplicy de Lacerda, de Ney Braga, esse pintado por Theodoro de Bona em 1968 e dois de Algacyr Guimarães. A gravura, por sua vez, retrata o banco Banestado na Rua XV de Curitiba.

Por fim, apesar das propostas expositivas não serem acervo da instituição, encontramos registradas no Memória *Pergamum* quatro exposições acerca do período da Ditadura Militar já realizadas pelo Museu Paranaense ao longo do século XXI. A primeira delas, intitulada de “Utópicos e Rebeldes-1968”, foi realizada em 2008, como comemoração dos 40 anos da efeméride do revolucionário ano de 1968. Outras duas, realizadas em 2014 e 2017, foram intituladas respectivamente de “Ney Braga: cem anos na História do Paraná” e

6 A Chácara do Alemão ocorreu em 17 de dezembro de 1968, portanto após a promulgação do AI-5 do dia 13/12/1968, em que um grupo de estudantes paranaenses procurou se organizar para eleger delegados para eleição dos representantes na UNE, que já se encontrava na clandestinidade. Embora o evento tenha sido planejado em um bairro descentralizado da capital, foi interrompido antes de seu início, quando a Polícia Militar cercou a localidade e deu ordem de prisão para os mais de 42 jovens que lá estavam. Desses, 15 estudantes, 13 rapazes e 2 moças, foram indiciados e responderam a Inquérito Militar por subversão. Todos foram condenados e cumpriram pena na penitenciária do Ahú. A alcunha de Chácara do Alemão se deu em decorrência do dono do espaço alugado ser de origem alemã.

“Ney Braga – Acervo Pessoal e Político”. Conforme se observa nos nomes dessas, as exposições tratam sobre a importante participação de Ney Braga na política paranaense, como também acerca de sua vida pessoal. Não necessariamente essas exposições vinculavam ou criticavam a figura de Ney Braga à Ditadura Militar, contudo, esse foi governador do Paraná entre 1961 a 1965 e no período de 1979 a 1982. Além disso, Ney Braga também foi Ministro da Agricultura de 1965 a 1966 e Ministro da Educação entre 1974 a 1978. Por último, no ano de 2022, o MUPA escolheu em seu II Edital de Ocupação do Espaço Vitrine, a exposição “Folha de Papel”, proposta por Manoela Cavalinho. Segundo o *site* Memória *Pergamum* (2022),

“Folha de Papel” é uma instalação no qual a memória da Ditadura Militar é movimentada por meio da chacina do Parque Nacional do Iguaçu, ocorrido em 1974, que levou a morte Onofre Pinto, José de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavechia, Victor Carlos Ramos, Ernesto Ruggia, cujos corpos nunca foram encontrados. Na instalação se verifica uma sequência de letras grafadas sobre papel e alguns tipos em bronze, agitados pelo vento ao som da música Folha de Papel, na voz de Tim Maia.

A Coleção Ney Braga, por sua vez, chegou ao Museu Paranaense no ano de 2014 e segundo o Memória *Pergamum* (2014), fazia parte do Memorial Ney Braga na cidade da Lapa-PR, lugar de nascimento do ex-governador. Devido a problemas estruturais do Memorial, foi fechado em 2009 e parte de seu acervo danificado. Por consequência, em 2013 a Prefeitura da Lapa e os descendentes de Ney Braga realizaram a doação da coleção para o MUPA.

Ney Braga foi um dos mais importantes políticos paranaenses do século XX. Além de governador do estado e ministro dos governos militares de Castello Branco e Geisel, Braga também foi Prefeito de Curitiba de 1954 a 1958; Deputado Federal pelo Paraná de 1959 a 1961; Senador do estado entre 1968 a 1974; e Presidente da Itaipu de 1985 a 1990. Militar de formação, entrou na política em 1952, como membro do Conselho Regional de Desportos do Paraná, a partir da indicação de seu cunhado Bento Munhoz da Rocha Neto, então Governador do Paraná.

Juntamente dos cargos ocupados, Ney Braga foi notável articulador político e por possuir boa relação com o governo federal, conseguiu construir grandes obras no Paraná, implementando forte projeto desenvolvimentista no

estado. Entre seus feitos estão a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) em 1962, que posteriormente se transformou em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), no ano de 1968. Essas duas instituições captaram recursos e financiaram a criação e a promoção de outros órgãos, existentes até a atualidade no estado, como a SANEPAR, CELEPAR, TELEPAR e FUNDEPAR, os quais se encarregaram de modernização do Paraná em diversas frentes (OLIVEIRA, 2017).

Apenas devido a importância de seu projeto desenvolvimentista e por sua relação com os governos militares citados, Ney Braga já justificaria sua presença em nossa pesquisa. Por consequência, é em sua coleção que se encontra a maior parte dos itens vinculados à Ditadura Militar no Museu Paranaense. Na Biblioteca do MUPA, entre as obras citadas, apenas uma delas é sobre a trajetória do político paranaense⁷, as outras são todas pronunciamentos, mensagens ou memórias do próprio Ney Braga.

Entre os documentos textuais, encontramos: Documentos oficiais; Documentos de Identificação em diversas instituições do estado, como no Clube Militar; Diplomas e Certificados, sendo a maior parte deles pelo cuidado e serviços prestados por Ney Braga à comunidade, como o Certificado da 5^o região militar e 5^o Divisão do Exército do Paraná, de 1979; Convites para eventos diversos, como formaturas, inaugurações de estabelecimentos e homenagens, à exemplo do Convite da Universidade Católica do Paraná para solenidade outorgando o título de Doutor “Honoris Causa” ao governador Ney Braga, em 1981; e, por fim, diversas correspondências, como cartões e cartas, como a carta do Presidente da República Ernesto Geisel, nomeando o senador Ney Braga para o cargo de Ministro de Estado da Educação e Cultura, em 1974.

Entre as fotografias, que são a maior parte do acervo encontrado, há uma variedade de temas, como fotos de políticos, comícios, confraternizações e da vida privada do ex-governador. Exemplificamos essa categoria com os seguintes itens: fotografias de Ney Braga em encontros políticos junto à Castello Branco e Geisel em diferentes datas; uma série de fotos da visita do então presidente Castello Branco à residência de Ney Braga durante sua campanha ao senado paranaense; registros da visita do Papa João Paulo II ao Paraná, no ano de 1979; como também diversos álbuns de fotografias em eventos diferentes, a exemplo

7 RABELO, Vanderlei. Ney Braga: a política como arte. 2004.

da visita de Ney Braga as cidades de Brasília e Manaus, nos anos de 1969 e 1970 e sua visita enquanto ministro da educação ao Festival de Arte de São Cristóvão na UFSE, no ano de 1974.

Entre os objetos classificados como tridimensionais e da numismática, estão em sua maioria homenagens recebidas por Ney Braga, entre eles placas, barretas, medalhas, honras ao mérito, Grã Cruz, de diversas instituições diferentes, públicas e privadas, de educação, militar, econômicas, filantrópicas e outras, ao longo dos 21 anos de governo militar. Por fim, nas Artes Visuais, encontram-se três esculturas, todas feitas também como maneira de o homenagear.

Conforme apresentado no início desse texto, além do trabalho com o acervo, foram realizadas como segunda etapa de pesquisa, a leitura e análise dos arquivos institucionais do Museu Paranaense entre os anos de 1963 a 1989. No período correspondente, existem 50 livros catalogados como correspondências recebidas e expedidas, relatórios da Biblioteca e da Divisão Técnica. Deste montante, encontramos documentações referentes ao governo militar em 26 deles.

Esses livros possuem como objetivo apresentar, em sua maioria, atividades burocráticas desenvolvidas pelo museu, como relatórios de prestação de contas, registros de frequência dos funcionários, as mudanças de sede e reformas realizadas; correspondências em geral, com outras instituições, governo e pessoas físicas; e também os eventos realizados em suas dependências, exposições e número de visitantes. Nesse sentido, as informações destacadas por nossa pesquisa, voltam-se para doações recebidas, pedidos ao governo, ofícios e convites recebidos, em diversos anos, mas majoritariamente ao longo da década de 1970.

Para apenas citar cada um desses exemplos, entre as doações recebidas, destacamos a relação entre o DOPS-PR e o Museu Paranaense, na qual a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná enviou armas para ficar no mostruário do museu em 1967 e que mais tarde, foram pedidas como forma de incorporação à instituição de memória. Entre pedidos realizadas ao governo, encontra-se um ofício de 1970 do diretor do Museu Paranaense Oldemar Blasi, para o Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná, Edwaldo Labatut, solicitando maiores recursos para o Projeto Rondon e o Aciso 70, alocados junto ao museu. Além disso, como ofícios recebidos, sabe-se que em

1973, o Museu Paranaense recebeu o aviso de que o ministro Jarbas Passarinho autorizou a publicação da obra “Dom Pedro – Estudo Iconográfico”, produzida por Stanislaw Herstal. E, por fim, encontramos um convite de 1979, para que a instituição participasse do Encontro Nacional de Justiça e Paz, cujo tema era Justiça Social com preocupação dos problemas da terra (questões indígenas), marginalidade nos centros urbanos, direitos humanos, entre outros assuntos.

Diante das considerações apresentadas ao longo de todo o texto, é perceptível o gigante número de possibilidades de se pesquisar e analisar a Ditadura Militar no Paraná a partir do acervo e arquivo institucional do MUPA. As escolhas que precisamos realizar para a escrita desse texto, deram-se na tentativa de revelar o máximo possível acerca da documentação encontrada. Com o intuito de evidenciar principalmente a pluralidade e a existência de nomes importantes do governo militar nesse corpus documental.

A inclusão e exclusão de itens nessa seleção é subjetiva e vai ao encontro de nossa formação enquanto pesquisadoras e historiadoras. É nesse caminho que também decidimos quais objetos ou informações seriam incluídas na pesquisa como parte do levantamento de acervo do MUPA sobre a Ditadura Militar. Isso, longe de invalidar o trabalho realizado, na verdade demonstra como as conexões e possibilidades a serem desenvolvidas sobre a temática podem ser maiores do que as esperadas aqui. Se voltarmos à discussão de Maria de Lourdes Parreiras Horta (1987, p. 160), sabemos que a própria constituição do Museu, de seu acervo e de suas coleções, faz parte de um sistema semiótico de segunda ordem, o qual foi construído com propósitos maiores do que as próprias instituições de memória.

Entendemos que o futuro de nossa pesquisa deve ultrapassar o levantamento e a descrição desse acervo, agora objetivando descobrir mais informações sobre os doadores dos itens, suas datas de incorporação, as motivações de aceitação das peças e principalmente o histórico dessas. É preciso, a partir de agora, encarar o acervo como uma fonte histórica composta por inúmeras outras fontes, sendo que cada qual demanda um recorte teórico-metodológico específico para ser analisada. O trabalho, assim, nos supera, e pode e deve ser feito por novos pesquisadores e pesquisadoras ao longo dos próximos anos, desde que esses estejam dispostos a encarar o sensível e múltiplo estudo da Ditadura Militar brasileira.

Referências

ACERVO INSTITUCIONAL DO MUSEU PARANAENSE. 1963 - 1989.


HARTENTHAL, Mariana. **MUSEU PARANAENSE. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE ACERVO - TRATAMENTO TÉCNICO:** Catalogação; Incorporação, Empréstimo e Alienação de Acervo; Reprodução de Imagem; Comissão de Acervos e Vocabulário Controlado, 2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Teatro da Memória. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 22, p. 158-162, 1987.

MEMÓRIA PERGAMUM. Acervo on-line do Museu Paranaense. Disponível em: <http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MUSEU PARANAENSE. Apresentação. 2023c. Disponível em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>. Acesso em: 10 jun. 2023.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e Industrialização no Paraná.** Coleção História do Paraná - textos introdutórios. Curitiba: SAMP, 2017.



Censura e “guerra psicológica”: a atuação do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) e o campo da cultura na Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1972)

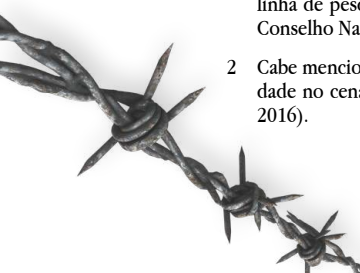
Lauriane dos Santos Rosa

Este trabalho busca trazer à tona algumas características da atuação do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) no campo cultural brasileiro durante os primeiros anos ditatoriais.¹ Existente em São Paulo desde meados da década de 1950, formado exclusivamente por mulheres, o MAF ganhou relevância pública no estado por meio de um vasto leque de atividades, dentre as quais destacou-se a “patrulha” direcionada à mocidade, que deveria ser impedida de entrar em contato com determinadas obras encaradas como corrosivas da moral.² No início dos anos 1960, o discurso do MAF ajudou a fortalecer a denominada “onda” anticomunista (MOTTA, 2020). Esta, por sua vez, foi característica prevalente no imaginário da associação até, pelo menos, meados da década de 1970.

Desse modo, o presente texto busca dialogar, de forma sucinta, os principais argumentos encontrados no discurso da associação com a bibliografia concernente ao anticomunismo e à repressão imposta pela censura. Diante disso, lança algumas hipóteses sobre o comportamento adotado pelo grupo paulista, dando atenção especial à configuração discursiva relacionada ao “perigo comunista” e suas reverberações quanto à prática e rigor da censura nos anos de ditadura.

1 Esta comunicação é uma adaptação-síntese de um dos capítulos de dissertação de Mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS-UFPR), na linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História. A autora é bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 Cabe mencionar que o MAF fez parte de um conjunto de associações cívicas femininas que ganharam notoriedade no cenário público brasileiro dos anos 1960. Sobre isso ver, por exemplo: (CORDEIRO, 2008; SOUSA, 2016).



Objetivos

No dia 07 de setembro de 1969, aproveitando a oportunidade criada em razão da efeméride da independência brasileira, o MAF realizou um apelo a seus leitores e leitoras. Publicada no Jornal *O Estado de São Paulo (OESP)*, a mensagem assinada pelo grupo salientava que a manutenção da independência política do país dependeria, naquele momento, da “vigilância constante” da população. O motivo de tal vigilância dizia respeito à ameaça decorrente dos “inimigos da pátria propagadores de ideologias estranhas” que, atuando “sob os mais variados disfarces”, procuravam “perturbar e confundir” a mente da juventude brasileira (Festa da independência... 1969, p. 29).

Em 1969, ocasião da mensagem acima, o Brasil vivia há quase quatro anos sob o jugo de um estado ditatorial cujo emblema repousava no combate à chamada “infiltração comunista”. Como demonstra o apelo realizado pelo MAF, trata-se de lógica que também ganhou espaço em determinados setores conservadores civis, que enxergavam na revolução comportamental em desenvolvimento no Brasil, por exemplo, uma das facetas utilizadas pelos comunistas com vistas a colocar em prática seu projeto revolucionário (KAMINSKI, 2016, p. 474).

Assim, a preocupação com os conteúdos difundidos para a população não ficou desatrelada das premissas dos manuais do sistema repressivo que, baseadas na tentativa de “limpeza” de comportamentos vistos como indesejados, fizeram da censura moral um dos pilares na defesa da segurança nacional (QUINALHA, 2017, p. 47). Além disso, como aponta a historiadora Adrianna Setemy (2018, p. 175), enquanto instrumento de repressão e de violação de direitos, a censura foi também um modo encontrado pela ditadura para angariar legitimidade social.

Com base nessas considerações, o presente texto está guiado pelos seguintes questionamentos: como o MAF mobilizou elementos do imaginário anticomunista com vistas a impulsionar a prática censória? Quais produções, artistas e conteúdos representavam “perigo” aos olhos e ouvidos das integrantes desta associação? E, por fim, é possível sugerir que o posicionamento deste grupo serviu para dar suporte aos valores impressos nas cartilhas militares? Em razão da proeminência obtida pelo MAF no cenário público, as páginas jornalísticas constituem material de análise profícuo na tentativa de solucionar tais indagações, em especial as publicações pertencentes ao *OESP*.

Resultados

Como demonstrou o historiador Carlos Fico (2002, p. 68-69), durante os anos ditatoriais cartas e bilhetes da sociedade civil clamando pela restrição de conteúdos considerados nocivos à moralidade foram enviados a órgãos como o Ministério da Justiça e ao gabinete presidencial. Muitos desses pedidos, ainda segundo Fico, eram provenientes de associações cívicas (como o caso do MAF) e clubes de serviço, outros, ainda, eram assinados individualmente por pessoas preocupadas com a “crise moral” que se difundia, sobretudo, por meio dos veículos da mídia. Existiam, também, mensagens enviadas diretamente a autoridades ligadas à polícia política e direcionadas a informar sobre conteúdos divulgados por supostas ações comunistas corrosivas da moral (PRIORI, BRUNELLO, 2021, p. 13). Em alguns casos, com o intuito principal de atingir um público amplo e “conformar um ambiente de bons costumes e de moralidade”, muitos desses pedidos, guiados por forte apelo conservador, eram simultaneamente publicados nas páginas jornalísticas do período (DOBERSTEIN, 2007, p.146). Essa última característica permitiu que, ao longo do trabalho de coleta de fontes, pudéssemos localizar na imprensa um conjunto de denúncias e pedidos do MAF remetido a autoridades públicas civis e militares. Os destinatários dos pedidos eram variados: presidentes, governadores, prefeitos, ministros, membros das Forças Armadas, agentes da censura, entre outros, faziam parte da lista de autoridades interpeladas em razão de assuntos “impróprios” que circulavam sem restrição. Soma-se a essa característica, ainda, o espaço próprio da associação nas páginas jornalísticas, que chegou a assinar uma coluna no *OESP*.

Por exemplo, em setembro de 1966, os alvos de uma mensagem assinada pelo grupo foram Laudo Natel, governador de São Paulo; Carlos Medeiros, Ministro da Justiça e o então presidente, general Castelo Branco. Na ocasião, a coluna do MAF no *Estadão* fez publicar uma mensagem na qual as integrantes do grupo se mostravam apreensivas com o conteúdo de um questionário veiculado pela revista *Realidade*. Segundo o grupo, a publicação de *Realidade* estava “desmoralizando os costumes” e “levando os jovens à confusão”. O motivo? A abordagem a assuntos relacionados à sexualidade impressa nas páginas da revista. Segundo o posicionamento assinado pelo MAF, os responsáveis pelo questionário pareciam desconhecer os males causados pela difusão daquele conteúdo,

corroborando com comportamentos típicos dos “russos e chineses ateus”, cujos princípios comunistas objetivavam “a negação da ordem estabelecida, a negação do ideal, a negação da religião” e, conseqüentemente, “a inquietude nos lares” (DUPRÉ, 1966a, p. 03).

O minucioso questionário, que somava em seu interior 116 mil respostas, havia sido publicado com o intuito de apresentar um “retrato autêntico” do que pensavam os jovens sobre questões ligadas ao sexo. Dentre as perguntas realizadas aos jovens, a título de exemplo, estavam aquelas relacionadas à duração do ciclo menstrual, à frequência das práticas sexuais e à visão que possuíam a respeito do casamento. (PACHECO, 1966, p. 68-77). Por essas e outras publicações, *Realidade* se tornou alvo de muitos setores e grupos conservadores, que viam na revista um perigo à moral e aos bons costumes (SETEMY, 2008).

Como mencionado anteriormente, no caso específico do MAF, a corrosão da moralidade e da religião supostamente propagada pela revista não aparecia desvinculada das pretensões do comunismo ou, especificamente, dos territórios da Rússia e da China. Na concepção das integrantes do grupo, tais lugares eram produtores do ateísmo e, por isso, antagônicos ao Brasil, país que, essencialmente, era formado na tradição cristã. Tratava-se, como já é amplamente conhecido na historiografia, de um discurso que há muito permeava o imaginário anticomunista, existente desde os desdobramentos da Revolução russa de 1917 (MOTTA, 2020). De maneira geral, as representações anticomunistas em torno da Rússia soviética procuravam, entre outros, aliar o país à destruição da família, à introdução da educação sexual nas escolas e ao uso de drogas (MOTTA, 2020). Nos anos de ditadura tais noções parecem ter ganhado novo fôlego, e alguns setores militares chegaram a carimbar o sexo como um “instrumento científico” para a perversão comunista (BRITO, 2020, p. 881). Pela base cristã de sua discursividade, majoritariamente aportada na fé católica, as integrantes do MAF abraçaram elementos desse imaginário.

Por exemplo, alguns meses antes, também em 1966, os malefícios causados pelos ideais provenientes da Rússia para o ambiente familiar já haviam circulado no discurso da associação. Nos primeiros meses daquele ano, um projeto com vistas a modificar o Código Civil brasileiro e, assim, reduzir a idade para a realização do casamento chegou a ser discutido no Congresso (MAF critica... 1966, p. 12). Para o MAF, tal proposta foi rapidamente assimilada

como resultado da “concepção materialista”, cujos principais objetivos visavam a “desagregação da família” e a “decadência dos costumes” (DUPRÉ, 1966b, p. 04).

Trazer à discussão temas vinculados ao sexo, segundo a associação, deveria ser ação restrita somente às páginas de periódicos científicos, pois não condizia com o regime “baseado na moral e na ética do espiritualismo” representado pelo Brasil (DUPRÉ, 1966a, p. 03). Como desejava o MAF, a revista não conseguiu dar continuidade à publicação do questionário, que foi impedido de circular em razão do caráter licencioso que apresentava (SETEMY, 2008, p. 215).

Entretanto, não foi somente sobre os meios editoriais que as integrantes da associação mantiveram olhar atento. Em 1965, o Movimento enviou um telegrama ao então prefeito de São Paulo, José Vicente de Faria Lima, colocando-se contrário à apresentação do grupo teatral *Decisão* na cidade. Segundo o telegrama, o grupo de teatro realizava, durante os intervalos do espetáculo, a leitura de “manifesto subversivo, contra ordens emanadas pelo supremo chefe da nação” e, por isso, deveria ser impedido de apresentar-se no Teatro Municipal (MAF se opõe ... 1965, p. 15). O pedido de restrição enviado pelo MAF fazia referência a algumas atitudes do elenco de *Decisão* que, no mês anterior, no início de suas apresentações na cidade do Rio de Janeiro, realizava ao público a leitura de uma mensagem condenando a invasão da República Dominicana feita pelo governo estadunidense, bem como demonstrava insatisfação com o envio de brasileiros para atuar na região (GARCIA, 2008, p. 152).

Embora não fosse denúncia destinada ao conteúdo que estruturava o roteiro da peça (característica que visualizaremos em outros pedidos de restrição assinados pelo grupo), exprimia o desejo de homogeneizar os comportamentos dos atores e atrizes. A proximidade que possuíam com o público, aliada ao teor “subversivo” da mensagem, enquadravam os artistas como perigosos à ordem social.

Além disso, o manifesto do grupo teatral também ia de encontro à própria opinião da associação paulista. O MAF, nos meses precedentes à mensagem enviada a Faria Lima, havia se colocado favorável ao envio de tropas brasileiras à República dominicana, elogiando o apoio dado pelo governo Castelo Branco aos Estados Unidos (Novos contingentes...1965, p. 03).

Foi também sob a justificativa de impedir que a “subversão” se alastrasse em solo brasileiro que, no ano de 1969, a associação endereçou um telegrama

ao então presidente Arthur da Costa e Silva. No telegrama, publicado nas páginas de *OESP*, eram exigidas “imediatas e enérgicas providências” a respeito dos programas televisivos, que deveriam ser alvos de censura rigorosa pelos conteúdos “subversivos e imorais” que veiculavam. Todas as emissoras de televisão, segundo a mensagem do MAF, cometiam abusos na sua programação e era preciso detê-las antes que o “mal” se tornasse “irremediável” (MAF pede rigorosa ... 1969, p. 29). O campo televisivo, cabe salientar, pela facilidade de inserção que possuía, foi logo encarado como um dos grandes propulsores da crise dos “tempos modernos”, que estava a atingir a todos os setores da sociedade (FICO, 2002, p. 271). Nessa linha de pensamento incluíam-se as novelas, os programas jornalísticos e de entretenimento.

No caso específico das telenovelas, uma das exigências recorrentes do MAF, percebida ao longo do recorte investigado, dizia respeito à mudança dos horários de transmissão das peças de dramaturgia que, “televisadas às 20h”, irradiavam assuntos impróprios e “corrosivos da moral e dos bons costumes” (MAF apela em favor ... 1965, p. 21). Contudo, pela ampla penetração na sociedade, as novelas também se apresentavam como a solução para alguns problemas. Em 1971, como uma maneira de contornar o problema do “abuso de tóxicos” entre a juventude, por exemplo, o grupo chegou a pedir a Jarbas Passarinho, ministro da Educação e Cultura, para que desenvolvesse um projeto com vistas a criar novelas educativas (Sugestão do MAF ... 1971, p.12). Nesse sentido, as novelas deveriam servir como manuais cívicos destinados à juventude, utilizadas para “educar” a população, difundindo valores que eram muito caros à visão da associação.

Na maioria das denúncias do MAF publicadas nos excertos jornalísticos, geralmente aquelas demarcadas em poucas linhas das páginas de uma edição do jornal, uma característica que nos chama a atenção é a baixa especificidade dada aos assuntos que promoveriam a “decadência” ou a “desagregação” moral. Muitas vezes eram expostos o descontentamento e a preocupação com determinadas obras sem, contudo, mencionar as particularidades que pudessem justificar sua pretensa licenciosidade. Trata-se de elemento que evidencia, em primeiro lugar, a própria postura conservadora da associação, que evitava repetir ao público assuntos encarados como tabus ou imorais. Por outro lado, pelo caráter abstrato que apresentava, esse tipo de denúncia, ainda que indiretamente, agia na tentativa de conformar uma espécie de imaginário favorável à censura na esfera pública (DOBERSTEIN, 2007, p. 146).

Há, ainda, outro ponto interessante pertencente à discursividade da associação. O MAF colocava-se como “porta-voz” dos brasileiros e brasileiras diante da máquina censória. Este é um aspecto, como ponderou Doberstein (2007), que pode ser visualizado na atuação de algumas associações e veículos da imprensa do período. Desde os momentos anteriores ao golpe, quando da exigência da suspensão de filmes, por exemplo, as mensagens publicizadas pela associação mencionavam a significativa parcela de cartas que recebia de habitantes de São Paulo. Essa foi uma característica que persistiu ao longo dos anos de ditadura. Em 1965, a título de exemplo, um posicionamento do MAF fez menção às mensagens recebidas de pais e mães como “verdadeiros SOS”, em razão dos perigos a que estavam sendo expostos seus filhos e filhas (MAF apela em favor ...1965, p. 21).

Destarte, tal postura não deixava de explicitar a relação de intermediário entre a população e o governo ditatorial constituída pelo grupo. O MAF, pela abrangência que possuía no estado, pelo histórico construído ao longo dos anos e pela proximidade com determinados quadros ditatoriais pareceu se firmar como núcleo relevante de denúncias e pedidos provenientes de setores da sociedade civil, não somente relacionados à censura, mas a esferas distintas.

De outro modo, são mensagens que também deixam à vista a recorrência a sentimentos como “medo” e “aversão” (ANSART, 2019), que davam a tônica dos protestos da associação relacionados ao campo da moral. Nesse caso, os protestos carregavam, em sua construção discursiva, afetos capazes de reiterar conflitos e projetar recusas a uma figura política no imaginário social (BACZKO, 1985, p. 316). Ou seja, solidificavam as características direcionadas à imagem do comunista.

O apelo do MAF em relação ao rigor da censura foi, pode-se dizer, lapidado e colocado em prática cerca de três anos após o pedido realizado a Costa e Silva. No início dos anos 1970, em meio ao acirramento da repressão no campo social brasileiro, a associação aplaudiu a promulgação do Decreto-Lei 1.077/1970 redigido pelo então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid (MAF aplaude ... 1970, p. 09). Buzaid, cabe comentar, era figura política que mantinha proximidade com a diretoria do MAF e chegou a participar, em anos anteriores, de ciclos de palestras promovidos pelo grupo (Buzaid abre ... 1967, p. 21). Suas concepções, que ajudaram a desenhar contornos sólidos ao suporte discursivo conservador

dos manuais da ditadura (QUINALHA, 2020, p. 1746), corroboravam a versão de que o país assistia ao pleno desenvolvimento da *Guerra Revolucionária*, fator que carimbava o comportamento da mocidade como o principal alvo a ser vigiado. Nas palavras do próprio Buzaid, a juventude era destituída da “capacidade de resistência” e, por isso, propensa a “qualquer ideia (que) pode penetrar facilmente em sua alma” (Buzaid: o decreto ... 1970, p. 01). Tratava-se de argumento recorrente nas fontes do período, que caracterizava a juventude como suscetível a ceder à ação comunista (KAMINSKI, 2016, p. 476).

Nos trechos encontrados nos Jornais, é possível visualizar que o decreto-lei assinado por Buzaid permeou os pedidos de censura realizados pelo MAF em pelo menos dois momentos. Um deles diz respeito ao pedido de restrição da peça *O Balcão* que, em 1970, era apresentada no teatro Ruth Escobar. Nas palavras do MAF, enviadas a Buzaid por meio de ofício, a peça estava inserida em um conjunto de espetáculos que se acumulavam nos teatros de São Paulo e que desrespeitavam a “moral e bons costumes”. Por isso, exigia ao ministro que fosse executada a lei, situação que, conseqüentemente, culminaria na proibição da peça (MAF pede fim ... 1970, p. 03).

Em outro momento, a referida legislação censória deu suporte para a suspensão do programa televisivo *Jovem Urgente*. O programa estreou na grade da TV Cultura em 1969 e, posteriormente, serviu de modelo para programas similares surgidos na televisão (FRANCFORT, 2019, p. 53).

Aos olhos das integrantes do MAF, que à época encaminharam denúncia ao presidente da emissora, *Jovem Urgente* representava ameaça ao decoro dos lares e ao pudor dos jovens brasileiros. Ainda segundo o grupo, a denúncia em questão estava assentada em inúmeras reclamações de mães que chegavam ao conhecimento do MAF (MAF é contra ... 1969, p. 12). Assim como a revista *Realidade* e a peça *O Balcão*, o tema principal de debate do programa envolvia questões comportamentais, nas quais assuntos como a família e a sexualidade apareciam com centralidade. Em razão do conteúdo que divulgava, a transmissão de *Jovem Urgente* foi proibida pela censura no início de 1970, tendo como base o já mencionado decreto 1.077.

Embora não possamos estabelecer, nesses dois últimos casos, relações diretas entre a denominada “decadência moral” e a ação comunista, alguns aspectos do imaginário do período fornecem pistas para que pensemos a respeito

do grau de conexão criada entre ambos. Por exemplo, um leitor de *OESP*, ao se deparar com a denúncia realizada pelo MAF a respeito de *Jovem Urgente* publicada nos Jornais, não deixou de reiterar a benéfica postura do grupo diante do fato e, por consequência, ressaltar o viés comunista do apresentador do programa (*Infiltração nos órgãos ... 1969*, p. 41). Por outro lado, o próprio histórico do grupo auxiliava no estabelecimento de tais relações, pois não era raro visualizar representações anticomunistas na grande maioria de seus discursos.

Existiam, assim, “efeitos de sentido” (ORLANDI, 2005) inerentes à discursividade propagada nos Jornais que, mesmo de forma implícita, guiavam os leitores e leitoras. Na longa trajetória que possui no cenário brasileiro, embora tenha contado com períodos de menor profusão propagandística, o anticomunismo nunca deixou de ser “fermentado” por determinados setores, o que garantiu a persistência de suas representações no imaginário social (GONÇALVES, 2004, p. 16). Assim, no contexto ditatorial, discursos como o do MAF, ainda que não mencionassem diretamente a “ameaça vermelha”, serviam para dar relevo à construção de um “inimigo interno”. Isso porque as condições de produção do discurso (ORLANDI, 2005, p. 30) do grupo naquele cenário nos dizem muito sobre as preferências políticas que assumia. Simultaneamente, na cena pública, tratava-se de retórica que não deixava de lado a intenção de garantir suporte a uma das inúmeras faces do controle repressivo empregadas pelo Estado.

Considerações finais

Desde os momentos iniciais da ditadura, em 1964, até pelo menos o início da década de 1970, quando a legislação voltada à censura delineia em tons mais visíveis seu caráter repressivo, o MAF pressionou os órgãos e figuras do governo ditatorial pela restrição de determinados assuntos, entendidos muitas vezes como parte da “guerra psicológica” comunista.

Impedir a circulação de assuntos “ímorais” não significava, no imaginário do grupo, eliminar da cena social a exibição, por exemplo, de peças teatrais ou de programas televisivos, mas formatá-los em uma dinâmica que fizesse eco às premissas conservadoras da associação. Embora algumas vezes as denúncias do MAF publicadas nos Jornais fossem abstratas, é possível identificar determinados

assuntos como motivadores principais de restrição. Incluem-se nessa lista aqueles vinculados ao campo comportamental, correlacionados a temas sexuais e/ou ao uso de drogas ou, ainda, posicionamentos ou obras que versassem sobre assuntos de cunho político e que demonstrassem oposição direta às medidas ditatoriais.

Ainda que fruto de resultados parciais, o presente texto nos ajuda a visualizar um dos vários modos pelos quais o MAF fez caminhar suas pautas e reivindicações no cenário ditatorial brasileiro. Para futuros aprofundamentos tornam-se válidas, por exemplo, indagações a respeito da influência que a postura adotada pelo MAF exerceu nos pareceres da censura, tendo em vista que sua atuação foi significativamente destinada a avaliar o rigor das práticas estatais nessa esfera. Do mesmo modo, cabem aprofundamentos sobre o campo de interesses mobilizado por esse discurso, já que o grupo obtinha ampla ligação com empresários e autoridades políticas do período. Por fim, também é plausível avaliar as rupturas ou permanências com essa postura nos anos de ditadura não contemplados nesta pesquisa.

Referências

- ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Editora UFPR, 2019.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos - Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 296-332, 1985.
- BRITO, Antonio. A subversão pelo sexo: representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 36, n.72, p. 859-888, 2020.
- DOBERSTEIN, Juliano. **As duas censuras do regime militar: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978**. 212 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- CORDEIRO, Janaína. **A Nação que se salvou a si mesma: entre memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974)**. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.
- FICO, Carlos. “Prezada censura”: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5. p. 251-286, 2002.

FRANCFORT, Elmo. **Almanaque TV Cultura 50 anos**: muitas histórias, informações e curiosidades. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2019.

GARCIA, Miliandre. “**Ou vocês mudam, ou acabam**”: teatro e censura na Ditadura Militar (1964-1985). 423 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Marcos. **Os arautos da dissolução**: mito, imaginário político e afetividade anticomunista (1941-1947). 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

KAMINSKI, Leon. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. **Antíteses**, Londrina, v. 09, n. 18, p. 467-493, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964). 2 ed. Niterói: EDUFF, 2020.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6 ed. Campinas: Pontes, 2005.

PRIORI, Angelo; BRUNELO, Leandro. Delatores e práticas de delação no limiar da Ditadura Militar no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, 2021.

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Revista Direito Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 03, p. 1727-1755, 2020.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1985). 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SETEMY, Adrianna. “**Em defesa da moral e dos bons costumes**”: a censura de periódicos no regime militar (1964-1985). 256. f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: as condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, 2018.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **República das mulheres de virtude: um estudo sobre as bases sociais de apoio ao Governo dos Militares (1964-1985)**. 219 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

Fontes

Buzaid abre ciclo do MAF. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 out. 1967. p. 21.

Buzaid: o decreto resguarda o jovem. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 1970. p. 01.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. "A juventude...". **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 1966a. Suplemento Feminino, ano 12, n. 674, p. 03.

DUPRÉ, Maria. MAF - Carta à mulher brasileira. Do direito da família. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 fev. 1966b. Suplemento Feminino, ano 12, n. 642, p. 04.

Festa da independência começa às 08h. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 set. 1969. p. 29.

Infiltração nos órgãos de comunicação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 dez. 1969. p. 41.

MAF apela em favor da juventude. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 1965. p. 21.

MAF aplaude o presidente Médici. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 jan. 1970. p. 09.

MAF critica novo código. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. 1966. p. 12.

MAF é contra programa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 1969. p. 12.

MAF pede fim para o caos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 mar. 1970. p. 33.

MAF pede rigorosa censura para emissoras de TV. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 mar. 1969. p. 29.

MAF se opõe à cessão do municipal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 maio. 1965. p. 15.

Novos contingentes do Brasil vão hoje para S. Domingos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 maio. de 1965. p. 03.

PACHECO, Duarte. A juventude diante do sexo. **Realidade**, São Paulo: Editora Abril. Ano 1, n. 05, ago. 1966.

Sugestão do MAF a ministro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 set. 1971. p. 12.



Os irmãos maçons sob vigilância: uma análise dos documentos do SNI produzidos durante o governo Figueiredo (1979-1985)

Fabio Lanza

José Wilson Assis Neves Júnior

Laura Nunes de Oliveira

Livia Campanheli


Luan Prado Piovani

O presente artigo foi produzido tendo como base documentos produzidos durante a ditadura militar (1964-1985) pela agência de inteligência Serviço Nacional de Informações. O objetivo da agência era supervisionar e monitorar atividades de informação e contrainformação relacionadas ao Brasil e outros países. O chefe nacional do serviço respondia exclusivamente ao presidente da república, além de ser encarregado por coletar e filtrar todas as informações necessárias para desenvolver estratégias. Os agentes de inteligência brasileiros colaboravam com a repressão e silenciamento de opositores ao regime militar no Brasil, vigiando e investigando todos os possíveis indivíduos contrários à ditadura. Ao longo de sua existência, o SNI fiscalizou diversas atividades dos mais diversos setores, incluindo as ordens semissecretas.

A principal metodologia utilizada para a atual pesquisa foi a investigação documental, que utilizou principalmente os documentos do SNI que foram organizados e digitalizados por pesquisadores vinculados ao Arquivo Nacional e ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, que se encontram no Rio de Janeiro. Esse trabalho foi produzido com os arquivos que estão armazenados no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) da Universidade Estadual de Londrina, que abriga documentos do SNI do Paraná e Santa Catarina.

Ao produzir este trabalho, se tem como objetivo a investigação e divulgação dos arquivos como um ato de denúncia de um tempo sombrio onde processos de vigilância, silenciamento e práticas antidemocráticas eram recorrentes e levadas a cabo pelos agentes de informação do SNI. Dessa forma, o propósito deste artigo é resgatar a verdade histórica, promovendo a memória coletiva e valorizando os brasileiros que se empenharam e deram suas vidas na conquista pela democracia no Brasil.

A vista disso, o arquivo inédito do SNI selecionado para investigação aborda especificamente a temática da Maçonaria, que apesar de não ser classificada



como religião, essa ordem semissecreta abraça princípios que se assemelham aos religiosos, como por exemplo a reverência por entidade suprema responsável pela criação do universo. Os maçons também defendem firmemente os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, rejeitando qualquer forma de ideologia ateuista.

Neste sentido, a presente investigação documental buscou abordar questões relevantes, tais como: qual era a percepção do SNI em relação à Maçonaria, em que medida a maçonaria efetivamente seguia os ideais que pregava, e qual era o objetivo por trás do envio de cartas estratégicas da Maçonaria ao presidente.

A Maçonaria nos bastidores da política

O principal arquivo analisado para a produção deste artigo é constituído por 50 laudas, produzido em 11 de setembro de 1981. As primeiras 10 laudas são compostas pela narração do agente do SNI sobre a maçonaria, abordando informações como a origem da Maçonaria Contemporânea e também o surgimento da primeira potência maçônica brasileira

Inicialmente é exposto informações sobre a primeira grande Loja Maçônica inglesa, que é considerada a mãe da Maçonaria Contemporânea. Além disso, também é relatado a dissidência ocorrida no Brasil, resultando na criação do “Grande Oriente do Brasil” e das “Grandes Lojas” por volta de 1900. Adiante, há uma seção dedicada ao processo de ingresso na Maçonaria. É explicado que um dos critérios de aceitação na ordem é a crença em um ser superior, conhecido como “O Grande Arquiteto do Universo”. É importante ressaltar que essa crença não está restrita a uma religião específica. Nesse sentido, eles também rejeitam ideologias ateias e candidatos comunistas:

Rejeitam-se aqueles que sejam ateus ou professem ideologias que pregam o ateísmo, razão porque não se aceitam candidatos comunistas ou com tendências ao comunismo (ACT/ACE - 1443/81, lauda 5).

Outro critério mencionado é a situação econômica, que deve ser suficiente para cobrir as despesas maçônicas. Naquele período, era estipulado um mínimo de cinco salários mínimos mensais. Nessa mesma seção, também são citados os princípios fundamentais da Maçonaria: Liberdade, Fraternidade e Igualdade. Esses valores são considerados essenciais para a libertação do ser humano em relação ao Grande Arquiteto do Universo.

Depois de um longo discurso sobre como é organizada a Maçonaria brasileira, se assemelhando aos Poderes Civis da Nação, se fez possível perceber

algumas contradições no discurso dos agentes referentes à proibição dos maçons no meio político. Isso ocorre devido ao fato de que os maçons da alta hierarquia estavam ligados à estrutura do Estado brasileiro, ocupando cargos relevantes para a maçonaria do Brasil.

Seguindo a investigação do arquivo, na lauda 10 se encontra uma carta anexada destinada para o ditador militar e presidente da república da época João Baptista Figueiredo. Nessa carta, intitulada “Declaração de Apoio Apartidário e de Colaboração ao Governo Brasileiro” é discutido diversas questões, buscando influenciar as decisões governamentais fazendo uma série de sugestões sobre questões políticas.

O tópico mais desenvolvido pelos irmãos maçons é sobre a inflação, nessa seção eles exploraram diversos aspectos relacionados à inflação e seu impacto negativo na situação econômica do país, como a taxa de desemprego, questões agrárias e pornografia. Além disso, o autor da carta apontou fatores determinantes para essas questões problemáticas e em seguida compartilhou possíveis soluções.

No entanto, mesmo tendo sido abordado essas questões, os maçons não discutiram sobre o Movimento Contra Carestia (MCC) e o Movimento Sindical, que lutavam contra o alto custo de vida. Além disso, os irmãos maçons não questionaram a ditadura militar e suas torturas em nenhum momento da carta. Nesse sentido, foi identificado através da investigação documental, posicionamentos preconceituosos por parte dos membros da ordem, sobre determinadas classes sociais, como por exemplo os trabalhadores rurais sem-terra e as populações marginalizadas.

[...] a “classe dos miseráveis” é tremendamente grande, a pobre é terrivelmente enorme, a dito classe média uma verdadeira “ficção” e a rica esmagadoramente mínima. Não se analise ou só conclua a existência da classe média pela fabricação e venda de automóveis, pois os “baús da felicidade” distribuem a granel no meio de quem nem pode custear a manutenção do veículo, (fato antieconômico por excelência) ou pela fabricação e venda dos aparelhos de televisão a cores, pois qualquer favelado possui (quando não o tenha furtado). (ACT/ACE - 1443/81, lauda 44 - 45).

O Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita, liderado por Aylton de Menezes, concluiu a carta expressando sua intenção de cooperar com o governo e formalizando apoio ao presidente. Eles reafirmam lealdade à pátria e compartilham um discurso esperançoso. O Conselho se coloca à disposição para tratar de futuros assuntos e envia preces ao “Grande Arquiteto do Universo”, desejando sabedoria e justiça ao presidente em seu mandato. A resposta do presidente, anexada ao arquivo, é breve e agradece o apoio apartidário.

Entre ideais e contradições

A análise detalhada do documento em questão revela a concepção dos membros da ordem acerca da restrição do envolvimento maçônico na esfera política, ao mesmo tempo em que estabelece conexões profundas entre a maçonaria e a política em suas diversas manifestações. Seguindo essa linha de pensamento, é possível constatar a presença marcante dos maçons no cenário político, tanto nas eras passadas quanto nas contemporâneas.

Um exemplo evidente da presença dos maçons no cenário político do passado é a indicação de Dom Pedro I para a ordem maçônica por José Bonifácio, conhecido como o “patriarca da independência” e ex-ministro das relações exteriores do Brasil em 1822. Dom Pedro I chegou a ocupar o cargo de Grão-Mestre, e muitos historiadores maçons acreditam que a proclamação da independência do Brasil foi influenciada pela relação do monarca com a maçonaria, sendo considerada uma conquista relacionada à ordem semi-secreta.

No entanto, historiadores independentes da ordem semi-secreta argumentam que a proclamação da independência do Brasil teria ocorrido inevitavelmente, embora de forma distinta. Ao observar eventos históricos de países semelhantes, é possível constatar que as proclamações de independência seguiam estruturas políticas, econômicas e sociais específicas. Além disso, o processo de independência do Brasil se enquadra nos movimentos independentistas ocorridos pela América Latina.

Na política contemporânea, a presença dos maçons pode ser ilustrada através de figuras proeminentes, como o ex-vice-presidente e atual senador Hamilton Mourão e o ex-presidente Jair Bolsonaro. Em outubro de 2022, segundo a plataforma “JusBrasil” foram divulgados vídeos e fotos que revelaram a presença desses líderes em uma Loja Maçônica no estado do Rio de Janeiro em 2017. A notícia ganhou ampla repercussão, especialmente durante o período eleitoral, uma vez que a participação nessa ordem semi-secreta é condenada pela Igreja Católica e associada ao satanismo por segmentos evangélicos, que constituem uma parte significativa do eleitorado. Outros maçons proeminentes incluem os ex-presidentes da República, General Castello Branco, Jânio Quadros e Michel Temer.

Além dos exemplos envolvendo a maçonaria com a política ao longo da história, uma carta escrita por membros da ordem durante o período da ditadura militar também aponta posicionamentos sobre a relação entre a maçonaria e a política em outros eventos históricos.

A carta descoberta, intitulada “Carta Maçônica de Ouro Preto”, revela a perspectiva dos maçons sobre o envolvimento da ordem com a política. Nela, os membros exaltam os supostos feitos políticos da maçonaria ao longo da história,

desde a Independência do Brasil com a presença do maçom Dom Pedro I até os movimentos libertários e independentistas em vários países latino-americanos.

Por surpreendente que possa parecer, os historiadores maçons julgam que os documentos levados por Paulo Bregaro – como cartas entregues a D. Pedro em “memória” do emissário da Maçonaria, Antônio de Menezes Vasconcellos Drumond, nas províncias de Pernambuco e da Bahia – proporcionaram a proclamação da independência do Brasil (FERREIRA apud. ALMÉRI, 2007, p. 37).

Além disso, a carta destaca o papel desempenhado pela maçonaria em outros eventos históricos marcantes, como a Proclamação da República e a Revolução Francesa. Nesse sentido, é possível perceber a relação existente entre a maçonaria e esse período histórico, uma vez que ambos compartilham o emblemático lema: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. Esses princípios revolucionários ecoaram no âmbito maçônico, fortalecendo a conexão entre os ideais da Revolução Francesa e a ordem semisecreta, como os agentes relatam também em alguns dos seus arquivos.

A política europeia, atuou com raro brilhantismo espargindo para todo o nome do a sacratíssima trilogia da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, fato esse verificado quando na queda da Bastilha, durante a Revolução francesa.” (ABH/ACE - 14861/89, lauda 8)

Como citado anteriormente, a maçonaria adotava uma postura alinhada com o regime autoritário, o que levanta questionamentos sobre a coerência do lema amplamente difundido pela ordem. Estar a favor da ditadura militar representa um posicionamento contraditório em relação aos princípios fundamentais que são pregados, uma vez que esse período se caracterizou pela restrição da liberdade individual, pela desigualdade de direitos e pela falta de fraternidade entre os diferentes grupos sociais.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, exploramos documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) produzidos durante a ditadura militar brasileira, com o objetivo de investigar e divulgar arquivos que evidenciam um período sombrio de silenciamento, vigilância e práticas antidemocráticas cometidas pelos agentes de informação do regime. Focamos especificamente no tema da maçonaria, uma ordem que não é considerada religiosa, mas que possui princípios parecidos com os religiosos, além de defender os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Através da análise documental, observamos que a maçonaria possui uma relação complexa com a política, tanto no passado quanto na contemporaneidade.

Exemplos históricos, como a indicação de Dom Pedro I para a ordem maçônica, sugerem influências da maçonaria na proclamação da independência do Brasil, enquanto figuras políticas atuais, como Hamilton Mourão e Jair Bolsonaro, têm sido associadas à ordem maçônica na política contemporânea.

No entanto, é importante ressaltar que a maçonaria também enfrenta contradições em relação aos seus princípios fundamentais. Durante a ditadura militar, a ordem maçônica adotou uma postura alinhada com o regime autoritário, o que contradiz os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que são pregados. Essa contradição levanta questões sobre a coerência dos valores propagados pela maçonaria e seu envolvimento com um período caracterizado pela restrição de liberdades e desigualdades sociais.

Além disso, a investigação documental revelou posicionamentos preconceituosos por parte dos membros da maçonaria em relação a determinadas classes sociais, o que evidencia a existência de visões discriminatórias dentro da ordem. Essas visões desprezavam trabalhadores rurais sem-terra e populações que viviam à margem da sociedade, evidenciando uma distância entre os princípios proclamados e as atitudes reais dos membros da maçonaria.

Diante do exposto, é fundamental resgatar a verdade histórica e promover a memória coletiva, valorizando aqueles que lutaram e deram suas vidas pela democracia no Brasil. O estudo dos arquivos e da relação entre a maçonaria e a política nos ajuda a compreender o passado e refletir sobre os desafios enfrentados pela sociedade brasileira. Vale ressaltar a extrema importância da sociedade brasileira com os perigos dos regimes autoritários e a qualquer outra forma de vigilância, silenciamento e práticas antidemocráticas. A luta pela democracia exige um compromisso contínuo, e a divulgação e a análise de documentos como os do SNI são importantes instrumentos para esse processo.

Por fim, este trabalho representa um esforço em resgatar a história e promover uma reflexão crítica sobre o envolvimento da maçonaria na política brasileira. É essencial continuar pesquisando e discutindo o tema, considerando diferentes perspectivas e fontes de informação, a fim de ampliar nosso conhecimento e compreensão sobre a influência dessa ordem semisecreta no cenário político.


Referências

ALMÉRI, Tatiana Martins. ***POSICIONAMENTOS DA INSTITUIÇÃO MAÇÔNICA NO PROCESSO POLÍTICO DITATORIAL BRASILEIRO (1964): Da visão liberal ao conservadorismo.*** Orientador: Prof. Doutor Edimilson Antônio Bizelli. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRASIL, Serviço Nacional de Informações. Cópia de documentos - *Condecoração de Presidenciáveis pela Maçonaria em Ouro Preto/MG*, 18 de maio de 1989. ABH/ACE-14861/89, 13 laudas. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

BRASIL, Serviço Nacional de Informações. Cópia de documentos - *Maçonaria*, 11 de setembro de 1981. ACT/ACE-1443/81, 50 laudas. Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).

SENADO. Notícias. *In: Maçonaria atuou na construção de um país moderno e livre, diz Hamilton Mourão* [S. l.], 2019. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/maconaria-atuou-na-construcao-de-um-pais-moderno-e-livre-diz-hamilton-mourao/747759627>> . Acesso em: 28 abril. 2023.



Ações persecutórias tardias em Santa Catarina registradas nos arquivos do SNI (1979-1985)

José Wilson Neves Júnior

Fabio Lanza

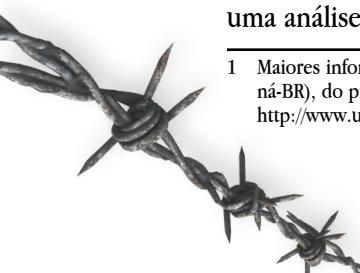
Luan Prado Piovani

Os recentes acessos a documentos inéditos produzidos pelos serviços de inteligência brasileiro (SNI) e estadunidense (CIA) acerca da ditadura militar brasileira (1964-1985) evidenciam que o período de abertura política nacional (1975-1985) foi marcado pela continuidade das ações repressivas e coercitivas do aparato estatal (NEVES JR, 2021). Os documentos provenientes do Departamento de Estado dos Estados Unidos (EUA), por exemplo, explicitam a convivência e acompanhamento das execuções de subversivos brasileiros por parte dos generais, e presidentes do Brasil, Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985).

No que tange ao Serviço Nacional de Informações (SNI), indica-se que a agência de Curitiba-PR era responsável por coordenar e sistematizar as ações desenvolvidas pela comunidade de informações nos estados do Paraná e Santa Catarina. Atualmente, cerca de sete mil documentos provenientes desta agência do SNI estão disponíveis para acesso público nas dependências do Arquivo Nacional (RJ), do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL)¹ e do Instituto de Investigação e Documentação em Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina (IDCH/UDESC).

Dentro desta perspectiva e frente ao amplo universo das fontes documentais, apresentamos resultados (parciais) qualitativos provenientes de uma análise documental exploratória, acerca das ações persecutórias que foram

¹ Maiores informações sobre as atividades desenvolvidas pelo projeto “Os Documentos Inéditos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)”, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/projeto-arquivos-ineditos.php>



registradas pelo órgão de informações brasileiro no estado de Santa Catarina nos anos finais da abertura política brasileira (1979-1985). Considerando os limites cabíveis à discussão proposta no formato de resumo expandido, optou-se pelo enfoque na ampliação das análises dos processos repressivos tardios da Operação Barriga Verde (1975) e das perseguições ao Movimento Estudantil, casos que já foram problematizados pela Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina (2014).

Material e métodos

Os documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), foram coletados e digitalizados por pesquisadoras e pesquisadores do CPDOC-FGV/RJ e atualmente estão disponíveis para consulta nas dependências do Arquivo Nacional (RJ). No que tange aos documentos relativos à Agência do SNI de Curitiba/PR, responsável pela sistematização de informações sobre Paraná e Santa Catarina, foi concedida no ano de 2015, por intermédio da Prof^a. Dr^a. Miliandre Garcia, na época vinculada ao departamento de História da UEL, uma cópia dos aproximados sete mil documentos em PDF ao NDPH-UEL, disponíveis para acesso público em suas dependências físicas.

As fontes mobilizadas para a pesquisa foram intencionalmente selecionadas (por critérios temporal e temático), tendo sido abordadas a partir dos métodos de análise documental (CELLARD, 2012) e de análise das ideologias (SARTORI, 1994), com fundamentação em uma perspectiva histórico-sociológica de apreensão das dimensões configuracionais do objeto. Neste sentido, reforça-se a pretensão de apreender as dimensões que o anticomunismo exacerbado, inerente à doutrina de segurança nacional vigente nas fileiras militares do período (MOTTA, 2000), exerceu nas ações persecutórias tardias realizadas em território catarinense que foram registradas pelo SNI.

Ademais, enfatiza-se que, em vistas da nova Lei Geral de Proteção de Dados que entrou em vigência no ano de 2020, optou-se pela não divulgação dos nomes de pessoas investigadas pela comunidade de informações que não fossem figuras públicas, medida que foi estabelecida visando a preservação do anonimato.

Resultados e discussão

O “Relatório da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright – Santa Catarina/Brasil” traz alguns dos elementos que evidenciam este tardio processo de repressão imposto ao estado, tais como os exemplos da Operação Barriga Verde (1975) e a prisão de estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em novembro de 1979, em decorrência de manifestação contra o presidente em exercício João Batista Figueiredo (1979-1985).

Segundo Souza (2016), a Operação Barriga Verde foi a principal intervenção militar no estado de Santa Catarina, ocorrendo em dezembro de 1975, e se constituiu em uma ação organizada pelos órgãos de repressão da ditadura militar brasileira que prendeu quarenta e dois (42) catarinenses suspeitos de tentar rearticular o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – a Operação estava inserida em um projeto nacional de atividades estratégicas, desenvolvidos e coordenados por órgãos estatais, que visavam o combate preventivo às tentativas de reestruturação do PCB em distintos estados do país.

Segundo informações de relatório do SNI exploradas no processo de pesquisa e apresentadas a seguir de forma inédita, datado de outubro de 1979, as vítimas da Operação Barriga Verde foram mantidas sob vigilância do aparato repressivo da ditadura militar durante o período de abertura política brasileira. O agente responsável informa que as investigações realizadas sobre seis presos da Operação, permitiram a não classificação dos sujeitos como comunistas, possibilitando, assim, a anuência com suas declarações de estarem “recuperados”. O relatório termina com a afirmação de que os investigados continuariam sob vigilância dos órgãos estatais e que a operação que visava definir as configurações da infiltração da área de atuação da Agência Central continuaria ativa (*SNI-PR*, Infiltração comunista nos diversos setores de atividades, ACT_ACE_261_79, 04 de outubro de 1979).

Os documentos da Agência de Curitiba do SNI permitem, ainda, identificar que o acompanhamento das atividades de potenciais e antigos subversivos no estado de Santa Catarina foram mantidos durante os anos finais do processo de abertura política. Em documento datado de 1981, por exemplo, o agente responsável informava estar em curso um “acentuado recrudescimento” das atividades subversivas na região (*SNI-PR*, Atividades Subversivas. ACT_ACE_1453_81, 30 de setembro de 1981).

No ano de 1982, as investigações da Agência de Curitiba do SNI assumem um posicionamento ainda mais explícito de retomada da difusão do pavor anticomunista, informando que estaria em curso nos estados do Paraná e Santa Catarina uma nova tentativa de infiltração comunista para aparelhamento subversivo de órgãos sindicais, células religiosas (particularmente católicas), meios de comunicação social e “especialmente no movimento estudantil e partidos políticos opositores” (*SNI-PR, Infiltração Comunista nos Diversos Setores, ACT_ACE_2596_82, 04 de maio de 1982, lauda 05*).

Assim, no que tange à questão estudantil, outro dos relatórios do SNI traz informações sobre evento repressivo que não foi contemplado pelo Relatório da Comissão da Verdade de Santa Catarina. Segundo o agente responsável, em abril de 1979, a Polícia Militar catarinense deteve quarenta e quatro (44) estudantes que participavam do IV Semana de Estudos sobre Saúde Comunitária (SESAC) na cidade de Florianópolis, acusados de perturbação da ordem e de potencial vinculação ao PCB (*SNI-PR, ME – Detenção de estudantes que participavam da VI SESAC em Florianópolis/SC – Atuação do PCB, ACT_ACE_118_79, 22 de maio de 1979*).

As investigações acerca do Movimento Estudantil catarinense nas páginas investigativas do SNI, permitiram ainda identificar um aumento da preocupação dos agentes repressivos da ditadura militar brasileira com as articulações estabelecidas entre estudantes e lideranças católicas que tomaram forma em Criciúma/SC nos anos finais da abertura política. A afirmativa pode ser evidenciada a partir de dois relatórios, que problematizam as relações tanto do movimento universitário quanto secundarista da cidade com os membros da ala progressista do clero católico na região, sendo estes documentos intitulados “Atividades Contestatórias em Criciúma/SC” (*SNI-PR. ACT_ACE_4178_83, 11 de agosto de 1983, 24 laudas*) e “X Encontro dos Jovens Cristãos” (*SNI-PR. ACT_ACE_5394_84, 16 de agosto de 1984, 12 laudas*).

Dentro desta perspectiva, as ações persecutórias da ditadura militar ao Movimento Estudantil em Santa Catarina apresentam uma lógica similar à que tomou forma no Paraná. Conforme indicado em trabalho anterior (NEVES JR, 2019), enquanto a região metropolitana da Capital (Curitiba/PR) foi marcada pela repressão das ondas nacionais (1964 e 1968), a região do Norte paraense vislumbrou processos tardios de repressão ao Movimento Estudantil, com maior rigidez nos anos finais de abertura política.

É pertinente, ainda, considerar que determinado posicionamento deve ser analisado em vista das especificidades que perpassam as diretrizes e lógica de atuação de uma agência de informações pautada no modelo adotado pelo SNI – congênere da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos (MATHIAS; ANDRADE, 2012). Dentro desta perspectiva, Prashad (2021) reforça que os documentos produzidos por agentes de inteligência e informação podem ser entendidos tanto como expressões da internalização acrítica de princípios ideológicos e doutrinários, bem como, enquanto estratégias de promoção individual e/ou enaltecimento da relevância dos serviços prestados pela agência em questão.

Assim, enfatiza-se que os resultados provisórios da pesquisa exploratória realizada acerca das dimensões da repressão tardia em Santa Catarina, somadas às contribuições de pesquisa anterior sobre o Paraná (NEVES JR, 2021), coadunam com a afirmação de Bevins (2021) de que o golpe militar brasileiro de 1964 pode ser considerado como uma das mais bem sucedidas conquistas da cruzada anticomunista promovida por Washington durante a Guerra Fria. Este posicionamento é fortalecido quando se acrescenta à análise da internalização exacerbada do anticomunismo no período os elementos de continuidade do refluxo anticomunista contemporâneo que, no Brasil, se materializou principalmente em torno das ações emergentes conservadoras produzidas por grupos e movimentos sociais que se autodeclaram de “direita” e que viabilizaram o projeto político representado pelo capitão do exército que se tornou presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).²

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo traçar uma análise documental exploratória acerca dos documentos da agência de Curitiba/PR do Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável pelos estados de Santa Catarina e Paraná, visando apreender as configurações da repressão tardia desencadeada pela ditadura militar brasileira em território catarinense durante os anos finais

² A ascensão do refluxo anticomunista contemporâneo e as especificidades da lógica de atuação política dos grupos de extrema direita brasileiros da atualidade são problematizados em trabalhos anteriores (LANZA; NEVES JR, 2017; PIOVANI; LANZA; NEVES JR, 2021).

da abertura política (1979-1985). Para tanto, foram mobilizados os métodos de análise documental e análise da ideologia, enfatizando o papel primordial exercido pela percepção exacerbada de anticomunismo no direcionamento das ações persecutórias investigadas.

Dadas as limitações cabíveis à discussão apresentada, optou-se por recortar os eixos de análise no sentido de contribuir com a continuidade dos debates sobre a repressão tardia que foram identificados pela Comissão Estadual da Verdade catarinense: a Operação Barriga Verde e a perseguição ao Movimento Estudantil. Assim, evidenciou-se a continuidade tanto da vigilância aos presos da Operação Barriga Verde quanto da prisão arbitrária de estudantes catarinenses durante e após 1979.

Assim, reforçou-se a relevância da realização de novas pesquisas voltadas para a apreensão das dimensões que o anticomunismo exacerbado exerceu na lógica de atuação dos órgãos de repressão militar e de outras temáticas possíveis de abordagem no extenso material documental inédito que integra o arquivo de documentos do SNI paranaense e catarinense.

Referências Bibliográficas

BEVINS, Vincent. **The Jakarta Method: Washington's Anticommunist Crusade & the Mass Murder Program that Shaped Our World**. New York: Public Affairs, 2021.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**, 3^o ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, p. 295-316, 2012.

LANZA, Fabio; NEVES JR, José W. A. Expressões do novo intervencionismo: uma análise do grupo conservador "Ordem Dourada do Brasil". **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 22, n. 42, p. 35-51, 2017.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ANDRADE, Fabiana de O. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 537-554, 2012.

MOTTA, Rodrigo P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado) em História Econômica, apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000.

NEVES JR, José W. A. **A Ideologia de Segurança Nacional no Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985)**. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília, 2021.

NEVES JR, José W. A. O Movimento Estudantil paranaense sob vigilância do Serviço Nacional de Informações (1964-85). *Aurora*, Marília, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2019.

PIOVANI, Luan P.; LANZA, Fabio; NEVES JR, José W. A. O discurso negacionista no governo Bolsonaro: uma análise dos discursos oficiais com paralelos nos arquivos do SNI. In: SILVA, Elaine C. et. all. (Orgs). **Experiências de exceção no pós-ditadura**. Maringá: Edições Diálogos, 2021, p. 99-108.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington: Uma História da CIA, Golpes e Assassinatos**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SANTA CATARINA. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright – Santa Catarina/Brasil**. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/files/show/294> (Acesso em 25 de agosto de 2022, às 14h25m).

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SNI-PR. **ME – Detenção de estudantes que participavam da VI SESAC em Florianópolis/SC – Atuação do PCB**, ACT_ ACE_118_79, 22 de maio de 1979, 53 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR, **Infiltração comunista nos diversos setores de atividades**, ACT_ ACE_261_79, 04 de outubro de 1979, 07 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR, **Atividades Subversivas**. ACT_ ACE_1453_81, 30 de setembro de 1981, 08 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR, **Infiltração Comunista nos Diversos Setores**, ACT_ ACE_2596_82, 04 de maio de 1982, 08 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR. **Atividades Contestatórias em Criciúma/SC**, ACT_ ACE_4178_83, 11 de agosto de 1983, 24 laudas (NDPH-UEL).

SNI-PR. **X Encontro dos Jovens Cristãos**, ACT_ACE_5394_84, 16 de agosto de 1984, 12 laudas (NDPH-UEL).

SOUZA, Éliton F. **Memórias da Operação Barriga Verde**: a caça aos comunistas em Santa Catarina. *Perseu: História, Memória e Política*, São Paulo, n. 11, ano 7, p. 113-145, 2016.



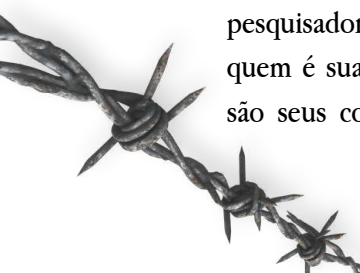
O Movimento Estudantil sob a ótica da Dops/Pr: processos de resistência e memória

*Maria Clara Guerra Azevedo de Barros
Valquiria Elita Renk*

A presente comunicação tem como objetivo analisar a ação do Estado contra os estudantes universitários do Paraná, durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, de 1964 a 1985. A principal fonte de pesquisa são os documentos – Dossiês e Pastas temáticas da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná, sob a guarda do Arquivo Público do Paraná e é composto por mais de sete mil pastas organizadas tematicamente e por 62.500 fichas individuais (por pessoa física ou instituição) investigadas (PRIORI; POMARI, 2012). Desde 1991 o remanescente desse acervo pode ser encontrado no Arquivo Público do Paraná, em Curitiba e de livre acesso a qualquer cidadão, conforme o Decreto 8.557/2013.

Este corpus documental permite conhecer a ação dos agentes sobre os atos políticos dos processados, as relações entre as instituições na obtenção de informações e documentos, a vigilância, os constrangimentos e as violências que as pessoas foram submetidas. Neste trabalho, são analisadas as Pastas Temáticas da União Paranaense dos Estudantes – UPE, dos anos de 1964 a 1969.

As fontes são a matéria prima do pesquisador, cabe a ele indagá-las. Como afirma Marc Bloch (2001, p. 79), “os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”. Assim, é muito importante que o pesquisador conheça o contexto em que os documentos foram produzidos, de quem é sua autoria, porque foram produzidos, com quais propósitos e quais são seus conteúdos e significados (BACELLAR, 2005). Além disso, mostra-se



necessário cruzar as informações com outras fontes, permitindo um panorama mais completo e maior checagem de fato. Nisso, podem ser usadas tanto fontes oficiais, produzidas pelo Estado repressor, quanto fontes que emanam experiências pessoais e coletivas dos grupos acometidos por estas violências.

Atualmente esse conjunto de documentos traz indícios sobre a ação do Estado no controle da sociedade. A importância da pesquisa nos arquivos da DOPS/PR é conhecer os documentos produzidos e guardados pelo Estado, e a sua análise possibilita compreender a narrativa oficial deste período, conhecer os processos de resistências engendrados pelos estudantes paranaenses, ante o regime político, e as violações de direitos humanos a eles infringidas. E mais, a construção da memória da Educação.

Em um período de polarização e desinformação, é necessário que a história se faça presente novamente na mentalidade popular e que se reflita sobre a importância do ‘educar para o nunca mais’: nunca mais violações, nunca mais violências, silenciamentos e esquecimentos. Os Dossiês e Pastas Temáticas da DOPS/PR, como arquivos para a consulta pública nos permitem adentrar em um assunto que “quer ser esquecido”, e reabrir o debate sobre o valor e importância dos Direitos Humanos, direito à memória e reparação em cenários de crise e autoritarismo.

Os vestígios no acervo da DOPS/PR

No livro *O Sabor do Arquivo*, Arlette Farge (2022, p.12) indaga: “Seria possível ler uma estrada, ainda que fosse de papel?”. A preservação, organização e divulgação de parte do acervo da extinta DOPS/PR põe o leitor diante de uma estrada peculiar – com desvios de percurso, relevo irregular e buracos – mas não menos essencial de ser percorrida e mapeada.

A DOPS foi criada pela lei nº 2304/1924 para combater crimes de ordem política e social que pudessem colocar em risco a segurança do país e extinta em 1989. Foi o órgão “responsável por desempenhar uma função preventiva e repressiva no país, para fins de coibir reações políticas adversas à ordem estabelecida pelo governo em vigência” (XAVIER, 1996, p.32 *apud* BRAGGIO, 2013, p.67), monitorou, perseguiu e ativamente agiu contra os direitos individuais e coletivos de indivíduos a quem atribuiu arbitrariamente o papel de inimigos da Ordem, Sociedade e Estado.

Dentre esses grupos considerados subversivos estavam os estudantes, pois formavam grupos de indivíduos que organizaram processos de resistência à legislação (como a lei de segurança nacional e reforma do ensino) e ao regime político. Com a extinção das entidades de representação estudantil em nível regional e nacional, o movimento estudantil viu-se alvo de estratégias de desmobilização e intimidação por parte da polícia política e da legislação, como pela Lei n. 4.464 de abril de 1964, primeiros dias do regime. Esta subordinava os Diretórios Acadêmicos ao controle do Ministério da Educação e proibia greves, manifestações ou propaganda de viés político, e, no caso paranaense, extinguiu a União Paranaense de Estudantes (UPE) a partir de 1968. Apesar disso, ainda figuraram resistência e ação nos anos seguintes de repressão política, como pelas incansáveis tentativas de reestruturação da UPE e da União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como o surgimento de outras entidades e iniciativas estudantis.

Na lógica de vigiar e punir, a repressão aos estudantes durante a Ditadura Civil Militar no Paraná segue a mesma orientação oficial em nível nacional de violência, mas se limita no que diz respeito a fazê-lo publicamente: “A execução pública é vista então como uma fornalha em que se acende a violência [...] a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício” (FOUCAULT, 2014, p.17). Dessa forma, segue o padrão de regimes totalitários em mascarar seu caráter violento.

O corpus documental da DOPS/PR, constitui-se então como um arquivo de repressão (BAUER; GERTZ, 2009), de forma que conta com um acervo constituído por documentos produzidos pela polícia política durante período não democrático, conjunto documental tanto de produção própria pela polícia quanto advindos de outras instituições e/ou oriundos de interrogatórios em desacordo com os Direitos Humanos:

Cada documento, para além de seu valor histórico ou judicial, condensa um valor-memória e um valor-identidade, que acompanha e reforça a ação militante e o testemunho das vítimas. Esses documentos permitem – ainda que nem sempre – reconstruir memórias (CATELA, [s.i.], p.210 *apud* BAUER; GERTZ, 2009, p.178).

Encontra-se neste acervo a oportunidade de imersão na narrativa oficial de um regime autoritário, violento e repressivo – é como o Arquivo Nacional

do Judiciário da França, que assevera Farge (2022, p.14), “o arquivo não é uma nota; não foi composto para surpreender, agradar ou informar, mas para servir a uma polícia que vigia e reprime”. É uma narrativa pensada com um propósito, baseada nos projetos políticos que redigiram o Brasil de forma autoritária e repressiva em diversos momentos do século XX, sendo igualmente utilizada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Esta narrativa oficial seleciona e, quando necessário, exclui. A opção de quais informações procurar e como compila-las também por si só aponta uma intenção. É neste contexto que, para trilhar essa estrada de papel, o historiador como leitor profissional deve se aproximar dessas fontes armado de perguntas que dê a elas o papel de prova (RICOEUR, 2020), também se atentando aos indicativos da manipulação de memória imputados deliberadamente na confecção e seleção de documentos a serem conservados ou não.

A seleção, através da escolha da narrativa, do que é rememorado e do que é esquecido é artifício essencial para a manipulação da memória, que, por sua vez, é essencial para a manutenção da dominação, fazendo uso de recursos para a configuração da narrativa, modelando a identidade dos atores e os contornos da ação (RICOEUR, 2020).

Para a sua atuação eficaz, a DOPS/PR contou com uma verdadeira rede de apoio e informação de mão dupla – ao mesmo tempo que era privilegiada com informações direto da fonte (sendo essas, por exemplo, universidades, escolas e demais delegacias) também colaborava com pedidos de auxílio, monitoramento e conseqüente retaliação à elementos indesejados. A vigilância, então não se dava apenas por parte dos agentes, mas também de colaboradores civis em denúncias seguindo os critérios de subversão da Ditadura (ILKIU, 2020).

É importante ressaltar que, apesar da extensão (e variedade) desse acervo, é impossível estimar as proporções originais de sua completude – ou de que fim tiveram as peças que não sobreviveram, ao menos, até a sua digitalização. Surgem lacunas temporais e factuais que tornam ainda mais importante que essas fichas, como qualquer outra fonte, sejam analisadas e comparadas com outros relatos. Nesse contexto, emerge a relevância da conceitualização e concretização da Justiça de Transição para a construção da paz sustentável (ZYL, 2009) após esse período conturbado de violações dos direitos humanos.

Dessa forma, então, se dá a relação entre memória, justiça e verdade. A justiça transforma a memória em projeto e devolve ao dever de memória a forma

do futuro e do imperativo (RICOEUR, 2020). Não se busca a memória apenas como artefato para guardar rastros materiais ou fatos isolados, mas também com o dever fundamental de colaborar com a Justiça de Transição e do direito à memória.

De fato, o que é retratado nas páginas das pastas da DOPS/PR são fragmentos de ‘verdade’ – e raramente gentis com seus protagonistas, nesse caso, os estudantes. Segue-se o trabalho do historiador como aponta Bloch (2001, p.69), “na situação do investigador que se força para reconstruir um crime ao qual não assistiu” através desses testemunhos.

A imprensa, que, pelo poder da narrativa, já era alvo de censura e pressão política, com o AI-5 a partir de dezembro de 1968, se vê ainda mais induzida ao silêncio e alinhamento ao projeto ditatorial, vigilância evidenciada pela coleção de recortes de jornais no acervo da DOPS/PR. Ao mesmo tempo, jornais independentes, sobretudo os estudantis, cresceram no período.

As astúcias da UPE nos arquivos da DOPS/PR

Os documentos referentes à UPE, nos arquivos DOPS/PR, constituem-se de recortes de jornal, fichas com os dados dos estudantes, relatórios dos agentes sobre as reuniões, fotografias, fichas acadêmicas fornecidas pelas Instituições de ensino e outros. Estes vestígios mostram como os agentes acompanhavam os atos dos estudantes, em um processo de vigilância constante, descrevendo suas ações e que permitem conhecer o âmago da instituição e dos sujeitos que a compunham. Portanto, o passar do tempo mostra as mudanças engendradas no movimento estudantil, através dos relatórios dos agentes, as disputas de poder.

Os jornais estudantis, produzidos no bojo do processo repressivo do AI-5, mostram a forma astuta de expressão e resistência. O AI-5 foi essencial para a repressão direta do movimento estudantil e pode ser vinculado à dissolução judicial definitiva da UPE em 1969 – e dessa forma era entendido por seus militantes. Os jornais independentes estudantis, como o Jornal da UPE Livre, denunciaram, a ocorrência em tentativa de mobilizar e reorganizar os estudantes paranaenses, como mostra a figura 1.

Os agentes da polícia política recolheram e guardaram exemplares deste jornal, como ‘prova’ documental as ações da UPE. A confecção e distribuição

desse jornal e outros do mesmo gênero tiveram suas consequências para os estudantes registradas nas Pastas Temáticas – além do Jornal da UPE Livre, estão arquivadas listas de estudantes envolvidos (mesmo que superficialmente) com o movimento estudantil paranaense, documentos pessoais de identificação, fichas de antecedentes criminais, relatórios financeiros internos da UPE, observações de punho dos agentes sobre veículos suspeitos e seus donos, relatórios de infiltrados em reuniões estudantis sobre os assuntos tratados, entre outros.

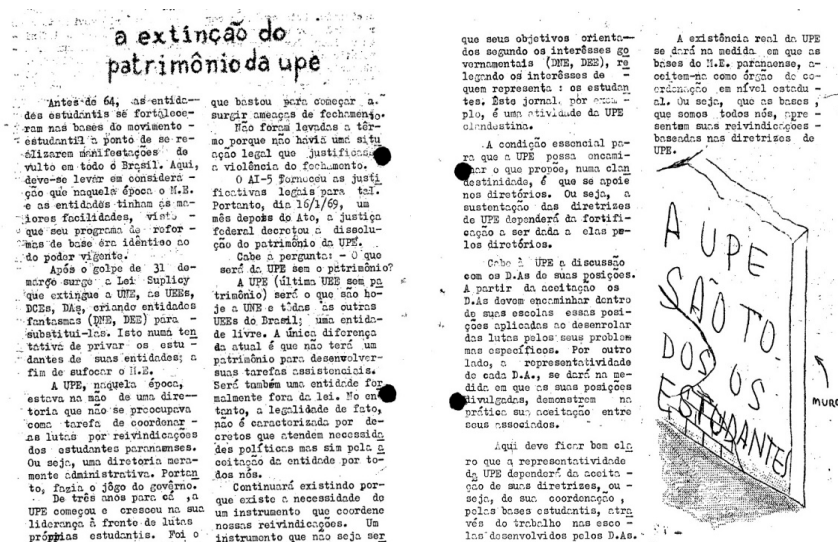


Figura 1. Páginas da primeira edição do Jornal da UPE Livre, de 1969, apontando a ligação do AI-5 com a dissolução da UPE
Fonte: DEAP-PR. Dossiê 2327.264: UPE

Para tentar evitar a repressão policial de forma mais direta e violenta, cabia ao movimento estudantil, em astúcia, o emprego de táticas e estratégias (CERTEAU, 2014) em tentativa de burlar os agentes do DOPS/PR e seus colaboradores.

Percebem-se como meios de resistência, além da própria elaboração de jornais como alternativa à mídia cooptada pelo Estado, principalmente, comícios relâmpagos, que aconteciam sem aviso prévio – eram divulgados apenas horas antes, dificultando mobilização policial apesar de não conseguir evitar que agentes agissem contra os estudantes depois que estivessem reunidos, como pode ser conhecido na figura 2.

Figura 2. Reportagem na edição de 15 de agosto de 1968 do Diário do Paraná relata a comícios relâmpagos em Curitiba em resposta à prisão de lideranças estudantis em

Ibiúna



Fonte: DEAP-PR. Dossiê nº2327.264: UPE

1.

Sobre ações que dilaceram e encaminham ao esquecimento – e consequente manipulação da memória – pode-se mencionar a Lei de Anistia, nº 6.683, de 1979, que “foi elaborada e entrou em vigência ainda durante a Ditadura Militar, ou seja, os próprios possíveis violadores de Direitos Humanos elaboraram, promulgaram e passaram a aplicar a Lei” (ILKIU, 2020, p.45). Retomamos Ricoeur (2020, p.460): “A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que [...] na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação”.

Mais recentemente, a tentativa e incentivo do apagamento das violações dos Direitos Humanos cometidas durante a Ditadura Militar, através de homenagens públicas de indivíduos ligado a cargos políticos de torturadores, atribuição ao golpe de 1964 de falso caráter ‘revolucionário’ e ‘salvador’. Aliado à ascensão de políticos alinhados ao perfil repressivo e autoritário da extrema

direita e sua mobilização de pareamento da memória a um projeto político específico a seus objetivos indicam a urgência de solidificação e permanência de lugares de memória (NORA, 1993) de forma honesta e justa com as vítimas, para a garantia do direito à verdade e à memória.

Percebe-se o acervo da DOPS/PR no Arquivo Público do Paraná como possibilidade vital para a constituição de lugares de memória que honrem as vítimas da ditadura – “o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social” (RICOEUR, 2020, 177). Sobre esses lugares, entende-se que “o que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobre determinação recíproca” (NORA, 1993, p.22), tratando-se não apenas de espaços físicos, existem na esfera material, simbólica e funcional.

Considerações finais

A análise do acervo da DOPS/PR revela a forma de agir dos agentes, acompanhando cada ato estudantil, coletando material que pudesse ser usado para incriminar os estudantes e produzindo relatórios com suas impressões sobre cada ação. A quantidade de documentos contidos nas pastas mostra o medo e o interesse dos agentes em certas lideranças e também o envolvimento das instituições de ensino no fornecimento de documentos. Revelam também as mudanças que foram se processando dentro do próprio movimento estudantil, as lideranças que se sucediam, os debates sobre as questões estudantis e políticas mais amplas, as formas de resistência e as astúcias para surpreender os agentes e a sociedade.

A UPE, apesar de contar com seus conflitos internos e passar por grandes alterações vinculadas aos seus dirigentes e gestões vigentes, historicamente arquitetou manifestações estudantis em acordo com demais entidades do, agindo como figura fundamental para a organização sistemática do movimento estudantil paranaense para resistir aos avanços da Ditadura na implementação de um novo projeto político que desrespeitava os Direitos Humanos, alterava as bases do ensino e ia de encontro com o que defendiam os movimentos organizados de docentes e discentes. No período uma nova ideologia estava sendo implantada, e assim foi colocado em prática um processo de reordenação da educação nacional, que foi muito criticada. Encontram-se vestígios desses

processos de resistência nesse corpo documental criado justamente pela força policial (e seus colaboradores) ordenada a reprimir essa movimentação.

Transmuta-se o caráter dos dossiês da DOPS/PR de vestígios de uma subversão arbitrária e intencionalmente imputada sobre os estudantes e usa-se deles para a reconstrução da memória destes vestígios de resistência perante a violações aos Direitos Humanos características desse período. A identidade de um povo em concordância com a memória e justiça dos que foram atropelados pelos momentos antidemocráticos da nação que pavimentou essa estrada de papel só se constitui com a solidificação de uma narrativa que contemple os anteriormente excluídos.

Referências

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O Historiador e suas fontes**. - 1. ed., 8ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2022, p. 173-193.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGGIO, Ana Karine. **O movimento estudantil paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964**. Orientador: Alexandre Felipe Fiuza. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ILKIU, Júlia Aliot da Costa. **As investigações contra os professores e as instituições de ensino do Paraná pela Delegacia de Ordem Política e Social**

– **DOPS/PR durante a Ditadura Militar no Brasil de 1964 a 1985**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 1993.


PRIORI, Angelo Aparecido; POMARI, Luciana Regina. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, nº 128, janeiro de 2012, p.102-109.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. 9. ed. Campinas: Unicamp, 2020.

ZYL, Paul Van. Promovendo a Justiça Transicional em Sociedades Pós-Conflitos. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília, n. 1, p. 32-55, jan./jul. 2009.

Fontes

DEAP-PR. Dossiê nº2327, topografia 264



Cassações de mandatos de políticos paranaenses na Ditadura Militar: uma análise do Ato Institucional nº1 e do Ato Institucional nº5


Natália Cristina Granato

O golpe de 1964 derrubou um governo democrático e legítimo para instaurar um estado de exceção. Opositores do regime foram perseguidos e o governo promulgou diversos atos institucionais (ao todo, 17 atos) que puniam políticos, intelectuais, funcionários públicos, entre outros com cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos, aposentadorias compulsórias, confisco de bens, entre outras sanções. A justificativa de tais atos do governo repousava no combate à “subversão” e à “corrupção”.

Este trabalho objetiva contribuir para o resgate da história de lutas de oposição à ditadura militar promovida por estes atores políticos, que faziam parte de um de resistência ao poder ditatorial, pois eram vistos como “ameaças” ou “agentes de subversão”. Em uma ditadura, a luta política não se dá por meios idôneos e livres. Ao contrário, alteram-se as legislações, combatem-se os opositores por meios extralegais, autoritários e repressivos, como os atos institucionais.

Indicaremos quais foram os políticos paranaenses que perderam os seus mandatos por consequência dos Atos Institucionais número 1 e número 5. Analisaremos o perfil dos agentes políticos cassados, identificando capitais sociopolíticos que eles detinham e que foram anulados com as medidas de expurgo editadas pelos atos.

No período pré-1964, o Paraná congregava um quadro partidário composto pelo Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). Somando-se a eles, dois partidos



com menor expressão, mas com considerável influência se destacavam, o Partido Republicano (PR) e o Partido Democrata Cristão (PDC). O governador do Paraná no momento de preparação do golpe de 1964 era Ney Braga, do PDC, que apoiou os movimentos de oposição ao governo João Goulart (tais como a marcha da família), bem como contribuiu para a ação de derrubada do presidente e seus aliados.

O referencial teórico utilizado remete à obra de Pierre Bourdieu e os conceitos de campo e capitais, entendendo o campo político um espaço de forças e de lutas, que possui agentes com capitais correspondentes às suas posições na “estrutura da relação de forças” relacionadas ao campo em um dado momento. Com o golpe de 1964, muitos agentes políticos perderam capitais políticos, e outros foram favorecidos, com a neutralização dos opositores.

Cassações de mandatos provocadas pelo Ato Institucional nº1

Iniciou-se, em abril de 1964, uma onda de cassações e perseguições a agentes políticos considerados “inimigos da Revolução Redentora”. No Paraná, os expurgos tiveram como principal alvo os trabalhistas e nacionalistas de esquerda, além de políticos como o ex-governador Moysés Lupion, acusado pelo alto comando da “revolução” de “corrupto”. O golpe militar proporcionou uma mudança nas regras do jogo que potencializou os capitais de alguns agentes políticos (alinhados aos militares e ao grande capital transnacionalizado, além dos anticomunistas/ antitrabalhistas, setores das classes médias temerosas com a ascensão do movimento popular e sindical), que garantiram suas posições, que tenderiam a reproduzir seus capitais. O golpe de 1964 também neutralizou os capitais de agentes políticos ligados aos movimentos sindicais, trabalhistas e nacionalistas não associados ao capital internacional, ou anulou estes capitais através de expurgos, como as cassações. A primeira fase das cassações ocorreu a partir da edição do Ato Institucional nº1. Conferiremos a seguir os agentes políticos paranaenses expurgados por tal Ato.

Quadro 1. Agentes políticos paranaenses cassados pelo ato institucional n°1

Nome	Cargo	Partido
Amaury de Oliveira e Silva	Senador/Min.do Trabalho	PTB
João Simões	Deputado Federal	PSD
Moysés Lupion	Deputado Federal	PSD
Leon Naves Barcellos	Deputado Estadual	PTB
Luiz Alberto Dalcanalle	Deputado Estadual	PTB
Waldemar Daros	Deputado Estadual	PTB
Walter Pécoits	Deputado Estadual	PTB
Almir Moreira Passo	Deputado Estadual	UDN

O Ato Institucional n° 1 cassou o Ministro do Trabalho, **Amaury de Oliveira e Silva**, do PTB. Inúmeros setores conservadores desagradavam-se com a gestão de Amaury Silva no Ministério do Trabalho, no que se refere com o seu relacionamento dialógico com as centrais sindicais e os movimentos grevistas, na promoção e intensificação da sindicalização rural e apreciação do reconhecimento de sindicatos rurais liderados por comunistas no Paraná. Com a destituição de seu cargo, exilou-se na Embaixada da Iugoslávia, em Brasília, a única que estava recebendo refugiados políticos. Com a ajuda de seu amigo, o senador udenista Adolpho de Oliveira Franco, conseguiu dinheiro para alugar um avião de pequeno porte e voar até o Uruguai, onde se exilou (SCHMIDT; FRANCO JR, 2013), tingindo o cabelo e raspando o bigode para não ser reconhecido (HELLER, 1988, p.89).

O mesmo ato também cassou **Moysés Lupion**, do PSD. Nas eleições de 1962, concorreu ao Senado Federal, saindo derrotado (IPARDES, 1987), porém tal votação o credenciou à suplência do cargo de deputado federal. Lupion foi efetivado no dia 14/06/1963 (AZEVEDO, 2012, p.80). Governador do Paraná por dois mandatos, e Senador eleito em 1955, Lupion era o líder local do PSD. No segundo mandato de seu governo sofreu pesadas críticas da oposição, como do PTB, da UDN e do PDC. Contra Lupion, foram abertos diversos Inquéritos Policial-Militares, para investigação de possíveis irregularidades no seu segundo mandato. Políticos pessedistas próximos a Lupion também foram cassados pelo Ato Institucional n°1, como é o caso do deputado federal **João Simões**.

A Assembleia Legislativa do Paraná também sofreu com expurgos do Ato Institucional nº1. Foram cassados os deputados estaduais petebistas Luiz Alberto Dalcanalle, Leon Naves Barcellos e Walter Pécoits, além do deputado estadual udenista Almir Moreira Passo.

Luiz Alberto Dalcanalle era detentor de capitais sociais e familiares de elevado prestígio. Era casado com Zorah Maria Athaíde Dalcanalle, filha do ex-Ministro da Saúde Aramis Athaíde e de Maria Zorah Munhoz da Rocha, esta, por sua vez, irmã de Bento Munhoz da Rocha Netto. Seus laços parentais o ligavam à classe dominante tradicional presente na política paranaense há séculos. Além disso, possuía capitais econômicos de alto grau, sendo industrial e banqueiro. Seus capitais políticos e partidários o ligavam ao PTB, partido que o elegeu deputado estadual por duas legislaturas. Dalcanalle havia sido inclusive presidente da Assembleia Legislativa do Paraná. Durante a gestão de Amaury Silva frente ao Ministério do Trabalho, Dalcanalle era um de seus porta-vozes em Curitiba. Todo esse acúmulo de capitais sociais e políticos foram anulados com o golpe de 1964, que mudou as regras do jogo, prejudicando determinados agentes políticos envolvidos com o governo anterior, sendo os mesmos partidários de suas práticas e ideias, e incentivando a ascensão de agentes políticos ligados ou integrados ao novo governo.

Com a sua cassação e instauração de inquéritos policial-militares contra a sua pessoa, foi acusado de contrabando, envolvimento com o movimento sindical de várias categorias e participação no Grupo dos Onze de Leonel Brizola (HELLER, 1988, p.78). Dalcanalle também foi preso em 1964, no retorno ao Brasil vindo do Uruguai, onde estabeleceu contatos com João Goulart, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Amaury Silva, Valdir Pires, entre outros (HELLER, 1988, p.78). Foi transferido para Porto Alegre, e após a sua libertação, lidou com as constantes dificuldades que os IPMs movidos contra ele lhe causavam. Proibido de exercer atividades políticas, Dalcanalle dedicou-se aos negócios empresariais de sua família, retomando a política apenas após a anistia, em 1979 (HELLER, 1988, p.79-80).

Outro deputado estadual do PTB cassado pelo Ato Institucional nº1 foi **Leon Naves Barcellos**, que tinha como principal capital social e familiar o seu parentesco com Abilon de Souza Naves, sendo sobrinho do mesmo. Souza Naves foi a principal figura política do PTB no Paraná nas décadas de 1940 e 1950,

sendo o principal responsável pelo seu crescimento eleitoral registrado pelo partido neste período, promovendo sua organização e espalhando a máquina do Ministério do Trabalho e do PTB pelo Paraná através da influência que exercia junto ao governo federal (gestões de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek) e ao Diretório Nacional do PTB, do qual era seu vice-presidente. Leon Barcellos já era ligado via parentesco na máquina montada pelo PTB no Paraná, sendo também procurador do IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários). Sua atuação na Assembleia Legislativa foi marcada pela defesa contundente das reformas de base. Leon Naves foi submetido a interrogatórios e respondeu a um Inquérito Policial- Militar.

Um suplente do PTB que assumiu o cargo de deputado estadual e foi cassado foi **Waldemar Daros**. Daros não pertencia a famílias tradicionais do Paraná. Seu capital acadêmico era a sua formação em Direito. Atuou em agremiações políticas, sociais e beneficentes em Curitiba, colaborando também em alguns jornais (NICOLAS, 1984, p.596). Antes de pertencer ao PTB ele havia pertencido ao Partido Socialista Brasileiro (NEVES, 2002, p.62). Tratava-se de um “trabalhista e nacionalista de convicções firmes” (HELLER; DUARTE, 2000, p.135), que defendia os trabalhadores rurais e urbanos nas suas colocações e projetos de lei apresentados à Assembleia.

O deputado estadual petebista **Walter Pécoits** também foi cassado pelo Ato Institucional n° 1. Ele foi um dos líderes da Revolta do Sudoeste de 1957, exercendo grande liderança na região. Gaúcho, Pécoits não tinha capitais familiares e sociais estabelecidos no Paraná que pudessem contribuir para a sua carreira política. Contava com o capital acadêmico de ser formado em Medicina, exercendo a profissão na região Sudoeste, obtendo popularidade. O PTB e a UDN do Sudoeste lutaram juntos na revolta dos Posseiros em 1957, e isto conferiu popularidade aos seus líderes. Pécoits defendia na Assembleia Legislativa posições nacionalistas e reformistas, além de ser vice-líder da bandada do PTB, “tornando-se implacável adversário de Ney Braga” (HELLER, 1988, p.94). Em agosto de 1964, meses após a sua cassação, Pécoits foi preso em Cascavel, quando voltava do Uruguai com sua esposa, levado a uma cela comum e brutalmente espancado sob a acusação de chefiar a revolta dos posseiros em Três Barras, ocorrida dias antes. Esta tortura lhe tirou a visão de um olho (HELLER, 1988, p.95). Indignados com tal arbitrariedade, deputados do PTB, através do deputado Joaquim Néia de

Oliveira, solicitaram a instalação de uma CPI para apurar as responsabilidades dos envolvidos e interpelar o secretário de segurança, Ítalo Conti (HELLER, 1988, p.95). Pécoits permaneceu preso até dezembro de 1964, respondendo a vários inquéritos policial-militares enquanto administrava um hospital de sua propriedade em Francisco Beltrão (HELLER, 1988, p.96).

Também um ex-membro da UDN foi cassado pelo Ato Institucional n° 1: o deputado estadual **Almir Moreira Passo**. O mesmo se desvinculou da UDN em 1963, pela incompatibilidade de ideias e teses nacionalistas que o mesmo defendia. Era também defensor das reformas de base.

Todos os deputados estaduais cassados faziam oposição ao governo Ney Braga, que contava com alto prestígio frente aos detentores do poder nesta primeira fase da ditadura militar.

Leon Naves Barcelos, em seu depoimento para Milton Ivan Heller, afirma que os cassados Almir Passo, Walter Pécoits, Luiz Alberto Dalcanalle e Waldemar Daros tinham em comum o fato de defenderem as reformas de base e terem liderança no estado “o que não interessava aos militares” (HELLER, 1988, p.77).

Os expurgos que o Ato Institucional n° 5 provocou no campo político paranaense

Nesta seção, analisaremos quais foram os agentes políticos atingidos pela fase mais dura da ditadura militar: os períodos iniciais posteriores ao Ato Institucional n° 5, editado anos após a derrubada do presidente Goulart. Tal Ato não expurgou apenas os alvos principais do golpe militar em sua fase inicial: os “subversivos” e os “corruptos”. Os agentes políticos que tinham força e capitais de notoriedade que ameaçavam os grupos hegemônicos líderes do “movimento de 1964”, juntamente com os agentes políticos envolvidos com o reformismo trabalhista do governo anterior foram neutralizados ou anulados neste primeiro momento do golpe, conforme o visto na seção anterior. Nesta nova fase da ditadura militar, não apenas os antigos “inimigos da revolução” eram alvos, como também membros da ARENA apoiadores do regime, porém descontentes com a falta de espaço que o jogo político no estado de exceção impôs nas suas carreiras políticas. Isso fez com que eles aderissem às mobilizações pela volta do sistema pluripartidário, no qual poderiam disputar e acumular capitais políticos, bem como circular nos espaços do jogo político com maior liberdade. Porém, tais

movimentações pela volta da democracia foram reprimidas pela força repressiva da ditadura militar, que passou a perseguir supostos “inimigos da revolução” com métodos ainda mais arbitrários e paranóicos, que aumentariam nos anos posteriores.

A seguir, visualizaremos as cassações do Ato Institucional nº 5 no Paraná, que envolveram deputados federais e estaduais da ARENA e do MDB, seguindo a ordem do quadro a seguir. Associamos as cassações dos deputados federais à participação dos mesmos na Frente Ampla. Quanto aos deputados estaduais, as justificativas para cassações foram das mais diversas e aleatórias, como veremos após a exposição dos deputados estaduais.

Quadro 2. Agentes políticos paranaenses cassados pelo ato institucional nº5

Nome	Cargo	Partido
Jorge Khury	Deputado Federal	ARENA
Renato Celidônio	Deputado Federal	MDB
Léo de Almeida Neves	Deputado Federal	MDB
Jacinto Simões	Deputado Estadual	MDB
Sinval Martins de Araújo	Deputado Estadual	MDB
Lázaro Servo	Deputado Estadual	MDB
Aníbal Khury	Deputado Estadual	ARENA
Constantino João Kotzias	Deputado Estadual	ARENA
Miguel Dinizo	Deputado Estadual	ARENA
Miran Pirih	Deputado Estadual	ARENA

O Ato Institucional nº 5, baixado no dia 13 de dezembro de 1968 representou uma radicalização do golpe no combate às oposições. Ele também assinalou a divisão no Exército entre os militares da linha “castelista” e os militares da “linha dura”. Movimentos pela volta da democracia começaram a ser articulados por Carlos Lacerda, ex-líder da UDN e ex-apoiador do “movimento” de 1964, frustrado por não concretizar a sua candidatura à presidência da república. Ao contrário da maioria de seus correligionários, Lacerda não aderiu à ARENA. A UDN no Paraná era muito identificada com as ideias e práticas defendidas por

Lacerda, o que levou a muitos adotarem a mesma postura de Lacerda a não aderir à ARENA, como foi o caso de Newton Carneiro e Rubens Requião, udenistas ideológicos e históricos.

Lacerda pretendia juntar os mais importantes líderes da democracia do período anterior ao golpe, representando os principais partidos do período pluripartidário, ele, representando a extinta UDN, João Goulart, representando o extinto PTB e Juscelino Kubitschek, representando o antigo PSD. Vale lembrar que Lacerda se esforçou em obter diálogo com seus antigos inimigos em nome de uma causa comum, a volta da democracia, e das antigas regras do jogo democrático que favoreciam os capitais políticos dos mesmos, que foram neutralizados ou anulados a partir do golpe militar de 1964.

Alguns dos políticos cassados pelo Ato Institucional nº5 participaram ativamente da Frente Ampla¹. A começar pelo “braço direito” de Lacerda no Paraná, o deputado federal arenista **Jorge Khury**. Nascido em São Paulo, iniciou sua carreira política com o cargo de vereador em União da Vitória, no Paraná, em 1960. Juntamente com o seu irmão, entrou para a política institucional, sendo um quadro partidário de destaque na agremiação udenista, atando organizativamente nos bastidores do partido, estabelecendo contatos diretos com Carlos Lacerda na Guanabara. Isto lhe conferiu a eleição para o cargo de Deputado Federal nas eleições de 1963, sendo reeleito para o cargo nas eleições de 1966, pela ARENA.

Além de Jorge Cury, dois deputados federais do MDB foram cassados nessa ocasião, ambos ex-petebistas, a saber, **Renato Celidônio** e **Léo de Almeida Neves**. O primeiro ocupava o cargo de presidente regional do MDB, seção que, por decisão coletiva, deu seu apoio à Frente Ampla. Celidônio era um destacado nome dentro do partido e sua trajetória política era também anterior ao golpe de 1964.

O segundo deputado federal emedebista cassado pelo AI-5 foi Léo de Almeida Neves. Embora tivesse perdido um importante cargo que ocupava no governo João Goulart (a diretoria da CREAL do Banco do Brasil) com a deposição deste, revelava um promissor futuro político (foi eleito deputado federal pelo MDB em primeiro lugar em número de votos da

¹ Conectamos as cassações do AI-5 no Paraná com os desdobramentos da Frente Ampla embasados no artigo de GRANATO, N. C. ; Deputados Federais paranaenses cassados pela ditadura militar (1964-1977): Trajetórias e lutas políticas. E-Legis , v. 8, p. 72-88, 2015.

legenda) mesmo depois do golpe, atuando pelo MDB. Era pré-candidato ao governo do Paraná para as eleições de 1970 e também participou ativamente da Frente Ampla. Ambos emedebistas, portanto, tiveram destacada atuação de oposição e questionamento em relação à ditadura militar, que os combateu, anulando seus capitais políticos acumulados, bem como suas forças políticas destacadas no Paraná e no MDB.

Visto os expurgos dos deputados federais, passaremos a analisar as cassações dos deputados estaduais do Paraná através do Ato Institucional nº5, começando pelos emedebistas Jacintho Simões, Sinval Martins de Araújo e Lázaro Servo. **Jacyntho Simões** foi o campeão de votos para deputado estadual pelo MDB nas eleições de 1966. Nascido em Portugal, Simões não pertencia a famílias tradicionais na política paranaense. Como português, pediu autorização para candidatar-se ao cargo. Possuía como capital acadêmico a sua formação em Direito, o que já era um fator incrementador à sua trajetória política, tal como já observamos no caso de Jorge Khury e Léo de Almeida Neves. Seus capitais partidários resumiam-se à sua participação no MDB, já que não integrava nenhum partido político no período pluripartidário. Simões era líder do MDB na Assembleia Legislativa, indo ao Plenário criticando Institutos de Paraná, 20 jul.1966, p.3). No MDB, ocupou o cargo de Secretário-geral da agremiação, acumulando capitais político-partidários. Após sua cassação, virou proprietário de um restaurante em Curitiba (HELLER, DUARTE, 2000, p. 157).

Sinval Martins de Araújo foi outro deputado cassado. Nascido em Clevelândia, no Paraná, era filho de Piragibe de Araújo, ex-prefeito de Clevelândia e ex-deputado estadual. Os seus capitais sociais familiares o conectaram à participação política no seu município desde a sua infância. Realizando sua formação em Direito na capital do estado, o mesmo incrementa ainda mais os seus capitais políticos. Elege-se prefeito de Clevelândia em 1952, com 34 anos, e no governo Moysés Lupion ocupou a Diretoria de Fronteiras. Foi eleito prefeito de Clevelândia novamente em 1963, pelo PSD. Em 1965, apoiou Bento Munhoz da Rocha Netto ao governo do estado. Com o Ato Institucional nº 2, ingressa no MDB, pois na ARENA conviveria com Arnaldo Busato, seu adversário político no Sudoeste. No MDB, no entanto, teria de conviver com Antônio Annibelli (HELLER, 1988, p.69). Os bens de Aníbal Khury também foram confiscados e sua prisão foi ilegal.

Lázaro Servo compõe a lista de deputados estaduais do MDB cassados pela ditadura militar. Nascido em Joaquim Távora, não pertencia a famílias tradicionais que o conectavam a política paranaense. O mesmo exercia a profissão de comerciante e exportador de café (HELLER, 1988, p.75), não tendo feito ensino superior. Se envolveu com a política partidária no início dos anos 1960, sendo eleito para o cargo de Vereador em Mandaguçu na coligação PSP-PSD, reeleito nas eleições de 1964, pelo PTB. Com o AI-2, ingressou no MDB, elegendo-se deputado estadual em 1966. Foi cassado pelo AI-5. Conforme afirma Milton Ivan Heller (1988, p.75) “até hoje não se sabe por que foi cassado, uma vez que não foi processado e nunca o intimidaram para prestar depoimento”.

O Ato Institucional nº5 cassou também os deputados estaduais da ARENA, Aníbal Khury, Constantino João Kotzias, Miguel Dinizo e Miran Pirih.

Aníbal Khury era irmão do deputado federal Jorge Khury. Nascido em União da Vitória, Khury não era proveniente de família tradicional estabelecido na política paranaense por laços de descendência. Através do seu casamento com Nívea Saboia, estabeleceu seus contatos políticos com as regiões do Vale do Iguaçu e Rio Negro. Aníbal Khury não possuía formação superior, exercendo a profissão de comerciante. Iniciou sua militância político-partidária na UDN, sendo eleito para o cargo de vereador em União da Vitória em 1948. Nas eleições de 1954, foi eleito deputado estadual pela UDN, sendo reeleito até as eleições de 1966, desta vez pela ARENA. Exercia desde aquela época grande liderança na Assembleia Legislativa, acumulando muitos capitais político-partidários de prestígio, poder e influência, inclusive sobre o governador Paulo Pimentel. Assim como seu irmão Jorge Khury, possuía grandes vínculos com Carlos Lacerda. Participou ativamente da Frente Ampla. Presume-se que os irmãos viam na democracia possibilidades maiores de ascensão nas suas respectivas carreiras políticas. Aníbal e Jorge Khury foram inclusive presos, através do Inquérito Policial-Militar que apurou supostos “atos subversivos em detrimento da causa pública e ligações com Aposentadorias e Pensões, que não estariam dando cobertura completa aos necessitados, (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas: Crítica ao IPE, 05 nov.1968, p.3), e denunciando a ação violenta de jagunços no interior do estado (DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas: Questões de terra, 07 nov.1968, p.3). Simões era advogado dos colonos prejudicados pelos jagunços das empresas colonizadoras da sua região (HELLER; DUARTE, 2000, p. 103), se envolvendo em um movimento popular e reivindicatório.

Constantino João Kotzias também foi cassado pelo Ato Institucional nº5. Nascido em Florianópolis, Santa Catarina, não pertencia a famílias tradicionais, nem possuía capitais sociais que incrementassem sua carreira política. Não tendo formação superior, exerceu a profissão de comerciante em Paranaguá, sendo eleito vereador pelo PTB em 1960. O mesmo, em depoimento a Milton Ivan Heller, não sabia dos motivos da sua cassação:

“Fui vítima de ódios e intrigas, pois não havia nada que justificasse a minha cassação. Nunca roubei nada do Estado nem do município. A única explicação que existe foi a posição que tomei, quando vereador, favorável à posse de Jango na presidência da república, após a renúncia de Jânio” (HELLER, 1988, p.83).

Kotzias se elegeu deputado estadual pela ARENA, licenciando-se do cargo para ocupar a Prefeitura de Paranaguá. Por decreto de Castelo Branco, houve intervenção federal em Paranaguá, e o general Rebelo foi designado prefeito (HELLER, 1988, p.84).

Miguel Dinizo, outro deputado estadual cassado pelo AI-5, nasceu em Itatiba, no estado de São Paulo, não sendo de família tradicional. Possuiu o capital acadêmico pela sua formação em Medicina, realizada no Paraná, estabelecendo-se como médico em Cambará, onde fundou um hospital. Ingressou na política partidária através do PTB, elegendose vereador em 1952, por Cambará, reeleito para o cargo. Elegeu-se deputado estadual pelo PTB em 1958, reelegendo-se nas eleições de 1962. Em 1966, já na ARENA, foi novamente eleito deputado estadual. Miguel Dinizo era proprietário de uma rádio em Cambará, e o advogado da Justiça Militar Albarino de Matos Guedes, em depoimento para Milton Ivan Heller, relembra sua absolvição no IPM contra ele:

“Foi um caso curioso e sua absolvição se deu por unanimidade, quando nós provamos que, ao invés de apresentar o dirigente comunista Gregório Bezerra em sua rádio, em Cambará, ele apresentou o cantor Gregório Barrios” (HELLER, 1988, p.222).

Também o deputado estadual **Miran Pirih** foi cassado pelo AI-5. Nascido na Iugoslávia, formou-se em Direito, e se instalou no Paraná como cafeicultor na região Norte. Inseriu-se na política partidária como deputado estadual pelo PTB, nas eleições de 1962. Reeleito deputado em 1966, pela ARENA, seu mandato foi cassado em 1969. O fato de ser estrangeiro pesou na sua cassação.

Em síntese, percebe-se que as cassações na Assembleia Legislativa foram totalmente arbitrárias e revelam a radicalização do governo militar, mesmo contra agentes políticos que não representavam resistência aos militares.

Considerações finais

Os agentes políticos paranaenses atingidos pelas duas fases de cassações no Paraná foram alvos políticos da ditadura militar no estado, especialmente pela capacidade oposicionista e força eleitoral que possuíam e que ameaçavam alguns grupos detentores do poder hegemônicos no período ditatorial. A primeira fase de cassações correspondeu ao afastamento de líderes ligados ao governo João Goulart, ou aqueles rotulados como “corruptos” pelos comandos civis e militares da política pós-golpe de 1964.

A segunda fase de cassações de deputados federais paranaenses corresponde ao ano de 1969, após a edição do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, após a Formação da Frente Ampla.

A primeira cassação da fase do AI-5 foi a de um membro da ARENA, Jorge Cury, líder regional da Frente Ampla. Além de Jorge Cury, dois deputados federais do MDB foram cassados nessa ocasião, ambos ex-petebistas, a saber, Renato Celidônio e Léo de Almeida Neves. O primeiro ocupava o cargo de presidente regional do MDB, seção que, por decisão coletiva, deu seu apoio à Frente Ampla. Celidônio era um destacado nome dentro do partido e sua trajetória política era também anterior ao golpe de 1964. O segundo deputado federal emedebista cassado pelo AI-5 foi Léo de Almeida Neves. Embora tivesse perdido um importante cargo que ocupava no governo João Goulart (a diretoria da CREA do Banco do Brasil) com a deposição deste, revelava um promissor futuro político (foi eleito deputado federal pelo MDB em primeiro lugar em número de votos da legenda) mesmo depois do golpe, atuando pelo MDB. Era pré-candidato ao governo do Paraná para as eleições de 1970 e também participou ativamente da Frente Ampla. Ambos emedebistas, portanto, tiveram destacada atuação de oposição e questionamento em relação à ditadura militar, que os combateu, anulando seus capitais políticos acumulados, bem como suas forças políticas destacadas no Paraná e no MDB.

Referências

AZEVEDO, Débora Bithiah de. **Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas: Crítica ao IPE, 05 nov.1968, p.3.

DIÁRIO DO PARANÁ, Polinotas: Questões de terra, 07 nov.1968, p.3.

GRANATO, Natália Cristina. Deputados Federais paranaenses cassados pela ditadura militar (1964-1977): Trajetórias e lutas políticas. **E-legis**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, v. 8, p. 72-88, 2015.

GRANATO, Natália Cristina. **O campo político paranaense no contexto do golpe de 1964 e suas lutas políticas**. Curitiba, 2016. 276 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro; Curitiba: Paz e Terra: Secretaria da Cultura, 1988.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles. **Memórias de 1964 no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

IPARDES. **Resultados Eleitorais no Paraná: 1945-1982**. Curitiba: IPARDES, 1987.

NEVES, Léo de Almeida. **Vivência de Fatos Históricos**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.


NICOLAS, Maria. **130 anos de vida parlamentar paranaense: 1854-1984**. Curitiba: Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, 1984.

SCHMIDT, Walter Werner; FRANCO JR, Adolpho de Oliveira. **Adolpho de Oliveira Franco- Advogado do Paraná**. Curitiba: W.A Editores Ltda, 2013.



**Existências em deslocamento, desamparo
e transgressões aos Direitos Humanos**





A práxis das trabalhadoras e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) enquanto mecanismo de garantia / violação de Direitos Humanos

*Aline do Rocio Neves
Karen Fernanda Scorsin*

O presente artigo apresenta um debate interdisciplinar, parte da realidade do trabalho em Rede desenvolvido pelos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social cujas atuações operacionalizam direitos humanos – garantindo ou restringindo-os, por meio da execução de marcos legais vigentes, o que Bichir (2015) denomina de “burocracia de nível de rua”.


O artigo foi apresentado no ST4: Mulheres: Deslocamentos forçados, Direitos Humanos e violências, por contemplar o público-alvo dos serviços e políticas do SUAS. As mulheres condições de vulnerabilidades são as usuárias, que procuram os serviços, majoritariamente mães solo, de acordo com o IBGE, 48% dos lares brasileiros são administradas por elas.

Método

A pesquisa teve caráter documental e bibliográfico, e foi realizada a partir de materiais já publicados, constituídos principalmente de livros, artigos de periódicos científicos. Para definição dos conceitos básicos utilizados contamos com o suporte teórico de autores da Teoria Crítica dos Direitos Humanos,

1 Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas. Professora Conteudista disciplina de “Fundamentos Sociológicos para o Serviço Social” - Faculdade UNINA. Professora Conteudista do curso de “Pós-graduação Teórico-Prática sobre o Sistema Único de Assistência Social/SUAS, disciplina “Ética profissional, responsabilidade social e relações humanas” - Faculdade Pólis Civitas. Idealizadora da SCA Consultoria Acadêmica -normatização, orientação e revisão metodológica de pesquisa científica. CV: <https://lattes.cnpq.br/1573161606387648> . E-mail: alinedorocioneves@gmail.com.

2 Especialista em Psicologia Sistêmica. Psicóloga, Servidora Pública Municipal, Coordenadora de CRAS, Articuladora da Rede de Proteção e Atenção Local e Psicoterapeuta. E-mail: karensorsin@gmail.com.



Sociologia, Filosofia, Direito, Psicologia e Ciência Política. A fim de responder a seguinte problemática: *A valorização da saúde mental, e capacitação dos técnicos do SUAS com base na “Educação em Direitos Humanos” e na Psicologia Sistêmica podem contribuir para que as trabalhadoras e trabalhadores/as no exercício de suas funções se reconhecem enquanto mecanismo de garantia/violação de direitos nas suas respectivas práxis?* No Quadro 1 demonstramos as etapas do estudo para responder à questão norteadora:

Quadro 1. Procedimentos metodológicos

1	Análise documental dos aspectos normativos da <i>práxis</i> e <i>ethos</i> profissional, dos trabalhadores do SUAS
2	Definições conceituais de “Psicologia Sistêmica”, “Ética Profissional”, “Responsabilidade social”, “Direitos Humanos”, “Rede de Proteção e Atenção”
3	Discussão: Aspectos dificultadores do fortalecimento da Rede no SUAS: O impacto da saúde mental das trabalhadoras e trabalhadores/as no acolhimento das famílias e na movimentação do fluxo de atendimento da Rede.
4	Considerações finais

Fonte: As autoras (2023).

Documentos norteadores da práxis das trabalhadoras e trabalhadores do SUAS

A práxis profissional das/os trabalhadoras e trabalhadores do SUAS é complexa, e de sua importância, por ser uma nova política a configurar a Assistência Social a partir da lógica do direito, nos moldes da Constituição Federal de 1988, e da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 1993), alterada pela Lei nº 12.435, de 6 julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Em 2004 com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, implementa o Sistema Único de Assistência Social enquanto sistema público não contributivo descentralizado que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira.

O aprimoramento do SUAS e a qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais é o grande desafio que se apresenta para todos os seus atores nesta nova fase do processo de sua consolidação no país -redemocratização.

Inegavelmente, a desprecarização das relações de trabalho de um elevado contingente de trabalhadores, bem como, a ampliação do quadro de servidores preparados para garantir a cobertura qualificada necessária à crescente demanda via concurso público, como determina a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, amparada pela Constituição Federal de 1988, foi um desafio.

A tipificação nacional dos serviços socioassistenciais do SUAS criada no ano de 2009, passou a organizar por níveis de complexidade, estabelecendo-se, portanto: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais (BRASIL, 2009, p.4)

Ou seja, com a tipificação criou-se uma forma de organizar didaticamente os serviços para o aprimoramento da política, visibilidade dos serviços e a prática dos fundamentos e objetivos da Política Nacional de Assistência Social.

Definições conceituais de termos fundamentais

Consideramos importante ao falar do SUAS, aderirmos um caminho mais longo, afim de contemplar e entender os aspectos macroestruturais que compõem o fornecimento de serviços e políticas públicas.

A definição conceitual de **“Burocracia nível de rua”** - Centralização/Descentralização, Micropoder e relações humanas, são de suma importância para não sobreposição de interesses públicos, privados, pessoais.

[...] escolas, as delegacias, as organizações que trabalham com políticas sociais, os tribunais, os escritórios de serviços jurídicos e outras agências, cujos trabalhadores interagem com e têm amplo poder discricionário sobre a alocação de benefícios ou a distribuição de sanções públicas. [...] funcionários próprios ou terceirizados da administração pública [...] todos aqueles que, cotidianamente, interagem com os usuários dos serviços entregando serviços e políticas públicas (LIPSKY, 2019, p.15).

Diante disso, profissionais burocratas de nível de rua, são aqueles/as que possuem um poder discricionário no exercício de suas funções, e esse poder de decisão, jamais poderá sobrepor-se-á sistemas, dificuldades de administração interna, a terceirização, pois, poderá dificultar das/os usuárias/os e das famílias como um todo a direitos humanos.

Na promoção dos serviços e políticas sociais, articulamos com o conceito de “Rede” de acordo com Castells (2002) diz respeito à atuação articulada entre: Instituições/ serviços governamentais, não-governamentais, comunidade/ sociedade civil.

Conforme o protocolo municipal (2008), a definição da “**Rede de Proteção e Atenção**” é soma das ações e os esforços das políticas da saúde, assistência social, educação, Conselho Tutelar, Ministério Público, Judiciário, ONGs, Prefeitura Municipal e comunidade em geral, tecendo os fios da prevenção, da proteção e do atendimento à criança, ao adolescente, à mulher, idosos/idoso e a, pessoa com deficiências e vítimas de violência.

“Rede de proteção e Atenção” em que os profissionais estão inseridos, em que o conceito fala por si, no sentido que são agentes de proteção e proatividade para prevenção de situações violência e até mesmo proteção para não serem violados ou não continuar com a violação.

Além da práxis profissional das/os trabalhadoras e trabalhadores do SUAS acontecer em “Rede”, recomenda-se **intersetorialidade**, ou seja, ação intersetorial realizada como um meio de superar a setorização dentro das políticas públicas. E deste modo, interligar o planejamento, o controle e a execução de serviços públicos (Junqueira, 2005).

Em seguida, cabe-nos mencionar as contribuições da “**Psicologia Sistêmica**” enquanto abordagem teórica que busca entender as pessoas a partir das interações e relações que estabelecem com seu ambiente e com outros indivíduos ao seu redor. Esta abordagem considera o indivíduo como parte de um sistema, que pode ser uma família, um grupo social ou uma organização. O organismo é um sistema complexo, constituído por vários elementos interconectados, que devem ser compreendidos em suas particularidades e correlatamente como totalidade (Vasconcelos, 2002).

Sendo assim, a psicologia sistêmica entende a interconexão entre a particularidade e totalidade, articulando e considerando que o profissional que

atende faz parte da rede e situação apresentada na situação pelo usuário/família.

Com isso, dá-se a importância de saber conviver em sociedade, respeitar a legislação vigente, aceitar e conviver com a diversidade, o que não significa perder valores individuais, mas, crescer coletivamente.

Possibilidade de realizar um cálculo consciente sobre o que é necessário para suprir suas necessidades. **Ética** é, portanto, parte da práxis humana. Ser ético, significa “agir consciente” ou seja: É saber conviver em sociedade. Trabalhadoras/es com “**ética profissional**”, portanto, aceitam e convivem com a diversidade, isso não significa que abram mão de valores individuais, mas, que estão dispostos a crescer coletivamente.

Conhecer aspectos da gestão pública, distribuição de recursos, reconhecer sua atribuição (função) e a capacidade estatal³, -capilaridade, distribuição de recursos-, dá segurança na realização do trabalho, e amparo legal -leis- para respaldar e amparar nossas ações e/ou cobranças.

Existem, portanto, “vantagens” em ser ético na estrutura estatal, e/ou no interior de uma organização/empresa, entre elas destaca-se i) O/a trabalhador/a preservar-se de imputações legais, geradas pela adoção de condutas antiéticas; ii) O/a trabalhador/a adquire um diferencial, e, em relação a sua práxis profissional também; iii) O/a trabalhador/a distancia-se de “dilemas éticos” e de ações moralmente repudiadas pela sociedade.

Definir “Direitos Humanos” não é uma tarefa fácil, não é um conceito pronto, mas, um consenso internacional em torno da urgência de medidas de enfrentamento da pobreza, aliadas à criação de instrumentos de garantia de Direitos Humanos – Declarações, Tratados, Conferências e Convenções-objetivavam reduzir as desigualdades globais, após os horrores da Segunda Guerra Mundial, forjado a partir das Organizações Internacionais e das Instituições Financeiras Internacionais (OI's/IFI's).

“Direitos Humanos das Mulheres” de acordo com a Lei Maria da Penha (2006) incluem o direito à vida digna, à autonomia, à liberdade, bem como à superação de todas as expressões de violência, discriminação e desigualdade:

Os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas

3 O que é atribuição função do aparelho estatal.

questões, livres de coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens no tocante às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito à integridade da pessoa humana, exige o respeito mútuo, o consentimento e a responsabilidade comum pelo comportamento sexual e suas consequências (Brasil, 2006, p. 179).

“**Responsabilidade social**” portanto, significa ter a *práxis* profissional alinhada ao respeito, ao tratamento digno e humano de todas as pessoas com quem nos relacionarmos, dentro e fora das organizações, com colegas de trabalho, e também, com quaisquer outras pessoas no mundo em que vivemos.

Discussão: Aspectos dificultadores do fortalecimento da Rede no SUAS

Como mensurar o impacto da saúde mental das trabalhadoras e trabalhadores/as no acolhimento das famílias e na movimentação do fluxo de atendimento da Rede? A “Psicologia Sistêmica” e, portanto, o “Pensamento sistêmico” focalizam sempre nas relações entre os elementos componentes do sistema, que distinguirá sua própria e inevitável relação com esse sistema. Deste modo, cria-se contextos conversacionais – colaborativos e de autonomia - em que os participantes possam construir conjuntamente as soluções para as situações-problema, que eles mesmos tenham distinguido.

Os objetivos da Política Nacional de Assistência Social (2004) também dialogam com essa concepção pois está pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, transformando-os em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades [...] (PNAS,2004, p. 10)”

Diante dos desafios da contemporaneidade em que vivemos em uma sociedade ocidental e capitalista, tomados por crises atuais (políticas, sanitária, biológica), invadidos pela epidemia de transtornos mentais, como se ainda não bastasse a revolução digital; por conseguinte a tem aumentado a complexidade das relações de convivência e com este cenário.

Não obstante a conjuntura atual que mudou a forma como as pessoas pensam e aprendem, mudanças muito rápidas e o imediatismo, acarreta uma exigência ainda maior, tanto como profissionais e pessoas quanto uma abertura para a mudança, deixando de lado nossas atitudes neutras, objetivas,

fragmentadoras, reducionistas e com foco no objeto, para a ampliação do olhar em direção a um objeto que emerge da distinção do(s) observador(es), quando em interação com outros objetos e com o meio em que vivem (Cesario & Cesario, 2019)

A exigência da contemporaneidade assim para com o “Profissional” e sua *práxis*, tem aumentando proporcionalmente com as demandas da complexidade, pois, é relevante a capacidade de lidar com as relações das pessoas atendidas, criar contextos de acolhida, intervenções, colaborativos, e de autonomia - em que os usuários/famílias possam construir conjuntamente tanto para identificação das situações de vulnerabilidade, assim como busca de alternativas/soluções para as questões sociais.

Do mesmo modo, precisamos entender que o profissional também faz parte desta nova visão de mundo de ambos, este é um princípio que se faz necessário para o desenvolvimento de trabalho social com as famílias e um efetivo progresso na qualidade de vida do atendido, assim como realização profissional.

A sociabilidade em meio à diversidade (sexual, cultural, religiosa, econômica, política, social, entre outras), não é simples, somos seres complexos, criados em meio a naturalização de discriminações e preconceitos, por isso, não raras vezes reproduzimos comportamentos questionáveis -antiéticos-.

À medida que o profissional se entende como parte deste sistema complexo das relações humanas no trabalho, abre precedente para refletir, flexibilizar e contextualizar suas práticas do cotidiano, tanto no exercício profissional quanto questões pessoais.

Considerações finais

Conclui-se que, faz-se necessário compreender aspectos estruturais da nossa sociedade para entender a constituição de nossas subjetividades e problematizar as distintas interpretações do Brasil, suas origens, desigualdades e problemáticas sociais.

Pensar sistemicamente transcende a atuação profissional, enriquece e amplia a visão e a atuação como cidadãos, o que possibilita a reflexão e o diálogo em torno dos problemas sociais e comunitários de modo mais abrangente e contextualizado (Moré & Macedo, 2006).

Pensar sistemicamente implica, portanto, reconhecer que trabalhadoras/es impactam e são impactados por questões de saúde mental, e que suas respectivas *práxis* precisam estar alinhadas com a interdisciplinariedade, intersetorialidade enquanto Rede de Proteção e Atenção, pois, entende-se na prática que este conjunto de equipamentos que visa proteger/impedir das situações de vulnerabilidade social pode ser sinergicamente aumentando conforme as contribuições de cada equipamento, e de cada profissional enquanto burocrata de nível de rua, com poder discricionário na hora da oferta do serviço/política.

Ter ética profissional, é sinônimo de responsabilidade social, pois, reforça a nossa responsabilidade individual e coletiva na promoção da garantia de direitos humanos, e, também em relação ao meio ambiente, promovendo sustentabilidade, consumo consciente, e a preservação da fauna, flora, água e demais recursos naturais, neste sistema complexo de relações.

Não tivemos a pretensão de esgotar esse multifacetado tema, mas, sim, levantar questionamentos para pesquisas futuras: Como é a *práxis* das trabalhadoras e trabalhadores no chão dos equipamentos? O Público alvo dos serviços e políticas do SUAS: mulheres em deslocamentos forçados, provedoras de seus lares, vítimas de violência, são realmente acolhidas com escuta, ou são revitimizadas, culpabilizadas pela sua situação de vulnerabilidade e pobreza? O serviço público é burocratizado de modo a violar direitos humanos, ou a rede somará esforços para garantir direitos humanos das mulheres e de todas/os aqueles que buscarem atendimento?

Destaca-se a importância da valorização da saúde mental, e capacitação dos técnicos do SUAS com base na “Educação em Direitos Humanos” e na “Psicologia Sistêmica” com a finalidade de que trabalhadoras e trabalhadores/as no exercício de suas funções se reconheçam enquanto mecanismo de garantia/violação de direitos nas suas respectivas *práxis*, adotando uma postura ética em defesa de direitos, e consequentemente harmonizando o ambiente laboral, uma vez que, as relações de trabalho, e, o atendimento das/os usuários das políticas públicas estarão sustentados na legalidade e no respeito mútuo a toda e/ou qualquer subjetividade.

Referências

BICHIR, Renata Mirandola. “**Capacidades estatais para a implementação de programas de transferência de renda: os casos de Brasil, Argentina e África do Sul**”. IPEA.2015.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [Lei Maria da Penha]. Brasília, ago. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS** Anotada/2009. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) – Norma Operacional Básica (NOAS/SUAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CESARIO, Raquel Rangel e CESARIO, Manuel. Resenha do Livro: Pensamento Sistêmico: o Novo Paradigma da Ciência. **Revista Brasileira de Educação Médica** [online]. 2019.

CURITIBA. **Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência**. Organização Hedi Martha Soeder Muraro; equipe técnica Bruna Trovão... [et al.]; co-autores Andrea da Silva Sant’Ana ... [et al.]. – 3. ed. rev. e atual. - Curitiba: Secretaria Municipal da Saúde, 2008.

GOMES, Lauren Beltrão et al. **As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo**. Pensando fam., Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 3-16, dez. 2014.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Articulação entre o serviço público e o cidadão**. X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 2005.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Tradutor, Arthur Eduardo Moura da Cunha -- Brasília: Enap, 2019.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência** (9ª ed.). Campinas: Papyrus.2010.




Mulheres que migram: o caso das haitianas no Brasil

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho

Este artigo é resultado das discussões do Simpósio Temático “Mulheres: deslocamentos forçados, direitos humanos e violências” que aconteceu no III Colóquio Internacional de Direitos Humanos e Políticas de Memória. Além disso, trata-se de um recorte de discussões mais amplas em que realizei em minha tese de doutorado. Embora o objeto de pesquisa não fossem as mulheres haitianas, mas de maneira geral imigração haitiana, foi imprescindível discutir os aspectos que envolvem as questões de gênero e interseccionalidade durante o trajeto do Haiti ao Brasil e por seguinte, na vida que constroem no contexto de diáspora.

As principais fontes utilizadas para este artigo foram as entrevistas. Partindo do pressuposto discutido por Thomson, acreditamos que “A evidência oral proporciona um registro essencial da história oculta da migração” (THOMSON, 2002, p. 343), entendendo a história oral como fundamental para auxiliar nos desafios do tempo presente. Ainda que como nos parece evidente, não seja fácil escrevermos sobre aquilo que estamos vivendo.

A maneira da qual mulheres como Stephania, Elunise, Fabíola, Daniella, e outras, vivem o processo da imigração distingue-se da maneira com que os homens o vivenciam. Há aspectos imprescindíveis a se levar em consideração, neste caso: gênero - são mulheres, raça - mulheres negras e imigrantes-haitianas, de um país considerado periférico para o capitalismo. Por isso, as trajetórias de vida, de imigração e de trabalho no Brasil, condizem com essa interseccionalidade. Além de relatórios de estatísticas e das reportagens de jornais que nos auxiliam a compreender melhor a imigração, quem melhor do que estas mulheres para nos contar suas histórias?



Interseccionalidade: raça, classe, nacionalidade e gênero

Para melhor compreensão da análise das entrevistas, organizamos a discussão deste texto a partir dos seguintes conceitos: gênero e interseccionalidade, classe e trabalho, nacionalidade e raça. Alguns elementos importantes ficarão de fora, pois, se trata de um artigo de poucas páginas, sendo assim, a intenção não é esgotar nenhum destes temas, mas fornecer discussões iniciais que nos auxiliem a pensar na imigração de mulheres haitianas para o Brasil.

Definição de gênero e interseccionalidade

A concepção de gênero discutida por Oyeronke Oyewumi é a que escolhemos para discutir neste artigo. “O debate feminista sobre quais papéis e quais identidades são naturais e quais aspectos são construídos só tem sentido em uma cultura na qual as categorias sociais são concebidas como não tendo uma lógica independente” (OYEWUMI, 2021, p. 55). Para a autora, as discussões sobre gênero não fugiram do modelo europeu de que seus costumes representam a universalização. Sendo assim,

Que o gênero seja socialmente construído significa que os critérios que compõem as categorias masculino e feminino variam em diferentes culturas. (...) Então, a partir dessa abordagem, as categorias de gênero são mutáveis e como tal, o gênero é desnaturalizado (OYEWUMI, 2021, p. 58)

Se compreendemos que gênero é uma categoria que deve ser pensada historicamente, significa que sua existência não se dá do mesmo modo no tempo e espaço distintos. Por isso, é fundamental que ao tratarmos de experiências de mulheres africanas e afro-caribenhas, por exemplo, tenhamos em mente as considerações expostas pela autora acima. Em uma das entrevistas, Daniela de 32 anos, disse que no Brasil havia relutância de algumas haitianas em procurar os postos de saúde para fazer o acompanhamento pré-natal quando estavam grávidas, pois, tinham passado por situações de vulnerabilidade e narravam casos de estupro durante o trajeto de imigração e por isso, se sentiam desconfortáveis de serem atendidas por homens. Essa informação havia sido interpretada de maneira diferente quando uma assistente social brasileira nos contou que

as haitianas não tinham interesse em ter acompanhamento médico quando estavam grávidas. A partir da discussão proposta por Oyewumi (2021) podemos compreender que se trata de uma naturalização dos modos de percepção de gênero ocidentais que são vistas como o único modelo possível.

Além de gênero, outro conceito analítico utilizado neste texto será “interseccionalidade”. Akotirene (2019) destaca que “o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas as mulheres negras e homens negros” (2018, p. 15). Embora existam outras pesquisadoras como Kimberlé Crenshaw (1989) e Patrícia Hill Collins (2020) que se dedicaram em discutir esta conceituação, a escolha pela pesquisadora brasileira, dá-se sobretudo por destacar em seus escritos as experiências de mulheres negras latino-americanas, sendo assim, são trajetórias que se aproximam das mulheres pesquisadas neste artigo, que advém de um país afro-caribenho, o Haiti.

Em síntese, este conceito pretende:

A interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais. (AKOTIRENE, 2018, p. 35)

Por isso, na última década, a partir dos Feminismos Negros, este termo tem feito parte dos debates sobre gênero. Entendemos que as experiências de mulheres imigrantes haitianas se diferem de outras mulheres, justamente por se inserirem no campo interseccional e se aproximam de outras trajetórias de mulheres africanas e latino-americanas.

Uma questão de classe: relações de trabalho

No que diz respeito ao trabalho, Daniela, foi entrevista em 2019 e contou que quando chegou no Brasil só havia um tipo de trabalho para as mulheres haitianas: o de trabalhadora doméstica. Tendo passado por Manaus, São Paulo e interior do Paraná, Daniela havia trabalhado como diarista e não conseguia compreender o porquê mesmo tendo um diploma de enfermeira no Haiti, permanecia sendo considerada apenas para o trabalho doméstico. Além disso, nos disse que em Manaus, foi humilhada ao perguntar para uma

das donas das casas que limpava, sobre a função de um determinado produto de limpeza. Em seguida contou que “no Haiti, não é uma mulher sozinha que limpa a casa. Vivemos sempre em várias mulheres dentro de uma casa, dividimos nosso trabalho. e também não precisamos de tantos produtos específicos pra limpar espelho, porta, chão” (DANIELA, 2019). A narrativa de Daniela evidencia a dificuldade do contexto brasileiro em lidar com a diáspora. O não reconhecimento de modos e costumes distintos, ocasiona frases ouvidas por Daniela, de que ela era preguiçosa e não sabia trabalhar. Mas essa não foi sua única decepção em relação ao trabalho.

Ao migrar dentro do Brasil, passar por mais de 5 estados em busca de melhores condições de vida, Daniela ouviu dizer que na região sul do país, havia vagas para trabalhar. Foi assim que ela, seu esposo e seu filho foram morar em Santa Catarina. Sobre este aspecto, é interessante reestruturarmos ao cerne do debate a ideia de que “o trabalho dignifica”, o trabalho relatado por Daniela e tantos outros haitianos e haitianas que entrevistei, não dignifica, corrompe e pode matar, como foi o caso do marido de Daniela que desenvolveu pneumonia devido as altas temperaturas da indústria da carne. Aliás, é importante afirmar que Daniela a partir de sua experiência como enfermeira no Haiti, foi quem entendeu que a morte de seu marido foi devido a pneumonia, pois, durante um final de semana em que passava mal, delirava de febre e foi até o posto de saúde do bairro, não obteve um atendimento médico de qualidade. Foi ali que faleceu.

Daniela não compreendia bem o português e demonstrou em sua entrevista a tristeza, de ter perdido seu companheiro, a angústia de não compreender o que havia acontecido e o medo, de ter que seguir adiante em um país desconhecido com seu filho de dois anos. Mesmo que não quisesse trabalhar no frigorífico, pois, sentia que essa forma de trabalho havia sido a responsável pela morte de seu marido, não teve escolha. Migrou para o Paraná e começou a trabalhar na evisceração do frango. Daniela traduziu tais movimentos em palavras “eu tremia o tempo todo, ia amarrar os cabelos e não conseguia, ia segurar meu filho e tremia”. O trabalho não ocupava apenas as horas em que Daniela estava no frigorífico, mas também nos momentos em que dedicava em passar com seu filho, nos seus espaços de descanso, nas idas à igreja. Mas havia algo que a sufocava naquele espaço de trabalho. Sua chefe, também mulher, dizia constantemente em seu ouvido que cortasse mais rápido, pois, sabia que Daniela

tinha um filho e era a responsável por sua criação, sendo assim, sua vida não seria nada fácil se perdesse o trabalho.

A despeito dos direitos humanos permitirem acesso irrestrito, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição, as mulheres negras se veem diante dos expedientes racistas e sexistas das instituições públicas e privadas por lhes negarem primeiro trabalho e, depois, o direito humano de serem reclamantes das discriminações sofridas. (AKOTIRENE, 2019, p. 36)

Daniela vivia essa angústia cotidiana, em que as questões de gênero intensificavam ainda mais a relação de expropriação de seu trabalho. Além disso, é inegável a presença do racismo estrutural em todas as suas facetas. Afinal, como pontuou Daniela, existem trabalhos específicos para estas imigrantes no Brasil.

Nacionalidade e raça

No dia 01 de abril de 2021 Elunise saiu de um voo de Roraima tendo Brasília como seu destino¹. Aos 27 anos, Elunise não estava sozinha, estava grávida de sete meses. Dentro do voo, Elunise passou mal e como relatou um passageiro que acompanhou o caso, em determinado momento, saiu espuma de sua boca. Nenhum auxílio foi prestado, Elunise, segundo este mesmo passageiro, foi confundida como mula do tráfico de drogas. Não é que as pessoas ao seu redor não perceberam que ela estava passando mal, escolheram não a socorrer. Elunise morreu. O atestado de óbito foi declarado às 17:01 do horário de Brasília, menos de duas horas em que ela havia entrado no voo.

Valmir Westerley, seu esposo, a esperava no aeroporto de Guarulhos ao lado do pastor de sua igreja. “Minha mulher é crente, nunca usou nem álcool ou cigarro”, “dizem que minha mulher morreu por falta de atenção e atendimento. Por preconceito racial e da pele. Parece que tinham medo de tocar nela. Se não tivessem medo, eles socorreriam, e ela não morreria com o filho na barriga”, conforme destacou o Jornal Brasil de Fato.

Valmir aguardava Elunise pois começariam uma vida nova em São Paulo, esperou até próximo da meia noite e nada foi informado sobre o que havia

¹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/21/tratada-como-mula-do-traffic-de-drogas-haitiana-gravida-morre-em-aviao-da-gol> Acesso em: 21 de jun. 2023.

acontecido a sua esposa. Segundo Valmyr a Gol não fez contato, só descobriu a morte depois de uma reportagem televisiva de Boa Vista. O corpo de Elunise, morto, foi deixado em Manaus. Devido a uma parada emergencial quando foi atestado seu óbito. A companhia aérea nem se quer auxiliou no traslado do corpo ou em levar Valmir para encontrar Elunise. Valmir só conseguiu chegar em Manaus no dia 12 de abril, 11 dias após o fatídico dia.

Valmir buscou ajuda de amigos e familiares, estava desesperado tentando juntar dinheiro para conseguir ir prestar um enterro digno para Elunise e seu filho. Foi assim que Stephania, do qual havíamos entrevistado em 2018, repassou a informação acima e disse “poderia ser eu, também estou grávida. Se o marido dela não divulgasse a notícia nunca iríamos saber. O Brasil não gosta de haitianas” (2021).

A ideia de Stephania contrapõe-se a uma frase bastante conhecida que diz: “Brasil um país de todos”, complemento, menos se for mulher, negra, pobre e imigrante. Afinal, quantos de nós ouvimos falar sobre a morte de Elunise? Nenhuma notícia, nenhuma manifestação, nenhuma comoção. Um caso como este e o de tantas outras mulheres imigrantes não podem ser reduzidas a estatísticas.

E assim como os migrantes individuais e seus descendentes lutam contra os rótulos de identificação, as sociedades migrantes lutam contra rótulos que definem e moldam a experiência da migração: “estrangeiro”, “imigrante”, “refugiado”, “minorias étnicas”, “comunidade étnica”, etc. (THOMSON, 2002, p. 342)

É fundamental compreender que as pessoas não migram para passar fome, vivenciar dificuldades ou como no caso de Elunise, morrer. Parte importante da diáspora é a luta por uma vida digna, pela realização de sonhos em que em alguns casos, como o da família de Elunise, era o de reencontrar e ter um espaço para viver com seu esposo e criar seu filho. É no mínimo preocupante quando a sociedade naturaliza que imigrantes e refugiados tenham seus direitos humanos atacados, inviabilizados e violentados. A morte de Elunise foi divulgada por seu esposo, e ainda assim, não houve medidas para destacar o caso na lei como racismo, mais um dos exemplos em que a vida de mulheres negras parecem valer menos no Brasil.

Considerações finais

Neste texto buscamos discutir conceitos que são imprescindíveis para compreender as trajetórias de imigração de mulheres haitianas para o Brasil. A principal metodologia utilizada foi a História oral. Deste modo, escolhemos evidenciar alguns dos aspectos vividos e narrados por essas mulheres acerca de suas experiências.

Sassen (2016) chamou de “expulsões” a realidade vivida por refugiados e imigrantes de países considerados periféricos para o capitalismo global em que longe de parecer uma escolha simples a imigração, tornara-se um dos únicos caminhos possíveis em busca de uma vida mais digna. É importante pontuar que tal compreensão pode ser observada nas entrevistas das mulheres que citamos neste artigo.

O objetivo principal deste artigo foi demonstrar que a imigração deve ser compreendida em suas variadas facetas, em específico, nas relações de gênero, pois, a trajetória da diáspora é vivida de maneira distinta pelas mulheres que demonstraram as dificuldades não apenas no atravessar das fronteiras físicas, mas sobretudo, nas fronteiras psíquicas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARENDR, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COLLINS, Patrícia. H., BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

OYEWUMI, O. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.22, n.44, pp. 341-364, 2002.




Violência contra mulheres durante a Ditadura Militar

Nicole Maria Babugia Pinto

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), surgiu como recomendação da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2008, a conferência tinha como objetivo atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), sendo aprovado o 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), no ano de 2009. No ano seguinte, tramitou sob regime de urgência, um projeto de lei que propunha a criação de uma comissão da verdade para investigar as graves violações de direitos humanos durante o período de 1946 a 1988 (BRASIL, 2014).

Em decorrência da tramitação, em 2011, o projeto foi aprovado e instituído por meio da Lei nº 12.528/2011, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. Além da comissão em nível nacional, foram se formando outras de carácter estadual, universitária, sindical, e mesmo como parte de seccionais da OAB (Ordem de Advogados do Brasil). Dentro dessas ramificações, formou-se a Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban, instituída pela Lei Estadual no 17.362/2012, sancionada pelo governador Carlos Alberto Richa.

O presente trabalho é resultado de um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) desenvolvido entre os anos 2020 e 2021, o qual teve como fonte de análise o relatório final da CNV, especificamente o capítulo 10 do Volume I, *Violência de sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes*, realizado pelo Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero, que apresenta relatos e informações acerca de atos violentos praticados com base nas noções de gênero/sexo, de cunho sexual e contra crianças e adolescentes. Além disso, também



foram abarcadas informações sobre 51 mulheres que constam no Volume III da CNV, destinado ao estudo das circunstâncias de morte e desaparecimento dos/as 434 mortos/as e desaparecidos/as políticos.

Para os agentes da repressão, as mulheres militantes eram tidas como “desviantes” da noção de feminilidade construída na sociedade por romperem com o ideal mãe dona-de-casa (COLLING, 2004). Conforme Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013b), a mulher, seguindo a noção de gênero feminino, era observada como um ser frágil que não tomaria atitudes políticas seguindo sua convicção, mas seria desviada por elementos masculinos, irmãos, maridos e namorados. As que tomavam tal atitude, acabavam se tornando duplamente desviantes (COLLING, 2004).

Ao cruzarem da área privada para a pública, política e masculina, essas mulheres teriam, segundo Adrianna Setemy (2020), efetuado um ato sem perdão: ao mesmo tempo que se enquadraram como “terroristas”, subversivas, romperam com a identificação correspondente para o gênero feminino, esposas, mães, irmãs, mulheres privadas, ato que levaria a classificação dessas mulheres como *Putá Comunista*, um ser desviante da sociedade, e, seguindo a visão machista dos perpetradores das violências, legitimaria a violação de seus corpos (COLLING, 2004).

Objetivos

A) Identificar e descrever a violência especificamente perpetrada contra as mulheres durante a ditadura militar.

B) Perceber as diferenças entre as mulheres que sofreram as violações de direitos humanos.

Resultados

Em se tratando da constituição de depoimentos, a abertura para o testemunho como tendência, na América Latina, ocorreu com o fim das ditaduras no Cone Sul correspondendo ao período de redemocratização nesses países. Foram nas décadas finais do século XX e início do XXI que as disputas por determinadas formas de interpretar esse passado recente, escolha do que se deve ocultar e do que esclarecer, ganham ênfase (JENLIN, 2001, p.10).

Abordando as disputas entre memórias no Brasil, através da análise do debate para a implementação da Comissão Nacional da Verdade, está sendo um instrumento de significação do passado recente brasileiro, Caroline Silveira Bauer (2015), percebe a existência de duas dimensões temporais distintas na construção temporal, uma para os “vencedores” e outra para os “vencidos”, os perpetradores das violências e as vítimas do período da ditadura.

Aos vencedores caberia o tempo institucional, tempo do Estado, a ditadura teria ficado no passado e, por conta disso, os erros cometidos pelos “dois lados” deveriam ser esquecidos para evitar revanchismo. Já para os vencidos, os familiares e perseguidas/os políticos/as o passado se faz sentir no presente, processo que é reforçado pelos crimes de continuidade, como os desaparecimentos, as políticas de desmemória e silenciamento. (BAUER, 2015, p.131).

É a persistência do passado no presente que caracteriza o trauma. Conforme Jenlin (2011, p.557) as memórias em geral apresentam sentimentos que precisam ser compreendidos, para tanto, as testemunhas partem do seu presente para tentar dar um sentido para essa experiência passada. É a impossibilidade de dar significado para essa experiência que produz o trauma, especialmente com relação a memórias de períodos de terrorismo de Estado.

Em certo sentido, o esquecimento em si é necessário e natural, já que uma memória total não existe, mas, nesse exercício, surge um paradoxo, para esquecer, para dar sentido para a experiência passada, se faz necessário lembrá-la, trazê-la à tona, dando significado a ela. Conforme Elizabeth Jenlin, a construção de um significado para essas experiências se daria por meio do testemunho, da fala, da rememoração, mas não de lembrando de qualquer maneira, e sim por um trabalho de memória que auxilie a entender essa experiência por meio de uma distância crítica que ajude em sua superação (JENLIN, 2001, p.16).

Refletindo sobre os depoimentos que foram coletados para a elaboração do Relatório Final da Comissão Nacional, conseguimos observar como o “tempo das vítimas” se fez presente nos relatos, a partir da existência de uma necessidade e, ao mesmo tempo, uma dificuldade de se falar sobre os acontecimentos. Colocando em foco especialmente as mulheres, buscamos identificar de que forma o gênero foi utilizado como elemento constitutivo nas violências a elas destinadas.

Conforme Adrianna Setemy (2020), as sevícias buscavam atingir seus corpos nas regiões ligadas à identidade feminina, como o seio, a vagina e o útero, através de choques e cortes. Além disso, também pretendendo atingir o “feminino”, os perpetradores as ameaçavam, no caso das mulheres grávidas, como mães, se utilizando dos vínculos com seus/as filhos/as para desestabilizar e desmoralizar as mães, assim como no papel de esposa, inclusive com torturas conjuntas, para atingir tanto a elas como os seus companheiros (SETEMY, 2020).

Um exemplo transcrito pela CNV, de como as torturas atingiam dentro dos papéis construídos para as mulheres, pode ser observado no relato de Márcia Bassetto Paes, quando foi presa com Celso Giovanetti Brambilla pelo DEOPS/SP, em 28 de abril de 1977. Tendo sido presa junto com seu companheiro, eles inventam uma situação afetiva, que acaba sendo utilizada para desestabilizar tanto ela como ele: “eu fui colocada em cima de uma mesa e fui obrigada a dançar para alguns policiais, nua. Enquanto isso, eles me davam choque. [...] Celso estava sendo torturado ao lado, também com choque elétrico, me vendo nessa situação.” (BRASIL, 2014, p.407).

Para a CNV, o uso do vínculo afetivo estaria relacionado com a noção de que violentar a mulher em frente ao seu companheiro, além de desestabilizá-la, atingia a “honra”, a “masculinidade” do companheiro da mulher, já que o corpo feminino era tido como pertencente ao homem, ao mandante da área privada (BRASIL, 2014).

Como abordado acima, outro papel que a tortura visava atingir era o de “mãe”, para isso, os perpetradores das violências podiam buscar diferentes meios de atingir as mulheres como mães: sequestro dos/as filhos/as, ameaças às crianças, abortos causados pela violência extrema. Um dos casos apresentados no relatório da CNV foi o de Damaris Lucena, presa, teve seu esposo morto pela Operação Bandeirantes (OBAN), seus filhos Adilson, Denise e Ângela Telma, acabaram ficando sob a guarda do Estado em um juizado de menor, onde as próprias empregadas os chamavam de “filhos de terrorista”, molhando os colchões onde eles iriam dormir como punição pelas atitudes dos pais (BRASIL, 2014, p.410).

A mulher militante, para além de se encaixar nessas categorias de “mãe” e “esposa”, era tida como *Putá Comunista*, desviante do papel de mãe-dona-de-casa, e subversiva, pois lutava em oposição ao governo (COLLING, 2004). Por

conta disso, teria cometido um “ato sem perdão”, teria, na sua atitude “desviante”, adentrado no mundo político, público, historicamente masculino (SETEMY, 2020), um lugar que uma “moça de família” nunca deveria adentrar, como é possível observar na fala do delegado que prendeu Ana Maria Gomes, durante a greve de Osasco, em 1968, “vocês são moças, jovens, que provavelmente pretendem casar, constituir uma família, e fica muito mal, moças como vocês estarem frequentando sindicato [...]” (BRASIL, 2014, p.405).

Ainda neste sentido, segundo Rovai (2013b, p.118), a condição de comunista também ultrapassava a mera definição de mulher subversiva, levando a sua interpretação como um bem coletivo, e como tal haviam deixado “desonrosamente o lar”, justificando a violação de seus corpos. Nuas, violentadas, violadas, forçadas a dançar e postas como animais em exibição, como atestam os relatos e histórias narradas pela CNV, não havia perdão, como expôs Setemy (2020), para as mulheres que ousassem adentrar no mundo político.

Falar dessas violências é um processo desafiador. Dificuldade de expressão que as depoentes encontraram ao narrar suas histórias para a Comissão Nacional, como podemos observar, através do relato de Karen Keilt, o tamanho do desafio que foi adentrar nesse processo de tentar, como indica Jenlin (2001), trabalhar com a memória. Em seu depoimento, Karen expressa que “Não é possível ser uma pessoa completamente humana outra vez. [Demorou] quase 40 anos para eu poder ficar normal outra vez. Eu nunca contei essa história para mais ninguém.” (BRASIL, 2014, p.427). Não se enxergar como pessoa humana, assim como, a quantidade de tempo, no seu caso 37 anos, que levou para ela tocar no assunto, podem ser tidos como exemplos de como o passado, a partir da sua não significação, permanece assombrando o presente.

Também para os homens, a tortura tinha um forte teor sexual. Havia uma tentativa de torná-los inferiores, e, para isso, se utilizavam da feminização e emasculação, através do ato ou ameaça da castração, visando retirar o que os tornava “verdadeiramente homens” (BRASIL, 2014). Para as mulheres, com relação a tortura sexual, observou-se uma dificuldade ainda maior na fala. Um caso emblemático, é o de Ieda Akselrud de Seixas, tendo sofrido violência sexual, ela apresenta essa informação diminuindo-a a partir da comparação com outras torturas, ao mesmo tempo que indica o ato de comparar as dores sofridas como uma “loucura”. (BRASIL, 2014, pp.418-9).

Ao deixar de se referir ao seu trauma por considerá-lo “menor” diante de outras torturas, Ieda não conseguiu trabalhar essa memória que veio à tona no momento de sua fala. A partir da rememoração a depoente começa a perceber o quanto a comparação das dores sofridas, quando utilizada para invalidar a violação que havia sofrido, a tornava cega para a sua própria dor. Também, ao narrar sobre o ocorrido, ela indica que outros depoimentos podem confirmar o que ela viveu, a violência sexual, fala que podemos relacionar com a desconfiança que as mulheres recebem ao relatar sobre violências sexuais, já que a suspeita sempre pesa contra a vítima, como se a “culpa” fosse delas (FRANCO, 2017, p.42).

A entrada de mulheres militantes nas organizações de esquerda, aqui especificamente, as de esquerda armada, proporcionou a quebra do monopólio masculino da violência. Exemplos de tais mulheres não faltam na CNV, em especial no Volume III da Comissão, que apresenta suas histórias com maiores detalhes. Para além das militantes, existiam, de acordo com Rovai (2013b, p.121) mulheres que passavam despercebidas como sujeitos políticos, e, mesmo assim, ajudavam no combate à ditadura. Seja com ou sem consciência política, sua base era a “ética de solidariedade: ceder suas casas como esconderijo de documentos e armas, dar abrigo aos clandestinos, se passar por namoradas ou parentes nas visitas, arrecadar mantimentos para militantes e denunciar a repressão aos entes queridos (ROVAI, 2013b, pp.121-122).

Eram mulheres que, a partir de suas relações afetivas e pessoais, adentravam na luta contra a ditadura, ainda que de forma inconsciente, geralmente como mães, filhas, sobrinhas, tias, namoras e companheiras. Rovai ainda afirma, que encontrar essas mulheres só foi possível por meio da oralidade, elas passavam despercebidas como sujeitos políticos, tanto pela ditadura, mas também em sua atuação como auxílio à militância. Suas ações consistiam em visitar prisões em busca de seus familiares, levar bilhetes para militantes detidos, fazer cafezinhos para agentes, ganhando a confiança, para evitar que suas casas fossem reviradas (ROVAI, 2013a). Mesmo que essas mulheres não tenham rompido com o que se esperava do padrão, elas souberam utilizar, consciente ou inconscientemente, de seu papel feminino na sociedade para visitar seus companheiros presos, buscar informações e despistar agentes do Estado.

Essas mulheres incomodavam, mas, como atuavam dentro de papéis tipicamente considerados femininos, conseguiam, por vezes, passar despercebidas

e contribuir de forma velada. Apesar de que grande parte dessas mulheres não terem sofrido violência física, elas tiveram suas casas invadidas, seus parentes foram mortos, acabaram sozinhas, vigiadas, inclusive sentindo que eram exiladas dentro do próprio país, quando não tiveram que ir para o exílio junto com seus maridos (ROVAI, 2013a, p.362).

A CNV e a CEV/PR apresentam exemplos dessas mulheres invisíveis como sujeitos políticos, algumas acabaram perdendo a própria vida por conta de sua atuação na luta a favor das/os presas/os, outras sustentaram movimentos, dando abrigo e alimento para militantes.

No relatório da CNV, podemos citar 3 mães que perderam as suas vidas por conta de sua atuação em favor das relações afetivas com seus/as filhos/as.

A primeira, Labibe Elias Abduch, foi morta em 1964, quando, alguns dias após o golpe, foi até um clube militar em busca de informações sobre a ocupação militar no estado do Rio Grande do Sul, onde se encontrava um de seus filhos. Acabou sendo morta por conta da repressão à uma manifestação em oposição à ditadura que estava ocorrendo nesse clube.

A segunda mulher, já um caso mais conhecido, é Esmeraldina Carvalho Cunha, morta em 1972. Com 3 filhas militantes, Esmeraldina se viu abalada quando sua filha caçula, Nilda Carvalho Cunha, morreu devido a sequelas causadas pelas torturas a que foi submetida quando presa, mesmo sem um mandado de prisão. Depois de se deparar com o estado de sua filha e com a morte dela, a CNV relata que Esmeraldina não ficou calada, denunciava pelas ruas o que o governo havia feito com Nilda. Já tendo sido presa, recebendo ameaça, Esmeraldina apareceu morta em sua casa, dando a entender que teria se suicidado com um fio de máquina elétrica, fato que sua outra filha desmente, já que não havia marca no pescoço desse mesmo fio. A CNV (2014, p.1066) deu por causa da morte “ação perpetrada por agentes do Estado Brasileiro”, em decorrência da sua atuação contra a ditadura e sua luta por justiça pela sua filha.

Outra mulher morta por meio de seu papel de contestação, essa também mais conhecida, foi Zuleika Angel Jones. Como evidenciou Setemy (2020), em sua luta para encontrar seu filho, Stuart Angel Jones, Zuzu Angel recorreu a forças nacionais e internacionais para denunciar o regime de exceção. Com isso, Setemy afirma que Zuleika foi assassinada segundo seu papel de mãe, como “culpada” pelos desvios de seu filho, em um acidente de carro forjado para despistar suspeitas.

Para além dos casos de assassinato, a CEV/PR apresenta a atuação de Laurentina Antonia Dornelles como mantenedora da Operação Três Passos no Paraná, operação realizada em 1965, começando no Rio Grande do Sul, que levou na tomada da Rádio Difusora e do Quartel da Brigada Militar, e mais tarde se espalhando para o Paraná. Laurentina auxiliava na organização do movimento, atuando como liderança durante os momentos em que seu marido estava preso, fornecendo alimentação para militantes (PARANÁ, 2017, p.353).

Todas essas 4 mulheres, realizaram ações com base nas suas relações afetivas, a primeira em busca de informações sobre seu filho, Esmeraldina e Zuzu Angel, contestando o regime instaurado e em busca de justiça pela morte de sua filha e de seu filho, assim como Laurentina tomou a frente em meio as dificuldades que apareceram para o seu marido. Assim, como as outras mulheres, a violência perpassou suas vidas, alguns casos de forma fatal.

Considerações Finais

Como já indicou Rachel Soihet (1997), não se pode falar em história da mulher, mas sim, em história das mulheres. Como abordado neste texto, as violações de direitos humanos das mulheres foram diversos e estavam relacionadas com a noção construída de gênero feminino, mas também estavam em conformidade com a atuação na qual essas mulheres se encontravam: mães sofreram violência, militantes, militantes mães, filhas, parentes e esposas.

A Comissão Nacional da Verdade, assim como a Comissão Estadual da Verdade do Paraná, conseguiu apresentar um pouco dessas mulheres as duas comissões fizeram algo de fundamental, nos forneceram histórias e vidas. Conforme Rovai (2013b), ao entrar em contato com esses testemunhos, mantendo uma relação de empatia para com essas mulheres, nos tornamos portadoras e portadores de suas histórias, e com isso, passamos a perceber e incorporar o passado dessas mulheres e o presente de luta pelas suas memórias como uma história coletiva, contribuindo para a discussão inicial desencadeada pela CNV, do que corresponderia a um sistema democrático, e indo além, expondo ainda mais as mudanças e permanências de papéis que ainda hoje são relegados às mulheres.

Referências

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v.22, n° 42, p.115-152, dez. 2015.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em revista**, UFPel: Pelotas, v.10, p.1-10, 2004.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR – Teresa Urban**. Curitiba: Secretaria de Estado da Justiça, 2017, p. 352-362

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório (volume I)**. Brasília: CNV, 2014 p.1-46; p. 399-345.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório (volume III)**. Brasília: CNV, 2014.

FRANCO, Paula. **A escuta que produz a fala: o lugar do gênero nas comissões estaduais e na Comissão Nacional da Verdade (2011-2015)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória**. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, Madrid, v.48, n.3, p.555-569, 2011.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-1984). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, pp. 108-132, jul./dez.2013b.

ROVAI, Marta G. de Oliveira. **Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino**. Salvador: Editora Pontocom, 2013a.

SETEMY, Adrianna. “Ato sem perdão”: justiça de transição, políticas de memória e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, nº 70, p.338-358, mai./ago. 2020.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997b, p.275-296.



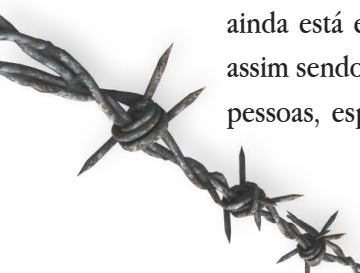
As mulheres e a Comissão Nacional da Verdade

Nicole Maria Babugia Pinto

A Comissão Nacional surgiu em meio ao contexto nacional de busca pelo reconhecimento e valorização dos direitos humanos, com a realização da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em 2008, mas também em um contexto internacional, com a condenação do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em processo movido por familiares de vítimas, em 2010. Condenado, a Corte IDH responsabilizou o Brasil pelo desaparecimento de militantes entre os anos de 1974 e 1976 na Guerrilha do Araguaia, assim como indicou a continuação das violações cometidas contra esses militantes por meio da falta de punição e averiguação das responsabilidades.

Pensando no contexto brasileiro, outra comissão já havia sido instaurada cerca de 16 anos antes da instituição da CNV. Em 1995, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi instituída pela Lei nº 9.140/1995, marcando o reconhecimento do Estado brasileiro de sua responsabilidade pelos assassinatos e desaparecimentos de opositores/as políticos/as, entre o período de 1961 a 1988. Para a constituição da lei, familiares de desaparecidos apresentaram um dossiê com 136 nomes (dos quais um foi descartado posteriormente), o *Dossiê de mortos e desaparecidos político a partir de 1964*, deferidos na lei de criação da Comissão Especial (BRASIL, 2007).

Diferente da Comissão Nacional, a CEMDP tem como objetivo, já que ainda está em vigor, deferir e indeferir casos apresentados à sua organização, assim sendo, cabe a ela somente investigar os casos que foram apresentados por pessoas, especialmente familiares, através de documentos que comprovassem



a atuação política do caso investigado. Com relação à CNV, era sua obrigação buscar informações sobre as vítimas, para isso, ela poderia receber contribuições voluntárias, por meio de sua Ouvidoria, mas a Comissão Nacional ficava responsável por buscar documentos, depoimentos e informações que esclarecessem as graves violações de direitos humanos.

Ambas as comissões apresentaram relatórios referentes aos seus trabalhos. A CEMDP, apresentou, no ano de 2007, o livro *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*, no qual constavam as informações sobre os casos averiguados até então. No total, foram aprovados 221 casos e 118 indeferidos, assim como deferia os nomes já constantes no Dossiê de instituição de sua lei de criação. Com relação a Comissão Nacional, seu Relatório Final foi publicado em 2014, mesmo ano em que a CNV encerrou suas atividades, sendo dividido em 3 volumes. Os casos apresentados pela Comissão Nacional foram 434 casos de mortos e desaparecidos que, segundo a própria comissão, se beneficiou dos resultados alcançados pela CEMDP e pelo Dossiê.

Este texto visa divulgar os resultados alcançados dentro do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em pesquisa realizada entre os anos de 2019-2020. Durante o projeto, buscamos realizar uma comparação referente às informações sobre mulheres que constavam nos relatórios apresentados por ambas as comissões. No caso da CEMDP, foram analisados os nomes de mulheres apresentados em seu livro publicado em 2007, já com relação à CNV foram selecionadas as mulheres que constavam no volume 3 do Relatório Final, o qual apresentava informações sobre os casos individuais investigados pela Comissão Nacional.

Objetivos

A) Identificar como a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos apresentam informações sobre as violações de direitos humanos cometidos contra as mulheres durante a ditadura militar.

B) Identificar como são narradas as histórias de vida e o engajamento político das mulheres nas comissões Nacional e Especial.

Resultados

Conforme consta no Relatório Final da CNV, a comissão ficou encarregada de analisar as graves violações de direitos humanos no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988. Para tanto, conforme o artigo 4º, a Comissão Nacional detinha a autoridade para requisitar informações, convocar depoentes e realizar perícias (BRASIL, 2014). Tal autoridade, mesmo que ajudasse na busca por informações, não incluía a esfera punitiva referente aos perpetradores das violações. Contudo, apesar da lei de criação da Comissão Nacional não permitir o cumprimento efetivo da punição contra os perpetradores das violências, a CNV pode representar uma forma de ruptura com o passado ao dar voz às vítimas das violações, como uma caixa de ressonância pública para seus testemunhos, histórias e depoimentos (ASSUMPCÃO, 2015, p.119).

Para Rafael Peixoto de Paula Marques (2015), a Comissão Nacional proporcionou discussões em torno dos progressos e limites já superados sobre o tema das graves violações de direitos humanos, debates que podem ser apropriados para se discutir a importância das liberdades civis e políticas. A CNV comprovou que ocorreram violações por agentes do Estado brasileiro, e que essas mesmas violações tiveram um carácter sistemático e generalizado, sendo atribuído a elas o carácter de crime contra a humanidade. A comissão ainda indicou a continuidade dessas violações através da falta de investigação e impunidade dos perpetradores (MARQUES, 2015, p.21).

Outra contribuição da Comissão Nacional, conforme San Romanelli Assumpção (2015), assessora da CNV, foi o reconhecimento oficial pelo Estado da autoria das violações, que mesmo sendo impedida institucionalmente de julgar e punir os perpetradores de violência, apontou os responsáveis dentro da cadeia de comando, assim, ambos não podem fugir da responsabilidade pelos crimes, utilizando o outro como desculpa. Para além da contribuição positiva, reascendendo os debates sobre passado recente brasileiro e sobre os direitos humanos violados, ambos os autores apresentam as críticas principais que foram feitas à Comissão.

Primeiramente, a quantidade de pessoas mortas e desaparecidas políticas, comprovadas pela CNV não levaram em conta os números pertencentes à área rural. Segundo o Relatório, foram considerados/as desaparecidos/as 434

peçoas, sendo 191 mortos/as, 34 desaparecidos/as já encontrados e 209 ainda sem localização. No entanto, ficam de fora dos relatórios os números das 1.196 peçoas mortas e desaparecidas no campo entre 1961-1988. Dentro da CNV, a pesquisa que teve como objetivo investigar as graves violações no campo, foram relegados ao 2 volume da comissão, único que não teve a assinatura do Colegiado, portanto, não obteve o reconhecimento estatal (ASSUMPCÃO, 2015, p.119-120).

Outras críticas, apontam que a produção da CNV não teve publicidade e contato com o meio civil, além de apresentar raras novidades nas pesquisas. A quantidade ouvida, pouco mais de mil peçoas, foi considerada pequena se comparada às outras comissões, aos recursos e tempo disponíveis. Além disso, o fato de ter se concentrado na análise de casos mais conhecidos e da região sudeste também foi indicado como um fator limitante (ASSUMPCÃO, 2015, p.126-127).

Em se tratando dos casos de mulheres em meio aos 434 nomes apresentados pela Comissão, a CNV arrolou os 51 nomes de mulheres vítimas dos agentes de Estado, desde 1946 até 1988. Em comparação com a Comissão Especial, os números totais classificados foram 362 nomes, desses, 46 nomes também eram de mulheres, contudo, somando-se 6 casos indeferidos, foram apresentados à CEMDP 51 nomes de mulheres. Para possibilitar uma melhor visualização dos casos, elaboramos uma tabela comparando a quantidade de mulheres em cada comissão (tabela 1).

(tabela 1)

Nomes na CEMDP e CNV	Somente na CEMDP	Somente na CNV
1-Alceri Maria Gomes da Silva		
2-Ana Maria Nacinovic Correa		
3-Ana Rosa Kucinski Silva		
4-Anatália de Souza Melo Alves		
5-Angelina Gonçalves		
6-Áurea Eliza Pereira		
7-Aurora Maria Nascimento Furtado		
8-Catarina Helena Abi Eça		
9-Dinaelza Santana Coqueiro		
10-Dinalva Oliveira Teixeira		
11-Esmeraldina Carvalho Cunha		
12-Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão		
13-Helenira Resende de Souza Nazareth		
14-Heleny Ferreira Telles Guariba		
15-Iara Iavelberg		
16-Ieda Santos Delgado		
17-Ísis Dias de Oliveira		
18-Jana Moroni Barroso		
19-Jane Vanini	1-Cleide Maria Ferreira Nogueira (caso indeferido)	1-Eliane Martins
20-Labibe Elias Abduch	2-Doralice Ferreira (caso indeferido)	2-Íris Amaral
21-Lígia Maria Salgado Nóbrega	3-Eliane Canedo Guimarães dos Santos (caso indeferido)	3-Margarida Maria Alves
22-Liliana Inês Goldemberg	4-Joana Lúcia Silva Santos (caso indeferido).	4-Maria Ângela Ribeiro
23-Lourdes Maria Wanderley Pontes	5-Rita (paradeiro desconhecido).	5-Maria Regina Marcondes
24-Lúcia Maria de Souza		Pinto
25-Luiza Augusta Garlippe		
26-Lyda Monteiro da Silva		
27-Maria Augusta Thomaz		
28-Maria Auxiliadora Lara Barcellos		
29-Maria Célia Corrêa		
30-Maria Lúcia Petit da Silva		
31-Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo		
32-Marilena Villas Boas Pinto		
33-Miriam Lopes Verbena		
34-Monica Susana Pinus de Binstock		
35-Neide Alves dos Santos		
36-Nilda Carvalho Cunha		
37-Pauline Philipe Reichstul		
38-Ranúzia Alves Rodrigues		
39-Solange Lourenço Gomes		
40-Soledad Barret Viedma		
41-Sônia Maria de Moraes Angel Jones		
42-Suely Yumiko Komaiana		
43-Telma Regina Cordeiro Corrêa		
44-Therezinha Viana de Assis		
45-Walquíria Afonso Costa		
46-Zuleika Angel Jones		

Fonte: elaboração própria, 2020.

Para melhor compreensão dessas diferenças numéricas, cabe aqui se atentar para as mudanças normativas da Comissão Especial para a Comissão Nacional. Dentre suas diferenças, cabe destacar o período de análise, para a CEMDP o recorte analisado foi mais curto, de 1961 até 1988. Em comparação, a CNV estabeleceu um período de mais de 40 anos, de 1946 a 1988, se constituindo como uma das comissões com maior período de investigação (BRASIL, 2014, p.41).

Outra mudança importante está relacionada com a averiguação dos casos. Na Comissão Nacional, para os casos investigados, não havia a necessidade de ter alguma comprovação de atividade política. Já com relação à CEMDP, essa era uma das regras para a aprovação do caso, além da medida bastante criticada de que os próprios familiares deveriam buscar documentos que comprovassem as atividades políticas das vítimas (BRASIL, 2014, p.27).

Também cabe destacar alterações que foram feitas na legislação de ambas as comissões. No caso da CNV, a principal alteração esteve relacionada com a duração da comissão, a redação original de sua lei de criação previa duração de 2 anos, contando da data de instalação da CNV, o que levaria a terminar em maio de 2014. A nova data foi implementada por meio da Medida Provisória nº 632/2013, adiava a data para 16 de dezembro de 2014. Em relação à CEMDP as alterações foram mais profundas, e acabaram por ampliar a abrangência dos casos arrolados. Por meio da Lei nº 10.875/2004, a Comissão Especial passou a deferir casos de pessoas que tivessem falecido por conta da repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público, assim como em mortes decorrentes de suicídio na iminência da prisão ou por conta das sequelas das torturas (BRASIL, 2014, p. 26).

Esclarecidas as mudanças entre as comissões, agora cabe analisar os números de mulheres arrolados entre as comissões. Como é possível observar na tabela (tabela 1), a CNV apresentou o nome de 51 mulheres, tendo, dessas 51 mulheres, 5 casos que aparecem somente nesta comissão. A CEMDP arrolou 51 nomes de mulheres, com 6 casos indeferidos, esses indeferimentos apareceram somente na Comissão Especial.

Primeiramente, vamos analisar os nomes que constam em ambas as comissões. A alteração na lei de criação da Comissão Especial fez com que alguns nomes já aparecessem na CEMDP, mas como indeferidos, como o caso de Angelina

Gonçalves, morta em 1950. Seu nome consta na CEMDP, mas, por conta da data de sua morte, seu caso foi indeferido, apesar disso ela está classificada no rol dos casos deferidos. Já outros casos não aprovados, como o de Iara Iavelberg e Nilda Carvalho Cunha, com a ampliação em 2004, foram deferidos posteriormente, entrando, respectivamente, no item de morta em confronto policial e decorrente das sequelas causadas pelas torturas.

Com relação aos nomes que só aparecem na CNV, como o de Eliane Martins, Maria Ângela Ribeiro, Íris Amaral e Margarida Maria Alves, não foram apresentados à CEMDP, mas constam no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. A não incorporação desses nomes à Comissão Especial se deu por conta do requerimento para a análise dos casos pela CEMDP, era que os/as próprios familiares das vítimas entrassem com o pedido de análise e apresentassem provas de seu envolvimento na luta contra a ditadura. Já que esses casos não foram apresentados, não foram analisados.

No caso de Maria Regina Marcondes Pinto, seu nome não consta nem na CEMDEP e nem *Dossiê*, pois a militante teria sido morta na Argentina enquanto militava no Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR), sendo reconhecida como vítima da repressão estatal pelo governo argentino. Como a Comissão Nacional também desenvolveu suas atividades no exterior, investigando os casos de morte e desaparecimento fora do Brasil, Maria Regina Marcondes Pinto foi incluída.

Por sua vez, os nomes que somente constam na Comissão Especial não constam no volume 3 da CNV, nem como casos indeferidos ou não conclusivos. Na CEMDP, todos os nomes, Doralice Ferreira, Eliane Canedo, Cleide Maria e Joana Lúcia, correspondem a casos indeferidos, a grande maioria por falta de documentos e de comprovação de que essas mulheres fizessem parte de alguma organização política. Já o caso de Rita, seu nome foi indicado como integrante da Lista do livro *A lei da selva*, de Hugo Studart, apresentando somente que o seu paradeiro se encontra desconhecido.

Dessa forma, a CNV ampliou a lista de militantes englobando casos de anos anteriores a 1961, assim como os nomes de mulheres que já eram tidas como desaparecidas ou mortas, mas que os parentes não deram entrada no caso na CEMDP. Em contrapartida, não apresentou nomes novos de mulheres já que o caso de Maria Marcondes era conhecido fora do Brasil, e ainda chegando

quase sempre as mesmas recomendações que a Comissão Especial. Além disso, conforme Adrianna Setemy (2020), muitas dessas mulheres assassinadas e com marcas de violência explicitamente marcadas por violência com base no gênero, não apresentam nenhuma indicação e relação com sua condição (de mulher) na sociedade, seja de mãe, seja de mulher militante, na descrição final e nas conclusões.

Também, a forma como a Comissão Nacional apresenta as histórias dessas mulheres pode ser problematizada. Como por exemplo, ao se utilizar de manchetes do jornal *O Globo* que anunciava a morte de Marilena Villas Boas Pinto e Mário de Souza Prata, sob o título “Terrorista Assassino Foi Morto ao Resistir à Prisão” e “Mortos no Tiroteio Terrorista e a Amante”, não é problematizado o fato de que Marilena nem aparece na primeira manchete e na segunda, quando aparece, é tida por amante, reforçando as imagens de mulher “desviante” e de “loiras sedutoras” que se tinha das militantes (RIDENTI, 1990, p.122).

Outro exemplo pode ser observado no caso de Esmeraldina Carvalho Cunha. Seu caso é emblemático, após a morte de sua filha, Nilda Carvalho Cunha, em decorrência das torturas, Esmeraldina passa a denunciar em praças públicas o assassinato da filha. Devido a sua atuação, ousando adentrar no mundo público, é morta pela repressão que tenta forjar um suposto suicídio. Apesar da Comissão Nacional reconhecer a responsabilidade do Estado na sua morte, na descrição das circunstâncias da morte de Esmeraldina não consta a condição feita pelo major Nilton de Albuquerque Cerqueira para a soltura de sua filha Nilda “tentou impor como condição para a soltura de Nilda, que a mãe voltasse a viver com o ex-marido, o que não se concretizou e quase impediu a liberdade da filha.” (BRASIL, 2007, p. 313).

Tal condição claramente visava o seu retorno ao papel de mãe-dona-de-casa e ainda responsabilizava indiretamente o “desvio” de sua filha a atitude de Esmeraldina de se recusar a reatar relações com o marido, de quem se tinha divorciado. O que chamou a nossa atenção é que essa informação é relatada no livro da CEMDP, publicado em 2007, e não consta nas circunstâncias do seu caso na CNV (BRASIL, 2014, p.1064).

Ainda com relação as informações sobre as mulheres apresentadas na CNV, conseguimos perceber que a maneira como são narradas as ações das militantes seguem certos padrões de força e coragem masculinos. Como por

exemplo, uma das militantes descritas como de “perfil corajoso”, “aguerrido e posicionamento firme”, foi Helenira Resende de Souza Nazareth, pois teria sido uma liderança de movimentos estudantis, pichado muros contra a ditadura e, mesmo no momento de sua morte, teria atirado contra seus agressores.

O corajoso se enquadra na descrição dos “heróis” da ditadura, serem firmes, resistentes e “ter ‘sangue frio’”. Ser capaz de colocar as questões da guerrilha acima das emoções pessoais.” (PEDRO e WOLFF, 2011, p. 404). Perfil que deixa de lado outras atuações feitas por mulheres, tão corajosas quanto, mas que não se enquadram no “perfil corajoso”, por desempenhar papéis seguindo exatamente o que representaria o feminino, como relata Vera Sílvia Magalhães, em entrevista cedida à Ridenti, vestida de prostituta ou de empregada doméstica, flertava com guardas para conseguir informações de bancos e locais que os militantes iriam “desapropriar”, ação que realizava sozinha, sem cobertura de companheiros. (1990, p.120-121).

Dessa forma, coragem não pode se restringir a ideia de liderança e luta armada, historicamente comprovado como espaço masculino, isso não significa dizer que não tenham sido importantes as mulheres que adentraram na luta armada, e quebraram com o monopólio da violência, mas deve-se levar em conta que nas organizações tipicamente militaristas urbanas as militantes representavam de 15 a 20% do total (RIDENTI, 1990, p.115). Uma boa parte de mulheres atuantes ficaram fora desse “perfil corajoso”, e isso não quer dizer que não tenham sido destemidas, atuando em situações de risco em busca de informações, cedendo suas casas e seus corpos femininos, por isso insuspeitos, para despistar agentes do governo (ROVAI, 2013).

As mulheres atuaram, foram corajosas dentro ou fora de seus papéis construídos na sociedade, lutaram de diferentes modos e formas, e apesar da falta de problematização, a Comissão Nacional e também a Comissão Especial foram um grande passo dado para ampliar a discussão da mulher na ditadura, abrindo portas para a análises e críticas dessas narrativas.

Considerações Finais

A Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Especial sobre Mortos foram resultado da luta de familiares e de vítimas do terrorismo de Estado

implementado no Brasil na década de 1960 se estendendo até meados dos anos 80. Ambas as comissões tiveram suas limitações, seja na obrigatoriedade de participação em atividades políticas e submissão de casos pelas próprias vítimas e familiares, caso da CEMDP, seja por falta de problematização e pelo número pequeno de pessoas ouvidas, no caso da CNV.

Ambas as comissões apresentaram nos seus relatórios finais histórias e relatos de vida denunciando a morte e o desaparecimento de pessoas promovidas pelo estado brasileiro. Em especial, a Comissão Nacional da Verdade proporcionou um espaço de escuta pública para as vítimas das graves violações, possibilitando um lugar coletivo e público de significação do passado (BAUER, 2015, p.). Esse espaço de ressonância, ou caixa de ressonância, como preferiu chamar Assumpção (2015), ainda tem muito a contribuir para a história, seja com fontes, com debates ou problematizações de diferentes temas, entre eles, as mulheres despontam como indício importante que pode ser analisado.

Referências

ASSUMPCÃO, San Romanelli. Comissão Nacional da Verdade: Modo de Usar. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, ano XVIII, nº 69, p.115-127, abr./mai./jun. 2015.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 40, p. 115-152, dez. 2015.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e**

Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório (volume I)**. Brasília: CNV, 2014 p.1-46; p. 399-345.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório (volume III)**. Brasília: CNV, 2014.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. Constituição, memória e história no Brasil recente: reflexões sobre a Comissão Nacional da Verdade. **A&C – R. de Dir. Administrativo & Constitucional** | Belo Horizonte, ano 15, n. 61, p. 209-231, jul./set. 2015.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 3, p.398-405, set./dez.2011.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 2(2), p. 113-128, 2.sem. 1990.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, n.10, p.108-132, jul./dez. 2013.

SETEMY, Adrianna. “Ato sem perdão”: justiça de transição, políticas de memória e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, nº 70, p.338-358, mai./ago. 2020.

STUDART, Hugo. **A Lei da Selva**. Geração Editorial, 2006.




Os refugiados palestinos e a memória diaspórica da Nakba

Nina Fernandes Cunha Galvão

Os palestinos compõem hoje a maior e mais antiga população de refugiados do mundo, com mais de 9 milhões de pessoas impedidas de retornar ao seu lugar de origem, a Palestina Histórica, território hoje composto pelo Estado de Israel e pelos Territórios Ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. A origem do chamado “problema” dos refugiados palestinos remete à fundação de Israel em 1948 e à concomitante expulsão de cerca de 700 a 800 mil pessoas do território do novo Estado para a instituição de uma maioria judaica no país, momento ao qual os palestinos se referem como *al-Nakba*, a Catástrofe. A essas pessoas e seus descendentes somaram-se ainda a partir de 1967, quando Israel passou a ocupar militarmente a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, outros 240 mil palestinos, alguns dos quais tornaram-se refugiados pela segunda vez. Além disso, de 1967 até hoje, outros 400 mil foram desenraizados dos Territórios Ocupados devido às políticas israelenses, que incluem a demolição de casas, a construção de assentamentos exclusivamente judeus e do muro de separação, bem como a recorrente revogação do direito de moradia e a deportação de palestinos.

O Direito de Retorno internacionalmente reconhecido dessa população é peremptoriamente negado pelo Estado de Israel, de modo que quase 70% de toda a população mundial palestina é composta por refugiados. A grande maioria ainda vive ou na Palestina- pois há muitos refugiados de 1948 vivendo na Cisjordânia e na Faixa de Gaza- ou em um raio de cento e cinquenta quilômetros ao seu redor, uma vez que as maiores comunidades se encontram na Jordânia, na Síria e no Líbano, além dos próprios Territórios Ocupados.



O estabelecimento de Israel como *lar nacional* do povo judeu teve implicações temporais profundas, pois o passado do novo Estado também deveria ser judeu. Desse modo, o que se consolidou ao lado da negação do direito de Retorno dos refugiados palestinos ao longo das últimas sete décadas foi uma negação igualmente veemente da sua narrativa, das suas memórias, das suas experiências de 1948. Israel jamais reconheceu a *Nakba*, seja sua responsabilidade por ela ou mesmo seus impactos sobre a existência palestina, de modo que a reconstrução das memórias desse momento histórico são indissociáveis de uma mobilização política por reconhecimento e conquista de direitos. É também o que tornou a *Nakba*, mais do que um evento ou um marco da história palestina, o ponto focal do tempo dessa comunidade, articulando identidades, formas de resistência e visões do futuro.

No exame proposto a seguir, o aparato teórico e conceitual de Hannah Arendt trará contribuições importantes tanto pelas críticas contundentes que elabora ao modelo do Estado Nação como estrutura de pertencimento e garantia de direitos fadada ao fracasso e à produção de apátridas e refugiados como por seus conceitos de pluralidade, mundo comum e ação humana¹.

A memória diaspórica da *Nakba*

Uma das características mais distintivas da comunidade palestina é sem dúvida a sua dispersão geográfica, o seu caráter incontornavelmente diaspórico. Há palestinos vivendo como cidadãos em Israel, outros morando em cidades da Cisjordânia ocupada, em campos de refugiados em Gaza ou em outros países do Oriente Próximo— há palestinos espalhados pelo mundo todo, formando comunidades locais por vezes expressivas.

A despeito dessa variabilidade intrínseca, o lembrar na diáspora parece sempre remeter a duas funções comumente atribuídas à memória dos deslocados: produzir um senso de comunidade e pertencimento coletivo em meio à dispersão geográfica da população e remediar a desmemória e o negacionismo oficiais do Estado de Israel em relação à *Nakba* e aos palestinos. Ou seja, essa seria uma

1 Para uma elaboração mais aprofundada do ponto de vista teórico de muitos dos conceitos mobilizados a seguir, ver o artigo “Lembrar ‘Para Que’ ou ‘Em Nome Do Que’? Reflexões Sobre os Sentidos Políticos da Memória”. GALVÃO, Nina. Lembrar “Para Que” ou “Em Nome do Que”? Reflexões Sobre os Sentidos Políticos da Memória. Revista Gestão & Políticas Públicas, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 88-103, 2020.

memória agregadora e justiceira, capaz de promover o reconhecimento e a justiça. Como ponto focal, a *Nakba* é o elemento que confere coesão ao que podemos chamar, em termos arendtianos², de *mundo comum* palestino, constituindo-o simbolicamente onde quer que seja reconstruída- em Israel, Beirute ou no Brasil.

Não há dúvida de que “a catástrofe, em todas as suas dimensões, não apenas determinou as vidas, mas, desde então, tornou-se o principal local da memória coletiva e da identidade nacional palestinas” (Sa’di; Abu-Lughod, 2007, p. 2). As referências a este acontecimento são tão recorrentes, e os símbolos que a ele remetem tão onipresentes, que se tornaram marca inconfundível da luta palestina, um passado comum habitado por todos. Após 1948, torna-se o ponto de inflexão a partir do qual os palestinos estabelecem suas narrativas, pessoais e coletivas, de modo que as imagens da Catástrofe se espalham sobre o passado, o presente e o futuro. Há aqui uma indivisibilidade entre dor pessoal e trauma coletivo, pois a fronteira entre o público e o privado se esvanece diante das consequências de uma violência que se distende por mais de sete décadas no tempo.

A *Nakba* se derrama sobre o tempo palestino na medida em que é compreendida e vivenciada não como um evento pontual, mas enquanto metáfora de toda a existência palestina após 1948. Uma vez que a expropriação e a violência não apenas seguem em curso como se aprofundaram desde então, a ideia de um *continuum*, da *Nakba* cotidiana e permanente, é uma das suas principais configurações temporais e o que a distingue de um acontecimento traumático claramente localizável no tempo e no espaço. Tal dimensão, de uma temporalidade esgarçada, envolve os palestinos numa mesma aura de simultaneidade, seja entre aqueles que vivem na mesma época em territórios distintos ou entre as sucessivas gerações que, não obstante, permanecem sujeitas às mesmas praivações e estruturas de dominação colonial.

É nesse sentido que Lena Jarryusi (2007) destaca a iterabilidade e a cumulatividade da memória da *Nakba* como elementos centrais para compreendermos o seu alcance e significado entre os palestinos, especialmente

2 O mundo é, nas palavras de Arendt (2010, p. 228), o “mundo de coisas” fabricadas pelos homens que constitui tanto a sua morada quanto o seu assunto, aquele espaço-entre “que se interpõe fisicamente entre eles e do qual procedem seus interesses”. É aquilo que confere à existência humana estabilidade e solidez, de modo que a memória coletiva constitui o patrimônio simbólico do mundo, e o mundo comum de Arendt é, nesse sentido, o próprio passado compartilhado.

os da diáspora. É a “figura complexa da iteração, a repetição do mesmo/diferente” que, para a autora, “produz o padrão de ramificações de uma condição que se reproduz em todas as dimensões da vida individual e coletiva” (Jayyusi, 2007, p.116, tradução nossa). É a iterabilidade das memórias diaspóricas que transforma a *Nakba* em uma tragédia não apenas coletiva como nacional. Nos seus testemunhos, os palestinos apresentam a experiência da *Nakba* como compartilhada, vivida em comunidade, e por isso a reconstrução dessa memória adquire o sentido de construção e cuidado com o mundo, no significado arendtiano do termo.

Ademais, a iterabilidade também é produzida ao longo do tempo, uma vez que todo novo episódio de violência ou expropriação a que são submetidos os palestinos- seja um grande evento como a *Naksa* de 1967³ ou uma cotidiana demolição de casa na Cisjordânia ocupada- é representado como um novo capítulo, ou a atualização mais recente, da *Nakba*. Torna-se também, portanto, cumulativa, tanto em relação às experiências ocorridas em 1948, que se assemelham umas às outras, quanto diante da aparente repetição ao longo das décadas. A tragédia que não se encerra em um momento específico da história, que é continuamente reproduzida e atualizada, é o que torna única a temporalidade em que vivem os palestinos. Desse modo, o tempo palestino passou a ser contato em Catástrofes, tanto as que já ocorreram, como as que estão em curso no presente e aquelas que podem ser desencadeadas a qualquer momento.

Os refugiados e a memória da *Nakba*: tempo suspenso

Se a *Nakba* permanece atual para todos os palestinos, para os refugiados configura uma presença permanente e ininterrupta, uma vez que a condição de desenraizamento não pôde até hoje ser satisfatoriamente remediada. Vale dizer, a *Nakba* significa para os refugiados um começo, o início da sua condição diaspórica, o ponto de partida de um enredo que deveria se encerrar com o Retorno à Palestina e que, portanto, permanece em aberto.

Os refugiados habitam um tempo particular, movendo-se entre a provisoriedade- do seu *status* jurídico, da sua própria condição de refugiados,

3 Literalmente “a Nakba menor”, é o modo como os palestinos se referem às consequências da Guerra de 1967, quando Israel ocupou militarmente a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

por vezes da sua situação habitacional- e a permanência, a normalização e a resistência, a repetição e a novidade. Nos campos, por exemplo, a provisoriade original das tendas erguidas para abriga-los em 1948 deu lugar à permanência desconcertante dos prédios e casas de concreto. E, no entanto, por mais entranhados que estejam nas cidades ao seu redor, nunca deixam de se destacar das mesmas, em grande parte devido ao trabalho de memória que se desenvolve nesses espaços. Trata-se de verdadeiras paisagens mnemônicas, e as recordações exibidas em suas paredes, transmitidas entre as várias gerações de seus habitantes e preservadas por suas instituições são elementos fundamentais a lhes conferir um sentido político.

O espaço político de que fala Hannah Arendt não é uma concepção metafísica, mas um lugar onde “a liberdade é uma realidade mundana, tangível em palavras que podem ser ouvidas, atos que podem ser vistos e em eventos que são debatidos, *lembrados* e transformados em estórias” (Arendt, 2006, p. 153, grifo nosso). As memórias que circulam nos campos dão visibilidade àquilo que usualmente permanece oculto, que o Estado de Israel procurou expulsar do seu passado e do seu presente. É também o trabalho de memória, tão marcante entre os refugiados e deslocados internos, que garante a perpetuação da Palestina, e a *Nakba* é sem dúvidas o foco desse trabalho. Ainda que os refugiados compreendam perfeitamente que a efetivação do direito de retorno não se encontra no horizonte, que Israel não deve mudar suas políticas e levantar as barreiras erguidas à livre circulação dos palestinos, lembrar daquilo que se perdeu é se implicar e se responsabilizar, tomar aquele mundo como seu e falar como parte dele. Ou seja, não se deixar expulsar para fora do mundo.

O campo de refugiados é em muitos sentidos uma expressão física da própria palestinidadade desde a *Nakba*. Como aponta Geraldo de Campos (2019, p. 300), “a provisoriade, como traço temporal, ajuda a desenhar a espacialidade dos campos, os tipos de construções e, evidentemente, de laços sociais”, mas o novo “tipo de relação entre temporalidade e política” (*Idem*, p. 268) que se observa ali vai além. Lena Jarryusi (2007, p. 130), ao descrever o modo como passado e futuro relacionam-se nesses territórios, afirma que “o próprio campo, como local, se constitui como uma arquitetura moral que incorpora simultaneamente as duas trajetórias do passado e do futuro”, de modo que se tornam ali “trajetórias co-incorporadas, simultaneamente co-presentes: memória e agência”.

Recordar torna-se um passo central para a ação política, há uma profusão de imagens da memória- de mártires, de figuras históricas, de *slogans*, de símbolos como a chave a oliveira- de modo que “a sobreposição de camadas temporais, de cascas que se tocam, também pode ser acompanhada no plano espacial” (Campos, 2019, p. 301), pois as condições de vida que obrigam os refugiados a construir uma estrutura sobre a outra fazem “coincidir verticalidade espacial e circularidade temporal” (*Idem*). Os campos são notoriamente abarrotados, e essa densidade populacional e proximidade excessiva, que condena os habitantes a estar juntos, faz com que o sufocamento espacial espelhe o sufocamento temporal.

Atravessados por uma polissemia constitutiva, simultaneamente locais de resistência e vitimização, o território dos campos tensiona muitas visões e representações da palestinação, bem como as necessárias negociações que uma comunidade tem de operar diante do domínio colonial persistente. O refugiado é, ao mesmo tempo, vítima impotente do sionismo e agente primordial da resistência anticolonial palestina, e o próprio espaço que habitam sintetiza esse paradoxo. Ademais, é nos campos que a fantasia de garantia de direitos do Estado Nação se dissolve por completo, que a farsa das suas estruturas é totalmente exposta e que o paradigma nacionalista de pertencimento é confrontado diretamente. É na sua configuração como um ambiente em constante movimento que reside a sua ampla potência política, pois trata-se de um espaço aberto à resignificação.

A memória diaspórica da *Nakba* e a igualdade política na Palestina

Quando nos propomos a pensar os sentidos políticos da memória, consideramos não apenas as disputas travadas à sua volta, mas também os possíveis encontros que podem ocorrer a partir de uma abertura para experiências que são comuns, partilhadas. É essa dimensão que a filósofa Judith Butler (2017) ilumina ao trazer a condição diaspórica compartilhada por palestinos e judeus ao centro do debate em torno da questão da Palestina. A memória da *Nakba* deveria, na visão da autora, ser construída *junto* à memória judaica dos séculos de exílio, um “cruzamento de mundos” (Butler, 2017, p. 17) que fundamentasse uma ordem política comum, pautada por uma genuína coabitação. Como afirma

Butler (2017, p. 15), “se a dispersão é pensada não só como situação geográfica, mas também como modalidade ética, então ela é justamente o princípio que deve ser entendido por Israel/Palestina, que deve ser “posto ali na terra””.

Trata-se de uma oposição veemente à captura nacionalista realizada pelo Estado de Israel da memória da violência histórica a que foram submetidos os judeus, a qual coloca o sofrimento judaico à parte e acima do sofrimento de outras populações. Na visão de Butler, “nenhum povo pode reivindicar o monopólio sobre a despossessão” (Butler, 2017, p. 128), e é preciso colocar-se de encontro a políticas de memória oficiais nas quais “apenas certas populações são consideradas dignas de lamento e outras não” (Idem, p. 30).

Assim, vê-se que a expulsão dos palestinos da memória nacional não é condição nem consequência do problema político de primeira grandeza que é a desnacionalização, mas que a negação da sua participação na pluralidade do mundo é a própria substância dessa negação: os palestinos não são incluídos como parte da história e da memória de um país do qual não se considera que façam parte, e a partir dessa exclusão estrutural justifica-se sua expulsão para cada vez mais além. É esse, acredito, o sentido eminentemente político do problema da memória na questão da Palestina, diante do qual Butler (2017, p. 128) coloca a necessidade de pensar “como a rememoração de um exílio pode inspirar uma sintonia com a despossessão de outro exílio, ou uma abertura para ela”, de modo que a política surja “em nome da rememoração tanto a partir da despossessão quanto contra ela, e na direção do que ainda pode ser chamado de justiça” (Idem, p. 135).

Tais considerações podem ser expandidas para além do contexto especificamente palestino em uma reflexão sobre o significado da circulação das memórias entre os refugiados e deslocados em geral. Quando pensamos nas possibilidades de aparecimento e na visibilidade das memórias das populações diaspóricas no seio dos Estados ou das comunidades que os “acolhem”, por exemplo, cabe nos perguntarmos o quanto a garantia ou cerceamento desses espaços não espelha a liberdade e as possibilidades de ação política dessas pessoas naquele contexto. Vale dizer, o quanto são vistas e tratadas como elementos exógenos, mercedores, no máximo, de alguma pena e alívio humanitário, e o quanto serão tomadas como sujeitos verdadeiramente políticos, dotados de agência sobre o modo de conduzir suas próprias vidas bem como de construir

o espaço onde passaram a viver. Nessa perspectiva, compreender os refugiados como sujeitos políticos implica reconhecer não somente sua agência na luta para mitigar sua apatridia, mas sua possibilidade de intervenção nos próprios territórios para onde fugiram ou imigraram.

Ademais, a política é, para Hannah Arendt, a esfera da vida humana em que o valor das ações não se mede por seus resultados, positivos ou negativos, mas pelos princípios que enuncia, de modo que “o significado mais profundo do ato praticado e da palavra enunciada independe de vitória ou derrota, e não deve ser afetado pelo resultado final, por suas conseqüências boas ou más” (Arendt, 2010, p. 256). A memória política é, portanto, mais do que a memória cujo “sucesso” reside na conquista de certos objetivos claramente discerníveis. É aquela que sinaliza uma abertura do espaço público para uma maior pluralidade de vozes, que não se detém na introdução de novos personagens no jogo político, mas que *desorganiza o próprio jogo*, contrariando todo o esquema de inteligibilidade e autocompreensão difundido pelo Estado.

Assim, a emergência de certas memórias na cena pública corresponde não apenas a uma afirmação da realidade na qual grupos politicamente excluídos, como os refugiados e apátridas, existem e aparecem, mas a uma pressão verdadeiramente política para que esse espaço se abra a uma pluralidade maior de vozes. É “a estranheira das memórias ditas subalternas, o fato de serem construídas por grupos historicamente marginalizados, sem um lugar definido e por vezes hostil ao Estado que lhes confere uma singular potência política” (Galvão, 2020, p. 97), pois “a memória até então relegada às sombras e que vem à luz, faz do passado um estrangeiro, quer dizer, um elemento novo, disruptivo, carregado de potências” (Idem).

As vozes dissonantes, como a dos palestinos, que não se deixam expulsar para fora do mundo, são a própria razão de ser da política em uma perspectiva arendtiana. Ao aparecerem subitamente quando grupos até então excluídos afirmam seu direito à palavra, interrompem a repetição e o automatismo e atualizam a capacidade humana para a ação e a criação do novo.

Referências

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDDT, Hannah. **Between past and future**. Nova Iorque: Penguin books, 2006.


BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CAMPOS, Geraldo Adriano de. **Por uma filosofia da espera e da permanência: o tempo no cinema de Elia Suleiman e Kamal Aljafari**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

GALVÃO, Nina. Lembrar “Para Que” ou “Em Nome do Que”? Reflexões Sobre os Sentidos Políticos da Memória. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 88-103, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/176779>.

JAYYUSI, Lena. Iterability, Cumulativity and Presence: The Relational Figures of Palestinian Memory. In: SA’DI, Ahmad H.; ABU-LUGHOD, Lila (ed.). **Nakba: Palestine, 1948 and the claims of memory**. New York: Columbia University Press, 2007, p. 107–133.

SA’DI, Ahmad H.; ABU-LUGHOD, Lila (ed.). **Nakba: Palestine, 1948 and the claims of memory**. New York: Columbia University Press, 2007.



Violências coletivas e deslocamentos forçados: a perspectiva dos Direitos Humanos no pós Segunda Guerra Mundial a partir do caso ucraniano


Henrique Schlumberger Vitcbmichen

Anderson Prado

A Segunda Guerra Mundial se conclamou como um dos acontecimentos mais nefastos e mortais de nossa história recente e do mundo. Dialogando intimamente com as estruturas que conceberam nossa realidade, com todas suas camadas de “civilidade” e industrialização tecnológica, os horrores desencadeados no conflito, sobretudo o genocídio judeu, se amparou amplamente em tais signos em uma escala nunca antes vista, dessa forma a “indústria da morte” utilizada pelos nazistas foram uma das questões que se fizeram imprescindíveis para a posterior criação e difusão dos códigos internacionais dos Direitos Humanos, o que não poderia passar ao largo após tamanha carnificina generalizada.

Apesar, no entanto, de termos o Holocausto como um dos maiores (se não o maior) evento de visibilidade do contexto, ainda houve outras tantas marcas que deixaram pessoas indireta ou diretamente afetadas pela guerra, em situação de absoluta penúria e desespero, dentre elas, estavam os ucranianos, alguns dos tantos deslocados que marcariam profundamente o conflito, e suas consequências futuras.

Dessa forma o artigo apresentado visa analisar como a Ucrânia anexada a URSS à época da ocupação nazista se concebeu como local estrategicamente posicionado para as tropas hitleristas que aspiravam tomar Moscou, e quais os desdobramentos disso principalmente para sua população, que entre mortos e capturados, foi massivamente deslocada, gerando uma crise de refugiados que após os conflitos gerou tratativas em diversas instâncias e organismos internacionais para o auxílio e prevenção ao refúgio e exílio, estas que ainda atualmente se mostram constantemente necessárias.



A Ucrânia soviética ocupada: Operação Barbarosa em movimento

Com o início da Segunda Guerra Mundial em 1939 a Europa viu-se entremeada em um conflito de proporções nunca vistas. Entre territórios anexados pelo Terceiro Reich desde sua chegada ao poder em 1933 e novas medidas de expansionismo que iriam se desenrolar a partir do início da década de 1940, a relação entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) sob o comando de Josef Stalin e a Alemanha nazista de Adolf Hitler tomaria rumos diferentes a partir do Tratado de Não Agressão de 1939 entre as duas nações¹.

Apesar de sobreviver ileso aos primeiros anos de guerra, foi após a conquista da França pelas forças alemãs, que em 1941 Hitler faria seu movimento derradeiro, e a partir da Operação Barbarosa, invadiria o território soviético, dando início as pretensões ideológicas do nazismo em sua expansão ao Leste através da mobilização de um considerável contingente bélico que em último grau, visava a captura de Moscou.

A Ucrânia, assim como outros territórios anexados, se encontrava não apenas em rota de conquista dos alemães, mas era considerada pelas tropas como duplamente benéfica, assegurando não apenas uma passagem para o restante do território, mas para garantia de sua força militar:

Portanto, para a Alemanha, o benefício de ocupar o território ucraniano estava também ligado aos seus diretos reflexos econômicos pois a região se encontrava na rota das reservas de matéria-prima demandadas pelo Reich nazista para suas indústrias bélicas. Além disso, o fácil acesso à região do Cáucaso e suas reservas petrolíferas (PRADO; VITCHMICHEN, 2022, p. 82).

Para o regime soviético em contrapartida, a Ucrânia seria vista como um “território tampão” que além de abrigar uma extensão territorial considerável que poderia cair nas mãos inimigas, ainda representava uma rota direta para a capital, obstante, a região foi palco de conflitos que assim como em outros locais, afetou diretamente a população, que entre mortos e feridos, foram em grande quantidade expulsas de seu lar.

1 O chamado Tratado Ribbentrop-Molotov, assinado pelos ministros Joachim von Ribbentrop (Alemanha) e Viascheslav Molotov (URSS) em agosto de 1939, buscou por meio de uma aliança pragmática entre os dois territórios, tanto frear a investida da Europa ocidental no Leste, quanto assegurar o expansionismo de ambos os territórios na região sem maiores percalços.

Em uma realidade de refúgio e deslocamento, esses sujeitos se encontrariam entre o enorme contingente de deslocados de guerra após o conflito, e suas experiências seriam assim como de outros grupos, levadas em conta para as formulações posteriores dos direitos humanos que buscariam o alento e auxílio às pessoas. Portanto, uma leva massiva de deslocados se encontrava na Europa durante esse período, não apenas de ucranianos, mas de diversas outras nacionalidades. Sendo assim, no tocante aos números, ao longo da guerra:

[...] foram gerados os maiores deslocamentos humanos observados na História do mundo moderno, perfazendo-se mais de 40 milhões de pessoas deslocadas provenientes da Europa, além de, aproximadamente, 3 milhões de pessoas de origem alemã que foram expulsas de países como Polônia, Checoslováquia e daqueles que formavam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e, ainda, 11,3 milhões de trabalhadores forçados e pessoas deslocadas na Alemanha (MOREIRA *apud* ACNUR, 2006, p. 03).

Há de se perceber que muito além de simples processos de deslocamento, o refúgio leva consigo questões que afetam muitas vezes as subjetividades dos próprios envolvidos, abalando suas noções de mundo, ideais e valores internos, o que visa inclusive a destruição da memória coletiva, desgarrando-as de sua própria realidade e posteriormente eliminando qualquer possibilidade de futuro, desse modo “Para aniquilar os grupos humanos é preciso também aniquilar sua memória, a recordação daquilo que foram e *o que eles eram*” (BALIBAR, 2015, grifo do autor, tradução nossa)².

Os refugiados no mundo

A situação de penúria dos deslocados só pôde devidamente ser verificada após o fim da guerra, com a libertação das áreas antes em conflito. Tendo, portanto, uma grande massa de pessoas retiradas de seus países e locais de origem, e lidando com uma imensa leva de indivíduos sem um lar, seria para o território europeu uma questão de urgência o atendimento e auxílio as vítimas. Não apenas os ucranianos, mas outros povos foram acolhidos e enviados aos campos de refúgio instalados em vários países.

² Para aniquilar a los grupos humanos también hay que aniquilar su memoria, el recuerdo de aquello que fueron y lo que fueron (BALIBAR, 2015, p. 51).

A ideia da “solução final” tão difundida pelos nazistas, passa pelo método de degradação da vida humana, seja ela judia, cigana, negra ou qualquer etnia ou gênero que fora discriminado durante os períodos de guerra, logo transforma a violência coletiva em prática política. Seria essa a filosofia da chamada “vida nua”, como define Agamben em sua obra *Homo Sacer* (2010, p. 57):

Uma das únicas regras que os nazistas obedeciam ao longo da “solução final”, era a de só mandarem os judeus, ciganos e demais prisioneiros para os campos de extermínio, quando os mesmos já se encontravam completamente desnacionalizados, ou seja, quando os mesmos já haviam sido despojados de todas as coisas que os tornavam humanos; quando os mesmos estavam reduzidos à mera vida nua.

Vivendo em uma situação difícil, com poucas possibilidades de sustento e uma limitação de atendimento, a situação dos refugiados nos campos era pedante, e enquanto esperavam algum tipo de socorro ou oportunidade de acolhimento, precisavam se manter firmes e sobreviver. Tal ocorrência foi evidenciada por Arendt (2012, p. 402) quando a autora dispõe que:

A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém mais que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los. Só no último estágio de um longo processo o seu direito à vida é ameaçado; só se permanecerem absolutamente ‘supérfluos’, se não se puder mais encontrar ninguém para ‘reclamá-los’, as suas vidas podem correr perigo.

A problemática dos refugiados, especialmente após o encerramento da Segunda Guerra levou a mobilização internacional e a concomitante criação de organismos oficiais para tratar do tema, tais condições ainda são na perspectiva da jurista Flávia Piovesan (2013) intimamente ligadas as discussões acerca dos Direitos Humanos elaborados logo no pós-guerra:

Perceber-se-á que, em face das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional passou a reconhecer que a proteção dos direitos humanos constitui questão de

legítimo interesse e preocupação internacional. Ao constituir tema de legítimo interesse internacional, os direitos humanos transcendem e extrapolam o domínio reservado do Estado ou a competência nacional exclusiva (PIOVESAN, 2013, p. 65).

Essa busca pela proteção a dignidade humana, desencadeada pelos horrores da guerra e sobretudo através do Holocausto, indicaram a impossibilidade de uma falta de códigos universais que busquem a vigília contra as atrocidades e a punição aos que desrespeitam a vida e dignidade do ser humano. A condição nesse sentido que priva a pessoa de sua casa, e a coloca diante do desespero e da decisão de partir, encaixa-se de certa forma nos quadros dos Direitos Humanos.

A perspectiva dos Direitos Humanos

A condição das populações, discorre Arendt, é desde meados da Primeira Guerra Mundial não apenas um quadro devastador, mas uma consequência direta dos movimentos nacionalistas, imperialistas, e das revoluções que vão definir o início do século XX, dos regimes autoritários que se seguirão ao longo das décadas, e uma problemática inescapável para os Direitos Humanos reforçados especialmente após a Segunda Guerra, assim o sujeito exilado:

Desprovido de importância, aparentemente apenas uma anomalia legal, o *apatride* recebeu atenção e consideração tardias quando, após a Segunda Guerra Mundial, sua posição legal foi aplicada também aos refugiados que, expulsos de seus países pela revolução social, eram desnacionalizados pelos governos vitoriosos (ARENDR, 2012, p. 381-382).

Fenômeno permeado pela modernidade, por novas formas de destruição e expulsões em massa, fugindo seja por motivos conflituosos, religiosos, políticos, ambientais, pela guerra, entre outros, as novas condições dos deslocamentos modernos e contemporâneos renderam obstatante novas soluções para o acolhimento e auxílio às vítimas:

A existência de asilados e refugiados, embora seja tão antiga quanto a própria história, só ganha efetiva proteção pela comunidade internacional no século XX, com a Sociedade de Nações. O fim da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a ruína do Império Otomano colocaram o mundo diante de movimentos massivos de pessoas, com cerca de 1,5 milhão de deslocados e refugiados.

Naquela época, a comunidade internacional teve de enfrentar o problema de definir a condição jurídica dos refugiados, organizar o assentamento ou repatriação e realizar atividades de socorro e proteção. Com a Segunda Guerra Mundial, o problema dos refugiados tomou proporções jamais vistas. Dezenas de milhões de pessoas se deslocam por diversas partes do mundo, a maioria sob fuga do delírio expansionista nazista (BARRETO, 2010, p. 14).

A partir da formação da ONU em 1946, a questão foi mais uma vez enfatizada e a aderência internacional às novas modalidades de controle e atenção aos vulneráveis ao redor do globo também deveriam se modificar, conforme afirma Barreto:

Em 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu alguns princípios, próprios da condição de refugiado: o problema do refúgio tem alcance e caráter internacional; um órgão internacional deve ocupar-se do futuro dos refugiados e pessoas deslocadas; e a tarefa principal consiste em estimular o pronto retorno dos refugiados a seus países e ajudá-los por todos os meios possíveis. Essa assembléia também inovou com outro princípio: não se deve obrigar o regresso ao seu país de origem de refugiados que expressarem objeções válidas a esse retorno. Foi o início de um princípio hoje consagrado como *non-refoulement*, segundo o qual os países não podem obrigar uma pessoa a retornar ao seu país de origem se houver um receio fundado. Foi também consagrado nessa Assembleia Geral o princípio de que um órgão internacional deveria ocupar-se do futuro dos refugiados e das pessoas deslocadas em todo o mundo e para estimular o pronto retorno dos refugiados a seus países quando a situação política permitir (BARRETO, 2010, p. 14).

Daí em diante, com os primeiros passos dos Direitos Humanos estabelecidos pela ONU para acolher e auxiliar essas pessoas sendo instaurados juridicamente, foram-se em anos posteriores sendo criadas ferramentas institucionais para a questão. A Organização Internacional de Refugiados de 1947 auxiliou nesses primeiros momentos de atenção para com os refugiados da Segunda Guerra Mundial, posteriormente, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) a partir de 1950 tomou essa função, cuidando dos direitos dos afetados ao redor do globo.

Vale salientar que os refugiados seriam pauta constante de debates e tratativas ao longo do tempo, a partir dos direitos humanos que passariam a percebê-los como um coletivo, e não mais individualmente. Sendo alguns exemplos dessas pautas, a rede de proteção aos migrantes, refugiados e

solicitantes de refúgio que se desdobraram a partir do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) adotado pela ONU em 1966, e convenções posteriores, como a Conferência de Viena, da década de 1990. Sobre o PIDESC foram adotados principalmente alternativas quanto ao asilo aos refugiados e a inviolabilidade de suas condições, portanto adequando-se ao contexto de época e as problemáticas mundiais daquele momento:

O acolhimento dessas pessoas pelos Estados parte do PIDESC deve ser livre de qualquer discriminação por motivos de suas nacionalidades ou condições jurídicas. Trata-se de uma proibição absoluta e imediata que alcança a proteção da dignidade dos migrantes, refugiados já reconhecidos e solicitantes de refúgio nesses Estados. Assim sendo, toda distinção, exclusão, restrição, preferência ou outro tratamento diferente por motivos de nacionalidade ou condição jurídica deve ser ajustado à lei, buscar uma finalidade legítima e ser sempre proporcional ao fim perseguido (ONU, ECOSOC *apud* LEÃO, 2019, p. 186).

A Conferência de Viena por sua vez ampliou esse leque para outros grupos em situação de vulnerabilidade e exclusão, incluindo indígenas e minorias étnicas, assim:

[...] são elementos importantes do documento governamental de Viena a atenção dedicada ao racismo e à xenofobia, que tanto se têm manifestado na Europa de hoje; a ênfase atribuída aos direitos das mulheres, a serem agora incluídos em todas as atividades das Nações Unidas dedicadas os direitos humanos; as partes específicas dedicadas à criança, às minorias, aos indígenas e aos refugiados; a condenação veemente às violações maciças de direitos humanos, inclusive com menção às práticas hoje vistas de “limpeza étnica” e estupro sistemático de mulheres; e o reconhecimento da importância do papel das ONG na luta pela observância dos direitos humanos (ALVES, 1993, p. 140).

A partir disso percebe-se então de que forma com o passar do tempo essa proteção aos refugiados e a própria caracterização de grupos em situação de vulnerabilidade foi gradativamente se ampliando, tendo em vista as demandas dos contextos em que se inserem.

Considerações finais

Com a finalidade de concluir esse ensaio, pensamos que compreender os métodos e *modus operandis* das violências coletivas perpetradas pelos estados ditos autocráticos se faz pertinente como uma proposição teórica/conceitual.

As atrocidades cometidas durante o regime nazista só tiveram tanto êxito pelo fato de o estado ter “matado” a vida social dos que não se enquadravam na ideia de sociedade hitlerista antes mesmo de assassiná-los. A destruição da cultura, da religiosidade e das práticas sociais de judeus, negros, ciganos e outros, tornando-os subumanos antecedia suas execuções em massa nos campos de concentração, seria a ideia de destruir para purificar, usando o conceito do francês Jacques Sémelin (2009).

A padronização e a racionalização da morte nos campos nazistas, tendo as câmaras de gás como grande exemplo, fazia parte desse conceito, aos olhos dos integrantes do Reich, de racionalização da morte, onde em um só dia executavam milhares sem combate, sem luta, apenas ao apertar de um botão.

Esse despir da vida humana das vítimas do nazismo tinha o propósito de buscar justiça nos extermínios em massa. Assim, os algozes reduziram o papel do soldado executor à funcionário sanitário, que segundo a ideologia vigente no regime nazista, seria responsável pela “purificação” social. O que podemos verificar através do pensamento de Bauman (1998, p. 38) acerca da Segunda Guerra Mundial quando afirma:

Que muitos dos atos de violência, realizados durante o nazismo, se deram, pelo fato de as vítimas terem se tornado “Invisíveis” para seus algozes. Ao tornar as vítimas “psicologicamente invisíveis”, conseguiu-se um melhor resultado, pois é muito mais fácil para um soldado acreditar que está apenas colocando compostos químicos em um buraco ou que está apenas apertando um botão (fato que era corriqueiro nas câmaras de gás).

Pensar o não só o Holocausto, mas outros genocídios como o Holodomor, o Armênio, Ruanda, e tantos outros, é uma busca laboriosa para entender não somente o resultado prático do crime, como o número de vítimas e quais etnias foram atingidas, mas também como a sociedade reagiu diante dessas tragédias humanitárias.

É pensar de que tais práticas muitas vezes foram elaboradas e executadas a partir de políticas de Estado, muitas vezes com anuência da sociedade. Essa é a grande questão para entendermos genocídios e crimes contra a humanidade, não apenas pelo fato em si, mas de que forma parte da sociedade foi convencida de que isso era necessário.

Referências

- ALVES, José Augusto Lidgren. O significado político da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos. **Revista de Administração pública**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, 1993, p. 136-141.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, autoritarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BALIBAR, Étienne. Violencia, Política, Civilidad. **Ciencia Política**, Bogotá, v. 10, n. 19, jun, p. 45-67, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. **Refúgio no Brasil: a proteção aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: ACNUR, 2010.
- LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O regime de proteção aos migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio do pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais das Nações Unidas. **REMHU, Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 27, n. 57, dez. 2019, p. 175-192.
- MOREIRA, Julia Bertino. A problemática dos refugiados no mundo: evolução do pós-guerra aos dias atuais. **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, 2006.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o direito constitucional internacional**. 14. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
- PRADO, Anderson; VITCHMICHEN, Henrique Schlumberger. **A Fortaleza de Wira: a biografia da ucraniana-brasileira que sobreviveu ao Holodomor e ao Nazismo**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2022.
- SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.



Formas de recordar, resistir e testemunhar






Testemunhos militantes e lugares de memória em Curitiba

Stella Titotto Castanbaro

Duas meninas e quatro meninos, filhos do jornalista Rômulo da Costa Faria e da dona de casa Julibia Barreto de Faria. Quatro rapazes que ao longo de suas vidas foram atravessados diretamente pela violência e repressão do Estado em razão de suas crenças e militâncias. Um pai que faleceu após o golpe militar de 1964 e uma mãe que adquiriu protagonismo pela liberação do filho mais velho no presídio no Rio de Janeiro. É por meio das entrevistas de Hamilton, Sérgio e Paulo¹ ao projeto “Depoimentos para História: Resistência à Ditadura Militar no Paraná”² que este texto busca analisar os lugares de memória, assim como as vivências e experiências passadas por um período tão específico de suas vidas, a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) em Curitiba.

A fim de facilitar metodologicamente a análise desse objeto de estudo, optou-se por iniciar a apresentação dos aspectos convergentes das narrativas dos filhos da Família Faria, deixando para um segundo momento as peculiaridades e especificidades de cada uma das histórias contadas por esses personagens.

- 1 O projeto conta formalmente com a entrevista do caçula Rômulo Daniel Barreto de Faria. Contudo, o vídeo não estava disponibilizado pelo Youtube do DHPaz, foi tentado o contato com os responsáveis do projeto, mas até o momento não obtive acesso ao material.
 - 2 O projeto foi coordenado pelo historiador Fábio Bacila Sahd, pela jornalista Silvia Calciolari e pelo ex-presos político Antônio Narciso Pires de Oliveira, e tinha como contrapartida a publicação de um livro acerca da temática da ditadura, com recorte espacial no estado paranaense, em que se dava destaque à ação dos resistentes e presos políticos do período. A iniciativa se deu no âmbito do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, desenvolvido entre os anos de 2013 e 2014 em todo território nacional. A partir de seleção de projetos a níveis locais, no Paraná, a Sociedade de Direitos Humanos para a Paz (DHPaz) foi contemplada com a aprovação do projeto Depoimentos para História: Resistência à Ditadura Militar no Paraná, em que se disponibilizou junto à sua página do Youtube, os 172 vídeos realizados, ainda que tenham sido entrevistados 159 pessoas, entre ex-militantes, juristas, figuras políticas e familiares. São justamente esses testemunhos que constituem a fonte para este trabalho.
- 

Para tanto, toma-se como autor norteador o sociólogo George Simmel, que compreende as práticas sociais de modo relacionado às vivências cotidianas e as emoções dos sujeitos. Ao longo de toda a análise se fez presente também a percepção da historicidade nas narrativas dos sujeitos. Considerando como afirmou François Hartog (2013), historicidade como a condição histórica em que um sujeito se apresenta no tempo, reconhecendo os múltiplos tempos que aparecem dentro de testemunhos.

Para além desses conceitos, a abordagem de Pierre Nora (1993) sobre lugares de memória destaca que a existência dos lugares se torna mais evidente quando eles correm o risco de desaparecer. Sendo assim, Nora reforça que eles se constituem no diálogo entre as noções de esquecimento e lembrança, uma vez que eles compõem a memória, seja por serem “semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica” (NORA, 1993, p. 14). Por conseguinte, é preciso compreender que a concepção de Nora para lugares de memória admite três dimensões: material, simbólica e funcional, tendo em vista que apresenta uma localidade, um significado gerado pela experiência vivida e uma função de rememorar e cristalizar a lembrança.

Por fim, também cabe a observação que para este trabalho, considero a testemunha enquanto sujeito que tem poder sobre a narrativa. Da mesma maneira que articula sua própria memória e esquecimento, é por meio de suas experiências e práticas que o rememorado é evocado e transformado em linguagem. Desse modo, através do testemunho se procura identificar dentro dos regimes de historicidade propostos como o sujeito se relaciona e aborda seu passado.

Apresentando nossos narradores: Família Faria em evidência

Os três personagens analisados iniciam sua narrativa de formas semelhantes. Falam seu nome, idade, profissão e recuperam como passaram sua infância, destacando a diferença entre o pai jornalista e a mãe dona de casa. São eles: Hamilton, 65 anos, poeta, escritor, professor universitário e diretor do Instituto Polis; Sérgio, 64 anos, professor aposentado; e Paulo, 61 anos, gestor

público aposentado. Todos eles estão acompanhados do historiador Fábio Bacila Sahd que inicialmente só ouve a narrativa livre dos entrevistados, mas ao final faz alguns questionamentos para esclarecimentos.

Eles apresentam o pai como um jornalista com formação intelectual e política, e a mãe como uma dona de casa muito simples e sensível. Todos recuperam que o pai teve uma atuação militante contra o governo Vargas, o que o levou a detenção por 40 dias na Fortaleza da Ilha do Mel, no litoral paranaense.

Com o nascimento dos seis filhos e sendo o único a contribuir financeiramente à época, Rômulo (pai) teria abandonado o jornalismo como ofício integral e passou a trabalhar como secretário na Federação das Indústrias do Paraná-FIEP. Sobre a mãe, Dona Julíbia, os três filhos destacam a importância dela em suas vidas, porque mesmo sendo uma pessoa simples do litoral catarinense, ela nunca deixou faltar nada e teve uma atuação muito importante para a liberação dos filhos nas detenções - em função de sua persistência em saber o paradeiro dos mesmos.

Todos eles recordam que durante a infância sempre foram motivados a ler muito e a realizar debates sobre essas leituras nos sábados à noite, com o pai, especialmente para desenvolverem apurado senso crítico do que aprendiam. É por meio da narrativa de Hamilton que se sabe, que viviam na região do Alto da XV, em uma casa com aspectos de chácara, pois não tinham água encanada, saneamento básico e possuíam pequenos animais nos quintais, assim como muitas hortaliças, árvores frutíferas, entre outros alimentos para cultivo. Essa informação se faz relevante, porque mais adiante quando do falecimento do seu pai, isso impedirá que eles fiquem numa situação paupérrima. Sérgio também destaca a situação precária da família, ao lembrar que o salário do pai servia de sustento para eles, mas sobretudo para bancá-los em bons colégios (as garotas estudavam no Colégio São José e os garotos no Colégio Militar de Curitiba). Uma vez que essas instituições cobravam mensalidades, o mínimo que o pai esperava deles era um bom desempenho.

Ainda que de modo diferente, todos eles consideram o falecimento do pai (1965) um momento de ruptura em suas vidas. Os irmãos passaram por enfrentamentos dentro do Colégio Militar de Curitiba (CMC), seja de ordem prática ou de autoridade. Isso porque desde o golpe de 1964, eles destacam que já se era discutido na instituição a presença do comunismo ou de comunistas dentro do grupo de alunos.

Ao longo da narrativa de Hamilton, por exemplo, entre os debates que realizavam os colegas do CMC (27min51-VH1³) estava a Guerra do Vietnã, Imperialismo, as normas e costumes militares, as datas comemorativas do próprio exército (Sete de setembro, Duque de Caxias), o que interferiu, por exemplo, na sua participação atuante dentro do colégio como diretor do jornal e orador⁴. Ao longo dos seus estudos, ele afirma que tinha real dimensão dos problemas do Brasil, a ponto de ter escrito a peça “O esquizofrênico” na companhia do colega “comunista” Luiz Manfredini. Além disso, sinaliza que no último ano em que esteve no CMC passou por uma crise de perspectivas, pois era esperado que ele seguisse a carreira militar, fizesse engenharia ou medicina; mas ele não queria nenhuma dessas profissões (32min10- VH1). Depois de conversar com amigos do Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Operária Católica (JOC), influenciado pela amiga Teresa Urban, inscreveu-se para Ciências Sociais, com o objetivo de contribuir para o Movimento Estudantil.

Em paralelo, Sérgio afirma não recordar exatamente do Golpe de 1964, contudo já estava familiarizado com pessoas de esquerda, uma vez que muitos de seus colegas tinham uma visão mais progressista. Um colega que foi fundamental para o “abrir de seus olhos” foi Júlio Covello, também estudante do CMC, e o seu próprio irmão mais velho. Sua militância começou como secretário do grêmio estudantil do CMC, em que Hamilton era presidente, em que além de discussões, eles também promoviam atividades culturais sempre com um tom mais crítico; e assim como Hamilton, cita a proibição da peça “Os esquizofrênicos⁵”, baseada na peça “Liberdade, Liberdade⁶”, por parte da direção do Colégio. Diante dessa introdução ao mundo político militante, Sérgio decidiu fazer parte da JEC em

3 Os tempos dos testemunhos são variados, a duração dos vídeos de Hamilton são 1h53min31 e 2h00min04, e para citações futuras, utilizarei a sigla VH1 e VH2, respectivamente; o testemunho de Sérgio teve duração de VS 58min04- contudo parece estar incompleto; e o de Paulo VP 2h32min08.

4 Embora ele não tenha se recordado da data de entrada no Colégio Militar, ao informar que com 10 já era orador, subentende-se que já estava na instituição em 1958, haja vista que nasceu em 1948. De todo modo, se com 13 anos ele era editor de um jornal, a data corresponderia a 1961. Assim como, no ano de 1965, quando da expulsão do CMC, ele estava no último ano do colegial, porém não faz menção de ter sido expulso ou de ter estudado no Colégio Hildebrando de Araújo como os irmãos farão.

5 Um utilizou o singular e o outro o plural.

6 Escrita por Millôr Fernandes e Flávio Rangel, a peça teve problemas com a censura, mas estreou em 1965 com a proposta de trazer várias perspectivas da liberdade em recortes temporais diferentes. (Memórias da Ditadura, se/d).

que as reuniões ocorriam no convento do Jardim Social⁷, mas que tinha o intuito de estimular a discussão política através de um Seminário Secundarista com ocupação dos grêmios estudantis (09min- VS).

No caso de Paulo, no início de sua narrativa (2min-VP) ele ressalta que sua militância começou com 15 anos, em 1968, ainda no Colégio Militar de Curitiba, e se dava por meio de participação de manifestações de rua, organizações de ações militantes como ocupação da Casa do Estudante, da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, das batalhas campais dos estudantes, etc. (3min16-VP). Sua principal atuação, especialmente no movimento secundarista, era a panfletagem e pichações, e considerava tanto a sede da União Paranaense dos Estudantes (UPE) quanto a do Diretório Central dos Estudantes (DCE), os quartéis gerais da União Nacional dos Estudantes (UNE) aqui em Curitiba. Sua atuação no movimento secundarista foi ao lado do amigo Luiz Manfredini (4min06- VP) com a criação do MEL - Movimento Estudantil Livre, que atuava inclusive dentro do Colégio Militar.

Há que se destacar que Paulo ao longo do testemunho irá fazer diversas vezes uma narrativa interrompida por suas reflexões do presente. Em decorrência das experiências obtidas em sua trajetória, talvez mais intensamente em função de sua atuação como docente, ele volta a olhar esse passado e reconsiderar os sentimentos que teve no período. Se inicialmente ele não considerou o convite a sair do CMC como uma violência, em 2013 com um arcabouço aprofundado, ele passa a reconhecer a prática como tal e que deveria ser penalizada e responsabilizada pelas consequências resultantes em sua vida e na dos irmãos.

Mesmo assim, em sua visão, a saída do CMC e ida ao Colégio Hildebrando de Araújo, colégio público do estado, foi um momento de liberdade porque já não precisavam andar fardados e podiam participar mais livremente das manifestações de ruas. Por volta dessa época, ele entrou em contato com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) , pois passou a representar os secundaristas de Curitiba. Tanto que relembra que quando o governo militar decretou o Ato Institucional nº5 no dia 13/12/1968, ele estava num congresso de secundaristas na Bahia, e só conseguiu retornar à Curitiba após três dias do acontecido, pois não tinha clareza das consequências que o ato poderia acarretar em sua vida (10min13-VP).

⁷ O espaço referenciado se trata do Instituto Sallate, pertencente à Congregação dos Missionários de Nossa Senhora da Salette, fundado em 1961 e ainda em atuação.

No mesmo ano do AI-5, Hamilton retoma que entrou no curso de Ciências Sociais e passou a entender que “tudo foi um ensaio poético” para sua vida (37min- VH1). Ao entrar na universidade, participou de ações militantes, uma vez que já era conectado com a Ação Popular (AP) e tinha estratégias elaboradas de atuação (37min22- VH1). Logo, ele e os irmãos participavam de manifestações, ele enquanto universitário e os irmãos como parte do movimento secundarista e do MEL.

Para ele, o ano de 1968 é muito emblemático porque ficou marcado por uma juventude inexperiente, que tinha utopias de liberdade, influenciada pela contracultura, geração beat, mas também por autores marxistas, um caldo cultural favorável para a apropriação da esquerda (39min22- VH1). Hamilton recorda-se que a morte do estudante Edson Luiz no Rio de Janeiro foi um agente mobilizador dos estudantes no intuito de denunciar a Ditadura, o que estimulou que ele se tornasse uma liderança para os calouros, participando de conselhos e convocando os colegas para o debate público (45min29- VH1). Ele diz que à época faziam comícios relâmpagos, sempre espalhados por vários pontos da cidade com a proposta de se dispersarem rapidamente e evitarem detenções.

Também nessa perspectiva, Sérgio acredita que diante de todo o cenário que acompanhavam, bem como de matérias que tinham acesso e que eram profundamente críticas à formação do país, ele passou a reconhecer as contradições do Brasil e a fortalecer sua militância, ainda que seus pais⁸, sobretudo sua mãe, não quisesse.

Com a entrada nos anos 1970, todos já militavam de diferentes modos. Hamilton exercia atividades no Rio de Janeiro⁹ até ser detido no Complexo Penitenciário da Ilha das Flores. Sérgio e Paulo continuavam a militância estudantil na universidade e também através de células da AP em Curitiba. Todos eles, em algum momento, foram detidos pelas forças policiais.

O episódio que relaciona suas prisões tem início com a detenção de Hamilton, ainda em 1969, quando realizava uma prova de 2.^a chamada em fevereiro, no campus da Reitoria da UFPR (1h23min10-VH1), ele foi preso por um policial e levado ao DOPS em uma cela só com colchão. Hamilton acredita que já era procurado, por fazer comícios relâmpagos e por ser liderança estudantil. Ficou cerca de quatro dias sendo pressionado a falar e levado a seguir para a

8 Embora ele diga pais no plural, o pai já era falecido.

9 Depois de sua prisão, a AP o enviou ao Rio de Janeiro para atuar clandestinamente.

Polícia do Exército - na Praça Rui Barbosa -, depois para a Polícia Federal, na rua Carlos de Carvalho, ficando numa solitária. Posteriormente, foi transferido novamente para o Quartel da Rui Barbosa, onde ficou dois meses. Ele tinha 21 anos e era tratado como terrorista e subversivo.

Entre os dias 18/02 e 14/04 de 1969, recebeu a “visita” de 2 sargentos e um major que o torturavam na tentativa que reconhecesse alguém em meio a mais de 200 fotos. Diante das ameaças sistemáticas, ele escreveu um longo documento sobre a história do movimento estudantil, sempre fazendo menção ao passado e não ao presente que vivia (1h32min11- VH1). No dia 14/04 finalmente foi solto (1h33min48- VH1).

Quando saiu, sentiu uma sensação de insegurança completa, porque não podia voltar imediatamente para casa, os irmãos tinham sido presos, o que o levou a recorrer a AP, que o auxiliou indicando um esconderijo e enviando-o para contribuir no movimento estudantil de SP, e mais tarde atuando no Pará, no Maranhão e por fim no Rio de Janeiro.¹⁰

Para Sérgio, sua prisão em agosto de 1971, ocorreu por associação ao irmão Hamilton e a Julio Covello, que estava no Rio de Janeiro e era do movimento armado. Ele foi preso junto com seu irmão Paulo, ficando detidos no Quartel da Rui Barbosa, onde foram interrogados por um oficial do Cenimar¹¹ cuja especialidade eram grupos foquistas cubanos da luta armada. Depois de um tempo, os oficiais perceberam que eles não tinham informação sobre a luta armada, mas faziam parte da Ação Popular. Quando chegou o especialista em AP para o interrogatório (30min- VS), os militantes presos passaram a ser barbaramente torturados e violentados.

Depois desse episódio no Quartel da Rui Barbosa, eles são ameaçados em outros dois lugares vinculados às forças policiais: a sede da Polícia Federal na Rua Carlos de Carvalho e o Quartel General do Exército, conhecido hoje como Solar do Barão, localizado na rua Presidente Carlos Cavalcanti. Porém,

10 Nesse momento, há uma divergência de informações. Porque Hamilton afirma que seus irmãos tinham sido presos, mas como veremos a seguir isso só ocorreu em 1971 e não em 1969. A temporalidade em questão não se faz tão importante para a motivação que estamos analisando. Para este artigo, o fato de ele não sentir segurança e ao mesmo tempo sentir a necessidade de proteger os irmãos ou em certa medida sua família, é de extrema importância quando observamos do ponto de vista de estratégias e táticas para sobreviver e resistir ao regime ditatorial. Ele tinha plena consciência que suas ações podiam acarretar problemas para as pessoas do seu entorno, o que favorecia a sua mudança de forma silenciosa para outros lugares de atuação da AP.

11 Cenimar significa Centro de Informações da Marinha e foi criado por decreto em 1958. Durante a ditadura atuou na investigação e repressão ao movimento armado.

posteriormente eles ficaram confinados numa delegacia do bairro Santa Quitéria aguardando a Auditoria Militar que seria feita na Rui Barbosa.

Sob o ponto de vista de Paulo, a sua detenção teve mais relação com o fato de frequentar a casa de Miguel Covello (irmão de Julio) do que seu parentesco com Hamilton. Quando Miguel foi detido, todos os que frequentavam sua casa assiduamente em Curitiba também passaram a ser. Sendo assim, Paulo conta que foi preso no trabalho e começou a sofrer o que chamou de “processo de tortura” na tentativa de o regime descobrir ou forçar sua confissão do alinhamento ideológico. Tanto os oficiais do Cenimar quanto os oficiais do DOI/CODI que o prenderam, mesmo percebendo que ele não fazia parte da Var-Palmares, continuaram usando dos interrogatórios para tirar as informações sobre outras organizações.

Paulo destaca que quando o Inquérito Policial Militar 613/1971 foi instaurado, assim que foram levados a depor, ele e os demais companheiros detidos já denunciaram em audiência que haviam sido torturados no Quartel da Rui Barbosa, onde também ocorriam as auditorias militares, assim como nomearam seus torturadores, exigindo que eles fossem colocados nos autos dos processos¹².

Ele chama atenção para o fato de que sua detenção ocorreu no dia 05 de outubro de 1971 e que já nessa noite teve a primeira violência contra si cometida, pois era uma noite fria e deixaram ele algemado em pé, sem roupas, sem conseguir dormir. Foi na manhã do dia 06 de outubro que de fato passou a sofrer com as “torturas duras”. Ele ficou entre 15 e 20 dias detido “clandestinamente” na Polícia do Exército (33min38- VP). Depois dessa data, foi transferido para a Delegacia da Polícia Civil do Santa Quitéria, ainda assim sem conhecimento dos familiares (o grupo que passou por essa transferência tinha de 17 a 30 anos). Em paralelo a história de Sérgio, Paulo afirma que quando ficaram detidos na delegacia, os carcereiros eram todos da Polícia Civil o que lhes permitia ter um pouco mais de liberdade dentro das celas, rompendo inclusive a proibição de não leitura, com a Bíblia.

Os três testemunhos, portanto, abordam tanto lugares pelos quais os irmãos passaram, frequentaram e ficaram detidos; assim como versam sobre as pessoas que foram essenciais para sua militância. Hamilton e Paulo também

¹² A corregedoria acatou a denúncia para no final do processo concluir que os militantes mentiram sobre as torturas sofridas.

fazem uma análise do período em que estavam realizando o testemunho, o ano de 2013, com ênfase nas ações dos movimentos sociais e das militâncias naquele momento, que optamos por não trabalhar nesse artigo.

Recuperar a própria vida e narrativa

A partir da compreensão de mundo social de George Simmel, sabe-se que esse é um jogo entre contrastes e oposições que se modificam pelas interações. Assim, as categorias de aproximação e afastamento se mostram necessárias para entender a sociedade moderna, além de evidenciar sua complexidade, que aproxima e distancia os laços e círculos sociais. Ao longo da narrativa dos irmãos da Família Faria, são recorrentes as aproximações e distanciamentos em razão da militância. Todos, sem exceção, citam pessoas queridas que contribuíram com sua trajetória ou com sua formação militante. Ao mesmo tempo, indicam as consequências e as motivações dos afastamentos por conta dos encaminhamentos de suas detenções.

Para além disso, também chama atenção que os lugares de memória aqui apresentados podem ser físicos ou abstratos, uma vez que demandam uma série de operações que possibilitem a rememoração do experienciado. Especialmente porque eles se constituem a partir de lembranças pessoais, movidas por sensibilidades, ressentimentos e sentimentos plurais. Mesmo que a espacialidade dos lugares seja evidente, elas são colocadas em pauta por meio das subjetividades dos sujeitos. Isso porque um único lugar pode ser composto por diferentes memórias de um único indivíduo ao longo de diferentes temporalidades; assim como podem ser preenchidos por memórias semelhantes de diferentes indivíduos.

Por fim, ainda que não abordado de modo profundo nesse artigo, em todo momento a concepção de memória e o modo como ela foi enquadrada pelos próprios narradores foram possibilitando o encaminhamento desta análise. François Hartog (2013) compreende inclusive que “(...) a memória não é mais o que se deve reter do passado para preparar o futuro que se quer, ela é o que faz com que o presente seja presente para si mesmo. Ela é um instrumento presentista.” (p.163), mesmo porque quando ela corre o risco de desaparecer, as consciências individuais se encarregam de recuperar e destacar esses locais e

essas memórias diversas em prol do coletivo, razão pela qual esse artigo buscou trazer essas narrativas tão ricas e que contribuem para elucidar um período que ainda tem muito a ser “costurado” e revelado.

Referências

FARIA, Hamilton. Testemunho. **Testemunho concedido ao DHPaz Paraná- Depoimentos para a História – Hamilton Faria**, Youtube, 2014. (Vídeo 1-1h53min31).

FARIA, Hamilton. Testemunho. **Testemunho concedido ao DHPaz Paraná- Depoimentos para a História – Hamilton Faria**, Youtube, 2014. (Vídeo 2-2h00min04).

FARIA, Paulo. Testemunho. **Testemunho concedido ao DHPaz Paraná- Depoimentos para a História – Paulo Faria**, Youtube, 2014. (Vídeo - 2h32min04).

FARIA, Sérgio. Testemunho. **Testemunho concedido ao DHPaz Paraná- Depoimentos para a História – Sérgio Faria**, Youtube, 2014. (Vídeo - 58min04).

HARTOG, François. Introdução - ordens do tempo, regimes de historicidade. In: **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 2013. p. 17-42.

HARTOG, François. Memória, História, presente. In: **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 2013. p. 133- 192.

Instituto Sallette. Disponível em: <https://portalsalette.com.br/instituto-salette/>. Acesso em 15 fev. 2023.

Instituto Pólis. Disponível em: <https://polis.org.br/polis/o-que-e-o-polis/>. Acesso em 15 fev.2023.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p.305-328.

Liberdade, Liberdade. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/pecas/liberdade-liberdade/>. Acesso em 15 fev. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101> Acesso em 02 out.2021.

PERES, Fabio de Faria et al. A 'sensibilidade' de Simmel: notas e contribuições ao estudo das emoções. **RBSE** 10 (28): 93-120, ISSN 1676-8965, abril de 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>. Acesso em 13 out. 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O Local do Testemunho. **Tempo e Argumento**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/1894/1532>. Acesso em 01 jun.2021

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, São Paulo, n.30, p.71-98, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255> Acesso em 01 jun.2021



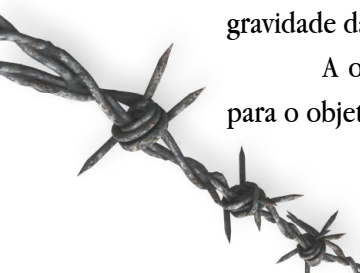
Resistência do clero joinvilense contra as violações de Direitos Humanos cometidas durante a Ditadura Militar (1975-1985)

Vinícius José Mira

Esse trabalho tem como objetivo problematizar como se deu a atuação de resistência do clero dito progressista em Joinville a partir da segunda metade da década de 1970 contra as violações de direitos humanos cometidas durante a Ditadura Militar. Em particular, é interesse do texto analisar as formas pelas quais a atuação dos religiosos alegadamente progressistas na cidade foram alvo da vigilância da estrutura de espionagem da Ditadura Militar. Para tal, as fontes utilizadas são um conjunto de documentos produzidos pelo Sistema Nacional de Informações da Ditadura Militar, em particular os subsídios documentais localizados nos fundos do Serviço Nacional de Informações, em diálogo com a historiografia atinente.

Metodologicamente, essa publicação se vale das contribuições de diversos trabalhos a respeito da espionagem dos agentes da Ditadura Militar. No clássico *Como eles agiam*, Carlos Fico (2001) fala de uma “desconfiança sistemática” que perfez as práticas de espionagem e inculpação do Sistema Nacional de Informações. Essa desconfiança sistemática também aparece na obra de Marcos Napolitano (2018, p.128), que destaca a dimensão de guerra interna da máquina repressiva da Ditadura Militar, onde “todos eram suspeitos até que se provasse o contrário”; e no trabalho de Mariana Joffily (2014, p.17), onde consta que “o contexto histórico e político conduziu a uma tendência a superestimar a gravidade das transgressões”.

A opção por tais fundos documentais se dá devido a sua pertinência para o objetivo desse trabalho. Neles constam a atividade-fim da espionagem da



Ditadura Militar, qual seja, “o informe, isto é, notícias, dados, esclarecimentos sobre qualquer questão considerada relevante pela lógica do sistema” (FICO, 2001, p. 95). É por meio deles que a atuação alegadamente subversiva dos religiosos está relatada e contextualizada.

Mas, para além dos informes cotidianos da espionagem, os subsídios documentais do Sistema Nacional de Informações (SISNI) estão recheados de anexos com materiais alusivos à atividade desses religiosos que estavam sendo vigiados (recortes de jornal, panfletos, manifestos, atas de reuniões, etc.), o que fornece valiosos recursos para uma análise da sua atuação. Nesse sentido, Paulo Knauss (2009) fala de um processo de transmutação de sentido dos documentos produzidos pelas polícias políticas do século XX. Sua genealogia se associa à perseguição dos cidadãos considerados inimigos do Estado, mas, no tempo presente, eles são instrumentos de garantia de direitos. Algo semelhante também foi sustentado por Enrique Padrós (2009) que afirma que os documentos gerados pelo sistema repressivo para acusar e punir podem servir para incriminar o Estado pela violência cometida.

Concordando com ambos, esse trabalho está orientado pela noção de que o uso e a análise de documentações associadas às violações de direitos humanos cometidas durante a Ditadura Militar podem contribuir para as demandas de direito à memória e à justiça da sociedade, sobretudo, aquelas oriundas dos sujeitos que foram vítimas desse regime.

Resistência contra as violações de Direitos Humanos

Ao que tudo indica, três entidades vinculadas à Igreja Católica tiveram protagonismo na resistência contra as violações de Direitos Humanos cometidas durante a Ditadura Militar, quais sejam, a Pastoral Operária, as Comunidades Eclesiais de Base e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

1. Segundo a historiadora Sirlei de Souza (1998), entre 1977 e 1981, as três entidades citadas entraram em cena em Joinville. Essas organizações passaram a atuar nos bairros da cidade, na organização e mobilização da população em busca de seus direitos. Mais ou menos na mesma direção, o historiador Izaías de Souza Freire (2015) aponta que as três entidades foram elementos de democratização no ambiente fabril e da possibilidade de organização dos trabalhadores.

Em se tratando das Comunidades Eclesiais de Base, elas parecem ter sido um caso emblemático no que diz respeito à resistência à Ditadura Militar na cidade de Joinville-SC no contexto da transição política, a partir da segunda metade da década de 1970. Em abril de 1981, a Agência Curitiba do Serviço Nacional de Informações (SNI) compilou informações sobre a atividade de grupos religiosos do período de outubro de 1980 a abril de 1981 na sua jurisdição (Santa Catarina e Paraná). Como conclusão, o informe relata a opção preferencial pelos pobres tomada pela Igreja Católica, por meio da disseminação das CEBs, que transforma questões justas em atos contestatórios. Conforme consta:

A opção preferencial pelos pobres numa atenção especial para a justiça social, e o apoio às aspirações justas dos operários e agricultores por uma vida mais digna, tem sido o pensamento e objeto mais intenso da Igreja nos dias atuais, não só da Igreja Católica como também da Igreja Protestante, até então mais conservadora, embora esta última, esteja representada por uns poucos líderes radicais. É através da disseminação de “Comunidades de Base”, que a Igreja Católica tem atuado com maior intensidade agindo e influenciando em vários campos. Ao abraçar as mais diversas causas, dentre do espírito propugnado, muitos de seus líderes, pela radicalização, transformam questões justas em atos contestatórios, dificultando as suas resoluções (SNI, 1981).

É interessante observar que o ímpeto incriminatório que move a própria dinâmica dos informes da espionagem da Ditadura Militar acabou fazendo uma síntese bastante acertada das Comunidades Eclesiais de Base: por meio da opção preferencial pelos pobres, a Igreja Católica se engajou em atos contestatórios em defesa de questões justas. Segundo Sales Jr. e Aguiar (2020, p.110):

A comunidade de base é um pequeno grupo de vizinhos de uma mesma comunidade (favela, aldeia ou zona rural popular) que se reúnem regularmente para rezar, cantar, celebrar, ler a Bíblia interpretando-a conforme o contexto de sua própria existência. Paulatinamente, as discussões e atividades da comunidade ampliam-se, em geral, com a ajuda do clero, e começam a incluir tarefas sociais: luta pela moradia, eletricidade, esgoto ou água nos bairros urbanos, lutas por terra no campo, contribuindo para a formação ou o desenvolvimento de diversos movimentos sociais.

Em Joinville, essa dinâmica foi percebida em um contexto de crescimento demográfico da cidade além daquilo que os serviços públicos eram capazes de comportar. De acordo com Facchini e Pedrini (2000, p.83-84):

Nesta etapa das CEBs [mais ou menos entre 1977 e 1982], a organização popular em torno de reivindicações por melhor qualidade de vida, foi intensa e diversificada em várias frentes de trabalho, respondendo às necessidades concretas que o contexto situacional exigia. Destacamos reivindicações nas seguintes áreas: educação, transporte coletivo, solo urbano e direito a pleno emprego.

Cabe destacar que Joinville passou de aproximadamente 70 mil pessoas no início da década de 1960 para mais de 236 mil duas décadas depois (GRUNER, 2017). Uma parte da Igreja esteve associada a esse processo no que diz respeito, por exemplo, à luta contra o déficit habitacional e o desemprego vivido pela cidade, sendo, inclusive, acusada de se beneficiar “ideologicamente” da “questão do migrante” (COELHO, 2011; FACCHINI; PEDRINI, 2000).

Dois anos depois, um outro informe sobre a situação do clero no Paraná e em Santa Catarina produziu conclusões semelhantes. Além das já mencionadas causas justas que se convertem em ações contestatórias, o documento destacou a atuação das CEBs na questão do desemprego e do movimento dos sem-terra, por meio do trabalho de conscientização no campo e na periferia das cidades. O informe ainda diagnosticou a vantagem do modelo das CEBs para atingir os leigos da Igreja Católica e abordar de temas de natureza sócio-política e econômica (SNI, 1983).

Com efeito, esses são os principais motivos que fizeram com que as Comunidades Eclesiais de Base inquietassem a estrutura de espionagem do regime. O engajamento, mobilização e conscientização dos leigos da Igreja Católica em pautas de cunho sócio-político e econômico, para além da atividade-fim religiosa, são sintomáticos do ocaso do regime e, em alguma instância, contribuíram para ele. A título de exemplo, a descoberta dos mecanismos de exploração e dominação no mundo do trabalho foram uma das consequências da atuação das CEBs. Como um dos resultados desse processo, greves eclodiram na cidade de Joinville. Posto isso, é preciso falar sobre a Pastoral Operária.

Um informe de maio de 1980 sobre os recentes acontecimentos no campo psicossocial¹ no Paraná e em Santa Catarina colocou a Pastoral Operária de Joinville em evidência. Nele consta que

1 “Psicossociais” era uma das subclasses do campo de expressão do poder nacional, assim como assuntos políticos, econômicos, militares e técnico-científicos, por meio dos quais os informes era identificados (FICO, 2001).

Em JOINVILLE/SC a Pastoral Operária da Diocese local, apoiada pelo Bispo Dom GREGÓRIO WARMELING e pela Comissão Pastoral Operária do Estado de Santa Catarina, teve destacada atuação durante os últimos movimentos reivindicatórios e grevistas do operariado local, bem como deu apoio ao movimento grevista do ABC além de defender a participação dos religiosos de S. Paulo e Santo André naquele acontecimento (SNI, 1980a).

O documento ainda menciona a greve dos químicos e farmacêuticos em Joinville, na seção de Movimento Operário do informe, como aquela que mais mereceu destaque em Santa Catarina. Baseado nas contribuições da historiadora Iara Andrade da Costa (1989), é possível perceber que o movimento dos químicos e farmacêuticos foi bastante representativo. Ele está inserido em um contexto das primeiras articulações reivindicatórias em Joinville, entre julho e agosto de 1979. Segundo a autora, “este movimento deixou claro à população joinvilense que as poderosas, eficiente, justas fábricas de material plástico não são tão justas quanto se pensava ou alguns alardeavam” (COSTA, 1989, p.45). Além disso, o informe ainda relata as articulações em Joinville para apoiar a greve dos metalúrgicos do ABC, tais como arrecadar fundos por meio da venda de material (jornais e panfletos, por exemplo).

É perceptível o papel da Pastoral Operária, e dos movimentos sociais ligado à Igreja de maneira geral, na articulação dos atos contestatórios. A grande frequência com que certas entidades e personagens apareceram nos informes da espionagem e o incômodo que causaram nas elites empresariais locais corrobora isso. Cabe destacar que a Pastoral Operária de Joinville foi a primeira organização dessa ordem em Santa Catarina.

Nesse sentido, sua atuação pioneira é apontada como intimamente ligada à primeira greve eclodida em Joinville no contexto da Ditadura Militar. É atribuída à Pastoral Operária a distribuição de um panfleto, logo após denúncia de más condições de trabalho e demissão daqueles envolvidos na reivindicação de direitos. Segundo Costa (1989, p.39):

Apesar da desunião e da aparente alienação do trabalhador joinvilense, um fato, veio uni-los pela solidariedade de classe. A denúncia foi feita pela Pastoral Operária que publicou um documento “Eu vi a Aflição do Meu Povo”... e desencadeou uma das maiores polêmicas na cidade, e o rompimento da primeira greve na região, depois de tantos anos de passividade.

Algo parecido consta na obra de Freire (2015, p.178-179), ao afirmar que se tratava de

um manifesto datilografado sob o título: “Eu vi a aflição do meu povo”. Além dos casos citados, denunciava ainda a demissão de trabalhadores por participarem de reuniões da Pastoral [operária], sendo lido em celebrações litúrgicas de algumas paróquias e no rádio. O assunto, então, ganhou dimensões imprevisíveis e passou a predominar nas conversas dos operários nas fábricas.

O panfleto “Eu vi a aflição do meu povo” é um bom exemplo da atuação da Pastoral Operária. Há uma releitura bíblica, perceptível pela citação literal de um versículo do livro do Êxodo no título do panfleto, implicitamente associando as dificuldades do tempo presente com a opressão sofrida pelo povo hebreu no Egito. Como um desdobramento da difusão do material, movimentos grevistas eclodiram nas principais indústrias da cidade. Contando com o apoio da Pastoral Operária, uma a uma as grandes empresas joinvilenses foram atingidas pelos movimentos paredistas.

Nesse processo, por meio das suas entidades, a Igreja Católica emprestou seu prestígio e legitimidade aos esforços de articulação do movimento operário da cidade, sobretudo a partir da inexistência de uma liderança sindical destacada em Joinville. A possibilidade de um novo modelo de negociação dos conflitos de classe, sem dúvidas, foi a maior contribuição da Pastoral Operária para o mundo do trabalho da Manchester Catarinense.

Além da Pastoral Operária e das Comunidades Eclesiais de Base, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Joinville foi uma das entidades vinculadas à Igreja Católica com relevante atuação a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980. O CDDH foi inaugurado em setembro de 1978, com a vinda do Arcebispo de São Paulo, Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Porém, do ponto de vista legal, a instituição seria fundada em março do ano seguinte, com seu estatuto tendo sido registrado somente em junho.

Seja como for, o conteúdo do estatuto aponta para a vinculação da entidade à Igreja Católica. Embora um órgão da sociedade civil, o CDDH é inspirado nos valores fundamentais do Homem e do Evangelho. São objetivos da entidade, conforme artigo 2º do estatuto:

I - Divulgar, promover e defender os direitos individuais e coletivos, constantes de leis, da Constituição brasileira, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU, e de outros documentos pertinentes de outras organizações.

II - Promover a formação de pessoas e de grupos de pessoas capazes de esclarecer, ajudar e orientar os cidadãos e grupos de cidadãos, no que concerne seus direitos, obedecido o princípio da subsidiariedade.

III - Promover atividades, palestras, cursos, pesquisas da realidade, publicações sobre os Direitos Humanos e sua aplicação.

IV - Buscar soluções no sentido de eliminar injustiças, revelando as violações dos Direitos Humanos e suas causas de forma a permitir a aplicação da lei e da justiça.

§ único - O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Joinville, poderá para a execução de seus fins colaborar ou aceitar colaboração de outras entidades (SNI, 1980b).

Ou seja, o escopo de atividades da instituição contemplava ações de divulgação e defesa dos principais marcos normativos nacionais e internacionais de proteção de direitos individuais e coletivos. Conforme Facchini e Pedrini (2000), o CDDH serviu, como instituição civil, para dar amparo jurídico às ações das Comunidades Eclesiais de Base.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos, assim como a Pastoral Operária, foi instituição pioneira em Santa Catarina. Nesse sentido, o CDDH atuou como centro de referência para difusão desse modelo de organização civil. Foram recorrentes os encontros com integrantes de instituições semelhantes para debates sobre a sua atuação.

Como um desdobramento da atividade do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, destaco a criação Comitê de Solidariedade ao Desempregado em Santa Catarina, em agosto de 1981, e a Associação dos Desempregados de Joinville, em março de 1983. As duas entidades ganham um caráter de resistência e de defesa dos Direitos Humanos quando se leva em consideração a forma como a atividade considerava subversiva era combatida em Joinville durante o processo de transição política. Diferentemente das prisões e mortes que vigoraram no país nos anos de chumbo, em Joinville durante a transição política, o movimento operário era combatido com o desemprego e, por conseguinte, com a fome e o desespero. Soma-se a isso, o “fantasma do desemprego” que assombrou Joinville: a partir da segunda metade da década de 1970, a maioria das empresas da cidade diminuiu a intensidade de contratação de funcionários, mas a mão-de-obra migrante não parou de chegar (FREIRE, 2015; GRUNER, 2017).

Considerações Finais

Para a escrita desse texto foi empreendido um esforço no sentido de caracterizar a atuação de cada uma das três instituições, nomeadamente as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Operária e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Cada qual ocupou-se daquilo que lhe competia no contexto de ocaso da Ditadura Militar, mas a atuação em conjunto e os mesmos personagens ocupando essas entidades fez com que não seja possível abordá-las separadamente. O que é possível tirar disso é que, a partir do final de década de 1970, os movimentos sociais vinculados à Igreja Católica resistiram em várias frentes. Dentre elas, a questão operária, a defesa dos direitos humanos, a organização comunitária, a mobilização política e a luta pela terra.

Esse último ponto, aliás, pode ser objeto de um estudo futuro. A questão agrária, por meio da Pastoral da Terra, começa a aparecer timidamente nos informes da comunidade de informações já ao apagar das luzes da Ditadura Militar, principalmente entre 1984 e 1985². O apoio ao movimento dos sem-terra, a luta pela reforma agrária e a defesa da demarcação de terras indígenas podem ter mobilizado os movimentos sociais vinculados à Igreja Católica na segunda metade da década de 1980 em Joinville. Um estudo futuro poderá dar conta dessa hipótese.

Referências

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. Joinville: Editora da Univille, 2011.

COSTA, Iara Andrade. **Os movimentos paredistas de Joinville - 1979-1985**. Joinville, 1989. 79f. Monografia (Especialização em História da América) - Fundação Educacional da Região de Joinville, Joinville, 1989.

FACCHINI, Luiz; PEDRINI, Irmã Dalila. **CEBS: 25 anos de caminhada na Paróquia Cristo Ressuscitado**. Joinville: Movimento e Arte, 2000.

FICO, Carlos. **Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

² Destaco dois ACEs do SNI a esse respeito: ACE 52799/85 e ACE 6064/85. Ao que tudo indica, houve um assentamento de trabalhadores rurais sem terra na região de Pirabeiraba, em Joinville, apoiado pela Diocese de Joinville, particularmente pela Pastoral da Terra.

FREIRE, Izaias de Souza. **Ecos de democratização**: uma análise das vozes do processo de transição do Regime Militar em Joinville. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GRUNER, Clóvis. **Leituras matutinas**: modernidade, utopias e heterotopias na imprensa joinvilense (1951-1980). Curitiba: Editora Prismas, 2017.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**, Vitória, v. 32, p.2-28, 2014.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, n. 40, n. 22, p. 9-16, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.30-45, jan./jun., 2009.

SALES Jr., Ronaldo Laurentino de; AGUIAR, Jórissa Danilla. A fé do povo latino-americano: entre o cristianismo da libertação e as lutas populares. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 2, p. 99-121, 2020.


SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI. **Informação n. 0088/116/ACT/80**. Agência Curitiba, 22 maio 1980a. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.80000482. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI. **ACE 7622/80**. Agência Central, 23 abr. 1980b. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80007622. Acervo do Arquivo Nacional

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI. **Informação n. 0031/116/ACT/81**. Agência Curitiba, 30 abr. 1981. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.81000866. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI. **Informação n. 0107/19/ACT/83**. Agência Curitiba, 25 ago. 1983. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.83004216. Acervo do Arquivo Nacional.

SOUZA, Sirlei de. **Ecos de resistência na desconstrução da ordem**: uma análise da “Revolução de 64” em Joinville. Joinville, 1998. 145f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.



O papel da TFP na cruzada anticomunista de Washington: análises dos documentos desclassificados da comunidade de inteligência dos EUA

Fabio Lanza

José W. A. Neves Júnior

Flávia Caron Passa


Natália Gonçalves de Andrade

Luan Prado Piovani

A produção acadêmica das Ciências Humanas e Sociais a respeito da ditadura militar (1964-1985) no Brasil, a partir dos arquivos do SNI (Brasil-PR), do projeto *Opening the Archives* e dos documentos desclassificados da CIA (EUA), é restrita devido ao recorte temporal em que as respectivas fontes se tornaram públicas no século XXI. A partir da coordenação dos pesquisadores Fábio Lanza e José Neves Jr, foi articulado um grupo de pesquisadoras/os com o apoio e fomento do CNPq e da Fundação Araucária, vinculado ao Laboratório de estudos sobre as religiões e religiosidades (LERR / Universidade Estadual de Londrina – UEL), que visa enfrentar a urgente demanda epistemológica de analisar e compreender como os agentes de informação brasileiros e representantes estadunidenses vigiaram, investigaram e colaboraram com o silenciamento das pessoas, civis e religiosas, que fizeram oposição à ditadura militar (1964-1985) no estado do Paraná.

Apesar da grande quantidade de documentos estadunidenses disponíveis em formato digital, o registro em inglês contribui para a baixa taxa de realização de pesquisas, demandando uma sistematização temática dos documentos que possa fomentar e subsidiar novas análises e investigações.

Analogamente, o projeto *Opening the Archives* foi criado pelo Professor James N. Green, empreendido pela *Brown University* e obteve apoio inicial da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com o intuito de digitalizar e indexar documentos do Governos dos Estados Unidos sobre o Brasil, nos períodos de 1960-1980, juntamente com estudantes e técnicos que escanearam milhares de



documentos contidos nas bibliotecas presidenciais de J. F. Kennedy, L. Johnson, Richard M. Nixon, Gerald Ford, Jimmy Carter e Ronald Reagan, assim como o Departamento de Estado e outras instituições. Atualmente, é possível ter acesso a estes documentos pela Biblioteca (digital) da Universidade de Brown e, entre eles, constam documentos acerca da organização Tradição, Família e Propriedade (TFP), do mesmo modo como do seu fundador Plínio Corrêa de Oliveira e outros assuntos relacionados ao respectivo tema.

Neste trabalho foram mobilizados estes documentos inéditos como principal fonte de pesquisa sobre a atuação da TFP dentro e fora do Brasil e, além destes, foi realizado um levantamento bibliográfico que permitiu entender, de modo parcial, como a linha de pensamento tradicionalista brasileira se propaga, tanto dentro das delimitações nacionais quanto fora delas. As fontes foram abordadas pelo método de análise documental (CELLARD, 2008) subsidiada pela perspectiva de análise dos estilos de pensamento (MANNHEIM, 1981).

Dentro deste prisma investigativo, indica-se que a abordagem *mannheimiana* dos estilos de pensamento, implica o reconhecimento da existência de linhagens filosóficas e ideológicas (progressistas, reformistas, conservadoras e tradicionalistas) que subsidiam as formas de interpretação do mundo a partir dos interesses de determinados grupos em disputa em uma dada conjuntura (política, econômica, social, cultural, entre outras).

Neste sentido, Mannheim (1981) classifica o tradicionalismo como uma forma de interpretação do mundo tendencialmente vinculada à elementos da religiosidade que, de modo reativo às transformações sociais, apega-se a padrões arcaicos de vida social e que, em circunstâncias específicas, promove processos de complexificação em suas formulações flertando e fundindo-se com formas de pensamento político conservador que viabilizem o atendimento de suas demandas imediatas na realidade.

À vista disso, este artigo aborda de forma intencional ações e posicionamentos da TFP no Brasil, cujas informações aparecem documentadas por agentes da CIA nos materiais expostos pelo projeto *Opening the archives*, bem como, nas fontes documentais disponíveis nos sites do Sistema de Informação do Arquivo Nacional Banco (SIAN), do Ministério da Justiça no Banco de Dados Memórias Reveladas e do arquivo do SNI (Agência Curitiba), disponível para consulta pública no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH- UEL).

Dentre estas, abordamos as denúncias feitas pela organização tradicionalista das influências de esquerda dentro da Igreja Católica, a exemplo do arcebispo de Olinda, Dom Hélder Câmara; os posicionamentos públicos contra o avanço da URSS no leste europeu e as discussões a respeito da viabilidade do movimento tradicionalista católico como mecanismo de combate ao comunismo para a CIA.

Gênese e trajetória da TFP no Brasil

A organização Tradição, Família e Propriedade (TFP) está associada a linha de pensamento tradicionalista ligada aos princípios da Igreja Católica Apostólica Romana e detentora de diversas sub-organizações pelo mundo, a exemplo da França, Espanha e de uma série de países do cone-sul os quais também possuíam, na época de implantação da TFP, setores da sociedade mobilizados na cruzada anticomunista. No entanto, a primeira experiência de estruturação burocrática da associação ocorreu no Brasil, em 1960, pelo professor e ex-deputado federal Plínio Corrêa de Oliveira, no intuito de combater a maçonaria e os ideais comunistas e socialistas - a partir de princípios reacionários do tradicionalismo que, em determinado aspecto, implicava em uma crítica da própria democracia.

A partir de informações coletadas nos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI – Brasil), podemos entender como os órgãos de inteligência do Governo Brasileiro classificavam a organização, relatando tratar-se de um movimento cívico promovido por uma entidade civil não vinculada oficialmente ao Clero e, por isso, pode atuar em qualquer área, possuindo a sede brasileira e, inclusive, um “bureau” em Nova Iorque e em Roma, com o intuito de vigiar atividades de padres progressistas. O documento destaca a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a esquerda, de modo geral, como os principais opositores à organização.

Em conformidade com seu estatuto, encontrados, de mesma forma, em documentos do SNI – Brasil, a TFP

tem caráter cultural e cívico, visando esclarecer a opinião nacional, os partidos políticos e os Poderes públicos, sobre a influência deletéria exercida em escala sempre mais larga, na legislação e na economia do País, pelos princípios socialistas e comunistas, em detrimento da Tradição Brasileira e dos institutos da Família e da Propriedade privada. (ACT/ACE – 3647/82, lauda 4, 1975).

Em contrapartida, a Organização “de movimento integrista, interno à religião católica, passa, após 1960, a ser um movimento político, um grupo de pressão conservador, sem querer assumir o status de partido político para poder influir sobre os vários existentes” (MACEDO, 1979, p. 236 Apud LANZA, 2018). Durante a ditadura militar, a TFP cresceu exponencialmente em número de adeptos, contando, inclusive, com a participação de Dom Luiz de Orleans e Bragança e seu irmão Dom Bertrand de Orleans e Bragança, membros da extinta família real brasileira.

Em pesquisa bibliográfica foi possível identificar, a partir das contribuições de Zanotto (2010), que a Sociedade Brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade se baseia nas doutrinas do Integrismo Católico, segundo o qual a civilização cristã estaria sendo destruída pelo espírito revolucionário e caberia à tradição católica posicionar-se contra a diminuição da influência da Igreja nas civilizações. A corrente integrista define que o período ideal da humanidade seria a Idade Média, uma vez que, nesta, não havia questionamento das hierarquias e a única ascensão era por meio divino, de forma que o papel da Igreja enquanto instituição fundamental da sociedade estivesse assegurado. A TFP também utiliza, como principal referencial teórico em caráter de manifesto, o livro “Revolução e Contra-revolução”, escrito por Plínio de Oliveira. O livro propõe-se, sobretudo, a identificar quaisquer motivações revolucionárias como ataques à ordem cristã e aos pressupostos católicos, de forma a impedirem o país de realizar-se como uma potência católica. Para tanto, Plínio de Oliveira estabelece fortes críticas a outras correntes do catolicismo, sobretudo àquelas ligadas ao engajamento social. Conforme afirma Zanotto:

Considerando tais autocompreensões de catolicismo como carentes de legitimidade, visto suas tentativas de algum tipo de diálogo, conciliação ou adaptação ao mundo moderno, os integristas posicionavam-se enquanto “legítimos” defensores das “verdades” da Igreja, de sua tradição imutável e da supremacia do espiritual sobre a efemeridade da esfera temporal. (ZANOTTO, 2010, p. 8)

No que tange ao Golpe de 1964, a organização Tradição, Família e Propriedade obteve considerável relevância durante os anos em que a ditadura militar brasileira (1964-1985) sucedeu, atuando como formador de opinião pública, recrutando jovens para suas escolas religiosas e disseminando o

ideário anticomunista pelos meios de comunicação próprios, como seu jornal, possuindo, assim, apoio de grandes órgãos da imprensa.

Além da época militar, a TFP compôs passeatas contra o Governo do Partido dos Trabalhadores, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade II, ocorrida no dia 22 de março de 2014 que, mesmo não contando com muitos apoiadores, incitava ideais a favor da família e da propriedade privada, bem como a pregação de combate à corrupção e ao comunismo no Brasil, chamando a população brasileira para juntar-se a eles nas ruas. (LANZA, NEVES JR., OLIVEIRA, 2018)

De acordo com Quadros (2013), após a morte de Plínio de Oliveira, em 1995, a TFP entra em um período de crise, com drástica redução de suas atividades no campo político institucional e raras aparições públicas nos moldes anteriores. Dentro da instituição ocorre uma cisão, a partir da qual o grupo liderado pelo Monsenhor João Clá Dias, ligado a uma ala menos ortodoxa da entidade, assume o direito legal ao nome da TFP e grande parte do legado material. O setor mais identificado com a tradição inicial da sociedade sai enfraquecido da disputa judicial e passa a adotar o título de “Associação de Sócios Fundadores da TFP”.

Durante a primeira década do século vigente, a influência da TFP limitou-se a ações locais e fortalecimento da burocracia institucional, angariando pequena projeção no debate político público. Esse cenário se altera no ano de 2010, quando os membros-fundadores da TFP avançam no exercício de pautar as agendas políticas durante as eleições do mesmo ano. Nesse contexto, a ala ortodoxa da entidade manifestou-se contra supostas ameaças políticas aos valores cristãos integristas através de extensas críticas à candidata do partido da situação, Partido dos Trabalhadores (PT), denúncias ao Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que passava por reformulação, e aproximação de candidatos e partidos políticos ligados à direita no Congresso brasileiro (QUADROS, 2013).

A pesquisa documental no arquivo do Serviço Nacional de Informações, da década de 1970, indica que o grupo tradicionalista possuía denúncias de apresentar caráter nazifascista, monarquista e paramilitar, porém, foi relatado que as duas primeiras acusações foram refutadas pela organização, que declarava falta de provas ou registros que alegam tal caráter. A terceira, no entanto, foi posta como incentivo a autodefesa contra agressões “comuno-progressistas” que

sofriam, por isso seus integrantes portavam armas, na época, legais e, além disso, incentivavam o paraquedismo como esporte e faziam treinamentos antiguerrilha.

O impacto da TFP no projeto educacional dos arautos do evangelho

um dos maiores casos da difusão e especialização do projeto tradicionalista da TFP ocorreu a partir da gênese da Associação Internacional de Fiéis de Direito Pontifício Arautos do Evangelho, uma instituição vinculada ao projeto educacional do ensino básico, médio e, em um segundo momento, superior, sob a doutrina do integrismo católico. Fundada pelo ex-secretário de Plínio de Oliveira, Monsenhor João Scognamiglio Clá Dias, e legitimada pelo Papa João Paulo II em 2001, os Arautos do Evangelho possuem uma base curricular criacionista marcada pela crítica à educação iluminista e pela presença dos rituais sagrados na prática educacional (ALTOÉ, 2006).

O projeto educacional dos Arautos do Evangelho é baseado na filosofia escolástica de São Tomás de Aquino associada a uma combinação de elementos derivados das ordens de cavalaria medievais e do integrismo católico. Conforme pontua RANGEL (2021) uma das mais importantes referências bibliográficas, o livro “Revolução e Contra-revolução”, no qual Plínio de Oliveira reúne as interpretações históricas da TFP acerca das revoluções de impacto mundial e seus respectivos papéis na destruição da sociedade e da subversão dos valores cristãos medievais. Dessa forma, a fundação do grupo Arautos do Evangelho, a partir do núcleo organizado dentro da TFP, não só transplantou as bases teóricas e metodológicas da instituição como possibilitou a disseminação dos ideais tradicionalistas em nichos sociais até então pouco explorados, como a educação formal.

Convém apontar que o surgimento da Associação Arautos do Evangelho está intimamente ligado à crise de influência enfrentada pela própria TFP em decorrência da morte de Plínio de Oliveira (1908-1995) uma vez que o Monsenhor João Clá Dias divergia em muitos aspectos da condução das atividades da instituição, considerando, inclusive, que a prática educacional deveria ser mais bem explorada. Após a morte de Plínio de Oliveira, parte expressiva da TFP migrou para os Arautos do Evangelho alterando, também, parte das compreensões do mundo e da história construídas no contexto tefepista, de forma que é possível apontar alterações significativas entre as narrativas propagadas pelas duas

organizações, a partir dos fins para as quais cada uma se orientava. Exemplo dessa variação é a concepção de Idade Média da TFP em relação àquela difundida pelos Arautos do Evangelho, na qual evidencia-se uma mudança de objetivo das reconstruções históricas, conforme afirma Rangel

Para o primeiro grupo, trata-se, entre outras coisas, de reviver uma Idade Média gloriosa mediante a ação política, já para os Arautos, esta Idade Média aparece atrelada à religião cristã (católica-romana) em seu aspecto multi-temporal, porquanto passado e presente são diluídos mediante a narrativa de santos medievais. (RANGEL, 2022, p. 205-206).

Nesse sentido, a finalidade narrativa dos fenômenos históricos propostas pelas duas organizações apesar de possuírem uma base comum, fundada nos pressupostos conservadores a serviço da manutenção da estrutura social, diferem sensivelmente em seus propósitos. No caso da Tradição Família e Propriedade, o objetivo é a destruição da ordem política produzida pelos processos revolucionários que culminaram no fim da Idade Média, bem como de suas influências na organização social vigente. Para os Arautos do Evangelho, porém, o intuito da disputa pela narrativa histórica é a manutenção de um tipo específico de catolicismo fundado no saudosismo de um passado que se apresenta como legado, e não como finalidade.

No entanto, apesar da distinção de objetivos das práticas tradicionalistas de ambas as instituições, o percurso destas nas diferentes esferas sociais confirma uma tendência que se assemelha ao projeto tradicionalista implantado por setores da sociedade brasileira durante o governo militar, com financiamento da Agência de Inteligência Americana a fim de combater o comunismo no Brasil.

Nesse contexto, encontra-se entre os documentos desclassificados da CIA, uma carta elaborada em setembro de 1986, acerca da relevância de financiamento à TFP, com o título “Relatório da Sociedade Americana pela Defesa da Tradição, Família e Propriedade”. A carta foi endereçada ao diretor da CIA da época, William Casey e assinada pelo intitulado presidente da organização, John Russel Spann. O documento informava ao diretor da CIA que:

Pelo seu interesse em assuntos mundiais, nós temos o prazer de apresentá-lo uma cópia de um importante novo estudo sobre a América do Sul, recém-publicado pela TFP Americana. Pelo nosso contato com várias TFPs, nós descobrimos a situação interna de vários países latino-americanos. Nós notamos as enormes riquezas naturais

e o desenvolvimento evidente da América Latina, particularmente do Brasil. Assim, ficamos estarecidos com o impressionante contraste a atual realidade de lá e a concepção da situação destes países que é comumente difundida pelo Ocidente. O fato é que as pessoas normalmente imaginam que a América Latina seja miseravelmente pobre, com economias estagnadas deformadas pelo parasitismo e corrupção.

A TFP brasileira contactou a americana assim como as outras TFPs, com o intuito de esclarecer o assunto, lhes perguntando o que é dito e escrito sobre o Brasil em seus respectivos países. Esta discussão deu origem ao estudo anexado “Está o Brasil deslizando para a Extrema Esquerda? Notas sobre o Movimento da Reforma Agrária no maior e mais populoso país da América Latina”.

O estudo foi escrito pelo respeitado economista chileno, Carlos Patrício del Campo, cujo trabalho tem apreciado grande circulação na América Latina. Esta importante pesquisa disponibiliza um breve panorama do impacto da reforma agrária em muitos países latino-americanos. Baseado nesta experiência e nas realidades específicas do Brasil, ele fornece aos leitores objetivos e bem intencionados informações sobre quais medidas precisam ser tomadas para ajudar esta vasta área do nosso planeta. Além do desenvolvimento do comércio cordial e relações econômicas vantajosas para o Brasil, nós também devemos pensar na importância política que esta nação tem para a América do Norte e, também, para os vários países da Europa Ocidental.

Existe no Brasil uma real ameaça de comunização, imposta por uma reforma agrária pela qual grandes, médias e até pequenas fazendas são ameaçadas de expropriação. Da mesma forma, reformas similares têm sido vigorosamente propostas para propriedades urbanas e para a indústria. Considerando o tamanho gigantesco e a grande população do Brasil, a possibilidade de sua comunização é da maior importância.

Nos publicamos esta primeira edição do estudo em inglês, tendo em vista ser uma linguagem virtualmente universal, para que as pessoas de todo o Ocidente possam receber uma atualizada e urgentemente necessária perspectiva da situação de nossos vizinhos brasileiros. Dependendo das circunstâncias, próximas edições em outras línguas europeias podem segui-la. Nós também estamos calculando a possibilidade de desenvolver estudos análogos sobre o mundo hispânico-americano (*CIA-USA. Report from the American Society for the defense of Tradition, Family and Property. September 15, 1986*).

Desse modo, ainda que, até a data de publicação do presente artigo, não tenham sido encontradas fontes documentais que associam as organizações Tradição Família e Propriedade e seu ramo dissidente, Arautos do Evangelho, à financiamentos diretos da CIA, suas respectivas posições de relevância no cenário conservador nacional denotam a convergência de esforços das referidas

instituições com os interesses norte-americanos sobre o Brasil, durante a vigência da ditadura militar.

Condutas práticas da TFP e o envolvimento da CIA

A influência do tradicionalismo católico, como o caso da TFP, proporcionou e ainda proporciona grande peso para a disseminação do pensamento anticomunista na população. Paralelamente ao contexto atual do Brasil, onde ser cristão tem peso na decisão sobre qual candidato ou partido um indivíduo deve votar, na época, essa questão se colocava ainda mais forte nas igrejas católicas e em suas escolas.

Segundo exposto em um dos documentos, encontrados no Arquivo Nacional Banco de Dados Memórias Reveladas, a atuação da TFP se estende na prática de seus princípios, com a formação e liderança de campanhas ou a participação de movimentos que possuam objetivos e doutrinas semelhantes às suas, como por exemplo ser contrário à reforma agrária, ao divórcio, a infiltrações comunistas nos meios católicos e entre outras questões, como sua opinião contrária às eleições Chilenas, em que Salvador Allende era candidato, ou publicação mensal de seu jornal denominado *Catolicismo*, que proporcionavam a difusão de seus ideais ao público, além de outros meios de comunicação de mídia que simpatizavam com a entidade.

De acordo com os autores Lanza, Neves Jr. e Oliveira

Apesar do conhecimento disponibilizado ao público brasileiro indicar a ilegalidade e a violência que o período de imposição da ditadura militar representou ao Brasil (1964-85), nos últimos dias de março de 2014 pôde ser observada em diversas cidades do país a movimentação de religiosos vinculados à tradição Família e Propriedade (TFP) para a realização de uma marcha nacional em prol de uma nova intervenção militar. (LANZA; NEVES; OLIVEIRA, 2018, p 183).

Assim posto e em concordância com os arquivos estudados do banco de dados Desclassificados da CIA, pode-se depreender que a organização Tradição, Família e Propriedade atraía a atenção da Agência de Inteligência dos Estados Unidos, como possível forma de produzir novos estudos sobre a América Latina e, mais especificamente, do Brasil.

Ademais, o mesmo documento do banco de dados disponibilizados pela Agência devido ao *Freedom of Information*, revela a preocupação dos agentes da CIA em relação à reforma agrária do país, afirmando que desde grandes latifúndios até pequenos pedaços de terras estariam ameaçados por ela, bem como o contato que a TFP tentou com a Agência de Segurança e com outras TFP's.

Considerações finais

O presente artigo apresenta uma análise metodológica qualitativa e exploratória dos documentos provenientes do arquivo desclassificado da Agência Central de Inteligência (CIA), do Departamento de Estado dos EUA, do Arquivo Nacional Banco de Dados Memórias Reveladas, do Serviço Nacional de Informações (SNI-BR) e de um aprofundamento bibliográfico referente ao tema, explicitando as relações estabelecidas entre a comunidade de inteligência estadunidense e o grupo tradicionalista católico (TFP) brasileiro entre as décadas de 1960 e 1990. A pesquisa buscou compreender a Organização Tradição, Família e Propriedade, com o intuito de esclarecer a relação entre a entidade e o órgão de inteligência dos Estados Unidos, além da forma com a qual a TFP se manifestou, no passado, e ainda se manifesta, no período atual.

Desse modo, evidenciou-se que a organização se diferencia dos demais grupos eclesiais por seu tradicionalismo orientado para o integrista católico e por posicionar-se contra as alas mais progressistas da Igreja e de seus membros. Além disso, é importante destacar seus recorrentes intentos anticomunistas e sua devoção às palavras de seu fundador, Plínio Corrêa de Oliveira.

O presente artigo visou a demonstrar que a ação anticomunista e o papel conquistado pela instituição no cenário conservador do país durante os anos da ditadura militar atraíram atenções da CIA, no sentido de estudar possibilidades de financiamento, uma vez que as práticas de caráter tradicionalista convergiam com o projeto da Inteligência Americana para o Brasil, nesse período.

Além disso, destacou-se, durante a presente pesquisa, as alterações de perspectiva entre a Tradição Família e Propriedade e a instituição que surgiu após conflitos internos dentro da TFP, Arautos do Evangelho. Esta última, sendo permeada por ideais integralistas aplicados para o contexto da educação formal.

Notou-se também, que a TFP dispôs, e ainda dispõe, de certa relevância na difusão de uma doutrina integralista e tradicional cristã, tanto dentro dos limites geográficos brasileiros, quanto fora deles. Ademais, seu caráter político sem envolvimento partidários, foi evidenciado como aspecto significativo da Organização Tradição, Família e Propriedade no início da trajetória da instituição e a mudança desse posicionamento a partir de 2010.

Dessa forma, os documentos desclassificados da CIA indicam um amplo percurso de estudos, com parte ainda por percorrer, a respeito do papel da TFP no fortalecimento das esferas conservadoras bem como o interesse internacional no avanço do projeto tradicionalista no Brasil.

Referências

CELLARD, Andre. A análise documental. In: POUPART, Jean et. Al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LANZA, Fábio; NEVES JR, José Wilson Assis, RODRIGUES DE OLIVEIRA, Ana Cláudia. A(S) Marcha(S) Da Família, Com Deus Pela Liberdade (1964-2016): Pensamento Conservador Católico E Cristão No Século XX. **CAMINHOS, Goiânia**, v. 16, n.1, p.181-195, jan/jun. 2018

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

QUADROS, M. P. dos R. O conservadorismo católico na política brasileira: considerações sobre as atividades da TFP ontem e hoje. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 18, n. 34, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5219> . Acesso em: 20 dez. 2022.

RANGEL, João Guilherme Lisbôa. Política, religião e medievalismo: as diferentes idade média da Tradição Família e Propriedade (TFP) e os Arautos do Evangelho. **Revista Signum**, v. 22, n. 1, 2021. p. 204 - 225. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/view/585>. Acesso em 19/12/2022.

ZANOTTO, Gisele. “Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995)”. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 87-101, 2010.

ALTOÉ, André Pizetta. “**Tradição Família e propriedade (TFP): uma instituição em movimento**”. Tese (mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, p. 106. 2006.

MACEDO, Ubiratan B. **O Tradicionalismo no Brasil**. In: CRIPPA, Adolpho. As ideias políticas no Brasil. Vol II. São Paulo: Editora Convívio, 1979. p. 227-248.

Fontes documentais

CIA-USA. Report from the American Society for the defense of Tradition, Family and Property. September 15, 1986. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP88M00338R000100090017-3.pdf> (acesso em 19 de setembro de 2022 às 08h34m).

CIA-USA. Memo to Major General Vernon A. Walters from George W. Anderson, Jr. January 24, 1975. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp80r01731r002200100027-2> (acesso em 20 de setembro de 2022 às 09h30m).

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, Agência Central. **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade**. 1975. Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=tfp&input_pesqfundocolecao=

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, Agência Central. **A TFP no Rio Grande do Sul**. 1986. Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=tfp&input_pesqfundocolecao=




A interpretação do SNI em relação às associações religiosas empenhadas na luta indígena

*Fabio Lanza
Guilherme Heerdts Vandresen
João Pedro Pereira e Correia
José Wilson Neves Júnior
Luan Prado Piovani*

Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e de maneira análoga às outras ditaduras que aconteceram na América Latina, apoiadas por grandes atores estrangeiros, principalmente os Estados Unidos¹, ela só poderia se desenvolver efetivamente caso tudo aquilo “estranho” aos seus ideais fosse inibido, ou seja, ideias, pessoas e organizações consideradas subversivas precisariam ser perseguidas, pois colocariam em risco todo o país. O grande exemplo disso é a perseguição ao suposto “perigo comunista” que rondava a sociedade naquele momento, segundo os agentes da ditadura (MOTTA, 2000).

Visando monitorar e legitimar ações contra esses supostos grupos subversivos, foi criado, em 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável por coordenar atividades de informação e contrainformação no Brasil e no exterior. Ele absorveu o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), que existia desde 1946 e, ao longo dos anos, foi-se criando em torno do SNI uma comunidade de informações, formada pelas polícias, exército, marinha e aeronáutica. O SNI coordenava e os grupos englobados pelo CODI-DOI (Centros de Operações e Defesa Interna - Destacamentos de Operação Interna), que executavam a repressão, envolvendo prisões, torturas e assassinatos, dos quais agentes do SNI, muitas vezes, participavam (FICO, 2007).

1 Vijay Prashad expõe isso em *Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos*, 2020. Na obra, o autor fala sobre a atuação estadunidense, principalmente na América Latina, em relação aos seus interesses. “Philipp Agee, na Agência da CIA em Montevidéu, escreveu em seu diário em 1º de abril de 1964 sobre o que ouvia do chefe da agência no Rio de Janeiro, Ned Holman, sobre o golpe contra Goulart no Brasil. Era esta agência no Rio e suas outras ramificações que ‘financiavam’ as manifestações em massa contra o governo Goulart, provando que os antigos temas sobre Deus, pátria, família e liberdade também são eficazes”. p.82.



Desenvolvia-se a criação de uma paranóia em torno desses indivíduos subversivos, ideias que recaiam sobre toda sociedade. Os agentes do SNI eram diversos e espalhados, estavam presentes dentro de instituições públicas e privadas para coletar informações, infiltraram-se nas escolas, faculdades e universidades (SAMWAYS, 2013). O grande idealizador do órgão foi o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), tornando-se o primeiro chefe, *idem*. O SNI possuía uma agência centralizada, mas também haviam diversas divisões regionais, como a Agência responsável pelo Paraná e Santa Catarina, que se localizava em Curitiba, cujos documentos se encontram disponíveis no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL) e nos quais se alicerça este trabalho.

Analisando os documentos, percebeu-se que haviam muitos relacionados às populações indígenas, sobre diferentes aspectos. Sendo assim, foi levantada a questão, o que essas populações e grupos associados representavam para os agentes da Ditadura Militar brasileira e, mais especificamente, para o SNI? Sabe-se que o regime estava amparado sob uma base econômica desenvolvimentista excludente², elas seriam um empecilho nesse caminho de ordem e progresso por conta de uma maneira diferente de lidar com o mundo e com a natureza? Seriam subversivas, ou potencialmente subversivas, já que há tanto material sobre as mesmas?

Nesse sentido, o documento 569 de 26 de agosto de 1980 serviu de partida. Nele há a descrição e classificação de “Entidades de Proteção ao Índio”, aparecem três: Associação das Igrejas do Cristianismo Decidido; Associação Nacional de Apoio ao Indígena (ANAI) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (PARANÁ, 1980). Há, também, um documento dedicado exclusivamente a esta última, o documento 1372 de 26 de agosto de 1981 da Agência Central, exatamente um ano depois (BRASIL, 1981). Através da análise qualitativa pretende-se tanger essas questões levando em consideração a historicidade das mesmas, percebe-se de imediato que são associações religiosas e/ou ligadas às mesmas em

2 O desenvolvimentismo excludente é uma ideia correspondente à alegoria de “aumentar o bolo, para, então, reparti-lo e dividir com todos”, mas no qual essa divisão não ocorre. Quando se olha para o Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Médici (BRASIL, 1971), por exemplo, a primeira “tarefa básica” a se cumprir é o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a segunda o crescimento do PIB per capita, ou seja, o crescimento do PIB levaria ao aumento dos ganhos por pessoa. Contudo, essa ideia não se cumpria na prática, poucos se beneficiavam desse crescimento do PIB, como é exposto por MIRANDA, 2018 e também por SILVA; LIMA, 2016.

um momento que, além das mudanças políticas no país, transformações vinham com o Concílio do Vaticano II e a Teologia da Libertação ganhava mais forças na América Latina (LÖWY, 2016).

A catalogação da agência de Curitiba em relação às “Entidades de proteção ao Índio”

O documento 569 de 26 de agosto de 1980, intitulado, conforme seu assunto, “Entidades de Proteção ao Índio”, corresponde a um conjunto de três quadros de classificação dessas entidades (PARANÁ, 1980). Este foi enviado pela Agência de Curitiba por solicitação da comunidade de informações, e os dados foram obtidos conjuntamente à delegacia da FUNAI-PR. Inicialmente, foi possível perceber que há uma colaboração entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o SNI, o que será retomado posteriormente em perspectiva de outro documento e, imediatamente, coloca em cheque o quanto a FUNAI realmente lutava a favor dos povos e da cultura indígena naquele período, tendo em mente sua origem, em 1967, com a dissolução do SPI – Serviço de Proteção ao Índio – após os abusos e violências cometidos ou permitidos por agentes deste contra as populações indígenas expostos no Relatório Figueiredo (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2014).

A catalogação das entidades foi feita de acordo com os seguintes pontos: data de constituição; diretoria ou responsáveis; sede (matriz regional); área de atuação; origem (país); origem dos recursos; órgão ou meio de divulgação; principais ligações; objetivos e aspectos da atuação junto aos índios (político, econômico, assistencial, filosófico). É em relação a esses dois últimos, objetivos e aspectos da atuação, que se consegue encontrar os posicionamentos do SNI e entender o que pensavam sobre essas entidades. Seguindo a sequência do documento, a segunda entidade exposta é o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), mas que será apresentado por último, pois também há um documento sobre uma reunião do mesmo com advogados para discutir sua atuação.

A Associação das Igrejas do Cristianismo Decidido (AICD) encontrava-se presidida, no Paraná, pelo pastor Walter Kelm, sendo sua sede na capital, Curitiba, mas sua atuação se estendia para Santa Catarina. Trata-se de uma associação de igrejas protestantes com origem na Alemanha, de onde vinham seus recursos,

assim como de doações. Eram feitos boletins sobre seu trabalho e o SNI descrevia seus objetivos como: “Evangelificação do índio. Apoio na educação, saúde e agricultura”. Ela “atua no campo econômico e assistencial, principalmente evangelizando o índio” (PARANÁ, 1980).

Sendo assim, em relação a esta primeira entidade abrem-se duas possibilidades, a princípio: 1 – o SNI não possuía grandes informações ou preocupações com ela, visto que foi encontrado apenas a menção neste documento e são descrições pequenas e simples que não parecem levantar alguma problemática; 2 – o apoio que ela dava aos indígenas não estava ligado à luta indígena, ou seja, era um apoio meramente assistencial e com um objetivo bem claro: evangelização. Este último ponto, na interpretação do governo ditatorial vigente, poderia representar até mesmo algo positivo, aproximar os indígenas da moral cristã seria uma forma de facilitar um controle simbólico e cultural sobre eles (CABRAL, R.; MORAIS, V. 2020)

Outra entidade, a Associação de Apoio ao Índio (ANAI), foi constituída em 1977, sua matriz era em Porto Alegre – RS, mas a atuação se dava em todo o Brasil; a sede paranaense ficava em Curitiba, na Igreja do Cabral – Alto do Cabral. Ainda neste Estado, a associação era presidida por Blanca Guilhermina Rojas, além de outros dois líderes destacados pelo SNI: Paulo Gabus e Maria Lígia Pires. Havia recursos advindos de “mensalidades e doações” e faziam suas divulgações através da “Imprensa/Impresso e Atos Públicos”. A ANAI tinha ligações com “as Pastorais da Igreja; com Entidades de Contestação ao Governo; com Associações de Estudantes Universitários; com professores dos Cursos de Antropologia das várias Faculdades no Brasil; com intelectuais e cientistas dos mais diversos no Brasil”. Não é destacado no quadro, mas o SNI tinha conhecimento das ligações da ANAI com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que será apresentado à frente e é visto como um grupo anti-governo.

Em relação aos objetivos, há no quadro: “Defesa dos índios em todos os aspectos e difusão de uma nova imagem do mesmo, junto à opinião pública das grandes cidades”. E sobre sua atuação: “Atua mais no campo político e filosófico” (PARANÁ, 1980). Assim como em relação à AICD, não foram encontrados mais documentos sobre a ANAI, mas ela já apresenta características diferentes. O SNI não destaca um objetivo de evangelização da ANAI e, provavelmente, ele realmente não existia; tratando-se de um grupo religioso, deve-se pensar seu funcionamento levando em perspectiva as proposições do Conselho do Vaticano

II que, dentre outras, trazia a ideia de que Deus poderia ser encontrado em religiões que não a católica também, ou seja, a atuação poderia ser feita em defesa de uma população que era historicamente explorada, abusada e violentada sem necessitar mais da conversão dos mesmos. Uma atuação coerente com a Teologia da Libertação, que tem como princípio de atuação a libertação dos oprimidos e possuía muita força na América Latina naquele momento.

Entre essas associações, a que mais chama atenção do SNI é o CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Tendo sede em Brasília-DF, e a sede regional em Palmas-PR, sua origem é no Brasil e atua por todo o país, o presidente nacional no período era D. José Gomes, de Chapecó-SC, e o Paraná era liderado pelo Padre Natalicio. Os recursos vinham de doações, tanto do estrangeiro quanto da Igreja e de coletas. Usavam como meios de divulgação “imprensa; impressos e através missões [sic] e outras Igrejas”. Destacam, no quadro das ligações, a ANAI, Pastorais da Igreja, outras Igrejas e associações estrangeiras ligadas a elas ou a própria Igreja Católica, “Entidades de Contestação” e Sindicatos.

Quanto ao objetivo do CIMI, descreveram:

Denunciar à opinião pública nacional e estrangeira possíveis atos contra índios, praticados pelo governo ou particulares; conscientização dos índios para lutarem por eles mesmos, através de Associações próprias e sob orientação do CIMI; preparação de pessoal ‘leigo’ para trabalhar junto aos índios, contestando o órgão tutor (PARANÁ, 1980).

Já fica explícita a interpretação do SNI quanto ao CIMI como grupo subversivo e de contestação ao governo, o que fica ainda mais evidente ao falarem sobre sua atuação:

Atua em todos os campos, com exceção do filosófico; prega a luta do índio contra o governo e contra particulares, fábrica líderes falsos os quais subvenciona com recursos de manutenção; promove ligação desses líderes com líderes sindicais e rurais sem autorização ou conhecimento do órgão tutor. ‘Implanta’ Projetos em áreas indígenas (PARANÁ, 1980).

Cimi e a reunião com os advogados

O Conselho Indigenista Missionário, como pode se perceber, era opositor do governo da Ditadura Militar. Dentre os pontos destacados do documento 569,

fala-se sobre o CIMI atuar na conscientização dos indígenas para lutarem por eles mesmos, é interessante pensar isso com o momento histórico, voltar a questão das reformas provenientes do Concílio do Vaticano II e o crescimento da Teologia da Libertação. Os documentos não caracterizam se essa entidade está associada a esse movimento, mas fica evidente que, ao menos, há influências que o movem para essa forma de atuação. Outro ponto que chama atenção é a “produção de líderes falsos” que estarão associados a outros líderes sindicais e rurais, um reflexo da grande paranoia produzida por esse regime, a ideia de que há um grande movimento articulado contra o governo inspira a Doutrina de Segurança Nacional, em que a informação sobre “os inimigos da nação e portadores de ideologias estranhas” (SAMWAYS, 2013, p.87) é fundamental para a manutenção da segurança e dos caminhos políticos, justificando a existência do SNI.

Obviamente, existiam lutas conjuntas, mas ao considerarem o CIMI como entidade subversiva, fica evidente que não entendem a subversão que já existiria em todas essas populações indígenas há séculos, pois foram explorados, violentados e abusados desde a chegada dos europeus no Brasil, vivendo na contramão da lógica mercadológica dos invasores de seus territórios e, em um regime autoritário como aquele, possuíam ainda menos espaço para denunciar e lutar contra isso. A Ditadura Militar, tomada por um sentimento de nacionalismo conversador, entendia as populações indígenas praticamente como menores de idade que possuíam um responsável legal, a FUNAI - Fundação Nacional do Índio, e era a palavra desta que valia: “promove ligação desses líderes com líderes sindicais e rurais sem autorização ou conhecimento do órgão tutor”, fica explícito que não reconheciam o livre-arbítrio dos indígenas em relação às suas escolhas.

Carina Santos de Almeida e Ana Lúcia Nötzold (2014), demonstram como o órgão anterior à FUNAI, o SPI, realizava uma proteção às avessas, ao invés de lutar pelas pautas indígenas, usava sua autoridade para que funcionários e particulares se beneficiassem da exploração das terras e dos próprios indígenas, submetendo-os ao trabalho compulsório, violência, tortura e até mesmo assassinando muitos deles. Imaginar que com a criação da FUNAI essa realidade muda drasticamente, ainda mais no cenário da Ditadura Militar em que, ao invés de se valorizar a diversidade e a cultura, pensava-se em um nacional-desenvolvimentismo, é um erro, afinal o regime buscava a criação de uma cultura homogênea, genuinamente brasileira, aquilo que estivesse fora desse âmbito deveria ser descartado.

Isso fica exposto no documento 1372 de 26 de agosto de 1981 da Agência Central em que há uma reunião do CIMI com um grupo de advogados em Vitória-ES (BRASIL, 1981); não é possível reconhecer se essa reunião foi aberta, mas agentes do SNI participaram dela, talvez como infiltrados, ou conseguiram a cópia da ata a partir de colaboradores. Inicialmente, o SNI faz um resumo daquilo que está presente na ata, isso inclui data, local e, principalmente, as pautas levantadas. Eles elencam as principais recomendações dos advogados em diversas questões tais como: a necessidade de fazer uma representação administrativa e judicial contra a autoridade da FUNAI, não contra o órgão em si; a legislação é favorável a atuação do CIMI; é preferível manter-se independente de respaldo jurídico; buscar modificar o Estatuto do Índio traria mais problemas e acusações; não há jurisprudência a favor do Índio no Brasil, então as denúncias precisam se fundamentar na Lei e só levadas quando são favoráveis em todos os aspectos; trabalho de contrainformação para ver se os funcionários da FUNAI são mesmo desqualificados.

Na sequência do documento consta a ata da reunião, ela começou com a exposição de D. José Gomes, líder da CIMI, sobre alguns problemas da questão indígena que precisam ser discutidos, destacam-se: “áreas demarcadas invadidas por grandes fazendas e por posseiros”, “roubo de terras por funcionários da FUNAI”, “a FUNAI não quer novo estatuto mas vai por acordos em áreas invadidas, jogando o índio contra o grande – vai por portarias – assim diminui as áreas”, “O Direito dos Povos – Índios como Nações diante de uma sociedade nacional fazendo a grande Nação Brasileira” e “Quem, e como fiscaliza a FUNAI?” (BRASIL, 1981).

Sobre a tutela, os advogados destacam: “Diante do Código Civil o índio é considerado incapaz e para isso precisa de um tutor que no caso é a FUNAI. Em decorrência disso, o índio tem determinado restringimento de agir”. Na sequência, relatam um caso ocorrido no Espírito Santo que deixa claro como a FUNAI não estava atuando a favor das populações indígenas naquele momento, o CIMI e os advogados tinham essa noção:

os índios haviam obtido [...] uma área de 6.500 hectares que [...] seria demarcada. A FUNAI obrigou os índios a entrarem em entendimentos e conversações com a ARARACRUZ CELULOSE por uma segunda vez e de maneira ilegal, de maneira muito reservada [...]. A ARARACRUZ CELULOSE nesta reunião embaiu e laqueou a boa fé

dos índios e ofereceu um frigorífico e um barco de pesca em troca da redução da área prevista em portaria ministerial. A área passou então de 6.500 ha. para 3.500 hectares (BRASIL, 1981).

A ata demonstra como o CIMI realmente estava preocupado na defesa dessas populações, incluindo a questão da terra que é tão importante para elas e pauta por várias páginas. Quando perguntam sobre o que podem fazer para impedir que os indígenas percam mais terras, como estava acontecendo no Parque Yanomami, os advogados orientam (algumas partes do trecho estão ilegíveis e forma substituídas por palavras que mantém a lógica):

o próprio CIMI deveria fazer um documento (destinado) à FUNAI, (dizendo) que tal terra é ocupada por índios, tal grupo, e cujas terras vem sendo invadidas e pedindo à FUNAI que tome providências imediatas em favor da questão da terra [...] na sequência “Caso não houver solução, aí se faz o pedido de interferência do Ministério Público (BRASIL, 1981).

Ao mesmo tempo que havia essa preocupação com as injustiças sofridas por esses povos, traço da influência da Teologia da Libertação, vemos como há uma visão coerente àquilo estabelecido no Concílio do Vaticano II por parte do CIMI ao falarem sobre liberdade de culto e direito de entrar nas áreas indígenas - algo que a FUNAI havia proibido ao CIMI, utilizando o direito de polícia do órgão: “Como poderia a Igreja entrar num grupo que não é católico? Num grupo que ainda conserva sua religião? Aí também é interferência na liberdade religiosa, porque eles têm também o culto deles!” (BRASIL, 1981).

E os advogados ainda pontuam, deixando claro a relação que o CIMI possuía para com a FUNAI e, por conseguinte, com o governo vigente da Ditadura Militar do qual o órgão estava alinhado: “A questão, porém, é muito mais política que legal ou religiosa, porque realmente não interessa à FUNAI manter o CIMI” (BRASIL, 1981).

Considerações finais

O SNI mantinha vigilância sobre grupos e entidades relacionadas às questões indígenas pois entendiam como essas populações divergiam do seu projeto de unidade nacional, na busca por uma cultura homogênea rumo à ordem e o desenvolvimentismo, essas populações seriam um organismo estranho

para uma realidade não democrática como aquela desenvolvida por eles. Grupos como a AICD, na forma como é apresentada pelos documentos do SNI, não seriam um problema, pois pensavam em um apoio meramente assistencial dissociado de uma luta por direitos e representação – com os projetos de evangelização, na realidade, poderiam até mesmo contribuir para criação dessa suposta e idealizada nação homogênea, genuinamente brasileira –, já entidades como a ANAI e, principalmente, o CIMI, seriam indesejadas, pois lutavam ao lado dos indígenas, entendendo os abusos historicamente sofridos, luta por terras e reconhecendo a importância de manter suas culturas e identidades.

Em consonância com as reformas promulgadas no Concílio do Vaticano II sobre respeito às outras religiões e os pressupostos da Teologia da libertação, apoiar as causas de luta e libertação dos oprimidos, o CIMI e todos àqueles associados a eles, sejam figuras religiosas, advogados, estudantes ou indígenas, eram considerados subversivos e antigoverno, iam na contramão dos pressupostos do nacionalismo conservador. Esse posicionamento do CIMI fica evidente no documento da Agência Central, justificando sua atuação e vigilância em relação ao grupo. No mesmo documento, a atuação da FUNAI contrária e/ou negligente às lutas indígenas é exposta, demonstrando que mesmo com todo o caso do Relatório Figueiredo e dissociação do SPI, o órgão tutelar continuava distante da forma como deveria funcionar. O próprio conceito de órgão tutelar já mostrava o pensamento da Ditadura Militar em relação a esses povos, não se reconhecia sua autonomia e individualidade, entendiam os indígenas como incapazes.

Partindo da paranoia de um grande complô entre tudo aquilo que consideravam subversivo, os agentes do SNI mantinham ligações com a FUNAI, enquanto essa também mantinha alinhada aos ideais que norteavam a Ditadura, afinal, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, todos que fossem inimigos da nação ou portadores de ideologias estranhas representariam um perigo para todo o país e, portanto, precisariam ser vigiados. Obviamente, essa vigilância, associada ao trabalho do CODI-DOI resultaria em possíveis ações contra os mesmos e, nesse sentido, sabe-se que poderiam ir desde interrogações até assassinatos.

O apoio que a Ditadura Militar brasileira e outras latinoamericanas recebiam dos grandes países estrangeiros, no contexto da Guerra Fria, dava-se, pois, esses governos ilegítimos estavam alinhados aos interesses do capital

estrangeiro, do imperialismo. Projetava-se um desenvolvimento nacional, que, na realidade, implicava em cada vez mais perder sua soberania enquanto as correntes da exploração internacional se fortaleciam. O Brasil de 2022 viu a derrota eleitoral de um governo com intensa presença de militares e projetos neoliberais em que o desmatamento e a violência contra os povos indígenas e suas áreas chegaram a níveis recordes; as possíveis comparações surgidas da análise entre o presente e aquilo revelado pelos documentos do SNI levam às mais diversas inquietações, demonstrando a posição basilar em que essa forma de trabalho, humano e reflexivo, encontra-se para pensarmos nossas sociedades.

Referências

ALMEIDA, Carina Santos de; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. A proteção tutelar às avessas: o Relatório Figueiredo e a violência contra o Povo Kaingang. **Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis-SC, agosto de 2014.

CABRAL, Rafael L. G.; MORAIS, Vitória L. D. de. Os povos indígenas brasileiros na ditadura militar: tensões sobre desenvolvimento e violação de direitos humanos. **Direito E Desenvolvimento**, v. 11 n.1, 2020. p. 106-122.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. **O Brasil Republicano**. Civilização Brasileira, Livro 4 (2ª edição). Rio de Janeiro, 2007. p. 167-205.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2ª edição. São Paulo, 2016. 256p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (doutorado em História). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2000.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970**. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018. 258p.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos**. Editora Expressão Popular, São Paulo-SP, 2020 (original – 1967). 1ª edição, 167 p.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a Comunidade de Informações na Ditadura civil-militar brasileira. **Revista Angelus Novus**, nº 5, junho de 2013.

SILVA, Francisco P.; LIMA, Izáira T. S. Discursos e Práticas da/na Política Desenvolvimentista da Ditadura Militar Brasileira: Efeitos sobre os Povos Indígenas. **Forma Breve**, nº 13, 2016. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/4900>. Último Acesso em 23 de novembro de 2022


TRINIDAD, Carlos Benítez. A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar. **Anuário Antropológico** (online), v.43 n.1. 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/2986#quotation>. Último acesso em 23 de novembro de 2022.

Referências documentais

BRASIL. I Plano Nacional De Desenvolvimento (PND): 1972-1974. **Diário Oficial**. 1971.

BRASIL, Serviço Nacional de Informações. **Cópia de Ata da Reunião – Reunião ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 26 de agosto de 1981**. ACT/ACE–1372/81. Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).

PARANÁ. Serviço Nacional de Informações. **Cópia de documentos – Entidades de Proteção ao Índio, 26 de agosto de 1980**. ACT/ACE–569/80. Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).




Como podemos entender o luto quando o evento ainda tem que terminar? Trauma e luto através da African Blood Brotherhood (1919-1924)

Luan Kemieski da Rocha

“A escravidão não está morta. Tudo o que mudou é o tipo de sujeição” (BRIGGS, 1987, p. 79, tradução livre) Essa é uma frase retirada do editorial *The Great Illusion* comportada na revista *The Crusader* que abre algumas interpretações possíveis acerca da relação que membros da organização *African Blood Brotherhood* (ABB) tinham com o processo histórico da escravidão e as conexões com a violência e o racismo em torno da população negra.

Tal constatação mostra-se atualizada até os dias atuais. Muitos intelectuais do século XXI realizam questionamentos análogos. O sociólogo Stuart Hall (2013, p. 120), apresenta a interpretação de que pretéritos considerados encerrados pelo tempo linear (escravidão ou o extermínio de povos originários, por exemplo) são “passados presentes”. A historiadora Saidiya Hartman (2020, p. 243), coloca-nos questionamentos que apresentam um naufrágio na relação entre passado e presente, “como podemos entender o luto, quando o evento ainda não terminou?”. O antropólogo Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 241-242) coloca que a “escravidão é um fantasma, isto é, simultaneamente uma figura do passado e uma presença viva; e o problema da representação histórica é como representar este fantasma, algo que é, mas não é”.

Tais questionamentos são fundamentais na medida que tensionam o trabalho do historiador, dado que a estrutura temporal e política que deu origem a disciplina, o “tempo imperial”, parece não conseguir lidar com essas apresentações. Os membros da organização apresentavam, com suas condições, *insights* teóricos, históricos que podem ser resumidos por (ÁVILA, 2016, p. 12):



“Como continuar afirmando a separação “objetiva” entre passado e presente num contexto em que demandas passadas são constantemente reatualizadas?”

A African Blood Brotherhood foi uma organização que apresentava diversas camadas em seu cerne. Uma associação surgida da imigração de afro-caribenhos em coligação com afro-estadunidenses no início do século XX, meio ao ápice da segregação racial institucionalizada (Jim Crow); de um mundo que acabou de vivenciar a chamada Grande Guerra; de um Estados Unidos que sai dessa Primeira Guerra Mundial ostentando a alcunha de democracia, ao mesmo tempo que a população negra critica essa postura – “Enquanto eu estou lutando na França em defesa da Democracia, meu próprio irmão está sendo linchado em casa só por dizer ‘Sim Senhor’ para algum branco cafajeste” (BRIGGS, 1987, p. 30, tradução livre) – em uma época linchamentos, ameaças e conflitos raciais. Tal período pode ser exemplificado naquilo que ficou conhecido como o Verão Vermelho. Também é o momento histórico em que a ascensão de agitações revolucionárias e populações do mundo todo voltavam seus olhos também para a revolução soviética de 1917. Momento em que os intelectuais que figuravam a ABB foram pegos por um fogo cruzado de ideologias e em um emaranhado de experiências que se cruzavam, desde nacionalismos, pan-africanismos, socialismos, liberalismo, conservadorismo etc. É época em que os movimentos político culturais como o do “Novo Negro” e o do “Renascimento do Harlem” eclodiram.

Entre as principais figuras que compunham a associação temos como destaque Cyril Valentine Briggs (1888-1966), nascido na ilha de Nevis, começou com trabalhos jornalísticos em São Cristóvão até que recebeu uma bolsa para a faculdade de jornalismo e partiu, em 1905, para Nova York. Outro quadro importante da ABB foi Richard B. Moore (1893-1978), proveniente da ilha de Barbados, imigrou para os Estados Unidos em 1909, onde trabalhou em diversos departamentos até conseguir estabilidade em uma fábrica de seda. Ademais, importante notar Wilfred Adolphus Domingo (1889-1968) e Claude McKay (1890-1948), ambos jamaicanos, que fora para os Estados Unidos nesse início de século XX. Otto Huiswoud (1893-1961) que era um surinamês, onde trabalhou na América do Sul em sua adolescência como aprendiz de impressão até que em 1910, imigra para Nova York e começa a trabalhar de bico na busca por uma estabilidade. Por fim, temos Grace P. Campbell (1883-1943) que não

era caribenha, mas sim estadunidense, porém filha de pais antilhanos (ROCHA, 2023)

São personagens que se juntaram à grande imigração diaspórica das primeiras décadas do século XX para os Estados Unidos e começaram a enfrentar uma realidade que até então não tinham o conhecimento a partir de tamanha crueza. Segregação, insultos diários, ataques pessoais e linchamentos. O que acabou levando-os a tentativas de compreender as relações raciais que estavam enfrentando e a filosofias, soluções que dessem conta de entender esse cenário. É nesse momento em que surge a *African Blood Brotherhood*, com os objetivos de proteger a população negra através da autodefesa armada e direcionar a luta por libertação, pelo fim do racismo e da violência.

Entretanto, no corpo da organização, apresentava-se algumas delimitações e chaves de leituras necessárias para o entendimento de suas interpretações e respostas. O objetivo desse artigo é iniciar o diálogo que essa organização e seus membros tinham com as consequências do processo histórico da escravidão e as colocações de identidade negra produzidas nesse período. Como eles entendiam essas dimensões? Tendo como base essa relação, podemos nos aprofundar nas conclusões que encontraram para o seu contexto.

Partimos de fundamentos teórico-metodológicos com autores contemporâneos que debatem essas mesmas dimensões em seus trabalhos recentes e a condição do que viria a ser negro.

Resultados: African Blood Brotherhood e as dinâmicas ambivalentes da diáspora nos Estados Unidos do início do século XX

Como nos lembra a professora Luciana de Souza Ramos (2018), a escravidão colonial foi um fato articulador da diáspora africana, na qual aspecto basilar estava a transmutação da pessoa escravizada na condição de uma mercadoria, impondo um processo de coisificação, sistematizado, referenciado simbolicamente e estruturado ideologicamente por meio do racismo. Tal maneira que, a chamada *passagem do meio*, tornou-se um processo de ruptura e *trauma*, com as dinâmicas de vivência da sua terra natal.

Esta situação produziu elementos basilares nas gerações diaspóricas vindouras em que os membros da *African Blood Brotherhood* são exemplos.

Uma dessas perspectivas é a relação do tempo, que acaba por torna-se uma tensão. Políticas de *retorno*, *volta ao lar*, de *rememoração*, caracterizam a geração diaspórica proveniente da África.

Porém, Hartman (2020, p. 248), coloca esses ditames como um *encontro tardio*, isto é, a jornada de voltar ao “lar” é um caminho de volta no tempo, uma vez que a identificação com a África como um lugar originário ocorre por meio do trauma da escravidão. Contudo, essa ideia de retorno também é tardio, pois “chega-se tarde demais para recuperar uma identidade autêntica ou estabelecer um parentesco com um lugar ou povo, já não é mais um “lar”, já não são considerados um retorno.” O que cria uma quebra traumática de identidade e identificação no mundo extremamente violenta.

Tal constatação fornece a dificuldade do *luto*. A relação de rememorar o passado, fornece instrumentos para construir um próprio passado, tornando-o presente. As promessas reivindicadas pelo passado de liberdade, igualdade, fim da escravidão e assim por diante, são desfiguradas no presente, na medida que tais colocações não tiveram uma contribuição plena no presente. Dinâmicas de racismo, escravidão, discriminação, segregação continuam em suas vivências mesmo com o “fim” de seus “projetos oficiais”¹. “Ao se apossar do passado, iluminam-se as promessas quebradas e os contratos violados do presente” (HARTMAN, 2020, p. 250). A produção do *luto*, essa impossibilidade de chegar no objetivo final, vai incidir na imaginação política da diáspora, na interrogação da identidade nacional e na elaboração de contra-narrativas históricas.

Essa relação é atravessada na ABB e em seus membros. A revista *The Crusader*, principal meio de divulgação e recrutamento de membros para a organização, mixava o nacionalismo negro, pan-africanismo, notícias da comunidade e o suporte aos trabalhadores pequenos (ZUMOFF, 2014, p. 298). Além disso, o jornal comportava artigos sobre a população negra na cidade de Nova York, mas também sobre o sul dos Estados Unidos, a América Latina, o Caribe e a África.

Nosso primeiro objetivo é dar-lhes a melhor das revistas, aquela que vocês terão orgulho de contar para seus amigos. Uma revista que irá

1 No momento de escrita desse artigo a Suprema Corte dos Estados Unidos declara inconstitucional ações afirmativas que tinham como objetivo aumentar o número de pessoas negras, hispânicas e outros grupos nas universidades < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/06/29/suprema-corte-eua-admissao-politicas-afirmativas-harvard.ghtml> >.

inspirar o orgulho racial e prover-lhes educação. Uma revista que vai batalhar por suas lutas, que vai lhe dizer verdades - algumas não tão agradáveis ou que não estejam em acordo com suas convicções prévias - mas que nunca irá traí-lo. Uma revista que não pode ser comprada. O *The Crusader* é dedicado para a solução do 'Problema do Negro', para o renascimento do poder Negro e de sua cultura através do mundo. O *The Crusader* se dedica a doutrina da autodeterminação dos Negros e da África para os Africanos. Os objetivos do *The Crusader* visam unir e despertar o senso de seus deveres presentes, oportunidades e as ameaças do futuro. (BRIGGS, 1987, p. 75, tradução livre).

No primeiro editorial dessa revista, "Africa for the Africans", contrapõe-se à ideia racista e imperialista de governos que reivindicavam a noção de que certos povos, nesse caso os das colônias, não conseguiriam governar a si próprios. No artigo, remete-se à história de países como Egito, Etiópia, Benin e outros estados africanos anciões para opor-se a essa ideia. Sendo um texto de crítica ao imperialismo e colonialismo, junto ao aporte ideológico construído pela modernidade capitalista de maneira binária, tal qual na época, de "superioridade" e "inferioridade" entre povos, a revista postula um pensamento de trocas entre povos. Para eles, nenhum governo poderia negar a autodeterminação dos povos sob o pretexto da existência de populações 'superiores' e 'inferiores'. Contudo, a principal desculpa da Europa para sua invasão na África, partia desses pressupostos (BRIGGS, 1987, p. 4-5).

A relação com um passado correspondente de *rememoração*, no sentido de Hartman, aparece dentro do *The Crusader* e da ABB partindo de premissas de orgulho racial. Artigos como "Alien Education", "The Truth About Africa", "Race Cathecism", "The African origins of the Grecian Civilization"; poemas como "Why i am proud" e "The Call"; e outros textos como provérbios africanos, principalmente, nas primeiras edições da revista, são exemplos da interiorização do orgulho racial como uma medida necessária para se combater o racismo nos EUA, como também no globo.

Tal insurgência no orgulho racial promovida pela ABB dialogava com a perspectiva de uma escravidão não acabada em sua estrutura nos Estados Unidos do início do século XX. Não de forma "oficial", essas relações de continuidade se apresentavam, segundo eles, na educação, na segregação, na desigualdade, na exploração do trabalho e na não possibilidade de ascensão social em uma

nação que está estruturada em relações de violência. Tal modo, que algumas das soluções que passaram na imaginação de membros da ABB, partia de uma relação separatista.

De todo modo, essa vinculação fará parte da estrutura da African Blood Brotherhood, começando pelo seu nome e seu ritual de iniciação. Um texto chamado “African Blood: Explaining the Historic Ceremony of Blood Brotherhood and How Africa’s Sons Laid Foundation for All Modern Thought”, relata a experiência cerimonial africana do reconhecimento do outro como “irmão de sangue”.

Nosso propósito solidário é a libertação Africana sem pensar em desejo ou recompensa a não ser ver nossa terra Mãe livre e a raça Negra independente e respeitada ao redor do mundo; e a renovação de nosso costume antigo, um costume tão antigo quanto o Tempo é o nosso reconhecimento como “irmãos de sangue”. Antigamente, era hábito de nossos primeiros pais realizar o reconhecimento de todos os filhos da África através de uma cerimônia de troca de sangue (BURREL, 1987, 1274, tradução livre).

Harry Haywood, importante figura comunista negra nos EUA, entrou para a ABB em sua juventude e fala um pouco de sua iniciação na organização em sua autobiografia.

Enquanto isso, segui o conselho de Otto e entrei para a African Blood Brotherhood. Ele me levou para ver Edward Doty, o então comandante do Posto de Chicago. Escortado por Otto e Doty, fui levado a uma reunião do comitê de associados e passei pelas cerimônias de iniciação. Esta, consistia em um ritual de confraternização Africano que exigia a mistura de sangue entre o ingressante e um dos membros regulares. A organização recebeu seu nome desse ritual. Doty realizou a cerimônia; ele espetou nossos dedos indicadores com uma agulha (eu esperava que estivesse esterilizada!) e quando as gotas de sangue apareceram, ele os esfregou. Agora um Irmão de Sangue (HAYWOOD, 1978, p. 122, tradução livre).

Além do nome da organização e a iniciação de seus membros com o ritual de sangue, os chamados Postos² deveriam conter o nome de grande homens e mulheres da África: “Os Postos devem ter o nome de grandes homens e mulheres das raças Africanas. Os membros dos postos devem votar no nome

2 Os Postos eram núcleos organizativos da ABB espalhados pelos EUA, onde eram realizados trabalhos de propaganda, recrutamento, estudo, venda do The Crusader e autodefesa armada.

a ser adotado, enviando-o ao Conselho Supremo para seu registro” (BRIGGS, 1987, p. 1155, tradução livre). Era o caso do Posto de Nova York, que se chamava o Posto Menelique “Posto Menelique: o posto de Nova York da African Blood Brotherhood – encontros todas as terças a noite na 149 West 136th Street. Venham o junte-se a nós” (BRIGGS, 1987, p. 1171, tradução livre).

Dessa forma, o *The Crusader* dialogava com a complexidade da modernidade, suas ambivalências e como ela se apresentava em contexto estadunidense, através do racismo e da violência, ao mesmo tempo em que existiam discursos que colocavam a nação como a terra de oportunidades, da liberdade e da democracia. Utilizando esse discurso para reivindicar sua luta e criar sua própria modernidade.

Essa produção de uma própria modernidade carregava consigo uma dimensão de construção de elementos que forneceriam bases epistemológicas próprias. Ou seja, suas interpretações moviam-se na tentativa também de construir algo que não necessariamente estivesse preso nas respostas a algo, por conta de alguma coisa, mas também na construção que diz o seu respectivo.

A historiadora Michelle Ann Stephens nos lembra de uma outra perspectiva importante quando se pensa essa conjuntura. O aspecto da soberania racial e autodeterminação ligadas as noções imperiais da época.

Nos anos durante e subsequentemente a Primeira Guerra Mundial, os nacionalismos e modelos de estado-nação rapidamente tornaram-se as normas políticas internacionais do início do século XX (STEPHENS, 2005, p. 2, tradução livre).

Intelectuais masculinos caribenhos que viviam nos EUA durante esse período experienciaram políticas de autodeterminação em um ângulo bem particular. Devido ao colonialismo e o racismo nas ilhas caribenhas, era difícil para as pessoas terem um senso de nação. Na primeira Guerra Mundial, por exemplo, muitos soldados caribenhos que lutavam por suas colônias vivenciaram atos de racismo que colocava uma linha divisória em seu status social. Estavam em uma sinuca de bico. Nas colônias se referenciavam como sujeitos da coroa britânica a título de exemplo, mas quando saíam de suas terras natais eram colocados como colonizados.

Durante e posteriormente a Primeira Guerra Mundial, várias formas e expressões do internacionalismo negro e da libertação negra estavam ligadas pela ideia de soberania racial. Segundo Stephens

As noções de soberania – as políticas de autodeterminação da raça como uma visão de mundo; a libertação negra fundamentada na visão de um Estado negro independente – emergiram muito em oposição aos novos impérios que se seguiram da Primeira Guerra Mundial. (STEPHENS, 2005, p. 5, tradução livre).

Isso fez com que uma heterogeneidade de ideias surgisse no movimento do Novo Negro. Cada organização, cada intelectual teria uma forma de pensar essa relação da soberania.

E esses intelectuais caribenhos que imigram para os EUA, caracterizados como diaspóricos, vivem em uma “ambivalência, compartilham uma dupla, se não múltipla, consciência” (BUTLER; DOMINGUES, 2021, p. 12) que tenciona e diversifica a concepção de Estado-nação por exemplo.

No caso da African Blood Brotherhood, isso se materializou na ideia de uma Federação Negra que pudesse unir todos as organizações antirracistas pela libertação do povo negro.

“Uma grande Federação Negra”. Para construir um movimento forte e efetivo na direção na Libertação do Povo Negro e proteção de seus direitos pela ‘vida, liberdade e conquista da felicidade’ etc., todas as organizações Negras devem se reunir em uma base Federativa, criando assim um movimento unido e centralizado (BRIGGS, 1987, p. 1251, tradução livre).

Com a influência do contexto da época, a ABB uniu a ideologia da primazia racial com uma perspectiva anticapitalista e socialista pois entenderam que a dinâmica da estrutura de classes estava ligada a raça. O orgulho racial que ela busca produzir encontrava-se encadeada ao antirracismo e a autodeterminação dos povos.

Considerações Finais

A história da *African Blood Brotherhood* em conjunto com a revista *The Crusader* é fulcral para o entendimento contextual de afro-estadunidenses no início do século XX ligados aos movimentos culturais, políticos e sociais dessa época.

Tal momento de virada de século nos EUA comportou inúmeras vozes anunciando uma nova era para os negros estadunidenses e de maneira mais

ampla, para os povos com descendência africana em todo o mundo. Esse caldeirão intelectual e político encontrou sua expressão em uma grande confluência de publicações da imprensa negra que começaram a aparecer com maior gama durante a Primeira Guerra Mundial. Tendo como região central o Harlem, porém, não só. As publicações expressavam um novo espírito, exercendo tremenda influência na população negra, a revista *The Crusader* foi uma dessas. Trazendo suas próprias particularidades, pensou as relações raciais nos EUA e no globo, as políticas de autodeterminação e autodefesa para a população negra.

No artigo, visualizamos com intelectuais como Saidiya Hartman, que a ABB estava dialogando com inquietações ainda não resolvidas e buscaram propor interpretações e soluções que dessem conta desses anseios. Dentro de suas realidades, acabavam por transgredir a noção de temporalidade e carregavam consigo uma relação passado-presente, ligada a lutas anteriores inacabadas. A luta por libertação, pela igualdade, pela humanidade.

Apresentando relações que viriam a ser vistas posteriormente, colocando-a no fenômeno que Beatriz Nascimento chama de continuidade histórica, “criando” o aporte para que posteriormente, seja possível perceber suas ideias, a exemplo o Movimento dos Direitos Civis dos Negros nas décadas de 50 e 60, mas não só.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Arthur Lima de. “Povoando o presente de fantasmas”: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. **Expedições: Teoria da História & Historiografia**, ano. 7, n. 2, pp. 189-209, 2016.

BRIGGS, Cyril V; Robert A. Hill (org). **The Crusader**: a facsimile of the periodical. Volume 1. New York: Garland Publishing, 1987.

_____. **The Crusader**: a facsimile of the periodical. Volume 2. New York: Garland Publishing, 1987.

_____. **The Crusader**: a facsimile of the periodical. Volume 3-6. New York: Garland Publishing, 1987.

BURRELL, Theo. “African Blood: Explaining the Historic Ceremony of Blood Brotherhood and How Africa’s Sons Laid Foundation for All Modern Trought”,

1921. In: BRIGGS, Cyril V; HILL, Robert A. (org). **The Crusader**: a fascimile of the periodical. Volume 3-6, p. 1274, New York: Garland Publishing, 1987.

BUTLER, Kim D; DOMINGUES, Petrônio. **Diásporas imaginadas**: atlântico negro e histórias afro-brasileiras. São Paulo: Perspectiva, 2020.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? In: _____. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 110-140.

HARTMAN, Saidiya. Tempo da escravidão. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 14, p. 242-262, 2020.

HAYWOOD, Harry. **Black Bolshevik**: autobiography of an Afro-American communist. Chicago, Illinois: Liberator Press, 1978.

RAMOS, Luciana de Souza. Exu, o atlântico negro e o Iroko: o assentamento das expressões religiosas africanas no Brasil. In: HEIM, Bruno B; ARAÚJO, Maurício A. de; HOSHINO, Thiago de A. P. **Direitos dos povos de terreiro**. Salvador: EDUNEB, 2018.

ROCHA, Luan Kemieski da. **There's no way like the american way**: a African Blood Brotherhood em meio a modernidade, uma análise através do periódico *The Crusader* (1919-1924). Curitiba, 2023, 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

STEPHENS, Michelle Ann. **Black Empire**: The Masculine Global Imaginary of Caribbean Intellectuals in the United States, 1914-1962. North Carolina: Duke University Press, 2005.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: huya, 2016.

ZUMOFF, Jacob A. **The Communist International and US Communism, 1919-1929**. Leiden: Brill, 2014.



Sobre os Autores

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho


Mestre e Doutora em História pela Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Professora da Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT, campus de Cuiabá, na área “Historia da África, indígenas e relações étnico-raciais”. Participa do grupo de pesquisa: “Trilhas: migrações, fronteiras e gênero”.

Márcio José Pereira

Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão e dos programas Mestrado Profissional em Ensino de História (UEM e UNESPAR) e do Programa de Pós-Graduação em História Pública (UNESPAR). Membro dos grupos de pesquisa GEPEDIC (Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura) e do DIHPOM (Direitos Humanos e Políticas de Memória).

Marcos Eduardo Meinerz

Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. Membro do grupo de pesquisa DIHPOM (Direitos Humanos e Políticas de Memória).





ISBN: 978-65-01-06161-0

CDL



9 786501 061610

